

En Gustavo Dias, Lúcia Bogus, José Carlos Alves Pereira y Dulce Baptista, *A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo (Brasil): Educ Puc SP.

Abdelmalek Sayad e o pionerismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios.

Maria del Carmen Villarreal Villamar y Gisele Almeida.

Cita:

Maria del Carmen Villarreal Villamar y Gisele Almeida (2020). *Abdelmalek Sayad e o pionerismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios*. En Gustavo Dias, Lúcia Bogus, José Carlos Alves Pereira y Dulce Baptista *A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo (Brasil): Educ Puc SP.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maria.del.carmen.villarreal.villamar/38>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pbMf/meS>

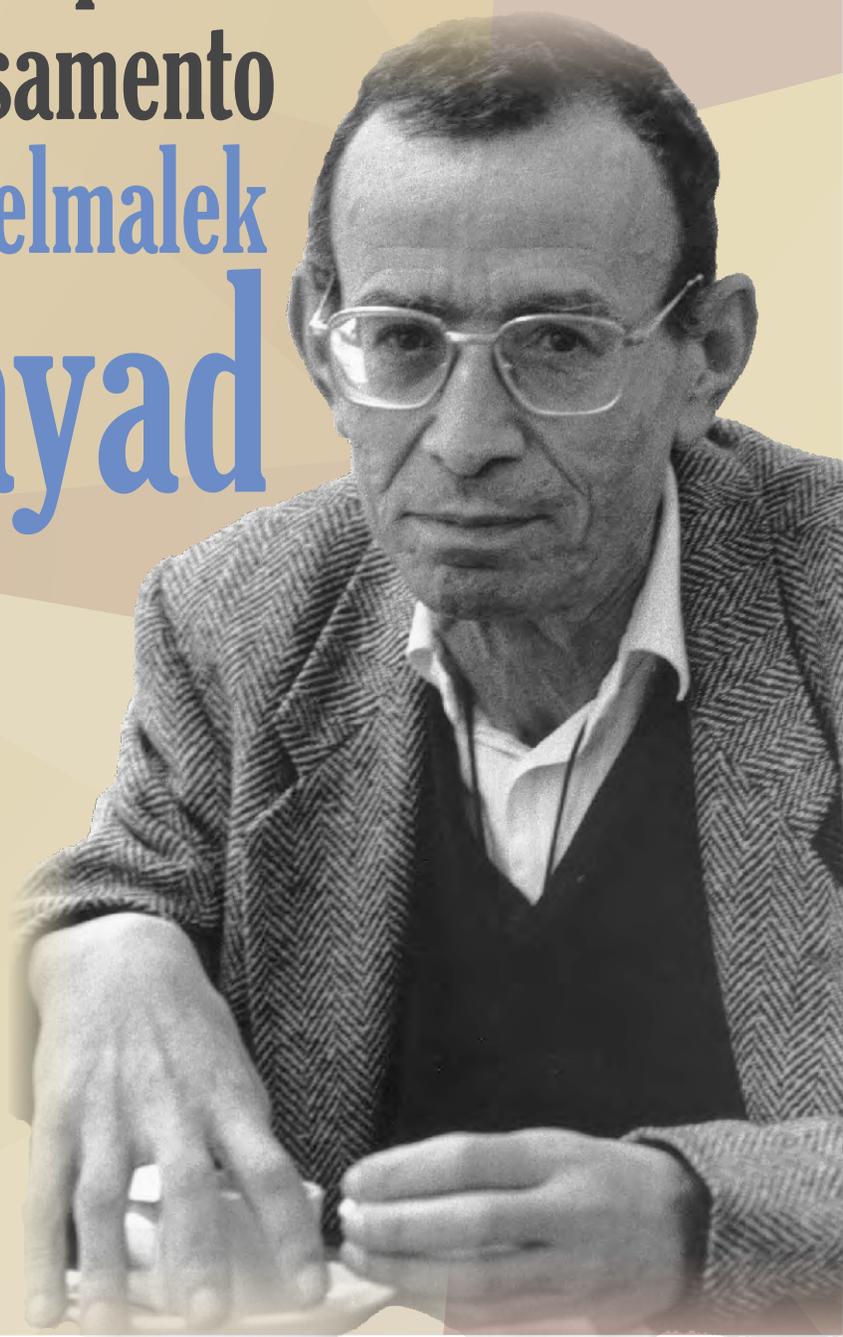


Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

GUSTAVO DIAS
LUCIA BÓGUS
JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA
DULCE BAPTISTA
(organizadores)

A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad



edue



CAPES

A CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO
DE ABDELMALEK SAYAD



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

edue

Editora da PUC-SP

Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

GUSTAVO DIAS
LUCIA BÓGUS
JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA
DULCE BAPTISTA
(organizadores)

A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad

educ



São Paulo
2020

Copyright © 2020. Gustavo Dias, Lucia Bógus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista.

Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (recurso eletrônico) / Gustavo Dias, Lucia Bogus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista (ogs). - São Paulo : EDUC, 2020.

recurso on-line : ebook

Bibliografia.

O livro foi publicado com o apoio da CAPES e é fruto do Seminário : 20 anos depois : a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad, realizado na PUCSP, entre 2 e 4 de outubro de 2018.

ISBN 978-65-87387-07-9

1. Sayad, Abdelmalek, 1933-1998 - Crítica e interpretação. 2. Emigração e imigração - Aspectos políticos. 3. Imigrantes - Aspectos sociais. I. Dias, Gustavo. II. Bógus, Lucia. III. Pereira, José Carlos Alves. IV. Baptista, Dulce.

CDD 305.8

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb

Produção Editorial

Sônia Montone

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Waldir Alves

Imagem de capa fornecida pelos organizadores

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

A Preparação e a Revisão dos textos são de responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro.

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

Para o Professor Zé Renato (1969-2019), que nos deixou, de forma súbita, quando esse livro ainda ganhava a sua forma e o Brasil seguia adentrando nesse período sombrio e de ódio no qual nos encontramos agora...

Se por um lado é verdade que a razão essencial da emigração reside na busca de trabalho e que é também o trabalho que pode, sozinho, justificar a presença do imigrante, por outro este se encontra, sob todos os pontos de vista e em todos os setores de sua existência, numa situação excepcionalmente diferente daquela do trabalhador nativo (ou nacional). (Abdelmalek Sayad, 1980)

SUMÁRIO

Introdução

A presença de Abdelmalek Sayad no Brasil _____ 11

Gustavo Dias, Lucia Bógus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista

PARTE 1

CONTEXTUALIZAÇÃO E REFLEXÃO

SOBRE O ARCABOUÇO CONCEITUAL DE ABDELMALEK SAYAD

A liberação do conhecimento: Bourdieu e Sayad ante o colonialismo _____ 21

Amín Pérez

Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios _____ 37

María del Carmen Villarreal Villamar, Gisele Maria Almeida Ribeiro

Da objetificação à humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmalek Sayad _____ 65

Gustavo Dias

Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad _____ 93

Eduardo Domenech

Migração, Trabalho e Estado: três aspectos da contemporaneidade do pensamento de Sayad _____ 115

Beatriz Patrícia de Lima Level, João Carlos Jarochinski da Silva,
Luís Felipe Aires Magalhães

A provisoriedade definitiva como ótica analítica do trabalho e da moradia para imigrantes _____ 133

Maura Vêras, Patrícia Villen

Sentidos e expressões da noção de *ghorba* na obra de Abdelmalek Sayad _____ 157

Mohammed ElHajji, Camila Escudero

PARTE 2
O ARCABOUÇO CONCEITUAL DE ABDELMALEK SAYAD
EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Migrantes internacionais como caso-limite de agentes sociais impelidos à reconversão: debates teóricos e lições de Abdelmalek Sayad no Brasil _____	181
Afrânio Garcia Jr	
Revisitando Abdelmalek Sayad: um escrivão público _____	213
Maria do Rosário Rolfsen Salles, José Renato Campos de Araújo	
O que o imigrante traz em sua bagagem? O que ele deixa para trás? _____	225
Maria A. Moraes Silva	
Ausência, família e sentimento de pertencimento _____	247
Marilda A. Menezes, Jurani O. Clementino	
Dos migrantes rurais da Argélia aos migrantes do Vale do Jequitinhonha – MG: a contribuição da sociologia de Sayad _____	269
José Carlos A. Pereira	
Imigração internacional em Cajamar: principais aspectos da presença haitiana na cidade à luz de Abdelmalek Sayad _____	295
Luís Felipe Aires Magalhães, Lucia Bógus, Dulce Baptista	
Entre o Caribe e a Amazônia: a migração redefinindo imaginários e expectativas _____	323
Sidney Antonio da Silva	
Outras leituras sobre o país de exílio e a terra natal: uma interpretação de narrativas decasséguis entre o Brasil e o Japão a partir de Abdelmalek Sayad _____	341
Sidnei Marco Dornelas	
Reflexões sobre a Evolução da Proteção dos Migrantes Ambientais: o colonialismo acabou? _____	365
Lilian Yamamoto	
Sobre as autoras e os autores _____	377

INTRODUÇÃO

A presença de Abdelmalek Sayad no Brasil

Gustavo Dias

Lucia Bógus

José Carlos Alves Pereira

Dulce Baptista

Este é o primeiro livro sobre Abdelmalek Sayad (1933-1998) publicado no Brasil. Ele é fruto do profícuo *Seminário 20 anos depois: a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre 2 e 4 de outubro de 2018, quando pesquisadores de diferentes nacionalidades se reuniram para prestar homenagem aos 20 anos de sua morte. Realizado com aporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com o apoio institucional da PUC-SP, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz (CEM), o Encontro contou com a presença de conferencistas e discussões em mesas-redondas e grupos de trabalho. Foi um evento marcado por reflexão teórica e discussões de dados empíricos à luz das ferramentas conceituais de Sayad e que objetivou agregar pesquisadores no campo dos estudos migratórios de distintas gerações e estágios na trajetória profissional. Durante três dias, realizamos um intenso debate sobre a obra desse sociólogo das migrações, seus conceitos e, principalmente, a contemporaneidade de seu pensamento. Ao final, chegamos à clara certeza de que o seminário atingiu

o seu objetivo: mostrar que, duas décadas depois, o pensamento de Abdelmalek Sayad continua atual e de máxima urgência para a compreensão dos fenômenos migratórios dramáticos que ocorrem ao longo das fronteiras mundiais. Soma-se a isso o fato de que, atualmente, o acesso à sua obra é um grande desafio enfrentado por pesquisadores brasileiros. Apesar disso, é indubitável o fato de que, no Brasil, seus estudos são referência tanto para os estudos migratórios nacionais quanto os internacionais.

Não por acaso, Sayad esteve por duas vezes no Brasil, durante a década de 1990. “A intensificação da cooperação científica entre o Museu Nacional e o CSE nos anos 80 ensejou as duas estadas de Sayad no Brasil, em 1990 e em 1994” (Garcia Jr., 2018, p. 64). Incursões a campo com pesquisadores brasileiros no Rio de Janeiro, São Paulo e no Nordeste; seminários; entrevista¹; e um artigo² resultaram numa importante contribuição para divulgar seu trabalho por aqui. Anos depois, em 1998, data de sua morte, tivemos uma edição do seu clássico livro *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, publicada pela Edusp, e, por fim, seu texto “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante” publicado, postumamente, em uma edição especial da revista *Travessia*, em 2000. Contudo, essas publicações se encontram esgotadas e, até o momento, sem previsão de reedição. Assim, apesar de bastante conhecida e citada no campo dos estudos migratórios no Brasil, contraditoriamente, a produção intelectual de Abdelmalek Sayad é de difícil acesso na academia brasileira; especialmente entre os pesquisadores que trilham os primeiros passos da iniciação científica ou mesmo os alunos de programas de pós-graduação (Dias, 2019, 2020).

Considerando esse contexto e adiante da riqueza do debate, entendemos, durante o seminário, a importância e a necessidade de reunir os textos dos palestrantes e pesquisadores participantes em um

1 “Colonialismo e migrações”, concedida à revista *Mana: Estudos de Antropologia Social*, e publicada em 1996.

2 “Uma pobreza ‘exótica’: a imigração argelina na França”, publicado pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 1991.

livro, com conteúdo inédito. Assim, logo após o evento, iniciamos um longo processo de redação, revisão e organização deste livro que, de forma geral, foi demorado, pois todos tivemos que negociar espaços com as demandas acadêmicas que enfrentamos em nossos departamentos e programas de pós-graduação e, sobretudo, com eventualidades e exigências de nossas vidas em particular. Somou-se, a esses fatos, o cenário atual da pandemia da covid-19 que assolou o globo e, sobretudo, o Brasil. O produto final encontra-se aqui! Um livro que reúne importantes textos de pesquisadores de diferentes nacionalidades e que procura demonstrar, para o leitor, o legado conceitual de Abdelmalek Sayad e sua aplicabilidade nos cenários desafiadores dos estudos migratórios atuais.

Ao longo de sua vida, Sayad deixou uma considerável produção bibliográfica publicada, sobretudo nas *Actes de la recherche en sciences sociales*³. Seus manuscritos são dedicados, exclusivamente, ao drástico deslocamento populacional vivido pelas populações magrebins, durante o brutal sistema colonial francês no Norte da África. “Todavia, seu legado interpretativo tem a capacidade de superar tal espacialidade e temporalidade e seguir atual enquanto uma sólida referência epistemológica para pesquisas migratórias em andamento” (Dias, 2020, pp.1). Maestria teórica e técnica associada a um conhecimento preciso do fenômeno estudado possibilitaram que ele chegasse a reflexões inovadoras acerca do tema. Trabalhos desenvolvidos por Tassadit, Jammes De Montlibert (2013); Reding (2017); Pérez (2017); e Belgacem e Taalba (2018), entre outros, demonstram a centralidade de sua trajetória de vida no desenvolvimento de seus estudos. “A viagem intelectual de Abdelmalek Sayad é única porque é o produto de uma vida de um homem nascido entre as duas guerras mundiais em uma Argélia colonizada já por mais de um século” (Tassadit, Jammes, De Montlibert, 2014, p. 13; tradução nossa).

3 Periódico fundado por Pierre Bourdieu, em 1975, e dedicado ao estabelecimento de uma unidade entre a sociologia e a história.

Trata-se de um migrante que construiu o seu saber e a sua compreensão sobre as contradições dos mundos colonial e pós-colonial através de uma vida em constante movimento.

Para Sayad, a pesquisa sobre o outro não é senão uma introspecção, uma reapropriação de uma história esquecida, impulsionada pela história dominante. Aqui, cabe adicionar como é notável o fato de o autor explorar, em seus escritos, o épico poema *Odisséia*, escrito por Homero. A saudade da terra, um mal cujo remédio se chama o retorno, presente na volta de Ulisses para Ítaca, foi uma das formas encontradas pelo autor para demonstrar, aos leitores, a jornada (por que não homérica?!) de seus entrevistados, camponeses cabilas despojados de suas terras, que imigravam de uma Argélia recém-independente, mas não autônoma, para os subúrbios franceses, onde enfrentavam o drama da provisoriedade entre dois mundos.

Com Sayad, a migração já não é compreendida através de uma perspectiva macro ou micro. Ele propôs superar essas dimensões e pensar tal fenômeno social em sua totalidade. A economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo para outro, de um país para outro, de um continente para outro, não devem ser os únicos elementos investigados para compreender as condições geradoras e de perpetuação do fenômeno migratório. O migrante e sua condição existencial paradoxal devem compor uma sociologia voltada à parte inferior da hierarquia social. Esse movimento é produzido pelo emigrante, aquele que saiu temporariamente da sociedade de emigração, e pelo imigrante, aquele que, ao chegar na sociedade de imigração, nasce para ela; o paradoxal é que ambos são uma mesma e única pessoa. Não à toa, a migração ganha, para ele, as propícias condições para ser interpretada enquanto um fato social completo. Um fenômeno, em sua totalidade, que não pode ser esgotado em um único campo de estudo. Suas diversas facetas possibilitam o diálogo entre as mais diversas áreas: sociologia, geografia, economia, linguística, política, direito, antropologia, história, estatística, entre outras. Nesse quadro interdisciplinar em que o fenômeno migratório está situado, Sayad aprofundou conceitos e lançou novas perspectivas. Ausência, retorno,

provisoriamente, exílio e nostalgia, por exemplo, ganham nova leitura em seus escritos. Em relação ao método, Pierre Bourdieu (2013), seu parceiro intelectual, dizia que o conhecimento íntimo da língua e da tradição bérbere, de Cabília, possibilitou, a esse sociólogo peripatético, compreender o sentido e os problemas da “imigração” para seus entrevistados. Primeiro gesto de ruptura com um etnocentrismo intelectual, Abdelmalek Sayad devolve, através do uso da entrevista, aos “imigrantes”, que são também “emigrantes”, suas origens, e todas as particularidades que a elas encontram-se associadas e que explicam muitas das diferenças observadas nos destinos posteriores (Bourdieu, 1998).

Como o leitor poderá conferir neste livro, esses são pontos trabalhados de diferentes formas ao longo dos capítulos. Para tal, o livro foi estruturado em duas partes: a primeira parte, *Contextualização e reflexão sobre o arcabouço conceitual de Abdelmalek Sayad*, oferece uma compreensão ampla do pensamento de Sayad. Objetivamos aqui, por meio da contextualização histórica e da reflexão em torno de seus conceitos, demonstrar, ao leitor, um autor que não apenas contribuiu de forma decisiva para o campo dos estudos migratórios, mas que, também, esteve inserido num debate político importante: a violência e as contradições do capitalismo sobre sociedades entendidas como tradicionais e estáticas. Iniciamos essa seção com dois capítulos que exploram o contexto colonial e pós-colonial vivido por Sayad e sua obra intelectual. Em seguida, temos capítulos que desdobram alguns de seus principais conceitos. Em particular, focamos nos conceitos de migração, imigrante, estado, trabalho, provisoriamente e *ghorba*, apreendidos em sua riqueza epistemológica.

A segunda parte do livro, *O arcabouço conceitual de Abdelmalek Sayad em estudos contemporâneos*, reúne, inicialmente, dois capítulos que abordam o seu contato com o Brasil. O primeiro explora as duas visitas que realizou ao Brasil, durante a década de 1990, e o segundo a recepção de sua obra *A imigração ou os paradoxos da alteridade* na academia brasileira. Os capítulos seguintes são dedicados à análise de

estudos de caso focados em mobilidade migratória nacional e internacional à luz do arcabouço conceitual e metodológico desse importante sociólogo das migrações.

Agradecemos a todos os autores pelo rico diálogo mantido durante e após o seminário, o que possibilitou que este livro se tornasse realidade.

Agradecemos, especialmente, ao professor Amín Pérez, que, em contato com Christiane Jolivet, responsável pelo acervo fotográfico de Abdelmalek Sayad, obteve autorização para o uso da imagem que compõe a capa do livro.

Expressamos nossa gratidão e nossas homenagens ao colega José Renato de Campos, um dos idealizadores do Seminário, que nos deixou precoce e repentinamente. Saudades de você, caro amigo!

Esperamos que este livro, tal como ocorreu com o seminário realizado em 2018, fomenta o debate no campo dos estudos migratórios no Brasil e inspire futuras reflexões sobre a obra do autor. Ao disponibilizarmos a versão online e gratuita, ambicionamos também que o livro alcance, de forma democrática, nossas novas gerações de pesquisadores, suprimindo, pelo menos em parte, a carência de acesso à obra de Abdelmalek Sayad e a suas decisivas contribuições epistemológicas.

Boa leitura!

Referências

- BELGACEM, S. H.; TAALBA, F. (2018). "La Argelia de Abdelmalek Sayad. Génesis de um sociólogo en el contexto colonial." In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. (orgs.). *Abdelmalek Sayad: uma leitura crítica. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales)*. Madrid, Dado Ediciones, pp. 25-34.
- BOURDIEU, P. (1998). "Um analista do inconsciente." In: SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, pp. 9-12.
- BOURDIEU, P. (2013). "For Abdelmalek Sayad." In: YACINE, Tassadit (org.). *Algerian sketches*. Cambridge, Polity, pp. 295-300.

- DIAS, G. (2019). As origens de uma etnosociologia combativa nas fronteiras coloniais. *Revista TOMO*, v. 35, n. 1, pp. 317-326.
- DIAS, G. (2020). A migração mediterrânea e o mundo (neo)colonial na obra de Abdelmalek Sayad. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 37 n. 1, pp. 1-8.
- GARCIA JR, A. (2018). Abdelmalek Sayad no Brasil: os Imigrantes Internacionais como um caso limite de agentes sociais forçados à reconversão. *Contemporânea*, v. 8, n. 1, pp. 59-83.
- PÉREZ, A. (2017). “La liberación del conocimiento. Bourdieu y Sayad frente al colonialismo.” In: BOURDIEU, P.; SAYAD, A. *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- REDING, M. (2017). “Yesterday’s Colonization and Today’s Immigration”: an Intellectual Biography of Abdelmalek Sayad, 1957-1998. Dissertação de Mestrado. Oregon, University of Oregon.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.
- SAYAD, A. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia especial. revista do migrante*, n. 13,
- TASSADIT, Y., JAMMES, Y. e DE MONTLIBERT, C. (2013). *Abdelmalek Sayad, La Découverte de la Sociologie en temps de guerre*. Nantes, Éditions Cécile Defaut.

PARTE 1

Contextualização e reflexão
sobre o arcabouço conceitual
de Abdelmalek Sayad

A liberação do conhecimento: Bourdieu e Sayad ante o colonialismo¹

Amín Pérez

Por mil razões científicas e humanas, os reagrupamentos populacionais realizados em Argélia pelo exército francês constituíam um objeto de estudo eminente, pelo fato de que será impossível compreender a sociedade rural argelina sem levar em consideração a transformação extraordinária e irreversível que essas ações determinaram.

(Bourdieu, 1963)

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad são hoje em dia referências fundamentais para compreender o funcionamento visível e invisível do mundo social.² Quarenta anos marcam a colaboração entre ambos os autores, desde os estudos sobre as transformações da sociedade cabília até *La miséria del mundo* (Bourdieu, 1999); essa mesma colaboração constituiu uma nova maneira de fazer ciência social comprometida com os problemas políticos com os quais viveram. Precisamente com o livro *El desarraigo*, os dois dão seus primeiros passos na sociologia (Bourdieu e Sayad, 1964)³. Nessa obra, renovam a prática tanto pela convicção assumida e pelo rigor epistemológico,

1 Esse texto é tradução do prólogo escrito pelo autor para o livro de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, *El Desarraigo. La violencia del capitalismo en una sociedad* (Bourdieu e Abdelmalek, 2017).

2 Na América Latina, conhecemos melhor a obra de Bourdieu. Uma proximidade com a reflexão de Sayad sobre os processos migratórios pode ser feita a partir do seu volume *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado* (Sayad, 2010).

3 Em espanhol, só foi publicada uma edição de circulação limitada (em 1965, com o selo catalão Nova Terra), cujo título alterado revela o caráter político do contexto de descolonização: *Argélia entra em la*

quanto pelos resultados obtidos. Em uma Argélia sob o fogo da guerra da independência, forjam as bases metodológicas que os levarão a desvendar os mecanismos de dominação que estruturam a ordem social.

O ponto de partida dos autores é o estudo das políticas coloniais de expropriação de terras, os efeitos do deslocamento e reagrupamento forçado de operários e trabalhadores do campo para evitar os contatos deles com rebeldes independentistas, assim como o impacto do capitalismo em uma economia baseada na reciprocidade e na solidariedade. Bourdieu e Sayad percorrem tugúrios, subúrbios e campos argelinos para observar com olho clínico as mudanças de uma sociedade que não ficará imune logo após a liberação nacional. O interesse deles é o de transcender a inaceitável realidade da guerra, evadir as teorias gerais que impõem a conjuntura, para compreender o que realmente está em jogo. Como revelam várias anotações de Bourdieu, em seus arquivos pessoais, o objetivo é armar-se do conhecimento para transformar a dominação. Reconstruamos a história que constituiu a originalidade desse livro.⁴

Raízes biográficas de um combate

Bourdieu e Sayad encontraram-se nas aulas da Universidade de Argel em 1958. Havia se passado quatro anos do início formal de uma das guerras de liberação nacional mais feroz da história. O povo argelino decidiu terminar com um sistema colonial instalado desde 1830, baseado na repressão e na segregação entre autóctones argelinos (denominados “muçulmanos”) e franceses (denominados “europeus”). Sob esse regime, a população argelina foi submetida à expropriação massiva de terras, impedida de ocupar empregos públicos e postos

história. Na publicação de 2017, foi reproduzida essa edição de 1965, ampliada com imagens que pertencem à publicação inicial em francês e com um apêndice inédito recuperado dos arquivos de Bourdieu e Sayad.

4 Parto principalmente da minha pesquisa doutoral, baseada nos arquivos pessoais de ambos os autores (Pérez, 2015), que reelaborei como livro (Pérez, no prelo).

políticos, relegada a uma escolaridade específica e a um modo de nacionalidade francesa sem qualidade cidadã, assim como foi sujeita a massacres em momentos de manifestações pela independência da colônia. Diante da insurreição popular desencadeada em 1954, a França não tardou a repressão militar, ao mesmo tempo que propunha políticas compensatórias para as desigualdades sociais e econômicas. Mas já era tarde. O *slogan* “Argélia para os argelinos” foi a novo caminho traçado até alcançar a independência em 1962.

Nesse contexto, o jovem professor de filosofia, Pierre Bourdieu, e seu aluno, Abdelmalek Sayad, solidificam seus laços. Os debates que Bourdieu propõe sobre a atualidade colonial criam, de imediato, um vínculo intelectual e afetivo entre eles. Essa afinidade tem muito a ver com a similitude de suas trajetórias. Somente três anos se interpõem entre o nascimento de Bourdieu (1930-2002) e o de Sayad (1933-1998). Ambos provêm de meios sociais modestos e cursam uma escolaridade de excelência. O primeiro, filho de um funcionário dos correios de um povo rural do sul da França, frequentou a instituição acadêmica de maior prestígio do seu país: a Escola Normal Superior de Paris. O segundo é descendente de uma pequena elite rural, arruinada, no momento do seu nascimento, por conflitos com grupos locais próximos à administração colonial. Seu pai conseguiu que ele estudasse em instituições destinadas a europeus, e isso também possibilitou que o jovem passasse rapidamente ao núcleo da intelectualidade autóctone: a Escola Normal de Magistério de Bouzaréah. Em suas formações educacionais, Bourdieu e Sayad foram objeto de burlas e discriminação por motivo de suas origens populares (e étnicos, no caso do segundo). Essas respectivas experiências em universos radicalmente opostos a suas origens inserem neles um reflexo crítico particular, em que se mesclam uma sólida formação acadêmica com a sensibilidade sobre o significado de viver em um mundo que não deixa de remeter à condição social própria de cada qual. Essa forma de consciência de classe é reafirmada, na Argélia, ao explodir a guerra da independência.

Nos primeiros anos da revolução, ambos traçam caminhos de um lado e outro do conflito. Bourdieu havia recém-terminado o serviço militar na sede do governo em Argel (1956-1958). Sayad era professor de primário e militante anticolonial. Ambos ficam profundamente marcados pelas circunstâncias da guerra e rejeitam as vias de uma consagração acadêmica. Bourdieu desiste da carreira filosófica traçada por seu mentor, Georges Canguilhem, e decide ficar em Argel como professor auxiliar na Faculdade de Letras. Sayad, após meses de estudos na França buscando ingressar na Escola Normal de Magistério, retorna a Argel para seguir seu ativismo e cursar a carreira de Psicologia. Ambos são movidos pela necessidade de se sentirem úteis ante o panorama político em que vivem.

Rapidamente, desde suas primeiras aulas em setembro de 1958, professor e aluno começam uma estreita relação. As múltiplas cartas que trocam revelam a agudez com a qual debatem as diferentes posturas intelectuais sobre a situação colonial, harmonizadas por teorias que legitimam essa ordem imposta; outras propõem sua reforma e outras reivindicam seu fim. Os recursos acadêmicos e políticos de Bourdieu e Sayad imprimem, a suas ideias, o toque preciso de compromisso e cientificidade. Essa articulação entre reflexão e ação resulta decisiva para romper com as análises abstratas então em voga sobre a realidade argelina, e os impulsiona a partirem a um trabalho de campo direto como meio de conhecimento das profundas mudanças desse povo.

As condições de vida nos campos de concentração estabelecidas pelo exército francês constituíam uma das temáticas mais espinhosas da guerra. Esses “centros de reagrupamento” (segundo a designação oficial de então) eram utilizados essencialmente com o objetivo de impedir que as populações rurais pudessem prestar assistência à guerrilha independentista. Por volta de 1960, um quarto da população residia ali, reagrupado em condições infra-humanas, restrito em seus modos e meios habituais de existência. Sob a pressão de tribunas e denúncias internacionais, o exército vê-se obrigado a investigar o que estava sucedendo. Bourdieu é convocado por Jacques

Breil, cristão de esquerda e diretor do Escritório de Estatística Geral de Argélia, para realizar essas e outras pesquisas com um grupo de economistas franceses no marco da Associação para a Investigação Demográfica, Econômica e Social (Ardes). Bourdieu associa-se rapidamente a Sayad, que recruta vários estudantes e militantes para as pesquisas etnográficas. Nasce um programa sociológico de fundo sobre a sociedade argelina.

Tornar-se sociólogo em tempo de guerra

Como estudar uma sociedade profundamente transformada pela guerra e pelo capitalismo? Diversas problemáticas são investigadas de maneira simultânea em vários cenários. O objetivo é conhecer os efeitos provocados pelos campos de concentração, as mudanças da relação com o trabalho e a vivência do desemprego diante do auge da economia monetária, assim como conhecer os novos modos de consumo segundo as classes sociais e a adaptação de populações rurais ao *habitat* moderno. Para compreender essas mutações, Bourdieu e Sayad não descartam nenhuma ferramenta. Assim, empreendem uma experimentação científica na qual todos os métodos são válidos, em particular a realização de entrevistas, monografias e estatísticas, às quais se soma o uso da fotografia.

O trabalho etnográfico medular inicia-se durante o verão de 1960 e se prolonga de maneira pontual até 1962. Baseia-se principalmente em duplas compostas por pesquisadores locais e europeus. A confrontação direta com as populações permite conhecer a fundo a interioridade que move as massas argelinas diante da desvalorização das estruturas sociais que davam sentido ao modo de vida tradicional. Segundo Sayad, Bourdieu e ele passam

[...] noites inteiras nas quais eram minuciosamente debatidas e esmiuçadas as informações compiladas, as observações registradas; tudo isso foi um verdadeiro laboratório, onde se forjaram as hipóteses, onde se provaram as interpretações, onde se colocavam à prova as teorias. (Sayad, 2002, pp. 65-66)

Nesse momento, ambos se convertem realmente à sociologia mediante a prática. Bourdieu testemunha essa experiência em um contexto em que a guerra faz seu maior número de vítimas.

Andamos pelos pontos mais escondidos/ocultos de Argélia: os centros de reagrupamento da península de Collo, a planície de Orleansville, as estradas proibidas de Ouarsenis⁵, entre postos de controle e alertas de minas, a Grande Cabília e Pequena Cabília, as favelas e bairros populares de Argel e de Constantina, entre outros tantos lugares. Temos muitas lembranças em comum, frequentemente trágicas: nas noites de investigação nos campos de concentração, enquanto os demais dormiam, ficávamos até às 2 ou 3 da manhã para discutir e transcrever as observações do dia. (Bourdieu, 2008, p. 357)

Fazer sociologia em pleno conflito armado acarreta elevados riscos, sobretudo porque, em certas ocasiões, Bourdieu e Sayad, para ganharem a confiança da população, rejeitam a custódia militar exigida pela Ardes. Em um de seus diários, Sayad relata a sensação de tensão que viveu com a chegada da equipe de investigação nos campos de concentração do nordeste argelino. Alguns pesquisadores desertaram diante dos incessantes bombardeios; outros continuaram, convencidos da utilidade dessas investigações: “Situação dramática. Não se pode crer que seja exagerada, os pesquisadores estão desmoralizados. Operações [militares] em pleno avanço. [...] Eu creio que o que falta aqui é demonstrar [o que acontece], não as comodidades [para fazê-lo]” (apud Pérez, 2015, p. 117).

A situação de guerra obriga à reflexão. Os autores percebem que a verdade que a ciência cria é também tributária do processo que a produz, razão pela qual surge o interesse por vigiar e restituir

5 Qualquer circulação de pessoas ficava terminantemente proscrita às “zonas proibidas” instituídas pelo exército francês. Essa política de guerra “contrarrevolucionária” impulsionou o deslocamento forçado das populações rurais aos centros de reagrupamento. Estima-se que, durante os anos de guerra (1954-1962), 1.175.000 pessoas se viram obrigadas a desalojar as zonas proibidas e mais de 2.350.000 foram trasladadas aos reagrupamentos. Essa política militar contribuiria decisivamente à desorganização social e econômica do mundo rural argelino.

a elaboração do conhecimento. Um dispositivo reflexivo e metodológico é minuciosamente empregado para diferenciar-se de militares ou jornalistas que orientam os pareceres de seus informantes, evitar impor suas ideias e saber questioná-los para neutralizar respostas induzidas pelo contexto de guerra. Bourdieu e Sayad valem-se dos meios para compreender de forma objetiva as experiências vividas em uma sociedade em plena transformação.

Pouco a pouco, os jovens pesquisadores se veem embarcando em um programa sociológico que não se limita a restituir e a denunciar as condições de vida geradas pela guerra e pela dominação colonial. O trabalho de campo deixa-os entrever que as sequelas dos campos de concentração na condição campesina/do campo e o desenvolvimento do capitalismo no sistema solidário sobre o qual se assentava o mundo tradicional transcenderão o fim da colonização. Ambos estão decididos a analisar essas repercussões e a posicionar-se no debate público. Dessa decisão, nascem vários estudos – alguns deles, ainda inéditos –, uma série de artigos (Bourdieu, 2013a) e dois livros: *Travail et travailleurs em Algérie* (Bourdieu, 1963)⁶ e *El desarraigo* (Bourdieu e Sayad, 2017).

Essas obras, além de analisarem o processo de desocupação social do mundo tradicional argelino, descrevem e explicam as arbitrariedades e dificuldades que vivem as categorias rurais e urbanas mais vulneráveis para adaptar-se à nova ordem econômica e social que se impõe a elas. Se *El desarraigo* se concentra no espaço rural, suas reflexões se nutrem constantemente do conjunto das demais pesquisas. Quatro questionamentos principais desfilam nessa obra: como valer-se de suas razões estruturais para compreender o deslocamento de populações rurais aos campos de concentração, subúrbios locais ou França? Quais são as repercussões íntimas e coletivas para essas populações marginalizadas que afrontam o desaparecimento do campesinato sem as disposições sociais e culturais requeridas

6 Uma síntese deste brilhante estudo foi publicada em Bourdieu (2013b).

para trabalhar em novos setores produtivos? Como manejam essas contradições? Que condições são necessárias para transcender esse presente?

A publicação originária de *El desarraigo*, em 1964, teve escasso impacto no espaço público francês. Sua inclusão na coleção de compromisso anticolonial de Éditions de Minuit,⁷ o contexto de descolonização e a configuração do campo acadêmico em que surge contribuem para seu esquecimento. No plano político, a obra passa inadvertida em uma França que já quer virar a página da derrota colonial, enquanto a nova Argélia independente privilegia ignorar suas conclusões sobre as possíveis derivas ao socialismo autoritário e suas propostas políticas para uma educação racional da classe camponesa e proletária. No plano acadêmico, fica relegada à onda universitária dominante, segundo a qual – baseada na distorção do princípio de “neutralidade axiológica” de Max Weber – quem advogava pela necessidade de neutralizar nossos valores ao fazer ciência, o que não inibe o compromisso social (Weber, 2012), deslegitimava o caráter científico de uma ciência eminentemente política. Enfim seu caráter profundamente inovador posiciona a obra contracorrente e fora de tempo das perspectivas teóricas dominantes desde então. A articulação de diversas metodologias e problemáticas e a reflexividade constante do processo de investigação, assim como a intenção analítica e crítica, que configuram *El desarraigo*, são chaves na revolução reflexiva empreendida por Bourdieu e Sayad. Essa aposta indissociavelmente científica e política renovou profundamente o olhar sobre as realidades sociais.

Rupturas de uma antropologia política

Uma sociedade em mutação requeria um estudo de um saber em movimento como chave para revelar mecanismos políticos obviados

⁷ A coleção “Documents” foi chave na publicação de uma série de textos que levantou uma denúncia fundamentada na dominação do Estado durante a guerra de Argélia.

pelas ciências sociais do momento. Duas rupturas epistemológicas são particularmente decisivas. Primeiro, aquela com as problemáticas e os olhares da etnologia colonial, que atribuíam a situação de “sub-desenvolvimento” do povo argelino a sua essência cultural e faziam desta o princípio de qualquer irracionalidade. As conclusões de Bourdieu e Sayad são contundentes: resulta impossível abstrair-se da situação colonial – e portanto política – que gera essa condição social de precariedade.⁸ Os campos de concentração formam parte dessa “cirurgia social” colonialista que precipitou o processo de decomposição e miséria das populações rurais, cortando seus ritmos temporais e espaciais de vida.

A segunda grande ruptura é em relação ao “olhar distante” da antropologia estruturalista e suas descrições de regras e comportamentos estáticos das sociedades “primitivas” (Lévi-Strauss, 2012). Para isso, a utilização das vivências pessoais é determinante. Bourdieu e Sayad adotam uma postura comparativa, confrontam suas próprias experiências e pesquisam seus parentes, familiares e amigos. Assim deixa claro o seguinte extrato de uma carta que Bourdieu redige a Sayad, ao terminar um escrito sobre as relações sociais e econômicas baseadas sobre *a honra* na sociedade Cabilia (Bourdieu, 2006).

Fi-lo ler o artigo sobre a honra ao meu pai, quem teve a reação que eu esperava: “Mas sim aqui é igual”. E me citou mil observações análogas (atitudes para jogo, o café [culto do] segredo familiar, etc.). Eu creio que em Natal poderemos fazer um bom trabalho. Será muito divertido e terá finalmente a suas “indígenas”. Eu penso em terminar hoje o artigo sobre a honra. Ao menos em seu estado atual (Pierre Bourdieu a Abdelmalek Sayad, Denguin, França, inverno de 1959). (Apud Pérez, 2015, p. 122)

8 Bourdieu e Sayad inspiram-se no trabalho do antropólogo Georges Balandier, que reposiciona a dimensão política na análise colonial em seu escrito “La situation coloniale: approche théorique” (Balandier, 1951).

Resulta evidente assinalar que as comparações aqui expostas entre o campesinato béarn e a sociedade cabilia (os “indígenas”), como os designa Bourdieu – em alusão etnológica à população local e irônica à designação oficial dos habitantes das colônias de “ultramar” –, convidam a estreitar vínculos entre ambos os mundos. Isto é determinante para romper com olhares que costumam distanciar as sociedades com igual história e temporalidade, as mesmas que constituíram diferenças entre o mundo moderno (nós) e o “primitivo” (os outros).⁹ Desse modo, a concepção de sociedades perpetuadas no tempo se vê suplantada pela descrição de comunidades que estavam já em transformação. Em outras palavras, trata-se de esboçar as dinâmicas de uma população como uma questão de aculturação para identificá-las como um assunto de relação de dominação constante.¹⁰

Essas experiências etnográficas e comparativas representam o pilar do que se constituirá como *teoria de la práctica*.¹¹ Bourdieu e Sayad observam minuciosamente como os camponeses e operários vivem seus desenraizamentos e interatuam em uma economia assalariada. Ambos constatam as dinâmicas desse presente em duas velocidades: embora a tarefa de cuidar do gado ou do cultivo em temporadas não produtivas fizesse parte da vida social que dignificava ao homem do campo, a nova economia qualificava-a como “tempo morto” e “desemprego”; as trocas de bens e serviços baseadas na honra e o prestígio cedem ao cálculo da rentabilidade entre o tempo e o esforço laboral: *ter* um salário prima sobre os valores que instituíam a ordem hierárquica dentro do espaço doméstico e, inclusive, acelera a ruptura da indivisão familiar; enfim, a abundância e o consumo ostentoso rompem também gradualmente com as lógicas de

9 Uma análise sobre o pensamento concomitante estabelecido entre Cabilia e o Béarn (Bourdieu, 2004) consta em Wacquant (2004).

10 Esses trabalhos de campo renovaram os primeiros estudos de Pierre Bourdieu, inspirados nos enfoques da antropologia cultural estadunidense. Para uma análise em detalhe desse processo, ver Criado (2006).

11 Basta observar a constância e a base empírica dessa conceitualização nos estudos posteriores de Bourdieu (1977, 2006, 2007 e 2013c).

solidariedade que sustentavam a existência do grupo.¹² Fora do seu habitat, em um estado de precarização social e espacial, mas sobretudo sem trabalho ou em dificuldades para adaptar-se ao novo mercado, a população rural fica presa em um dia a dia que a impossibilita vislumbrar (e prevenir) o futuro. Do estudo desse processo, matizado pela apropriação de uma nova cultura e desapropriado da que lhe pertence, nasce a teoria do *habitus*.

O interesse de Bourdieu e Sayad é desvelar os determinantes que incidem nas representações e nos comportamentos dos grupos sociais segundo as situações em que estão. Os dois pesquisadores revelam que os indivíduos não são agentes plenamente livres de suas ações nem seguem literalmente as regras da sociedade: todos somos herdeiros de uma história e não paramos de apropriar-nos dela nem de reinterpretá-la cotidianamente. Essas reflexões serão cruciais para transcender a dicotomia entre o objetivismo estruturalista e o subjetivismo fenomenológico; mas também para renovar os enfoques globais em termos de grupos culturais, ao trazer à luz uma análise acabada sobre a estratificação social e os mecanismos que participam da reprodução das desigualdades segundo as trajetórias e disposições sociais, culturais, econômicas e políticas das populações.

Transcender a dominação

Antes de suscitar uma ambição puramente academicista, as circunstâncias políticas chamavam a contrariar os esquemas teóricos pré-fabricados que traçavam um retrato simplista da realidade argelina. Precisamente essas razões forjam a inovação científica. Bourdieu e Sayad distanciam-se da etnologia colonial não tanto por “colonialista”, senão por sua ineficácia para tratar os problemas da atualidade. Adotam essa mesma atitude diante das perspectivas da antropologia cultural e de alguns preceitos do estruturalismo, porque estes

12 A leitura que Bourdieu e Sayad fazem de Max Weber é crucial para compreender a aprendizagem desse novo espírito capitalista e as tensões suscitadas nessa transição. Veja Weber (2013).

não correspondem às complexidades e dinâmicas confrontadas pelas populações no período. Ambos constroem a sociologia como o meio de compreensão indispensável para a liberação de uma sociedade em transformação.¹³

À medida que levam adiante o trabalho de campo, os jovens etnógrafos constatam que a independência não necessariamente implica emancipação. Suas apreensões de ver uma elite reproduzir o sistema colonial sem colônia vão se fazendo realidade. Nessas circunstâncias, o objetivo não era liberar em chave objetiva aos camponeses e operários da conjuntura em que viviam, senão construir um conhecimento que fornecesse meios para mudar o fundo de cena de suas condições objetivas, estas que só podemos transcender se nos darmos conta de como irremediavelmente somos copartícipes da dominação.

Não é casual que, em plena guerra de descolonização, Bourdieu e Sayad busquem conhecer os recursos de que dispõe cada agente social para desenvolver-se segundo as situações. Confrontam as condições de vida e as aspirações dos camponeses e operários para assim restituir a racionalidade de suas ações no campo econômico, mas também no político. Na mira estão as teorias desenvolvidas, nesse momento, por Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon sobre o camponesinato como única força revolucionária (Fanon, 2009). Para Bourdieu e Sayad, não basta pensar que a efervescência da revolução moverá as pessoas. O ponto é entender quem dispõe de condições para projetar-se em um futuro “racional”.

As investigações permitem um olhar acurado sobre essas aspirações possíveis dos argelinos. O povo de origem de Sayad – Aghbala, situada na Pequena Cabilia e com um amplo histórico revolucionário contra a colonização, assim como de emigração em França – será um dos pontos privilegiados de estudo. Daí se ilumina como, em um estado de crise, a necessidade do presente prima sobre qualquer previsão a largo prazo, sobretudo para aqueles camponeses e operários

13 Sobre o caráter indissociavelmente político e científico da obra de Bourdieu, veja Pompeau e Discepolo (2015).

agrícolas que dispõem de poucos meios para adaptar-se ao mundo urbano e se veem obrigados a empregos precários e instáveis. De igual modo, os pesquisadores constatam que os novos modos de consumo de vida citadina são distintos segundo a instabilidade e a posição profissional; como exemplo, veja como aquelas categorias familiarizadas com a economia monetária são as mais propensas a desenvolver-se em distintas situações de economia tradicional e/ou moderna. Tanto é assim que o retorno dos emigrantes não só transforma os comportamentos do campesino, embora se constitua por igual no meio para perpetuar a ordem social tradicional, em uma experiência de desdobramento que dá a chave para escapar às contradições de dois mundos opostos e projetar um melhor porvir.

Este último aspecto constitui um aporte decisivo na compreensão das estratégias e dos jogos possíveis das categorias sociais dominadas. Bourdieu e Sayad não limitam suas análises ao cotidiano obscuro de uma situação de guerra e precarização econômica: o grande valor de *El desarraigo* reside também na restituição das margens de manobra e nas modalidades que adota a solidariedade em ditos conceitos. Nesse livro se desvelam novas formas de ajuda mútua que surgem do sentimento de viver as mesmas condições de miséria e que permitem sobrelevar os desafios da cotidianidade. Isso é possível pelo olhar profundo com que Bourdieu e Sayad examinam essa sociedade. Diferentemente de grandes etnólogos que estudaram as sociabilidades em sociedades pré-capitalistas¹⁴, eles observam o processo de transição para uma economia capitalista. Esse caso inédito permite-lhes, não só identificar como é outro mundo, como também compreender como outras formas de organização social e intercâmbios possíveis resistem a um novo modelo econômico dominante.

O livro de Bourdieu e Sayad constitui uma obra revolucionária em termos científicos, além de ser profundamente política.

14 Como exemplo, ver o rigoroso estudo de Clastres (2014).

El desarraigo renova a prática das ciências sociais e rompe com esquemas especializados e compartimentados que dividiam nossos comportamentos e representações entre etnologia do Terceiro Mundo e sociologia de Ocidente. Seu caráter interdisciplinar e reflexivo fez dele o objeto mesmo da ciência, ao desvelar as forças que incidem nas condutas e estruturam as desigualdades sociais. Ganha vigor graças ao conjunto de investigações utilizadas, as distintas problemáticas abordadas, a articulação etnográfica e estatística e sua perspectiva comparativa; também graças à convicção que sustentam os autores sobre o valor do trabalho. Bourdieu e Sayad constroem a sociologia como um aporte político à sociedade. Isto explica por que ambos seguiram trabalhando os processos de dominação na pós-colonialidade no campo tanto da educação e cultura como do migratório, dos caminhos que se devem a um mesmo princípio: a constituição do conhecimento como meio de ação para mudar a realidade social.

El desarraigo é uma das obras mais importantes da herança das ciências sociais. Esse primeiro trabalho sociológico realizado em conjunto por Bourdieu e Sayad não só estabelece um marco na inovação teórica e empírica. Suas reflexões a tornam indispensável para a história passada e presente de nossa região. Aportam à compreensão das dinâmicas que incidem nos deslocamentos de populações dos campos de concentração, de refugiados ou zonas de trânsito. Também contribuem ao pensar nas fronteiras sociais que são tecidas e se asseguram inclusive dentro de nossas sociedades, estas que marcam o cotidiano de homens e mulheres que habitam entre a esperança de melhorar suas condições e sair do beco sem saída onde os deixam as regras e os efeitos de ordem neoliberal. *El desarraigo* propõe uma nova maneira de pensar essas contradições para assim poder transcendê-las.

Referências

- BALANDIER, G. (1951). La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 11, pp. 44-79.
- BOURDIEU, P. (dir.) (1963). *Travail et travailleurs em Algérie*. Paris, Mouton.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (dir.) (1999). *La miséria del mundo*, México, FCE.
- BOURDIEU, P. (2004). *El baile de los solteiros*. Barcelona, Anagrama.
- BOURDIEU, P. (2006). “El sentido del honor”. In: *Sociologia de Argelia y Tres estudios de etnologia Cabília*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, “Clásicos del pensamiento social”, pp. 249-287.
- BOURDIEU, P. (2007). *El sentido práctico*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BOURDIEU, P. (2008). “Pour Abdelmalek Sayad”. In: *Esquisses algériennes*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, P. (2013a). *Algerian Sketches*. Malden, Polity Press.
- BOURDIEU, P. (2013b). *Argelia 60. Estructuras económicas y estructuras temporales*. Buenos Aires, Século XXI.
- BOURDIEU, P. (2013c). *La dominación masculina*. Barcelona, Anagrama.
- BOURDIEU, P. e SAYAD, A. (1964). *Le déracinement. La crise de L'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris, Minuit, “Documents”.
- BOURDIEU, P. e SAYAD, A. (2017). *El Desarraigo. La violencia del capitalismo en una sociedad*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- CLASTRES, Pierre (2014). *La Sociedade contra el Estado*. Barcelona, Virus Editorial,
- CRIADO, E.(2006). “Las dos Argelias de Pierre Bourdieu”. In: *Sociologia de Argelia y Tres estudios de etnologia Cabília*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, “Clásicos del pensamiento social”, pp. 15-119.
- FANON, F. (2009). *Los condenados de la tierra*. México, FCE.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2012). *Tristes trópicos*. Barcelona, Planeta.
- PÉREZ, A. (2015). *Rendre le social plus politique. Guerre coloniale, immigration et pratiques sociologiques d'Abdelmalek Sayad et de Pierre Bourdieu*. Paris, EHESS.
- PÉREZ, A. (no prelo). *Combattre en sociologues. Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad dans la guerre de libération algérienne*.

- POMPEAU, F. e DISCEPOLO, T. (2015). "Textos y contextos de um modo específico de compromisso político". In: Bourdieu, Pierre. *Intervenciones políticas. Um sociólogo em la barricada*. Buenos Aires, Século XXI, pp. 17-31.
- SAYAD, A. (2002). *Histoire el recherche identitaire. Suivi d'un entreien avec Hassan Arfaoui*, Saint-Denis, Bouchène, pp. 65-66.
- SAYAD, A. (2010). *La doble ausència. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Anthropos.
- WACQUANT, L. (2004). Following Pierre Bourdieu into the field. *Ethnography*, v. 5, n. 4, pp. 387-414.
- WEBER, M. (2012). *El político y el científico*. Madrid, Alianza.
- WEBER, M. (2013). *La ética protestante y el espíritu capitalismo*. Madrid, Akal.

Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios

María del Carmen Villarreal Villamar
Gisele Maria Almeida Ribeiro

“Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.
Los nadies: los ningunos, los ninguneados,
corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos.
Que no son, aunque sean.
Que no hablan idiomas, sino dialectos.
Que no profesan religiones, sino supersticiones.
Que no hacen arte, sino artesanía.
Que no practican cultura, sino folklore.
Que no son seres humanos, sino recursos humanos (...)”.

E. Galeano, «Los nadies», *El libro de los abrazos*

Introdução

Abdelmalek Sayad nasceu em 1933, em Aghbala, uma zona rural da Cabília, pertencente ao hoje Estado da Argélia. Fazer referência às suas origens é indispensável para entender suas contribuições, pois sua obra acadêmica e sua militância estão intimamente vinculadas à sua terra de origem, assim como as suas experiências dentro dela e, posteriormente, como imigrante argelino na França.

Na pesquisa de reconstrução da biografia do sociólogo, realizada por Samir Hadj Belgacem e Farid Taalba (2018, p. 27-30), que perscrutou os arquivos do Sayad, os autores destacam uma história familiar marcada por conflitos de influência tribal e processos de migração interna que determinaram as dificuldades econômicas da infância do autor, assim como uma forte defesa da justiça social e o compromisso do seu pai para que ele, apesar da sua condição de “indígena”, recebesse a melhor educação possível, ingressando na escola francesa em 1939. Mais tarde, no contexto da Guerra de Independência da Argélia, o jovem Sayad adquiriu seus primeiros compromissos políticos e sindicais, militando no Partido do Povo Argelino (PPA) e se afiliando à União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA), onde participou também do surgimento da Frente das Forças Socialistas (FFS) (Belgacem e Taalba, 2018, p. 31).

Porém, é na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Argel que Sayad consolida sua formação teórica e prática em diversos campos das ciências sociais e onde conhece Pierre Bourdieu, que o convida para participar nas pesquisas etnográficas sobre a transformação dos modos de vida camponeses, impostos pela colonização francesa na Argélia (Belgacem e Taalba, 2018). A investigação de profunda reflexão teórica, unida ao trabalho de campo e ao compromisso de ambos por uma ciência social questionadora da ordem estabelecida e transformadora, haveria de marcar de forma definitiva a vida e trajetória acadêmica de Sayad, desenvolvida mais tarde em Paris, primeiro no *Centre de Sociologie Européenne* e, posteriormente, no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

A partir das suas experiências e sua posterior condição de imigrante argelino, acadêmico e militante na França, fenômenos como a colonização, a dominação, as migrações, as desigualdades, assim como o papel e o pensamento de Estado, constituem aspectos centrais da obra do Sayad. Portanto, compreender seu trabalho implica reconhecer a sua condição de sociólogo e intelectual crítico, eticamente comprometido com seu tempo e com uma história de libertação da dominação colonial, mas exige também pensar na sua condição

de migrante e sujeito “subalterno”. Como afirma Bourdieu (2010) no prefácio da obra *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado, a los padecimientos del inmigrado*¹:

Tendo conhecido, ele mesmo, a emigração e a imigração, nas quais ainda estava envolvido através de mil laços familiares e de amizade, Abdelmalek Sayad estava animado por um desejo intenso de saber e compreender, que era, sem dúvida, em primeiro lugar, vontade de conhecer-se e de compreender-se ele mesmo (...). (Bourdieu, 2010, p. 14; tradução nossa)

Movido pela vontade de conhecer e compreender, a partir de uma postura permanentemente questionadora, Abdelmalek Sayad revolucionou os estudos sobre a mobilidade humana. Tanto sua história e experiências, como sua atuação no período pré e pós-colonial, lhe permitiram ver aquilo que até então não tinha sido enxergado nem teorizado no âmbito dos estudos sobre migrações, rompendo com o etnocentrismo inconsciente e vigente até então (Bourdieu, 2010, p. 16). Daí seu pioneirismo e seu valor. Com efeito, através da explicação do caso emblemático da emigração argelina na França, o autor revelou as lógicas subjacentes a todos processos migratórios e as relações de poder que estes encerram. Criticou também o caráter parcial da imigração que desconhecia a emigração, suas causas e consequências, restituindo ao fenômeno sua natureza de fato social total, ao passo que desmontou a definição das migrações enquanto problema e sua redução a considerações economicistas e utilitaristas. Na mesma linha, revelou a importância do Estado e a necessidade de compreender seu pensamento e sua influência em todas as esferas.

Visando oferecer uma visão integral dos fenômenos que analisava, desde seus primeiros trabalhos, Sayad estudou também a questão colonial e seus efeitos sobre a Argélia e, uma vez na França, dedicou-se a refletir sobre a influência do colonialismo na interdependência

1 Publicado originalmente em 1999 com o título: *La Double Absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré* (Paris, Seuil).

sociopolítica entre nações e de sua centralidade para se compreender a conformação de processos de emigração/imigração. É neste marco que, ao denunciar, por exemplo, as causas, características e efeitos do colonialismo e suas formas de continuidade, o autor formula considerações pioneiras, em linha com os estudos que mais tarde haveriam de se denominar pós-coloniais e decoloniais.

Resgatar algumas dessas formulações vanguardistas será o objetivo do nosso trabalho. Para tanto, em primeiro lugar, descreveremos algumas das principais referências do Sayad à questão colonial. Em seguida, sintetizaremos algumas ideias centrais do pensamento pós e decolonial e faremos referência ao trabalho de estudiosos que refletiram previamente sobre os vínculos entre tais contribuições e a obra do Sayad. Finalmente, nas considerações finais descreveremos também outros campos nos quais o sociólogo de origem argelina teve um papel precursor. Apesar da abrangência dos objetivos, nosso trabalho não tem um caráter exaustivo. Ao contrário, pensamos neste texto como um convite para leituras e releituras da obra do Sayad, assim como indicamos a possibilidade de uma agenda de pesquisa que resgate a complexidade do pensamento do autor e suas contribuições, particularmente no âmbito das pesquisas sobre mobilidade humana.

Migrações e antecedentes do pensamento pós-colonial na obra do Sayad

Apesar de nos referirmos à contribuição e à obra de Sayad, as reflexões que apresentamos aqui se baseiam em uma seleção de trabalhos escritos em coautoria com Pierre Bourdieu como *El desarraigo. La violencia del capitalismo en una sociedad rural*² e *A dominação colonial e o saber cultural*³ ou em pesquisas e entrevistas pessoais realizadas

2 Publicado originalmente em 1964 como: *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (Paris, Les Éditions de Minuit).

3 Publicado originalmente em 1964 como: *Paysans déracinés. Bouleversements morphologiques et changements culturels en Algérie* (Études rurales, 12, pp. 56-94).

pelo autor: *A imigração: ou os paradoxos da alteridade; Estado, Nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración*⁴; *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado, a los padecimientos del inmigrado* e *Colonialismo e Migrações*. Não foi nosso intuito, portanto, realizar uma revisão completa do trabalho do autor, mas, sim, oferecer nossa contribuição para pensarmos as migrações em uma perspectiva pós-colonial tendo como referência proposições deixadas por Sayad em trabalhos específicos.

Logo no início da Introdução de “A imigração: ou os paradoxos da alteridade”, Sayad destaca a existência de um itinerário do emigrante e do imigrante, revelando, em cada uma destas temporalidades, os objetos de pesquisa sobre os quais poderíamos refletir. Alguns parágrafos depois, o autor retoma a ideia, destacando que todo o itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico. A afirmação está intimamente associada ao caráter inter e transdisciplinar que marca o fenômeno migratório. No entanto, do ponto de vista do pensamento pós-colonial, há uma importante contribuição quando se pensa a mobilidade internacional de trabalhadores como expressão de pretéritas e atualizadas relações coloniais, já que estas atualizações manifestam-se de forma mais evidente através da forma como estes migrantes foram – e continuam sendo – convocados, definidos e incorporados pelas sociedades de destino; dinâmicas que refletem as hierarquias das relações entre as nações, desnudando aspectos da dominação Norte-Sul e de seus discursos etnocentros, inclusive aqueles científicos:

Mais do que qualquer outro objeto social não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso *imposto*; mais do que isso, é até mesmo toda problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E

4 Publicado originalmente em 1984 como: *Etat, nation et immigration: l'ordre national à l'épreuve de l'immigration*. (Peuples méditerranéens, avril-septembre, n. 27-28, pp. 187-205).

uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social. (Sayad, 1998, p. 56)

Em artigo escrito, em coautoria com Bourdieu, “A dominação colonial e o saber cultural”, publicado em 2006 no Brasil, os autores enfatizam como o objetivo da política colonial foi a desintegração da ordem social, pela condução de um processo de expropriação de terras e de desagregação das tribos. Como os autores reconhecem, no contexto da Guerra de Independência da Argélia, as políticas coloniais aplicadas pela França formaram parte de uma estratégia ampla e violenta de apropriação, capaz de transformar, de forma permanente, os modos tradicionais de vida da população camponesa. Tais políticas provocaram, por um lado, diversos processos de deslocamento e reagrupamento forçados, com o fim de evitar o contato entre camponeses e independentistas, e o apoio dos primeiros aos rebeldes anticolonialistas. Por outro lado, como resultado da implantação do sistema capitalista que acompanhou tais políticas, a organização socioeconômica do mundo rural argelino foi modificada radicalmente, determinando a progressiva decomposição de relações camponesas de base comunitária, sustentadas em práticas de solidariedade e cooperação, assim como a conversão de camponeses em mão de obra assalariada ou em desempregados, e a emergência do que os autores denominam como “a descoberta do trabalho” (Bourdieu e Sayad, 2017, p. 85).

A importância das reflexões formuladas por Bourdieu e Sayad (2017) a partir da experiência argelina é que, ao traçarem uma gênese da migração (interna e internacional) no contexto colonial, transcendem o caráter individual e particular da migração, resgatando a natureza coletiva do processo e, finalmente, permitem entender globalmente a íntima vinculação entre capitalismo, modernidade e dominação colonial. Em outros termos, revelam que a história ocidental não pode ser entendida sem conhecer a “história oculta” da colonização e suas consequências, ao passo que expõem a qual preço se forjou o processo de “desenvolvimento” das nações mais poderosas.

De acordo com Sayad (2010, p. 102), a imigração argelina adquire, a este respeito, um “caráter exemplar” e permite entender que a emigração/imigração não é outra coisa que um produto do subdesenvolvimento, fruto da relação de dominação dos países ricos (países de imigração) sobre os pobres (países de emigração) e, contemporaneamente, um fator de subdesenvolvimento que contribui a manter as relações de dominação.

Ao falar explicitamente de colonialismo e relações coloniais, Sayad relata que a colonização argelina implicou uma “colonização total, sistemática, intensiva e de população, colonização não somente de bens e riquezas, do solo e do subsolo, mas também de homens, de ‘corpos e almas.’” (Sayad, 2010, p.103). Assim, o autor denuncia tanto os impactos materiais como os efeitos subjetivos e simbólicos da colonização. Por isso, em contraposição a uma visão despolitizada e omissória, o autor defende a necessidade de adotar um “novo” olhar que questione a visão dominante, ponha fim aos silêncios e implique a recuperação das “outras” histórias, incluídas as violências e assimetrias, nas relações entre povos.

Frente à ideia de uma única história global, o autor resgata a multiplicidade de histórias e tempos ignorados. Assim, por exemplo, na entrevista que Sayad concedeu a Federico Neiburg, além de reconhecer como, nos processos de colonização, o mundo dos dominantes se impõe (de forma violenta) aos dominados que devem apreendê-lo e usá-lo para sobreviver em um contexto construído pelos primeiros, também se perguntava:

quando será possível fazer uma história que não seja sempre construída sobre silêncios a respeito do momento anterior? Uma história que sintetize, não uma história fragmentada? Uma história desse tipo será também uma história crítica. (Sayad, 1996, p. 170)

Para Sayad (1998), a perversidade da dominação colonial é que a destruição da estrutura social nativa se apresenta logicamente como imperativo. Aí reside a chave para a migração: a relação colonial como

elemento desestruturador de uma sociedade, engendrando e sustentando emigrações, instituindo contextos nos quais os povos não conseguem mais sobreviver em seus países de origem, e despojados de alternativas, a migração aparece como a única saída, tal como disse Mohand A., um emigrante da Cabília, para Sayad: “Era uma situação sem saída, a única ‘porta’ que restava era a França...Só restava esta solução. Todos aqueles que têm dinheiro, todos aqueles que fizeram alguma coisa, que compraram ou construíram foi porque tinham dinheiro da França” (Sayad, 1998, p. 29).

Neste relato registrado por Sayad, vemos que a superação da relação colonial formalmente estabelecida, não implica no fim do colonialismo na medida em que a hierarquia de poder entre os países não cessa com a ruptura do laço colonial formal: “O sistema colonial sobrevive à medida que as contradições que deixa para trás não são efetivamente ultrapassadas” (Bourdieu e Sayad, 2006, p. 54).

Estas contradições são aprofundadas por Sayad, em um texto, cuja primeira versão é de 1979 (Sayad, 1979a), reformulado para a publicação no livro “A imigração: ou os paradoxos da identidade”. Neste artigo, o autor focaliza os acordos jurídicos que legislam sobre o fenômeno migratório, argumentando como estes se apresentam idealmente como transações bilaterais de Direito, mas que na realidade são expressões de transações unilaterais. De forma resumida, o argumento de Sayad é que a bilateralidade é apenas “formal”, quando se trata de países com posições hierárquicas distintas. Nestes casos, a relação de poder favorece ao país dominante, que de fato “legisla sobre o que deve ser o imigrante e o que devem ser as condições de vida na imigração” (Sayad, 1998, p. 236).

No caso particular da imigração na França, é destacada a função do imperialismo francês em fornecer suplemento de soldados e trabalhadores⁵. Mesmo após a ruptura de certos vínculos coloniais,

5 Desde meados do século XIX, a taxa de fecundidade na França apresentou diminuição do crescimento, aspecto que está na raiz da relação do país com a imigração, já que isso traz uma demanda por mão de obra (Green, 2002).

a relação hierárquica estrutural, mencionada acima, permite que o país metropolitano tenha condições objetivas de negociar com o país de origem dos imigrantes, a quantidade, a qualidade (faixa etária, aspectos sanitários, entre outros) e o “custo” ou os direitos que terão: “Quanto mais pobre é um país e quanto mais é dominado, [...], mais vantajosa é, em todos os sentidos, a imigração oriunda desse país” (Sayad, 1998, p. 238). Sayad conclui seu argumento neste texto, explicitando que, na prática, os acordos bilaterais constituem-se em convenções que ajudam os países “desenvolvidos” a resolver seus problemas com a mão de obra. Negociado quase nos mesmos moldes de outras mercadorias, a pessoa do imigrante é “o ‘produto’ de uma transação entre dois países” (Sayad, 1998, p. 239).

Em “O que é um imigrante?” também publicado em “A imigração...”, Sayad (1979b) aprofunda uma reflexão sobre o modelo ideal de migração e de imigrante desejado pela sociedade receptora. Um modelo gestado a partir de um processo de desumanização destes indivíduos, enquanto imigrantes trabalhadores oriundos de ex-colônias não são vistos como seres humanos e, sim, como mercadorias: porque reduzidos a sua capacidade laboral e tolerados “provisoriamente” enquanto força de trabalho necessária: “Afim, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (Sayad, 1998, p. 54).

Em contracorrente à visão cega e hegemônica sobre a mobilidade humana, o autor sublinha que “não é possível fazer uma sociologia da imigração sem esboçar ao mesmo tempo uma sociologia da emigração” e evidencia como “a imigração e a emigração são duas faces indissociáveis da mesma realidade, que não podem se explicar uma sem a outra” (Sayad, 2010, p. 19). Paralelamente, Sayad (2010, p. 56) critica a visão reducionista das migrações que aprendem apenas a dimensão do deslocamento de “força de trabalho” e enfatiza que “todo estudo dos fenômenos migratórios que descuide as condições de origem dos emigrados está condenado a não dar mais do que uma visão *parcial e etnocêntrica* do fenômeno”. E ainda, ao analisar os colonizados

e, especialmente, os colonizados imigrados e sua cultura silenciada, o autor declara que a presença dos “outros”, nas sociedades de recepção, interpela os relatos únicos e apolíticos da história e da cultura, ao passo que contribui ao “hibridismo” dos países de imigração:

Assim, imigrar é imigrar com sua história (sendo a imigração mesma parte integrante dessa história), com suas tradições, suas maneiras de viver, de sentir, de atuar, de pensar, com sua língua, sua religião, assim como todas as demais estruturas sociais, políticas e mentais de sua sociedade, não sendo as primeiras mais que a incorporação das segundas, em suma, com sua cultura. (Sayad, 2010, p. 22; tradução nossa)

Porém, a presença física dos emigrantes/imigrantes, assim como suas narrativas e práticas socioculturais nas sociedades de recepção, não podem nos fazer perder de vista as hierarquias coloniais que se perpetuam no processo migratório e definem o predomínio da cultura e do ponto de vista do país receptor (antes potência colonial), apresentados como os únicos legítimos.

O etnocentrismo é, em primeiro lugar, algo inerente aos dominantes, e forma parte da cultura dos dominantes (cultura que pretende ser universal, absoluta, a única cultura que seja cultura), pois estando completamente seguros de si mesmos e da sua cultura, não existe para eles nada que «reinventar», nada que compreender de modo prático. E, quando de maneira excepcional, se dão os meios para compreender a esses «outros», que lhes são culturalmente estranhos, os dominados, isso continua ficando na ordem da intelecção, da reflexão teórica, e sua compreensão mais compreensiva, mesmo quando se trata de preservar-se contra o etnocentrismo, continua sendo ainda o produto da sua própria cultura. (Sayad, 2010, p. 138; tradução nossa)

Ao invés de adotar esta abordagem etnocêntrica, enquanto ele mesmo “sujeito subalterno” e a partir das suas escolhas epistemológicas e metodológicas, Sayad propõe um ponto de vista “outro”,

“das margens” e faz um chamado para entendermos a emigração/imigração como um processo completo e dual, originário e inserido em relações estruturalmente desiguais entre nações, de expulsão e recepção. Para tanto, com o objetivo de resolver a limitação que comporta desconhecer os emigrantes e as condições políticas e socioeconômicas de dominação que produzem a emigração, Sayad propõe aproximações integrais que recuperem a agência dos imigrantes/emigrantes e lhes deem voz, reconstruindo suas trajetórias, histórias de vida e identidades, visibilizando assim o caráter contraditório, opressivo e plural da sua situação (Sayad, 2010).

Para o autor, o emigrante é, de fato, um ser híbrido, inserido em relações contraditórias. Como afirma um dos emigrantes/imigrantes entrevistados por Sayad:

o emigrado é o homem de dois lugares, de dois países, tem que pôr um pouco aqui e um pouco ali [...] seu corpo está aqui, sua cabeça está aqui - e não pode ser de outra maneira já que seu suor está aqui - mas todo o resto, seu espírito, seu coração, seu olhar está ali. [...] Esta é a situação da emigração: um aperto [uma situação opressiva para eles]. (Sayad, 2010, pp. 96-97; tradução nossa)

Para Sayad, dar voz aos imigrantes/emigrantes e recuperar sua capacidade de agência significa reconhecer que, além de serem seres dominados, “subalternos”, “híbridos” e marcados por contradições, eles/elas são também sujeitos críticos e rebeldes que questionam, com seus discursos e práticas, tanto a gênese da migração quanto a continuidade de hierarquias no processo migratório. Em contextos que se distinguem pela íntima vinculação entre a ordem nacional e a ordem da emigração e imigração, determinadas pelos Estados nacionais – que atribuem características e papéis específicos aos imigrantes/emigrantes – eles/elas contestam a distinção entre “nacional” e “não nacional” e a suposta ilegitimidade da sua presença, assim como

sua exclusão de direitos, especialmente políticos. Tal contestação pode ser o resultado de manifestações, atos políticos ou de desobediência perante, por exemplo, ordens de expulsão:

o imigrante/emigrante é herético da ordem da imigração (e da emigração) quando rejeita se conformar com a série de normas que o definem e definem a imigração (e a emigração): quem rejeita se submeter ao imperativo do *provisório*, da *subordinação* no trabalho e na *exclusão política* (ou do político: quem “se introduz naquilo que não lhe incumbe”). (Sayad, 2008, p. 112; tradução nossa)

Criticando a parcialidade e os limites das interpretações dominantes sobre a migração, em “O lar dos sem-família”, Sayad (1980) argumenta também sobre a relação de dependência entre trabalho e moradia para os trabalhadores migrantes, mostrando como a condição essencial de “força de trabalho provisória” reflete-se objetivamente sobre as condições de habitação também temporárias, revelando precariedades aceitas e legitimadas porque se trata de “habitações pobres” para “moradores pobres”, afinal a origem destes é reconhecidamente “pobre”: os imigrantes são os “selvagens”, que vieram de países “subdesenvolvidos”, não casualmente, de ex-colônias. A redução do imigrante à condição de força de trabalho é revelada ainda na forma como a política social direcionada aos imigrantes é planejada e realizada, pois como se trata – infelizmente, do ponto de vista das sociedades receptoras – de “homens completos”, estes não apenas trabalham, mas também precisam morar, adoecem e podem, inclusive, vir a se aposentar. Nestes casos, o jogo de forças desigual entre as nações de emigração e imigração viabiliza uma gestão, levada a cabo pelo Estado que recebe os imigrantes, com “custo mínimo”, *ad hoc* para estes não nacionais, na medida em que, pela via legal, estes migrantes ficam alijados de seus direitos humanos, sociais e trabalhistas integrais, não se aplicando a eles os direitos equivalentes àqueles reservados aos autóctones, aos civilizados, aos cidadãos dos países desenvolvidos.

A pobreza e o desemprego, que configuram as representações sobre os países de origem dos imigrantes, permitem entendermos o que Sayad denomina como a “verdadeira armadilha” que o emigrante representa por sua condição, isto é, a base da ilusão de que o migrante “não está sendo usado” para proveito da sociedade de destino. Como as relações de força favorecem a sociedade de destino e seus interesses, ocorre a inversão completa das posições: para Sayad, os imigrantes passam a “posição de devedores onde deveriam ser credores” (Sayad, 1998, p. 61).

O imigrante tem as marcas de sua nacionalidade de origem e dos estigmas produzidos pelas hierarquizações da cultura colonial. As clivagens que estabeleceram o encontro entre “civilizados” e “selvagens”, na disputa colonial, são retomadas e atualizadas na relação entre “países repletos de desempregados” e “países que criam empregos”. Enquanto a herança colonial permite que se mantenha “nas sombras” o fato de que a pobreza e os desempregados dos países de emigração existem pelos feitos e efeitos do colonialismo, a mesma “ilumina” a riqueza de uma nação que oferta um excesso de empregos desvalorizados a uma mão de obra que está ociosa, portanto, disponível:

[...] o imigrante mais do que qualquer outro, é portador, tem sempre consigo ou junto de si a marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc. [...] Um imigrante não é apenas o indivíduo que é: ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país. (Sayad, 1998, p. 241)

O imigrante, cujo país de origem foi colônia, vivencia por sua experiência uma dupla dominação; por ser estrangeiro e por ser emigrante de um país dominado. Esta dimensão das relações internacionais fica evidente na forma como nem todo estrangeiro é um imigrante, assim como nem todo imigrante é um estrangeiro. Essa classificação que diferencia os “não nacionais” remete às relações de dominação entre os países envolvidos. Como alerta Sayad, quando

se trata de trabalhadores membros de outros países europeus, estes podem até ser estrangeiros pela categorização jurídica, mas não necessariamente são classificados como imigrantes. Ou o contrário, como aqueles que nasceram em território francês por causa do colonialismo, mas que são considerados como “franceses que não são completamente franceses” (Sayad, 1998, p. 285).

Se os países de emigração e imigração têm poder político equivalente, a relação é de fato bilateral, entre pares, situação nas quais ambos podem negociar efetivamente. Nestes casos, mais do que imigração, fala-se em cooperação; os rótulos de “estrangeiro” e de “imigrante” são produzidos por meio do enquadramento das relações entre os países:

[...] pode-se dizer que o mundo está dividido em dois: de um lado, um mundo dominante (política e economicamente) que produziria apenas turistas – e todo estrangeiro oriundo desse mundo poderoso, mesmo se residir em país estrangeiro durante toda à sua vida, seria tratado com o respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro” –; de outro lado, um mundo dominado que só forneceria imigrantes, e todo estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou com o tempo atribuído aos turistas, é considerado como um imigrante virtual ou um “clandestino” virtual. (Sayad, 1998, p. 244)

Como aponta Bourdieu (1998), é exatamente a desigualdade nas relações de força que está na gênese do fenômeno migratório e, neste sentido, um conhecimento científico comprometido com a análise do real não pode pensar apenas a imigração, ignorando as circunstâncias que governam a emigração. As reflexões de Sayad urgem em apontar os paradoxos reveladores da ilusão na qual se assenta toda emigração/imigração: presença provisória no destino, ausência provisória na origem e neutralidade política.

São estas ilusões que permitem a idealização da emigração, mascarando a *elghorba* que a define. Trata-se de ignorar a escuridão, o terror e a infelicidade. Como relata Mohand A., “na nossa França só existem trevas”.

Ao lado das ilusões mencionadas, conjugam-se duas ficções. Primeiramente, o retorno é impossível, e depois, a naturalização é ambígua. Falando sobre Sayad e sua obra, Bourdieu (1998) nos mostra como a investigação sobre o tema da imigração nunca será inocente. As rupturas com as referidas ilusões revelam a dimensão política dos saberes produzidos e legitimados sobre a emigração/imigração. Saberes que evocam o peso dos discursos produzidos pela ciência moderna e pelos Estados-Nação, discursos que se fazem a partir de uma perspectiva eurocentrada, a mesma que construiu a visão binária do globo, dividindo-o entre o Norte e o Sul; classificando-o como desenvolvido ou subdesenvolvido. Na obra de Sayad, é possível encontrar os elementos discursivos capazes de denunciar a construção destas polaridades e anunciar elementos-chave que vão constituir a crítica da chamada perspectiva pós-colonial no âmbito dos estudos migratórios.

Saberes em diálogo: elementos da obra do Sayad e as perspectivas pós-coloniais e decoloniais

Uma das principais críticas endereçadas à ciência moderna reside em sua problemática aderência à ideia de “objetividade” do/a cientista, que viabilizaria a produção de um conhecimento neutro e universal. A prerrogativa desta “universalidade”, em termos práticos, permite a ocultação da heterogeneidade das perspectivas e, sobretudo, dos campos de força capazes de produzir os silenciamentos e as vocalizações, classificando, desta forma, os saberes em científicos e legítimos, ou em senso comum e sem legitimidade (Santos, 2000 e 2007).

Estas críticas apontam para a singularidade do cientista legítimo: o homem branco e europeu, cujo corpo não carrega marcas,

cuja subjetividade não produz afetos. É isso que as perspectivas contra-hegemônicas denunciam ao questionar esta legitimidade e ao reivindicar a valorização da pluralidade e da diversidade epistêmicas. Desta forma, o próprio termo “pós-colonial”, quando usado no singular, evidencia uma imprecisão, dado que haveria um amplo espectro de seus usos analíticos e reflexivos (Portela Jr, 2015). Assim, o diálogo com os estudos pós-coloniais e decoloniais nos exige um olhar atento para as especificidades que buscamos nomear e visualizar a partir destas abordagens:

A crítica sob a rubrica de pós-colonial ilumina a face oculta da modernidade: a colonialidade, e convida à conversação os conhecimentos produzidos nas bordas da globalização hegemônica, algo sem paralelo até então. Sobretudo, os estudos pós-coloniais explicitam que os erros da modernidade vitoriosa nunca foram efeitos perversos, imprevistos, indesejáveis, produtos precoces da incompletude do projeto moderno, mas seus elementos intrínsecos. Combatem assim, na diversidade das correntes e abordagens, qualquer crença fundamentalista na universalidade totalitária. (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 68)

Apesar de que diversos autores questionam o fim do colonialismo a partir de renovados imaginários e políticas neocoloniais (Mezzadra e Rahola, 2008), a crítica pós-colonial busca visibilizar o ponto de vista das periferias e dos sujeitos subalternos. No contexto francófono, as propostas desta perspectiva tiveram autores pioneiros como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi (Ballestrin, 2013, p. 92) e, como descrevemos na II parte deste texto, Abdelmalek Sayad.

De acordo com Young (2010, p. 283), a crítica pós-colonial surge à luz dos processos de descolonização na África e na Ásia e se estrutura a partir do trabalho de imigrantes das ex-colônias e descendentes de sujeitos colonizados. Entre os principais expoentes desta corrente destacam-se autores como Edward Said e Homi K. Bhabha, e no marco dos *subaltern studies*, intelectuais como Gayatri

Chakravorty Spivak que, comprometidos com o fim da dominação colonial, refletiram sobre a necessidade de dar continuidade à descolonização econômica e política com discursos e práticas de descolonização epistêmica e cultural. Assim, frente ao eurocentrismo e à historiografia hegemônica, formulada por homens brancos e ocidentais sobre uma suposta história unilinear e universal, a crítica pós-colonial revela o lado oculto da dominação colonial e seus efeitos perversos, ao tempo que resgata a polifonia de vozes, experiências e histórias silenciadas.

No contexto anglo-saxão, a crítica pós-colonial se consolidou nos anos oitenta do século XX e, desde seus inícios, tem combinado diversas perspectivas (marxistas, feministas, pós-estruturalistas, pós-modernas, etc.), resultado tanto do pensamento ocidental como de interpretações formuladas desde “as margens”. Para Young (2010, p. 284), além dos aspectos até aqui descritos sobre a crítica pós-colonial, um dos seus principais objetivos é compreender a interação cultural e o hibridismo, tanto no que diz respeito à dominação colonial, as transformações dos modos de vida dos “indígenas” e os impactos que estas exerceram sobre Ocidente, quanto à hibridização das metrópoles do centro, inclusive como efeito das migrações.

No cenário latino-americano, as reflexões sobre as rupturas e as continuidades da dominação colonial reconheceram as diferenças e especificidades da região no que se refere à crítica pós-colonial e à necessidade de empreender uma ruptura ainda mais profunda e radical com o eurocentrismo (Ballestrin, 2013, p. 97). Desde os anos 1990, a ideia de gerar questionamentos “autônomos”, permitiu o surgimento do programa de pesquisa modernidade/colonialidade e, mais tarde, da crítica ou pensamento decolonial. Para Escobar (2003, p. 53) na genealogia do pensamento decolonial é preciso reconhecer ainda as contribuições da Teologia da Libertação, os debates críticos das ciências sociais latino-americanas sobre filosofia da libertação e ciência social autônoma, a teoria da dependência, os debates sobre modernidade e pós-modernidade, as reflexões sobre hibrididade e os estudos culturais, em disciplinas como a antropologia

e a comunicação, assim como as contribuições do grupo latino-americano de estudos subalternos. A este respeito, Escobar (2003) destaca o carácter precursor do trabalho de intelectuais como Aníbal Quijano, Pablo González Casanova, Orlando Fals Borda, Paulo Freire ou Darcy Ribeiro.

Os principais eixos do programa de pesquisa do denominado “giro decolonial”, segundo Escobar (2003, p. 60), são: a identificação da origem da modernidade na conquista de América e o controle do Atlântico, após 1492; o reconhecimento do colonialismo e do desenvolvimento do sistema capitalista como sendo elementos constitutivos e essenciais para o advento da modernidade; a adoção de uma perspectiva planetária da explicação da modernidade, no lugar de uma interpretação do fenómeno como intra-europeu; a identificação dos processos de dominação e de subalternização do conhecimento e das culturas dos grupos submetidos; uma concepção do eurocentrismo como forma de supremacia hegemônica, e de pretendido carácter universal de conhecimento, sobre a modernidade/colonialidade.

A partir do final do século XX, o pensamento decolonial deu lugar, portanto, a novas formas de pensar e de atuar politicamente, consolidando-se e multiplicando suas agendas de pesquisa, através da obra de autores como Walter Dignolo, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander ou Catherine Walsh (Ballestrin, 2013). Desde esta perspectiva, a colonialidade é aquilo que perdura de forma profunda e arraigada, para além do colonialismo. A colonialidade do poder foi alvo da atenção do sociólogo peruano Aníbal Quijano, cuja argumentação sustenta como a instalação e consolidação da sociedade moderna capitalista deu-se intimamente associada a uma configuração específica das relações de poder, calcada em classificações pautadas na raça, no género e no trabalho. A tese de Quijano é que a racialização cumpriu um papel de destaque para o ordenamento do “padrão mundial do poder capitalista eurocêntrico e colonial/moderno”, isso porque as “atribuições destas novas identidades sociais” – os indígenas, os selvagens, os nativos, entre outras – conseguiram se estabelecer e se atualizar “como forma básica

de classificação societal universal do capitalismo mundial; [...] fundamentos das novas identidades geoculturais e das suas relações de poder no mundo” (Quijano, 2009, pp. 106-107).

Além da colonialidade do poder, os estudos decoloniais permitiram o reconhecimento também de outras duas dimensões da colonialidade: a do saber e a do ser (Ballestrin, 2013, p. 101). Do ponto de vista do pensamento, a decolonização implica na adoção de uma problematização da episteme em uma busca de superação das “condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação” (Reis e Andrade, 2018, p. 3).

A partir destas premissas, os passos pioneiros de Sayad rumo a uma visão “pós-colonial” e “decolonizada” do fenômeno migratório ficam evidentes na forma como ele articulou sua experiência biográfica – marcada pela subalternidade – à ruptura epistêmica que realiza quando rejeita a visão hegemônica científica, revelando os sentidos subjacentes à apreensão da migração apenas como “imigração” e como um “problema social” para os países receptores. Como argumentamos anteriormente, enquanto intelectual comprometido com seu tempo, sua história, e aderindo a um projeto de emancipação social, Sayad rompeu com o etnocentrismo europeu ao apreender a emigração e a imigração de forma articulada, denunciando os efeitos da colonização para a constituição e formalização daqueles que passam a ser os países de expulsão e os países de atração, revelando as hierarquias constituídas entre Norte e Sul, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Sayad conseguiu sustentar argumentações que mostram estas operações subjetivas e objetivas não como “efeitos perversos, imprevistos”, mas, sim, como expressões e atualizações da lógica colonial:

As marcas indeléveis da situação colonial simplesmente não abandonaram os povos colonizados, tampouco os abandonarão, tendo-se em vista a magnitude da operação do processo colonial que hodiernamente se desdobra na colonialidade do poder. (Reis e Andrade, 2018, p. 4)

Nossa leitura da obra do Sayad em perspectiva pós-colonial e em diálogo com os estudos decoloniais, não é, sem embargo, a única. Em diversos contextos acadêmicos e desde heterogêneas disciplinas, autores como Avallone e Torre (2013), Avallone (2018), Boubeker (2010), Colella (2018), Gil (2010), Pérez (2017) e Reding (2017) têm também constatado o caráter precursor das reflexões do Sayad respeito as premissas da crítica pós-colonial e decolonial.

Para Avallone e Torre (2013, p. 11), apesar da dificuldade de categorização da obra do Sayad, tanto pela sua biografia como pelas suas contribuições à compreensão das raízes coloniais das migrações contemporâneas, ele pode ser definido como um estudioso pós-colonial. Na prática, ele ofereceu, de fato, um ponto de vista “outro”, crítico, alternativo, periférico e migrante respeito às interpretações da época. Portanto, mesmo que ele não tenha se autodefinido, nem participado de um debate explicitamente autoproclamado pós-colonial, foi a sua geração – que vivenciou na própria pele a dominação colonial, lutou a favor do processo de descolonização e começou a busca por uma nova identidade e a compreensão da “sua história” para além da construção hegemônica ocidental – a que trilhou o caminho que haveriam de percorrer os teóricos pós-coloniais dos anos oitenta” (Avallone e Torre, 2013, pp. 12-13). A este respeito, ele pode ser considerado como um estudioso pós-colonial das migrações *ante litteram* (Colella, 2018, pp. 186-187).

Tanto Sayad como Bourdieu foram intelectuais vanguardistas, eticamente comprometidos com os dilemas de seu tempo e que compreenderam o poder liberador e transformador do conhecimento, assim como a necessidade de um olhar autocrítico do saber especialista e da sua coparticipação nas lógicas de dominação (Pérez, 2017, p. 18). Assim, o pioneirismo pós-colonial do Sayad estabelece uma ruptura com a visão unilinear e hegemônica da história ocidental, colocando os países colonizadores como parte de um processo global constituído por uma pluralidade de histórias apagadas. A este respeito, para Colella (2018, p. 197), a obra de Sayad desenvolve reflexões nas duas acepções do sufixo “pós” da crítica pós-colonial:

no sentido *neocolonial*, para expressar a continuidade do passado no tempo presente e, no sentido *anticolonial*, em aberta oposição ao colonialismo e sua vigência através do pensamento do Estado.

Como relatamos na segunda parte deste texto, o tratamento de noções como historicismo, hibridismo e provincialização do Ocidente, desenvolvidas pelos estudos pós-coloniais, tampouco é estranha às pesquisas do Sayad. Segundo Colella (2018, p. 188), “Sayad questiona as modalidades de representação do tempo e do espaço que caracterizam a narração da “História” (escrita por e para os europeus), contribuindo, assim para a provincialização da França e, com ela, da Europa”. Além disso, Sayad apela para a necessidade de se reconhecer e visibilizar as “histórias não contadas”, dando voz aos seus protagonistas, tanto na origem quanto na continuidade das relações de dominação. Ao resgatar essas “outras histórias” e reconhecer o impacto que elas exercem, Sayad se antecipa também à noção de hibridismo desenvolvida pelos estudos pós-coloniais. Portanto, segundo Colella (2018, p. 200), mesmo que de forma não deliberada, o autor criou uma sociologia pós-colonial da emigração e da imigração de caráter pioneiro.

Na academia francesa, o sociólogo Boubeker (2010) também identifica a obra de Sayad como pioneira de uma sociologia da migração pós-colonial, argumentando que a combinação de uma reflexão sobre a imigração em torno do Estado permitiu ao autor repensar as relações de alteridade, que constituem as nações, entre o “nós” e os “outros”. Boubeker afirma que a sociologia da migração continua atualmente, e o texto é de 2010, tendo uma posição marginal na França, assim como os imigrantes:

Sayad encontra a questão essencial dos estudos pós-coloniais: altera as linhas de encarceramento a partir de uma alteridade radical, para escapar do monopólio do discurso legítimo dominante, o qual bloqueia qualquer encontro dialógico em uma relação assimétrica. Se as potências coloniais sempre mantiveram seus “nativos” a uma certa distância humana – eles puderam apreciar as imagens reconfortantes de sua própria grandeza –,

o período pós-colonial, sob o rumor revolucionário, também ecoa nos “soluços do homem branco”, desalojado das alturas, de suas certezas identitárias, é forçado a se questionar sobre o insuportável desafio de igualdade imposto a ele pelos “condenados da terra”. Haveria, portanto, um momento comparável na história da imigração, quando a sociedade francesa percebe que não pode mais se furtar *ad vitam aeternam* a enxergar a presença de imigrantes, que não são mais estrangeiros. Por trás do debate público sobre a imigração, é sempre a questão da identidade nacional francesa que emerge. A importância que os imigrantes assumem, nos modos de enunciação dessa identidade nacional, mostra até que ponto as fronteiras estão agora confusas, entre o outro e o “eu”, o outro se torna o “eu” e o “eu” se torna o outro, estranho à sua própria história. Parece que tudo o que a especificidade francesa queria ignorar, a imigração revelasse, precisamente o que ela não sabia sobre si mesma. O estranho não é mais aquele que vem de outro lugar, mas aquele que, constantemente, se reproduz, ao se manter no corpo social. De uma alteridade à outra. Da imigração para os subúrbios, novas fronteiras interiores impõem-se, subjacentes àquelas nas quais os “nativos” não seriam mais sujeitos de direito, mas “vítimas anônimas em situação ilegais, clandestinidade social, política, econômica, homens sem nome, sem identidade reconhecida”⁶. (Boubeker, 2010, pp. 46-47; tradução nossa)

Ao centrar suas análises na compreensão do pensamento de Estado e nas formas mediante as quais ele se reproduz, é interiorizado e legitimado cotidianamente, Sayad busca desentranhar a origem da divisão entre nacionais e não nacionais, e a naturalização de noções como fronteiras, soberania e integração. Fazendo isto, o autor denuncia o racismo, a discriminação e a exclusão de direitos, vivenciados pelos emigrantes/imigrantes e fundamentados nas lógicas de separação e contraposição entre “nós” e os “outros”, de origem colonial (Torre e Avallone, 2013, p. 30). Contudo, a postura do Sayad

6 Os trechos em aspas referem-se às citações de Sayad feitas por Boubeker (Sayad, 1997, p. 39).

foi também propositiva. Indo além de uma análise crítica do pensamento do Estado, da gênese colonial das migrações e das continuidades das formas de dominação, ele ofereceu diversos elementos para concepção de uma sociologia da liberação (Torre e Avallone, 2013, p. 29) ou, em termos de Gil (2010), de uma sociologia das migrações para a resistência.

Finalmente, nos Estados Unidos, a tese de Reding (2017) oferece uma biografia intelectual de Sayad em uma pesquisa que investiga como os argelinos buscaram reconstruir suas autonomias após a descolonização. Reding apreende as análises de Sayad situadas no âmbito das relações de dominação neocoloniais que, neste sentido, representam também uma contribuição vinda das ciências sociais para uma reflexão crítica sobre o pós-colonialismo. Sua obra desafia, segundo Reding, a noção de pós-colonialismo formulada por pesquisadores franceses a partir das ciências sociais que, é importante dizer, haviam praticamente ignorado a questão dos estudos pós-coloniais até o final da década de 1990: “A análise da sociologia de Sayad oferece-nos a oportunidade de colocar os próprios imigrantes dentro da história do pensamento social pós-colonial na França” (Reding, 2017, pp. 6-7; tradução nossa).

Considerações finais

Abdelmalek Sayad foi um dos autores mais originais do século XX. “Indígena” durante o processo de colonização da Argélia, intelectual, militante anticolonial e, mais tarde, emigrante/imigrante argelino e ativista das migrações na França, desenvolveu pesquisas em momentos excepcionais e de profundas transformações. Sendo ele mesmo um sujeito subalterno e periférico, entendeu as migrações “desde dentro” e, como ninguém na sua época, foi capaz de elaborar um conjunto de obras vanguardistas que se anteciparam a algumas das reflexões da crítica pós-colonial.

Como descrevemos ao longo deste capítulo, a gênese colonial das migrações, a íntima relação entre capitalismo, modernidade e

colonialidade, a visão hegemônica e unilinear da história ocidental, o etnocentrismo, as continuidades e múltiplas formas de expressão da dominação colonial, o hibridismo e a necessidade de dar voz aos sujeitos subalternos – elementos centrais no pensamento pós-colonial e decolonial dos anos 1980 e 1990- – foram abordados por Sayad, em relação aos estudos migratórios, décadas antes da consolidação destas correntes.

Todavia, o pioneirismo do autor alcançou também outros âmbitos. Assim, por exemplo, ao chamar a atenção para a necessidade de compreender as migrações além das fronteiras nacionais, Sayad se antecipou às críticas do nacionalismo metodológico e pode ser considerado também como um precursor da perspectiva transnacional (Gil, 2010, p. 243). Na mesma linha, Avallone (2018, p. 63) reconhece que Sayad foi pioneiro no que diz respeito ao enfoque da autonomia das migrações, sendo o primeiro sociólogo que criticou a objetivação dos migrantes, resgatou sua condição de sujeitos e prestou atenção à sua capacidade de agência e ao seu protagonismo social e político.

Hoje, fenômenos como a persistência de práticas neocoloniais, o aumento dos controles fronteiriços, a permanente problematização do fenômeno migratório e a constante criminalização e securitização das migrações evidenciam a atualidade do pensamento do Sayad. Porém, conforme analisado neste capítulo, suas contribuições para a compreensão do fenômeno migratório como fato social total vão muito além do “aparente” e oferecem inúmeros instrumentos tanto para entendermos a mobilidade humana desde um ponto de vista “outro” e disruptivo, contrário a qualquer forma de opressão e dominação, assim como para formular horizontes alternativos de emancipação social.

Em um contexto que oferece a construção e o fortalecimento de “muros”, Sayad nos convida a desmantelá-los, a partir de uma alteridade radical capaz de identificar, reconhecer e incorporar o “outro”. Esta alteridade radical parece ser o caminho para a convivência de

perspectivas científicas diversas e saberes heterogêneos, mas, sobretudo, seria uma forma de podermos de fato acolher a diversidade que se oculta na configuração do que chamamos “humano”.

Referências

- AVALLONE, G. (2018). “Las migraciones entre autonomía y relaciones de fuerza”. In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica*. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales). Madrid, Dado Ediciones, pp. 59-74.
- AVALLONE, G.; TORRE, S. (2013). “Abdelmalek Sayad: per una teoria postcoloniale delle migrazioni”. In: AVALLONE, G.o; TORRE, S. (orgs). *Abdelmalek Sayad: per una teoria postcoloniale delle migrazioni*. Catania, Edizioni Il Carrubo, pp. 9-36.
- BALLESTRIN, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, pp. 89-117.
- BELGACEM, S. H; TAALBA, F;. (2018). La Argelia de Abdelmalek Sayad. In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica*. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales). Madrid, Dado Ediciones, pp. 25-34.
- BOUBEKER, A. (2010). “Abdelmalek Sayad, pionnier d’une sociologie de l’immigration postcoloniale”. In: MBEMBE, A. et al. (dir) *Ruptures postcoloniales*. Paris, La Découverte, pp. 37-48.
- BOURDIEU, P. (1998). “Prefácio”. In: SAYAD, A. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- BOURDIEU, P. (2010). “Prefácio”. In: SAYAD, A. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Antrophos.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (1964). Paysans déracinés. Bouleversements morphologiques et changements culturels en Algérie, *Études rurales*, 12, janvier-mars, pp. 56-94.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (2006). A dominação colonial e o saber cultural. *Revista de Sociología Política*, n.26, pp. 41-60.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (2017). *El desarraigo. La violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Buenos Aires, Siglo XXI.

- COLELLA, L. (2018). "Abdelmalek Sayad: para una sociología postcolonial de la emigración/inmigración ante litteram". In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales)*. Madri, Dado Ediciones, pp. 185-202.
- ESCOBAR, A. (2003). Mundos e conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, n. 1, pp. 51-86.
- GIL ARAUJO, S. (2010). Una sociología de las migraciones para la resistencia. Presentación. *Empiria, Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 19, pp. 235-249.
- GREEN, N. (2002). *Repenser les migrations*. Paris, Presses Universitaires de France, 138 p.
- MEZZADRA, S.; RAHOLA, F. (2008). "La condición postcolonial. Unas notas sobre la cualidad del tiempo histórico en el presente". In: MEZZADRA, Sandro. *Estudios postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madrid, Traficantes de Sueños, pp. 261-278.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. (2014). Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, pp. 66-80, abr.
- PÉREZ, A. (2017). "Prólogo. La liberación del conocimiento. Bourdieu y Sayad frente al colonialismo". In: BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. *El desarraigo. La violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Buenos Aires, Siglo XXI, pp. 7-26.
- PORTELA JÚNIOR, A. (2015). Estudos pós-coloniais e ciências sociais: críticas e alternativas epistemológicas. *Temáticas*, IFCH/Unicamp, n. 45/46, 26 p.
- QUIJANO, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S. e MENESES, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, pp. 73-118.
- REDING, M. (2017). *Yesterday's colonization and Today's immigration: an intellectual biography of Abdelmalek Sayad, 1957-1998*. Thesis presented to the Department of History and the Graduate School of the University of Oregon in partial fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts.
- REIS, M. de N.s.; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de (2018). O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 202.

- SANTOS, B. de S. (2000). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal, Rio de Janeiro.
- SANTOS, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, pp. 71-94, nov.
- SAYAD, A. (1979a). Immigration et conventions internationales. *Peuples méditerranéens*, 9, octobre-décembre, pp. 29-52.
- SAYAD, A. (1979b). Qu'est-ce qu'un immigré. *Peuples méditerranéens*, 7, avril-juin, pp. 3-23.
- SAYAD, A. (1980). Le foyer des sans-famille. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 32-33, avril-juin, pp. 89-103.
- SAYAD, A. (1996). Entrevista Colonialismo e Migrações. [Entrevista concedida a] Federico Neiburg. *Mana*, n. 2, vol. 1, pp. 155-170.
- SAYAD, A. (1997). "Identités: nomination/catégorisation". In: *Citoyenneté, identités*. Document de l'INJEP, n. 4 hors série, janvier.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- SAYAD, A. (1999). Immigration et "pensée d'État". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 129, septembre. Délits d'immigration, pp. 5-14.
- SAYAD, A. (2008). Estado, Nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. *Apuntes de investigación*, número 13, 2008. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires – CECYP, pp. 101-116.
- SAYAD, A. (2010). *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Antrophos.
- YOUNG, R. (2010). ¿Qué es la crítica postcolonial? *Pensamiento Jurídico* n. 27, pp. 281-294.

Da objetificação à humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmalek Sayad

Gustavo Dias

É longo, como se vê, o caminho até o reencontro da colina, por algum tempo esquecida. O trabalho que, ao vencer a vergonha em relação à cultura de origem, conduz a sua reapropriação é uma verdadeira socioanálise, de que jamais se está seguro de ter sido inteiramente concluída. (Bourdieu, 2006, p. 94)

Introdução

Neste capítulo, como o título aponta, reflito sobre o conceito de imigrante desenvolvida por Abdelmalek Sayad (1933-1998) em seus estudos acerca da migração argelina para França. Para tal exercício, detenho-me com maior profundidade no seguintes textos: *As três idades da imigração*, publicado em 1977; *O que é imigração?*, publicado em 1979; e *Custo e lucro da migração*, publicado em 1986. As versões que utilizo desses artigos se encontram na edição *La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*, publicado pela editora Anthropos, em 2010. Além desses artigos, conto, também, com o clássico livro *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*, publicado com Pierre Bourdieu, em 1964,

mas republicado pela SigloVeintiuno Editores, em 2017. Através dessas fontes, discuto como Sayad propôs uma interpretação crítica direcionada à sociedade francesa.

Em particular, “aos empregadores, e os poderes públicos em primeiro lugar, mas também os serviços sociais, as instituições de ação social e, mais amplamente, a opinião pública” (Sayad, 1998, pp. 63-64). Em suas palavras, esses setores sociais compõem o que ele próprio define como “usadores da migração” (ibid.). Longe de se comprometerem a evidenciar o imigrante enquanto um ser social e com direitos políticos, o transformam em uma espécie de *commodity* fornecida em abundância pela sociedade argelina para ocupar postos de trabalhos temporários. Dessa forma, precisam ter seu fluxo controlado para não colocar o tecido social e a economia nacional sob riscos. Tal leitura utilitarista os torna um *problema social* a ser combatido ao mesmo tempo em que os migrantes geram, também, lucros para os próprios usadores da migração com tal situação.

Como veremos neste artigo, Sayad rompe com um entendimento estático produzido pela sociedade francesa sobre a migração argelina (e que pode ser, ainda, ampliada para outras nacionalidades magrebins), em decorrência de uma forte herança colonial. Em seu lugar, o autor propõe, através de uma sociologia crítica e engajada com um trabalho de campo multissituado, uma leitura focada na dinâmica migratória desse grupo. As transformações sofridas, inicialmente, durante o sistema colonial e, em seguida, pela relação neocolonial entre Argélia e França, ganham um forte destaque em sua interpretação sociológica. A história da dominação francesa, as disputas territoriais vividas no campo argelino e o impacto dessas duas dimensões – espaço-temporal – nas gerações migratórias são elementos-chaves para a compreensão desse fenômeno social ainda em curso (Dias, 2019).

Arrisco dizer que esses são traços de uma etnosociologia combativa aprendida com Pierre Bourdieu durante seus anos de estudos na

Universidade de Argel, no final da década de 1950. Para Abdelmalek Sayad, é necessário compreender como se deu a construção do conceito imigrante e, sobretudo, ressignificá-la politicamente.

Um olhar atento para a dimensão temporal da migração argelina

Tomo como ponto inicial o manuscrito *As Três idades da emigração*. Acredito que esse texto e sua abordagem diacrônica da migração argelina assume um papel central diante de toda a produção intelectual de Sayad ao longo de sua vida. A dinâmica temporal explorada pelo autor oferece-nos a compreensão da migração argelina enquanto um fenômeno intimamente ligado à dominação imposta pela França. Sua gênese encontra-se no sistema colonial francês e perdurará mesmo após a independência argelina, por meio da relação neocolonial estabelecida entre ambos países. Em cada uma das três idades, presenciamos a *histerese*. Em outras palavras, a crise e reestruturação produzida no universo social argelino, a mudança geracional e, por conseguinte, o *ethos* migratório¹ que se transforma ao longo de décadas. Portanto, em sua estrutura, podemos vislumbrar cada uma das questões, sujeitos e contextos políticos abordado por Abdelmalek Sayad em seus outros textos.

Sayad redige *As Três idades da emigração* baseado no projeto que permitiu a sua integração ao *Centre National des Recherches Scientifiques* (CNRS), de forma integral, enquanto pesquisador. Em suas palavras, era um artigo ainda não fundado em uma longa experiência de pesquisa (Sayad, Neiburg, 1996). Todavia, já indicava elementos importantes para a compreensão da migração argelina para França. Fruto de sua participação em pesquisas prévias (Bourdieu,

1 É importante notar que, nos primeiros estudos desenvolvidos por Sayad e Bourdieu na Argélia, o conceito social de *habitus* ainda não havia sido lapidado pelo sociólogo francês. Será através desses estudos etnográficos, conduzidos paralelamente aos desenvolvidos em sua província natal, Béarn, que tal conceito viria a emergir. Portanto, nesse momento, o conceito de *ethos* cumpre a função necessária para superar a antinomia agência/estrutura tão em voga no estruturalismo francês.

Sayad, 2006; Gillette, Sayad, 1984²), Sayad reforça o papel central da história e da geografia na dinâmica migratória argelina para a França. Trata-se de um processo cujas origens remontam à colonização francesa no Norte da Argélia na primeira metade do século XX e que, portanto, deve ser compreendido através das *trajetórias* de seus atores sociais impactados por tal conflito (Sayad, 2010). Para ele, é na capacidade de reconstruir integralmente as trajetórias dos emigrantes que o pesquisador pode se dar conta do “sistema completo de determinações que, tendo atuado antes de sua emigração e que continua a agir, de forma modificada, levou os emigrantes, no processo de emigração, ao seu ponto atual de chegada” (Sayad, Arfaoui, 2002, p. 29; tradução minha). Trajetórias revelam motivos, objetivos, gênero, faixa etária, tempo de duração, bem como os projetos migratórios presentes nesse grande fenômeno social, ainda em andamento, que é a migração argelina para França. Para tal, ele propõe um exercício genealógico capaz de resgatar uma relação tão antiga e firmada no colonialismo entre a Argélia e a França.

Portanto, com o intuito de evidenciar as distintas trajetórias migratórias para a França e como elas vão sendo reconfiguradas ao longo das décadas, Sayad divide a migração argelina em três idades. Seriam ciclos complementares, porém distintos, que caminhariam de um estado de formação para um estágio de maturidade. Cada uma delas é produzida pelas políticas desenvolvidas inicialmente pelo sistema colonial francês e, posteriormente, pela relação de dependência política e econômica do Estado argelino em relação ao governo francês. Logo, podemos constatar que cada uma dessas idades, dentro de suas particularidades, produz gerações de migrantes com *ethos*

2 A primeira referência diz respeito ao estudo conduzido ao lado de Pierre Bourdieu, no universo rural argelino, que será discutida com maiores detalhes adiante. O segundo trabalho trata-se do desenvolvido com Alain Ginette da *École Nationale d'Administration* (ENA) e que buscou, através de uma abordagem quantitativa, compreender a migração magrebina para a França. Essa pesquisa, em particular, deu origem ao livro *L'immigration Algérienne en France*, publicado em 1974. Cabe frisar que, na primeira edição, aparece seu nome de família, MalekAth-Messaoud. A partir da segunda edição, em 1998, teremos a edição com seu nome civil, Abdelmalek Sayad (maiores informações, consultar: Belgacem e Taalba, 2018).

distintos. Em comum, guardam o fato de que essas diferentes gerações de migrantes seguem destituídas do que eu defino aqui como um *lar político*.

Nas subseções a seguir, exploro as particularidades apontadas por Sayad em cada uma dessas idades e como, a partir dessa análise, ele produz críticas pertinentes ao olhar sincrônico/etnocêntrico produzido pela sociedade francesa em relação à migração argelina que aprisiona o agente social dentro de uma perspectiva objetificante.

Sobre os pioneiros ou a primeira geração migratória

Sayad expõe essa migração como uma migração temporária e predominantemente composta por campesinos solteiros que abriam mão, temporariamente, do cultivo da terra. Ela ocorreu, sobretudo, entre décadas de 1930 e 1950³. São predominantemente *fellah'in* ou *khammès* (meeiros), que mesmo tendo emigrado, não perderam o *ethos campesino* (Bourdieu; Sayad, 2006). Cabia, contudo, à própria família escolher o campesino que faria a travessia. A seleção consistia em um sujeito nem tão jovem, para não correr o risco de se desvirtuar, e nem tão velho, pois era preciso suportar o fardo do trabalho, durante o período em que estivesse emigrado na França. O selecionado é entendido como o “bom” emigrado,

[a]quele a quem ele se louvou porque sabia como permanecer o autêntico camponês (*bou-niya*) que ele era, deve ficar claro que

3 Ressalto que, apesar de Sayad estruturar a mobilidade migratória argelina nessas três idades e indicar que seu início se deu por volta da década de 1930, em estudo posterior é possível verificar que ele retrocede o começo desse fenômeno social para quase uma década antes, 1920. Refiro-me ao seu artigo *Nacionalismo y emigración* (originalmente *Émigration et nationalisme: Le cas algérien*, publicado em 1993), também contido na obra *La doble ausencia* (2010). Nesse texto, Sayad dedica atenção aos emigrantes políticos, que fugiram do controle colonial francês em território argelino, para fundar a *Étoile Nord-Africaine* (ENA), em solo francês, em 1926. Essa associação nacionalista reivindicava o fim da ocupação francesa em território argelino. Ao longo do artigo, é possível compreender, também, as ações políticas desses migrantes/exilados junto aos primeiros migrantes argelinos na França.

ele poderia apoiar seu novo status de emigrante e continuar, apesar do exílio, vivendo e pensando como um verdadeiro camponês. (Sayad, 2010, p. 63)

Vemos a migração, nessa idade, enquanto um projeto familiar e bastante voltado para a preservação de suas terras. Uma forma de resistência ao domínio francês que se alastra pelo universo rural argelino com o discurso de modernização.

Ao contrário do que viria a ocorrer posteriormente, a migração argelina não havia, ainda, ocupado, efetivamente, através de comércio e locais de lazer étnicos, os espaços sociais das cidades francesas onde os migrantes residiam temporariamente. Além de temporária, tratava-se de uma migração solitária. Segundo o próprio autor, o emigrante levava uma vida essencialmente focada no trabalho e com pouquíssimo contato com a vida francesa. A sociedade de origem e seu universo simbólico produzem fortes vínculos que forçam o comprometimento do migrante.

As estadias na França foram submetidas à tradição camponesa em sua duração (ou, o que equivale à mesma coisa, a duração da ausência do país), sua frequência, os períodos de partidas e retornos, etc. O ritmo destes últimos obedeceu ao calendário do trabalho agrícola e aos pontos altos da vida social do campo, e não às exigências da atividade das indústrias que empregavam os emigrantes: as saídas geralmente ocorriam depois do trabalho, no final do dia, outono ou início do inverno, e os retornos coincidiram com o período das colheitas e safras, bem como com o período do ano em que as relações sociais são mais intensas (época de núpcias e todos os tipos de transações após as colheitas). (Sayad, 2010, p. 62)

Diante desse calendário agrícola e as demandas da vida social campesina, a reclusa social, em solo francês, tinha o claro objetivo de potencializar o sucesso do projeto migratório no menor período de tempo possível. Como Sayad conclui, nem o emigrado e nem o grupo que dependia desse queriam que a duração na França fosse

demasiada longa. Caso o projeto migratório não fosse concretizado, muitos deveriam repetir o movimento novamente. Graças a essa padronização de agentes sociais, projeto migratório e a forte presença de um *ethos* campesino, Sayad define a migração na primeira idade como uma *migração ordenada* e que buscava causar o menor impacto possível na vida desses campesinos, de seu grupo que o aguardava na margem sul do Mediterrâneo e, principalmente, do universo rural do qual faziam parte.

Claro que, aqui, o autor busca estabelecer um padrão de compreensão não apenas da primeira idade, mas, também, das demais idades migratórias. É importante frisar que, em seus trabalhos de campo posteriores, Sayad chamaria a atenção para o fato de que, já nessa primeira idade da migração argelina para França, o impacto dessa vida em constante movimento sobre o universo rural argelino já era sentido. Por mais que fosse uma *migração ordenada*, o autor revela que, para determinados emigrantes campesinos, o processo poderia não findar. Sem suporte do sistema colonial francês, a população campesina ficou à mercê de seus próprios escolhidos para assegurar a posse e a manutenção da terra. Dessa forma, o tempo de migração na França, mesmo que temporário, como dito anteriormente, poderia ocorrer diversas vezes para alguns desses, causando uma crise de identidade na vida desses escolhidos. Ben Miloud é um exemplo desse perfil de migrante da primeira idade. Chefe de uma família argelina residente em um município operário localizado nos arredores de Paris, Miloud narra suas idas e vindas para Sayad no capítulo “Uma família deslocada”, publicado na coletânea *A Miséria do Mundo* (1997a):

Por um acordo tácito entre pais e filhos, fundado nos interesses e nas competências de uns e de outros, ele prefere lembrar o passado à situação presente, cuja relação pertence mais aos filhos (e sobretudo às filhas) reservando-se, por contraste, o cuidado de lembrar a todos (e, neste caso, a seus filhos, que se mostraram particularmente atentos) o que foi, em época anterior, a imigração da família: “Eu cheguei [à França] em 1949,

em plena força da idade [...]. Nos primeiros anos, eu fiz como todo mundo, como se fazia na época: um tempo de trabalho na França, depois voltava para casa; voltava como se não fosse mais retornar [à França], mas, alguns meses mais tarde, eu estava de volta. Voltava como um “novato”. Afinal, já passei mais tempo na França que em meu país. Quando conto agora os anos, os meses, os dias, mais da metade de minha vida – Oh! muito mais! – eu vivi na França [...]. (Sayad, 1997a, p. 36)

Em suma, o que essa primeira idade da emigração nos revela? Como Sayad demonstra, temporalidade, ordenação e solidão fazem com que o contato com a sociedade de origem seja o menor possível. Assim como ocorre em território argelino ocupado pelo sistema colonial francês, esses camponeses desterrados não comungam o sentido de pertencimento a essa sociedade. A França é o avesso de um *lar político*. Trata-se de lugar distante e provisório, senão exótico, para esses sujeitos cujo projeto migratório está centrado na dinâmica trabalhar – economizar-retornar para a sua *thamourth*, “a família, o grupo sanguíneo, o povoado, a comunidade em seu conjunto” (Sayad, 2010, p. 63). É ela que ocupa todo o seu pensamento e inspira suas preocupações e todos os seus comportamentos. Tal apego com à sociedade de origem, expresso na temporalidade, rechaça qualquer envolvimento mais duradouro com o tecido social francês.

Podemos, dessa forma, concluir que essa migração, em geral, torna-se um fenômeno *invisível* para a sociedade francesa. Com o contato reduzido nos espaços de trabalho, o efeito *push-pull* é bastante claro no imaginário da sociedade receptora. Logo, a migração argelina tem, nesse momento, para a sociedade de destino, um claro propósito: o trabalho temporário.

Bou-niya e trabalhador temporário são, nesse entendimento, as duas faces do mesmo agente social: o imigrante. Retomando o bastante conhecido paradoxo apresentado por Sayad: “[s]em estar errado, esse modo de explicação ganharia, contudo, para ser mais

completo e mais convincente, se lembrasse que o imigrante, antes de “nascer” para a imigração, é primeiro um emigrante” (Sayad, 1998, pp. 17-18). E ele tem sua origem no sistema colonial francês.

Será, contudo, na segunda idade da emigração, que o perfil social desse migrante mudaria e com ele seu *ethos*. O impacto dos reassentamentos é forte nesse momento (Bourdieu; Sayad, 2006, e 2017). Como um antigo *fellah* revela a Bourdieu e Sayad (2006), é o início de uma *geração atômica* (uma referência à explosão da primeira bomba atômica francesa em fevereiro de 1960, no Saara argelino). Uma geração atomizada e, portanto, desenraizada do campo e da identidade campesina e, através dos assentamentos forçados, inserida, de forma brutal, na modernidade.

Um *fellah* que vem instalar-se na cidade habitua-se ao banho mouro, a cozinhar com gás butano. É impossível para ele regressar ao seu douar, onde para cozinhar tem que ir procurar lenha e água a dois quilômetros de distância, e para tomar um banho tem que ir ao canal [*wadi*]. Eu nasci e vivi na pobreza e sou capaz de viver sempre assim. Mas a nova geração, a geração “atômica” já não consegue viver dessa forma. Por exemplo, este aqui (apontando para uma criança de 14 anos) se não tiver a sua costeleta e o seu queijo na hora da refeição, haverá confusão”. (Bourdieu; Sayad, 2006, p. 47)

De fato, Bourdieu e Sayad constatam que a demanda por bens de consumo duráveis como, por exemplo, rádio, fogão a gás e refrigeradores cresce exponencialmente nas vilas localizadas na Cabília, local onde desenvolveram um intenso trabalho etnográfico. É também inédito, pois, como apresentarei mais detalhadamente a seguir, Bourdieu e Sayad valem-se da pesquisa de campo, da fala do entrevistado para desmistificar os dados oficiais produzidos pelo governo francês.

Com o intuito de me aprofundar com mais detalhes no papel produzido pela colonização francesa no campo argelino e o quanto isso contribuiu para a geração da segunda idade, na próxima seção realizo a retomada do clássico *El desarraigo: la violencia del capitalismo*

en una sociedad rural, publicado por Bourdieu e Sayad em 1964. Faça tal exercício com o claro objetivo de resgatar as particularidades da política colonial francesa dos deslocamentos forçados, seguido dos reassentamentos rurais, que ocorrem durante as décadas de 1950 e 1960. Tal proposta é necessária, pois auxilia-nos na compreensão de como essa ação colonial no mundo rural argelino produziu uma profunda ruptura no *ethos* campesino e, por conseguinte, transformou profundamente a migração argelina para a França. O *bou-niya* viria a sumir e, com ele, a migração *ordenada*, também. Temos, então, a segunda idade da emigração.

Resgatando a etnosociologia produzida nas fronteiras coloniais

A etnosociologia produzida por Bourdieu e Sayad, entre 1959 e 1962, vai radicalmente de encontro aos trabalhos francófonos, até então produzidos sobre a Argélia. Como Sayad explica em sua entrevista com Federico Neiburg, os trabalhos etnográficos iniciais produzidos na Argélia, durante a ocupação francesa, remontam à primeira metade do século XIX. Tratava-se de estudos fortemente enviesados por um olhar atrelado aos interesses coloniais de Paris.

Esse primeiro período vai até o começo desse século, quando se deu um forte investimento francês, em uma assim chamada literatura etnológica colonial. Não se tratava de verdadeiros etnólogos, mas de juristas, intelectuais, homens de letras e até militares franceses ligados à administração colonial que escreviam um pouco, talvez por curiosidade (Sayad; Neiburg, 1996, p. 158)

Produzidos, em geral, por orientistas e funcionários do governo francês sem uma formação prévia rigorosa, esses estudos reafirmavam a já exótica imagem construída no imaginário eurocêntrico da metrópole (Bourdieu, 2013a).

Será, contudo, com Charles De Gaulle, logo após assumir seu mandato presidencial (1959-1969), que as “ciências sociais

metropolitanas na Argélia” receberiam um maior investimento e passariam, também, a se preocupar com temas tais como estruturas de parentesco, deslocamentos populacionais e expansão e organização do sistema escolar (Sayad; Neiburg, 1996). Contudo, sem perder, ainda, seu caráter colonial. Sayad chama a atenção para o fato de que, nesse período, o trabalho de campo passou a ter um caráter importante nas dissertações de mestrado desenvolvidas na própria Argélia. Será nesse momento, também, que a Faculdade de Filosofia, da Universidade de Argel, onde, na época, ele cursava Filosofia, receberá um grupo de jovens pesquisadores franceses para lecionar e produzir estudos acerca da própria Argélia. Dentre eles, chamo a atenção para Pierre Bourdieu.

Após quase dois anos servindo ao Exército francês, Bourdieu assume, em 1958, uma posição para lecionar filosofia e sociologia. Segundo Sayad, para um jovem com o título universitário nascido, no sul da França como ele, esse não era um destino tão miserável já que o itinerário comum de recém-graduados era trabalhar em algum liceu secundário, e não no ensino superior. “A longínqua Universidade de Argel, afastada do polo dominante de Paris, permitiu a Bourdieu se transformar em um professor universitário com relativa rapidez” (ibid., p. 159). Foi através da *Association Algérienne pour la Recherche Démographique Économique et Social (AARDES)* – fundada com o objetivo de produzir pesquisas estatísticas sobre a realidade local e que agregou jovens franceses, argelinos, judeus e *pieds-noirs* – que Bourdieu e Sayad passam a trabalhar juntos. Contudo, era uma Fundação criada pelo governo colonial e que, portanto, demandava bastante cautela dos pesquisadores para assegurar uma relativa autonomia a seu trabalho.

Nosso trabalho durou pouco mais de dois anos, entre 1959 e 1962, atendendo a uma série de demandas que tinham origem administrativa e quase militar – demandas cujo objetivo era, mais que uma engenharia, uma verdadeira cirurgia social – que nós tínhamos de transformar em objetos de pesquisa segundo nossos interesses. (Ibid., p. 160)

Era preciso autorização do exército para realizar pesquisa, pois essa era feita, muitas vezes, dentro de zonas de conflito. Controle de mobilidade – postos de controle, minas terrestres e estradas bloqueadas, atentados e mortes – fazia parte das negociações envolvidas nas pesquisas de campo, que eram, em geral, conduzidas durante o dia e seus dados analisados e discutidos ao anoitecer. O acontecido com o estudante de medicina, Hénine Moulah, a quem *El desarraigo* é dedicado, é prova do quanto o cenário estudado era perigoso. Bourdieu (2013b) revela que esse amigo de Sayad compunha a equipe de pesquisa responsável por coletar dados sobre os deslocamentos forçados de *fellah'in* (campeiros), provocados pelo exército colonial. Contudo, durante uma das incursões a campo, Moulah foi assassinado pela Organização Armada Secreta (OAS), grupo paramilitar francês.

Será nesse período que Sayad, ao lado de Bourdieu, desenvolve um etnosociologia de fôlego para compreender o massivo processo de deslocamento forçado de populações da Argélia rural, produzido pelo exército colonial francês. Ao tentar controlar regiões no Magreb argelino que se encontram isoladas geograficamente, mas com a presença de rebeldes independentistas da Frente de Liberação Nacional (FLN), o governo francês contribui, decisivamente, na desorganização social e econômica do mundo rural argelino. Trata-se de um processo que desenraiza, brutalmente, o camponês. “Pacificar” através de deslocamentos e campos de reagrupamentos, por exemplo, força a saída de mais de 1.175.000 pessoas das ditas “zonas proibidas” (áreas rurais de Chlef, Cabília e maciço de Collo), enquanto mais de 2.350.000 pessoas são enviadas para as regiões de reagrupamentos. Mais tarde, em 1964, esse material dará origem ao livro *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*⁴.

Como é possível perceber ao longo das 267 páginas que compõem esse livro, Bourdieu e Sayad sistematicamente descontrolam a definição de “pacificar” e a substituem por “desenraizar”.

4 Nesse período, Bourdieu já era professor na Universidade de Lille e Sayad cursava o doutorado em História, em Paris (Neiburg; Sayad, 1996).

Mais do que propor formas compensatórias para as desigualdades sociais e econômicas locais, a política colonial francesa de “pacificação” desenraiza uma população campestre organizada em torno de uma economia tradicional – baseada na reciprocidade e solidariedade – e a lança em um distinto contexto, mediado pelo salário e novos modos de trabalho e consumo. Neste mundo cindido, magrebinos permanecem como estrangeiros em seu próprio território. As fronteiras coloniais francesas avançam sobre a Argélia, retiram campestres de suas aldeias e os encarceram nos campos de “reagrupamento”. (Dias, 2019, p. 320)

Nas palavras de Loïc Wacquant, os autores demonstram “a destruição acelerada do campestre argelino sob a pressão da espoliação da terra, da mercantilização das relações sociais e do assentamento forçado de milhões de pessoas imposto pelo exército francês no seu esforço estéril para conter a insurgência nacionalista” (Wacquant, 2006, p. 15).

Assim, será no final da década de 1950 e início de 1960 que a segunda geração de migrantes argelinos começa a desembarcar na França, como Sayad bem explora em seu texto sobre as idades migratórias. O trabalho continua sendo o elemento central na vida desses jovens desenraizados da vida rural. Contudo, a temporariedade já não é uma realidade

A segunda idade: da migração ordenada para uma “aventura” individual

As fronteiras coloniais francesas avançam sobre a Argélia, retiram campestres de suas aldeias e os encarceram nos campos de “reagrupamento”. O sistema colonial produz a destruição acelerada do campestre argelino sob a pressão da espoliação da terra, da mercantilização das relações sociais e, como dito anteriormente, do assentamento forçado de milhões de pessoas imposto pelo exército francês no seu esforço estéril para “domesticar” uma população avessa à ocupação (Ibidem). Segundo Bourdieu e Sayad, é a posse da terra

que produz a identidade de campesino e, também, estabelece a ordem de um sistema patriarcal. Uma vez atomizados e desenraizados pelo sistema colonial, esses campesinos perdem, também, seu papel social e político perante suas comunidades. A posse e uso da terra, portanto, têm um poder decisivo na identidade dessa população.

Como Luana Colella reflete, as consequências nefastas de um sistema colonial violento, baseado no cálculo racional da modernidade ocidental, destrói o mundo campesino e seus agentes sociais.

[...] a França colonialista irrompeu violentamente no mundo camponês argelino, privando os nativos de sua única fonte de subsistência – o terreno para o cultivo – gerando inevitavelmente seu empobrecimento e, em consequência, assumindo o sentimento cínico de ter sido afetado, para sempre, o senso comum de pertencer a uma identidade comunitária, tão menos valorizada pela lógica da modernidade capitalista. (Colella, 2018, p. 192)

Entretanto, será entre os mais jovens que a penetração dos modelos e valores da economia moderna ganhará menor resistência. Cada vez mais, essa parcela populacional passa a assumir a responsabilidade de abastecer e manter as casas nesses reagrupamentos. A migração e o trabalho monetário, sobretudo, tornam-se a opção entre uma geração que já não vê mais sentido na agricultura e na estrutura social oferecida pela *thamourth*. Soma-se a isso o fato de que os emigrantes retornados, com suas narrativas e rendas monetárias, que circulam no meio rural, passam a exercer grande contribuição na ampliação da “mentalidade de cálculo ligado ao uso da moeda” para transformar a vida campesina, já bastante alterada, e suas formas econômicas tradicionais (Sayad, 2010, p. 68).

Em outras palavras, a destruição das organizações espaço-temporais desses campesinos produz o desenraizamento, bem como a entrada forçada de jovens para um mundo social mediado exclusivamente pelas trocas monetárias. Novamente, vemos a brusca ruptura do *lar político* dessa população. Contudo, se na primeira idade migratória, o migrante ordenado não identifica e não produz na

sociedade receptora vínculo algum, agora, em seu próprio território ele, também, experiência tal perda de pertencimento. As fronteiras do sistema colonial avançam sobre o mundo rural argelino com extrema força. Nas palavras de Bourdieu e Sayad, “o campesinato argelino encontrava-se de fato em meio a um processo catastrófico” (2006, p. 44). Neste mundo colonial, argelinos permanecem como párias em seu próprio território⁵.

Sayad explica que esse trabalho desenvolvido, na área da sociologia rural, objetivava inicialmente denunciar as profundas transformações sofridas no mundo camponês (Sayad, Neiburg, 1996). Todavia, o tema da migração ganha significativa relevância. “Sem outra esperança que não seja colher o suficiente para sobreviver, os mais miseráveis enfrentam a escolha entre esse fatalismo dos desesperados (que nada tem a ver com o Islã) e a migração forçada para a cidade ou para França” (Bourdieu, Sayad, 2006, p. 46). A emigração ganha os contornos de um trágico exílio. A expulsão do campo e o desemprego, aliados à quebra das estruturas sociais no campo, produzem o êxodo rural. É o “final inelutável de uma série de renúncias e derrotas: uma má colheita e tem que se vender o burro ou o gado; pede-se emprestado a taxas exorbitantes para equilibrar o orçamento ou comprar sementes; e, por fim, tendo esgotado todos os recursos, não se parte – se foge” (ibid.). Migrar, nesse contexto de violência, já não vem como o resultado de uma decisão livre ou da *thamourth*.

Trata-se de um projeto que ganha, cada vez mais, características individuais e já não é essencialmente temporário ou ordenado como outrora.

5 “As grandes leis fundiárias tinham como função manifesta estabelecer condições favoráveis ao desenvolvimento de uma economia moderna, fundada na empresa privada e na propriedade individual, sendo a incorporação jurídica a pré-condição indispensável da transformação da economia. Mas a função latente dessa política era outra. Num primeiro nível, tratava-se de favorecer a usurpação dos argelinos ao proporcionar aos colonos meios de apropriação aparentemente legais, ou seja, instaurando um sistema jurídico que pressupunha uma atitude econômica e, mais precisamente, uma atitude em relação ao tempo completamente estranhas ao espírito da sociedade camponesa. Num segundo nível, a desagregação das unidades tradicionais (a tribo, por exemplo), que tinham sido a alma da resistência contra a colonização, deveria naturalmente derivar das bases econômicas da sua própria integração” (ibid., p. 44).

Se o primeiro não se exilava fora de seu universo familiar para se manter camponês, e se ele não sacrificava em sua migração mais do que o mínimo (de tempo, interesse e atenção), o novo emigrado parece esperar de sua condição de emigrado o sentido e a função de sua existência e de suas atividades. (Sayad, 2010, p. 69)

Para Sayad, não há aqui a resistência do espírito campesino que animava e mantinha os primeiros emigrados. Com o desejo de experimentar a modernidade advinda de uma vida urbana e melhorar suas condições materiais, jovens já desenraizados emigram.

Posteriormente, Bourdieu dirá, em *For Abdelmalek Sayad* (2013b), uma homenagem póstuma ao companheiro de trabalho, que esses trabalhadores despossuídos do *ethos* campesino tornaram-se a mão de obra ideal para o neoliberalismo. Nem campesinos e tampouco trabalhadores qualificados, esses jovens formaram uma espécie de subproletariado desqualificado e barato. No caso daqueles que migram para a França, são, ainda, “ilegais” e, portanto, substituíveis quando não mais necessários. Vivem precariamente; em suas palavras, “amontoados” nas *bindovilles*, que margeiam os grandes centros urbanos, com o claro propósito de atender a demanda de trabalhadores exigida pelo mercado de trabalho.

Oriundo de Cabília, uma região da Argélia muito marcada pela emigração, Sayad tem experiência suficiente para reconhecer como esses camponeses se tornam operários nas indústrias da França. “De fato, para mim, como para eles, a emigração tinha uma dimensão também de continuidade, não só de ruptura” (Sayad; Neiburg, 1996, p. 163). Vê, portanto, a complexa dinâmica de um êxodo rural de regiões rurais da Argélia em direção às periferias dos grandes centros franceses. Contudo, Sayad atentamente observa que, mesmo sendo uma migração claramente marcada pela busca de trabalho, não se trata de um fenômeno essencialmente econômico. Os estudos prévios desenvolvidos na Argélia sugerem que o ato de migrar seria a forma encontrada por esses jovens campesinos para se emanciparem do universo rural, já um tanto distante de suas práticas cotidianas.

Ao emigrar não para ajudar o grupo, mas para emancipar-se de suas obrigações, e não para servir ao objetivo da comunidade – e ainda de acordo com a modalidade consagrada –, mas para servir um objetivo singular e definitivamente não mais viver como uma vez vivia entre os outros emigrantes e seu caminho, mas para experimentar uma experiência individual original, essa forma de emigração acabou por ser uma “aventura” fundamentalmente individualista. (Sayad, 2010, p. 70)

O que Sayad observa, ainda, é que a emigração argelina, nessa segunda idade, vai perdendo a característica predominantemente rural. As narrativas, corpos, somas financeiras e bens materiais que chegam da França afetam, também, o imaginário de jovens residentes nos centros urbanos argelinos. Assim, a segunda geração, com todas as suas particularidades, passaria a contar, também, com frações de uma população urbana.

A terceira idade e suas demandas sociais

Sayad nos revela que a terceira geração da migração argelina para França intensificaria as transformações sociais, na sociedade argelina, já iniciadas pela geração anterior. Apesar de seguir, em seu início, com uma forte predominância de homens, nessa etapa seria possível constatar uma presença gradativa de mulheres e crianças. Ademais, enquanto a segunda geração quebra o *ordenamento*, a terceira idade já não se trata mais de um fenômeno social solitário. O núcleo familiar, portanto, passaria a ter maior presença na sociedade de destino do que na de origem. Em outras palavras, vemos o deslocamento espacial do núcleo familiar juntamente com o emigrante. Tal processo acirra a permanência na França.

[...] a quase “profissionalização” do estado de emigrado e sobretudo o aumento do volume da emigração e sua generalização a todas as regiões da Argélia, aos homens de todo o grupo,

campesinos e não campesinos, jovens e menos jovens, famílias e crianças, não podia mais que prolongar até seu limite as tendências contidas no estágio anterior. (Sayad, 2010, pp. 92-93)

Junto com tamanha diversificação de personagens no processo migratório e o aumento do tempo de estadia, uma série de demandas, antes inexistentes, passam a ganhar corpo. Deve-se destacar que já não é mais uma imigração *invisível*. Temos a consolidação de uma visível comunidade étnica nos espaços urbanos onde predominam e circulam tais núcleos familiares.

Nessa etapa, uma identidade circunscrita entre a Argélia e França ganha forma particular e passa a gerar conflitos com o imaginário anacrônico produzido por essas duas sociedades e pelo próprio migrante. Em relação à argelina, como apresentei anteriormente, trata-se de um processo que vem ganhando corpo desde a segunda geração. Já não é o *bou-niya* escolhido para migrar temporariamente e suprir as necessidades materiais pela sua própria *thamourth*. Temos agora um argelino que vive por tempo indeterminado na França, bem como novas gerações que nascem em solo francês e, portanto, não se identificam com a sociedade de seus pais (Sayad, 1998a, 1997c). Tais elementos conflitivos são estendidos para a sociedade francesa e é nessa questão que pretendo, nesse momento, focar.

Já distante da Argélia, contudo não inserida socialmente e politicamente na França, vemos o surgimento dessa comunidade em uma espécie de “entre espaço”. Aqui, as redes de sociabilidades suprem as demandas diárias desses imigrantes. Sem reconhecimento político por parte do Estado francês, que segue ignorando tal fenômeno enquanto fruto do sistema colonial na Argélia e entende esses imigrantes enquanto sujeitos temporários, “a comunidade emigrada assegurou, de alguma maneira, a possibilidade de encontrar em si mesma todas as condições para sua própria coesão” (Sayad, 2010, p.93). Seriam auxílios materiais e também morais que asseguram tamanha coesão. A busca por empregos, auxílio em momentos de enfermidade, acidente, desemprego, e até morte, são exemplos dessa

pequena “sociedade de compatriotas”. Como Sayad demonstra, é um espaço que opera, dentro de suas possibilidades, de forma autônoma. Ele já não depende exclusivamente da sociedade de origem, como outrora, para se reproduzir. O fim desse trabalhador temporário, a criação de comunidades étnicas em cidades francesas e o surgimento de uma geração nascida em solo francês, demandam políticas sociais do Estado francês⁶.

Em suma, o que interessa nessa morfologia sofrida pela migração argelina, ao longo de quase quatro décadas, é como o *ethos* do grupo vai sendo transformado e, com isso, suas demandas políticas e sociais também. A terceira geração, aquela de que Sayad, possivelmente, também fazia parte, é composta por agentes sociais que apresentam um *ethos* urbano. Portanto, começam a criar raízes na sociedade francesa, a participar e a dividir os espaços públicos. Creio que aqui reside a grande crítica do autor não apenas à sociedade francesa, mas, também, ao próprio migrante.

Por mais que esses migrantes tenham quebrado com o padrão apresentado pela primeira geração, e as comunidades, em solo francês, tenham uma importância na preservação desses sujeitos, para Sayad, eles ainda seguem aprisionados na relação *dominante-dominada* produzida pelas duas sociedades. Sem reivindicação por representatividade política, não conseguem superar a dura condição de imigrante. Nem cá, nem lá, esse “entre espaço” distinto apresenta não só particularidades espaciais, mas uma dimensão temporal particular: a *provisoriedade*. Tema caro nos estudos desenvolvidos por Sayad, a provisoriedade faz com que a sociedade de imigração não reconheça as demandas sociais desses sujeitos e esses, por sua vez, não se veem como parte constituinte da sociedade francesa. A França surge enquanto um espaço social necessário para suprir as

6 Esse é um tema sobre qual Sayad refletiu com cuidado em uma série de estudos ao longo de sua vida. Para maiores informações, consultar o artigo *Os Filhos Ilegítimos* (1998a), os capítulos “A violência da instituição”, escrito com Gabrielle Balazs, e “A emancipação”, presentes no livro, coordenado por Pierre Bourdieu, *A Miséria do Mundo* (Balazs; Sayad, 1997); e seu livro póstumo *L'École et les Enfants de l'immigration. Essais critiques* (Sayad, 2014).

necessidades materiais e morais do grupo, porém não atua como um *lar político*. Aprisionados em uma leitura neocolonialista, esses imigrantes ainda são interpretados como sujeitos que existem em função do trabalho.

A provisoriedade como processo de objetificação do imigrante

Ao analisar a dinâmica migratória produzida pelos argelinos que se encontram na França, Sayad verifica o elemento da provisoriedade como uma força central que organiza a vida desses sujeitos. Será em seu artigo *O que é um Imigrante?*, publicado em 1979, que Sayad expõe a provisoriedade como a *principal contradição existencial* que permeia a condição do imigrante. Segundo ele,

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. (Sayad, 1998b, p. 45)

Gera, em suas palavras, uma ilusão coletiva que é produzida e compartilhada pelo próprio migrante, a sociedade do qual provém e a sociedade que o recebe. Trata-se de um sentimento de vida provisória que faz com que o imigrante não desenvolva relação afetiva ou em maior profundidade com a sociedade de origem e nem com a sociedade de destino. São vislumbrados como trabalhadores temporários que estão em solo francês de forma provisória. Portanto, também não guardam relações com a sociedade de emigração. Sujeitos destituídos de vida política, não participam ativamente do Estado francês. Tal elemento da provisoriedade na migração argelina revela um sujeito que atinge a condição de um ser deslocado. Deslocado não apenas territorialmente, mas, sobretudo, politicamente. Em outras palavras,

o migrante argelino passa a conviver com a ausência completa de um *lar político*. E, nesse caso, a condição da provisoriedade atinge seu ponto máximo.

No caso particular da sociedade que o recebe, ela o encerra na condição de trabalhador. Abaixo de um estrangeiro que tem direitos provisórios, o imigrante é construído em torno de um entendimento econômico e técnico, pautado na lei de “custos e vantagens” (Sayad, 2010). Migração e Imigrantes só são tolerados, na prática, quando, no balanço entre custos e lucros, vantagens e desvantagens, se apresenta um saldo positivo. Demonstra nos textos *O que é um imigrante?* e *Custo e lucro da migração*, que a imigração, em tese, só deve apresentar “vantagens”, especialmente as econômicas, sendo que as “desvantagens” (custo social e cultural) devem ser evitadas a qualquer preço.

Calcada na falsa ilusão de provisoriedade partilhada por todos – sociedade de origem, sociedade de destino e o próprio migrante – e que se forma e se sustenta essencialmente na esfera econômica, o jurídico, social e político estariam sujeitos ao precário balanço da relação entre custos e vantagens. O autor chama a atenção para o fato de que o viés econômico não oferece condições para sustentar uma relação duradoura e, por conseguinte, quebrar a provisoriedade, grande responsável pela objetificação do migrante na sociedade francesa. Condições que o coloca às margens da sociedade de recepção. Isso nos chama a atenção para o fato de que a sociedade francesa, quando confrontada com princípios de igualdade política, econômica e legal, deixava claro que nenhuma de suas classes sociais estava preparada para acolher tais imigrantes. Esses argelinos, aprisionados na condição de imigrantes, vivem uma condição social de *não-ser*. Sayad, através da contradição existencial presente na provisoriedade que a sociedade de recepção faz questão de demarcar, chama a atenção para como sujeitos entendidos enquanto imigrantes são compreendidos:

Se a função de tudo isso, dos fatos como dos discursos, parece como uma lembrança para os imigrantes de sua condição de trabalhadores apenas tolerados a título provisório, o objetivo visado

é o de poder agir sobre a realidade social (ou seja, a imigração) até submetê-la à definição que dela se dá: Como impor a definição mais próxima do modelo ideal típico do imigrante e da imigração? Qual será então essa definição? Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. (Sayad, 1998b, p. 54)

Estaria, portanto, preso a uma condição existencial de provisori-
riedade e preso a todo fardo que ela produz ao longo da circularidade migratória que ocorrerá entre a sociedade de origem e a sociedade receptora. Independentemente do tempo que ela dure e quantas vezes ela ocorra. A condição humana seria perigosamente ofuscada pela sua condição de imigrante. Em outras palavras, a perda da íntima relação entre ser e mundo iniciada pelo sistema colonial, através do desmonte da vida rural e que dava sentido à sua própria existência enquanto homem, ganha contornos trágicos. Todavia, agora em solo francês. Experiências de vida, conhecimento e habilidades adquiridas, papéis sociais são desconsiderados ao ser inserido nessa condição existencial de um trabalhador provisório.

Nascido para o trabalho, Sayad chama a atenção para o fato de que não se trata de qualquer trabalho, mas de trabalhos específicos. É o trabalho que o mercado de trabalho para imigrante lhe atribui e no lugar que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes. Em geral, trata-se do cargo mais baixo na hierarquia laboral. Barata, rápida para empregar, fácil de aprender e substituível, a economia francesa encontra nesse trabalhador – o mesmo colonizado de outrora – uma força de trabalho que não cansa de renovar. A indústria automobilística francesa, na época, era ao principal setor econômico que se alimentava dessa carne, que era e é a mais barata do mercado.

Em trabalho de campo conduzido no chão das fábricas da Renault, entre 1984 e 1986, o autor chama a atenção para a tênue proximidade entre trabalhadores imigrantes e o conceito de trabalho denominada OS (*ouvrier spécialisé*) “trabalhadores especializados,

cujo desempenho, muitas vezes como assistentes de um trabalhador profissional (OP), não exige o aprendizado formal e institucionalizado, como é o caso do segundo” (Sayad, 2010, p. 233). Sayad diz que a qualidade de migrante e de OS se confunde totalmente. Não apenas no que diz respeito às condições materiais, mas na própria consciência individual desses sujeitos. Não obstante, ele percebe, entre esses trabalhadores, o sentimento de revolta. Segundo ele, compreendem que, mesmo detendo conhecimento e tempo de trabalho suficiente, dificilmente atingem a condição de OP. Em geral, essa está reservada para os nacionais e, até, imigrantes originários de países industrializados.

Tal processo de estigma é, segundo ele, possível de ser compreendido não apenas no trabalhador braçal, mas, também, em setores especializados e que contam com profissionais especializados. Assim, ser um advogado “imigrado” ou um médico “imigrado” é ser um advogado ou um médico que, ao compartilhar a mesma origem nacional, crenças e idioma que muitos outros trabalhadores imigrados, existiriam na sociedade francesa para atender esse público específico. São, dessa forma, o advogado ou o médico dos árabes. Sayad destaca que essa classificação não se dá apenas por razões de ordem moral (“solidariedade, militância, filantropia, etc.), mas ela também tem a ver com as necessidades ou oportunidades do mercado, que fazem isso acontecer de forma imperativa” (ibid. p.239). Tal reciprocidade, que vincula qualquer categoria social ao fenômeno migratório, portanto, marcaria toda a população emigrada.

Superando a *doxa* para (re)humanizar o imigrante

Sayad, através dessas observações, revela que o final da colonização francesa não necessariamente findou com a relação de exploração estabelecida entre Argélia e França. Uma vez independente, a Argélia não estaria ainda emancipada politicamente (Sayad; Arfaoui, 2002). Logo, se antes havia uma relação de colonialismo travado entre essas duas nações, veremos, em seguida, o estabelecimento de um neocolonialismo. A migração argelina faz parte de um emaranhado maior.

Ela é fruto de um sistema colonial brutal. Nota-se, portanto, que o migrante, em sua gênese, guarda íntima origem com o colonizado. Em outras palavras, sua condição social destituída de direitos políticos, em uma Argélia dominada por interesses franceses, será desdobrada quando esse não-ser social pisar em solo francês. A condição colonial não é interrompida com a independência da Argélia.

Penso que essa crítica que o autor desenvolve nos possibilita compreender a sua preocupação em denunciar como as condições pelas quais o fenômeno migratório e seus sujeitos precisam ser retrabalhados de forma crítica. Ao demonstrar como a migração de argelinos para a França, ao longo da história, sofre modificações na intensidade de mobilidade, no perfil e objetivos do migrante e no tempo de estadia, Sayad busca compreender como o conceito de migrante precisa ser ressignificado.

Desde a experiência etnosociológica desenvolvida com Bourdieu na Argélia (2017), Sayad compreende a necessidade de dar poder de fala aos seus compatriotas. O conhecimento íntimo da língua e da tradição berbere possibilitou que ele pudesse trazer à luz a compreensão do sentido e dos problemas da migração vividos por seus entrevistados nas aldeias de Cabília ou nos subúrbios de Paris, Nanterre e Lion (Sayad, 1996; 1997a; 1997b; 1997c; 1998). Para Sayad, estudar a migração implica ao pesquisador se deparar com a falta de uma história registrada através de documentos oficiais e dados sociais rigorosamente coletados e gravados, bem como de dados estatísticos suficientemente longos e cuidadosamente armazenados em arquivos. Assim, o pesquisador precisa buscar caminhos alternativos para superar tal lacuna.

A arte de encontrar o narrador e ouvi-lo ganha suma importância. Sayad ressalta a importância de o pesquisador conhecer o limite do seu discurso, o discurso do acadêmico. Isso pode ser vislumbrado não apenas no livro *A imigração*, mas também em três capítulos que ele desenvolve na coletânea *A Miséria do Mundo*, organizada por Bourdieu, em 1993. O pesquisador, imbuído de autoridade científica, não pode cair no erro de obscurecer o discurso autêntico do

informante, que auxilia na produção da teoria da migração. Penso que ele nos convida a ressignificar o conceito de migrante através da pluralidade.

O uso da cultura e da língua original na produção do discurso autêntico é o que revela o plural, o humano atrás de tal conceito enrijecido em um passado colonial que aprisiona o argelino. Importante gesto de ruptura com um etnocentrismo intelectual, Sayad devolve, através do uso da entrevista, “aos ‘imigrantes’, que são também ‘emigrantes’, suas origens, e todas as particularidades que a elas encontram-se associadas e que explicam muitas das diferenças observadas nos destinos posteriores” (Bourdieu, 1998, p. 11). Não à toa, Pierre Bourdieu, no prefácio para a obra *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, publicado em francês originalmente em 1991, dirá que, com Sayad (1998, pp. 9-10):

o sociólogo torna-se escrivão público. Ele dá voz àqueles que dela são mais cruelmente despossuídos, auxiliando-os por vezes, tanto com seus silêncios quanto com suas perguntas, a encontrar palavras, a reencontrar, para contar uma experiência que a contraria completamente, os dizeres e os provérbios da sabedoria ancestral, as “palavras da tribo” que descrevem seu exílio, elghorba, como um ocidente, uma queda nas trevas, um desastre obscuro. Isto sem jamais instituir-se como porta-voz, sem jamais se valer da palavra dada, como o fazem tantos os defensores imprudentes das boas causas, para dar lições ou exhibir bons sentimentos.

Através de entrevistas conduzidas em espaços sociais dos próprios entrevistados, migrantes, retornados, familiares e funcionários do Estado francês, o método aplicado por Sayad buscava valorizar a trajetória migratória vivenciada pelos próprios migrantes e as impressões daqueles que, de certa forma, estão atrelados a esse movimento. A humanização do imigrante passaria pela necessidade de reconhecimento da *distinção humana* (Arendt, 2018). Como Hannah Arendt

revela em seu decisivo livro, *A Condição Humana*, a capacidade de exprimir a diferença/pluralidade através da comunicação oferece o entendimento do outro enquanto um ser político.

O discurso e ação revelam essa distinção única. Por meio deles, os homens podem distinguir a si próprios, ao invés de permanecerem apenas distintos; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas na capacidade de serem homens. (Ibid., p. 218)

Está no discurso e na ação a capacidade desses homens de serem compreendidos. Assim, o imigrante, enquanto conceito, não deve estar definido ou encerrado em um significado. Significado esse que atribua um referente que não o humano em sua totalidade.

É através das suas reflexões desenvolvidas ao longo dos textos explorados nesse capítulo, que Sayad nos possibilita refletir acerca de um sujeito composto por identidades múltiplas e transitórias. Compreender o imigrante demanda uma leitura diacrônica acerca da mobilidade migratória estudada. Sayad nos revela como a migração argelina desenvolve-se ao longo de gerações. Como ela é mutável, transitória e adaptável. Da passagem da 1ª. para a 3ª. Idade, o *ethos* desses migrantes passa por rearticulações. Conforme foi apresentado, transita do que ele define como o *ethos camponês* para o *ethos urbano*. Sayad, enquanto um heterodoxo no campo científico francês, desfeticiza – ou desnaturaliza (enquanto uma doxa) – o conceito de migrante já bastante subalternizada e aprisionada por definições neocoloniais, produzidas pelas forças dominantes do Estado e o campo científico francês. Migrante, como todo e qualquer outro ser humano, é composto por identidades contraditórias e não resolvidas, produto de identificações *contingentes*.

Teríamos, portanto, uma espécie de novo *nascimento*. Mas agora enquanto um ser, e não de um *não-ser*. Ao contrário do que ele revela no texto *O que é um imigrante?*, a sua intenção ao humanizar esse sujeito perpassa pelo exercício desuperar a leitura de que o

imigrante nasce com o trabalho e que, como ele expõe, o seu passado não interessa à sociedade receptora. Superado isso e resgatada a história desses seres, temos o nascimento de um homem na dimensão política.

Referências

- ARENDRT, H.(2018). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BALAZS, G.; SAYAD, A. (1997). “A violência da instituição”. In: BOURDIEU, Pierre. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, pp. 651-672.
- BELGACEM, S. H.; TAALBA, F. (2018). “La Argelia de Abdelmalek Sayad. Génesis de un sociólogo en le contexto colonial”. In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. (orgs.). *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica*. Migraciones, saberes y luchas. Madrid, Dado Ediciones.
- BOURDIEU, P. (1998). “Um analista do inconsciente”. In: SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- BOURDIEU, P. (2006). A Odisséia da reapropriação: a obra de Mouloud Mammeri. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, v. 2, pp. 93-95.
- BOURDIEU, P. (2013a). “For a Sociology of Sociologists”. In: YACINE, Tassadit (org.). *Algerian sketches* Cambridge, Polity, pp. 283-287.
- BOURDIEU, P. (2013b). “For Abdelmalek Sayad”. In: YACINE, Tassadit (org.). *Algerian sketches*. Cambridge, Polity, pp. 295-300.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (2006). A dominação colonial e o sabir cultural. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, v. 2, pp. 41-60.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (2017). *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.
- COLELLA, L. (2018). “Abdelmalek Sayad: para una sociología postcolonial de la emigración/inmigración ante litteram”. In: AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica*. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales). Madri, Dado Ediciones, pp. 185-202.
- DIAS, G. (2019). As Origens de uma Etnosociologia Combativa nas Fronteiras Coloniais. *Revista TOMO*, n. 35, v. 2, pp. 317-326.
- GILLETTE A.; SAYAD, A. (1984). *L’immigration algérienne en France*. Paris, Entente.
- SAYAD, A. (1997a). “Uma família deslocada”. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, pp. 35-52.

- SAYAD, A. (1997b). "A maldição". In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, pp. 651-672.
- SAYAD, A. (1997c). "A emancipação". In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, pp. 673-682.
- SAYAD, A. (1998a). "Os filhos ilegítimos". In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP, pp. 173-234.
- SAYAD, A. (1998b). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- SAYAD, A. (2010). *La doble ausencia: De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Anthropos Editorial.
- SAYAD, A. (2014). *L'école et les enfants de l'immigration: essais critiques*. Paris, Éditions du Seuil.
- SAYAD, A.; NEIBURG, F. (1996). Colonialismo e Migrações - Entrevista a Abdelmalek Sayad. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 21, n. 1, pp. 155-170.
- SAYAD, A.; ARFAOUI, H. (2002). *Histoire et recherche identitaire: suivid'entretien avec Hassan Arfaoui*. Saint-Denis, Bouchène.
- WACQUANT, L. (2006). Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 26, v. 2, pp. 13-29.

Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad¹

Eduardo Domenech

Introducción

Es un placer volver a San Pablo, más aún para un evento dedicado especialmente a Abdelmalek Sayad. Agradezco mucho a la comisión organizadora la invitación y el esfuerzo para poder estar presente hoy aquí, especialmente a Gustavo Dias, a través de quien recibí el convite, y a todas las demás personas que trabajaron para hacer posible este encuentro. Estos tres días del seminario me retrotrajeron al momento en que tomé conocimiento del trabajo de Sayad. Mis primeras lecturas fueron los textos que integran la versión en portugués del libro “La inmigración o las paradojas de la alteridad”, publicado en Brasil.²

1 Este texto es una versión revisada de la conferencia de cierre impartida en el Seminario internacional: “20 años depois: A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad”, realizado en San Pablo, Brasil, del 2 al 4 de octubre de 2018.

2 En aquellos años la producción científica de Sayad era completamente desconocida en la Argentina. Entiendo que la importación de la obra de Abdelmalek Sayad a la Argentina se produjo a través de dos vías. La primera es la ruta Río de Janeiro-Córdoba: en el 2005 obtuve una copia de *La inmigración o las paradojas de la alteridad* a través de Renata Rufino, quien en aquel momento realizaba su tesis de maestría dirigida por el antropólogo Gustavo Sorá. Él había realizado su formación doctoral en el Departamento de Antropología del Museu Nacional de la UFRJ, donde había tomado conocimiento de los trabajos de Sayad. Fue allí precisamente donde estuvo Sayad en sus dos visitas a Brasil. Progresivamente, junto a otros

En aquél momento leí a Sayad como un autor desconocido: aún no era un autor que uno *debía* leer, al menos en el contexto académico argentino. Pocos autores cautivan tanto: Sayad fue uno de ellos. La lectura de su obra inspiró y afectó profundamente el modo en que pretendía problematizar en aquél momento la presencia inmigrante en la Argentina y, luego, las políticas de migración en la región sudamericana. Hacía pocos años que había empezado a interesarme por la cuestión migratoria. En esta oportunidad, pretendo recuperar y explayarme sobre la noción de “pensamiento de Estado”, la cual para mí condensa uno de los aportes fundamentales de la obra de Sayad debido a su enorme potencial heurístico para interrogar las visiones dominantes sobre las migraciones.

Quienes han hecho uso de su producción o la han comentado coinciden en señalar que una de las contribuciones más relevantes de Sayad es su reflexión sobre la naturaleza política de la migración y, en particular, sobre la relación entre el Estado-nación y la e/ inmigración, siempre entendida como consustancial o constitutiva. Su preocupación e insistencia en la *politicidad* de la migración es un rasgo distintivo de su obra, una peculiaridad que lo aparta de todos aquellos esquemas analíticos que reducen “lo político” a un factor o variable en el estudio de la migración o lo asocian simplemente a las “políticas migratorias”. Sayad concibe a la migración como un “acto eminentemente político”, cuya reproducción es asegurada bajo la “ilusión de una neutralidad política”. En su trabajo hay una permanente advertencia sobre el enmascaramiento o el ocultamiento del carácter intrínsecamente político del fenómeno migratorio y la

textos, aquél libro empezó a ser adoptado como una lectura ineludible en el programa de investigación “Multiculturalismo, Migraciones y Desigualdad en América Latina”, radicado en el Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba. La segunda es la vía Madrid-Buenos Aires: en el 2007, Sandra Gil Araujo, quien había vivido en Madrid durante varios años y realizado allí su doctorado, dictó como profesora invitada un curso sobre “Políticas públicas, nación e (in)migración: las políticas migratorias como instrumentos de *nation-building*” en el marco del doctorado de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires en el cual algunos textos de Sayad fueron parte de las principales lecturas trabajadas. Aprovecho esta ocasión para agradecer a Renata Rufino por haberme entregado en aquél momento aquella copia de *La inmigración o las paradojas de la alteridad*, diciéndome: “Esto te va a gustar”.

“despolitización” a la que es sometida la emigración/inmigración. Hay que recordar que en la época en que Sayad produjo sus primeras reflexiones sobre las migraciones y su naturaleza política, el discurso académico dominante sobre la migración, compenetrado con una visión economicista de la migración (como el propio Sayad denuncia), no prestaba demasiada atención al papel del Estado y las fronteras en la configuración de los movimientos migratorios y, menos aún, a la construcción social de la figura del e/inmigrante. La policiticidad de la migración proviene de la relación consustancial existente entre la migración, el Estado-nación y las fronteras: “Para que haya inmigración es preciso que haya fronteras y territorios nacionales, es preciso que haya ‘extranjeros’. La propia figura del extranjero obliga a hablar del Estado nacional. [...] El Estado solo existe [...] bajo la condición de que exista la figura del extranjero, sobre la cual ejerce la soberanía y para quien esa soberanía no es natural, no está dada.” (Sayad, 1996, p.168).

A diferencia de algunos autores que sostienen que Sayad desarrolló una sociología del Estado, me inclino a pensar que más bien hizo una contribución excepcional para una *sociología política de las migraciones* de carácter crítico. A mi modo de ver, el trabajo de Sayad ofrece herramientas teórico-metodológicas y conceptuales para una crítica radical y heterodoxa a las políticas de migración y fronteras en tanto cuestiona los presupuestos en que se apoyan medidas estatales y no estatales que generalmente quedan fuera de discusión debido a la adhesión (dóxima) a los postulados o premisas del orden nacional y la sumisión al poder soberano del Estado. Entiendo que la lectura de los textos de Sayad identificados como “políticos” (en este sentido, “Estado, nación e inmigración”, escrito en los ochenta, e “Inmigración y pensamiento de Estado”, en los noventa, serían dos textos representativos o paradigmáticos) necesita hacerse siempre en conexión o a la luz de su análisis sistemático sobre las contradicciones o paradojas de la emigración-inmigración durante más de veinte años. Tengo mis dudas acerca de establecer divisiones o etapas en su reflexión sobre el hecho migratorio. De

cualquier modo, como planteaba Amín Pérez en su conferencia, es posible identificar un período en el cual aún su estudio sobre las migraciones no había adquirido un carácter programático. De todos modos, haya o no algún tipo de periodización posible en su obra, me parece que lo importante es considerar que en la reflexión de Sayad el Estado-nación está siempre presente en sus indagaciones e interrogantes sobre la condición migrante, en su mirada sobre la migración entendida como “hecho social total”, la construcción social de la figura del inmigrante, la discusión epistemológica que propone sobre el binomio emigración/inmigración, el análisis de los discursos dominantes o convencionales sobre la inmigración, entre otros.

En algún momento, Sayad advierte que él estaba pensando al Estado al pensar la inmigración. Este “descubrimiento” introspectivo quedó plasmado en una de las proposiciones más citadas en los últimos tiempos por quienes se dedican al estudio de las políticas de migración: “Pensar la inmigración es pensar el Estado y es el Estado el que se piensa a sí mismo al pensar la inmigración”. Dice, a modo de confesión, en uno de sus textos de los años noventa: “Y es quizás una de las últimas cosas que se descubren cuando se reflexiona sobre el problema de la inmigración así como cuando se trabaja sobre la inmigración, mientras que hubiera sido necesario comenzar por ahí o, al menos, saber esto antes de comenzar” (Sayad, 2010, p. 387). En una entrevista realizada por Federico Neiburg en la ciudad de Rio en 1994 y publicada en 1996, Sayad cuenta que “(a)l trabajar sobre la inmigración, mostrando el proceso de construcción del arbitrario que se produce en la propia construcción social del inmigrante, yo estaba trabajando sobre la génesis social del Estado” (Sayad, 1996, p. 167). El elemento central es lo que la indagación sobre la inmigración *revela* sobre el Estado y lo que el Estado *revela* sobre la inmigración. De allí que la considere como un posible prolegómeno a la sociología del Estado: “Lo que se descubre así, es esta *virtud secreta de la inmigración* que hace de ella una de las introducciones, y quizás la mejor de ellas, a la sociología del Estado”, debido a que “la inmigración constituye el límite de lo que es el Estado nacional, el límite que muestra lo

que es, intrínsecamente, *su verdad fundamental*" (Sayad, 2010, p. 387, subrayado propio). También como plantea en otro momento: "reflexionar sobre la inmigración *viene a ser en el fondo* interrogar al Estado, interrogar sus fundamentos, interrogar sus mecanismos internos de estructuración y funcionamiento" (Sayad, 2010, p. 388; subrayado propio).

A mi entender, este hallazgo que hace Sayad está relacionado con la trayectoria de sus investigaciones y el modo en que abordó metodológicamente el estudio de la migración. Su reflexión sobre la migración, el Estado y la nación está basada en las experiencias de los emigrantes-inmigrantes, recuperadas a partir de entrevistas en profundidad principalmente. De algún modo esto hizo que se encontrara con el Estado sin buscarlo con cierta intencionalidad. El conocido artículo de Bourdieu y Wacquant (2000) sobre la obra de Sayad ofrece, a mi modo de ver, la clave de lectura para comprender la manera en que él se aproximó a la relación Estado/migrantes y en que, más adelante, recuperó la noción de "pensamiento de Estado":

A través de las experiencias (en el sentido de *Erlebnis*) que son, para quien sepa cómo escrutarlas y descifrarlas, otras tantas experimentaciones (en el sentido de *Erfahrung*), él nos posibilita descubrir aquellas mentes y cuerpos "estatizados" (*étatisés*), como los llama Thomas Bernard (Bourdieu, 1994; Sayad, 1999b), con los que una historia altamente peculiar nos ha dotado, y que muy a menudo nos impiden reconocer y respetar todas las múltiples formas de la condición humana. (Bourdieu y Wacquant, 2000, pp. 178-179)

En los textos de Sayad hay, de hecho, algunas referencias explícitas a *aquellas mentes y cuerpos estatizados*. En su conocido texto sobre el pensamiento de Estado, por ejemplo, se refiere a los "hijos del Estado nacional y de las categorías nacionales que llevamos en nosotros mismos y que el Estado ha introducido en nosotros". De

este modo, “pensamos todos la inmigración (...) como el Estado nos pide pensarla y, a fin de cuentas, como la piensa él mismo” (Sayad, 2010, p. 389).

A continuación, quisiera señalar cuatro cuestiones que me parecen centrales respecto a la relación Estado y migración en la obra de Sayad. En primer lugar, el Estado es identificado como el principal lugar donde la inmigración es construida como “problema”, en términos de “problema social”. Sayad plantea que es a través del trabajo de creación del Estado y de sus diversos agentes e instituciones (Sayad habla de ingenieros sociales³) que el inmigrante/ inmigrado pasa a existir socialmente. Precisamente, uno de los modos en que se define su existencia y adquiere entidad se produce a partir de su configuración como problema y los problemas que aparecen asociados a la inmigración, un problema medular que revela otros problemas, un problema en relación al cual los otros problemas no son más que asuntos secundarios. Para Sayad, la inmigración se erige como problema debido a los intereses que afecta en la sociedad de acogida, al orden –el orden social, económico, político, jurídico, moral, policial o estético– que trastoca y pretende ser restablecido (es en este sentido que las respuestas políticas a la inmigración pueden ser interpretadas). Pero se trata de un orden (social, económico, político, jurídico, moral, policial o estético) siempre definido en términos nacionales. En última instancia, la inmigración, a través de la figura del inmigrante, en tanto extranjero, el orden que altera, que desafía, es el orden nacional: con su presencia, real o imaginaria, el extranjero cuestiona ciertos parámetros establecidos como naturales para la convivencia cotidiana y revela la arbitrariedad con que operan las clasificaciones estatales en distintos espacios para regular la vida social (Sayad, 1996, 1998a, 2008). En este sentido, la inmigración “es

3 Así se refiere Bourdieu en una entrevista a los “ingenieros sociales”: “Una gran parte de los que se llaman a sí mismos sociólogos o economistas son ingenieros sociales, cuya función es proporcionar recetas a los dirigentes de empresas privadas o a los gobiernos. Ofrecen una racionalización del conocimiento práctico o semicientífico que los miembros de la clase dominante poseen sobre el mundo social” (Bourdieu, 1990).

incontestablemente un factor de subversión en la medida que revela abiertamente la verdad oculta, los basamentos más profundos, del orden social y político que llamamos nacional" (Sayad, 2010, p. 388).

En segundo lugar, para Sayad, "existir" supone "existir políticamente", como lo dejó plasmado en el título de algunos de sus textos (Sayad, 1985, 2006). En su obra, la existencia del "no-nacional" es, precisamente, la negación de la existencia política del migrante. "¿Cómo existir en un orden socio-político llamado la nación sin existir políticamente?", se pregunta. Su respuesta remite al acto de exclusión operado mediante la complicidad de "la política" y "la cortesía" o "neutralidad política": a través de la primera se "asegura el monopolio de la política exclusivamente a los nacionales" y de la segunda se "prohíbe" al no-nacional a participar en la vida política de la sociedad receptora. Un acto que contraviniera dicha prohibición, que traspasara el límite establecido entre los nacionales y los no-nacionales, sería calificado como "desorden", "disrupción" o incluso "subversión". En este punto Sayad vuelve sobre la politicidad de la migración: "Es la misma ceguera a la política lo que hace que un fenómeno sea tan fundamentalmente político como la inmigración". Sayad discute la "inseparabilidad de la ciudadanía y la nacionalidad", asumida como algo "natural". Cualquier cuestionamiento a "la legitimidad y la necesidad del orden político actual" constituiría "una herejía", un acto que "solo puede ser obra de herejes, es decir, espíritus subversivos o agentes de subversión que intentan a sabiendas alterar el orden nacional". Más adelante, volveré sobre este punto.

En tercer lugar, como se ha señalado en diversas revisiones de su obra, para Sayad la migración es producto y expresión de una relación histórica de dominación internacional, tanto material como simbólica (Bourdieu y Waquant, 2000), que en el caso de Argelia y Francia está completamente atravesada por la historia colonial. Para Sayad se trata de una relación de "Estado a Estado", pero negada u ocultada en la realidad cotidiana. La reflexión sobre la inmigración supone no solo pensar el Estado, sino pensar el Estado en relación al orden internacional en su conjunto. Las migraciones internacionales

expresan las relaciones de poder y dominación existentes a nivel mundial entre Estados. En este sentido, Sayad da cuenta del carácter ilusorio de la “bilateralidad” y la “reciprocidad” de los convenios que se encuentran en el origen de la migración o que están ligadas a la migración: “Entre socios desiguales no existe relación de dominación más confesa que aquella que consiste en fingir la igualdad formal más integral” (Sayad, 1998a, p. 241).

Además del origen social, entra en juego el origen nacional de los extranjeros o, dicho de otro modo, “lo internacional” incorporado a las relaciones sociales cotidianas. No se trata sólo de extranjeros, sino de extranjeros clasificados de acuerdo a la posición que ocupan los Estados de los cuales son ciudadanos o nacionales (o con la nacionalidad que se los identifica socialmente más allá de su pertenencia jurídica) en la jerarquía del orden interestatal. Afirma Sayad: “Un inmigrante no es apenas un individuo: es también, a través de su persona y por el modo en que fue producido como inmigrante, su país” (Sayad, 1998a, p. 241). En este sentido, el inmigrante es “portador (...) del estatuto y de la posición atribuida a su país en la escala internacional de los estatutos y de las posiciones políticas, económicas, culturales, etc.” (Sayad, 1998a, p. 241). El hecho de que sea interpelado como “el representante de un país dominado” lo somete a una doble dominación (Sayad, 1998a, p. 241).

Finalmente, una premisa central del trabajo de Sayad, que al mismo tiempo funciona como denuncia, es que la inmigración es siempre una presencia “ilegítima”. A la presencia inmigrante se le confiere una “ilegitimidad consustancial” (como la denomina Sayad). De diversos modos, la sociedad receptora no deja de recordarles, mediante pequeños actos cotidianos, que los inmigrantes y sus hijos, nacidos o no en otra parte, son de otro lugar, no pertenecen *naturalmente* a una sociedad –como si fuera una totalidad completa– que se asume espontánea y automáticamente como “receptora”. Es a través de estas relaciones cotidianas en diversos espacios sociales como la escuela, que la inmigración, en tanto construcción social y

política, se materializa como *presencia ilegítima*, como una presencia que deber ser permanentemente justificada, porque la *sociedad receptora* no puede admitirla como una presencia permanente.

Desde "Elghorba" al "pensamiento de Estado": algunos textos fundamentales

Todos estos desarrollos se plasmaron en diversas publicaciones, especialmente entre finales de los setenta y el primer lustro de los noventa. Si bien sus años más prolíficos fueron los ochenta y noventa, durante la segunda mitad de los setenta, antes que la "inmigración" formara parte del debate público en Francia (Bourdieu, 2010), Sayad produjo algunos textos que contienen varios de los postulados e ideas sobre los cuales volverá en las décadas subsiguientes. Entre los años 1975 y 1977 publica los artículos "Elghorba: el mecanismo de reproducción de la emigración" y "Las tres edades de la emigración argelina en Francia", ambos en *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (ARSS), la revista fundada por Pierre Bourdieu ese mismo año, además del libro *La inmigración argelina en Francia* (Gillette y Sayad, 1976). Básicamente, las tres proposiciones centrales que Bourdieu y Wacquant identifican en las investigaciones de Sayad sobre la emigración-inmigración ya estaban esbozados o presentes en los trabajos de los años inmediatamente posteriores a las investigaciones junto a Bourdieu: 1) antes de que él o ella se convierta en inmigrante, el migrante siempre es primero un emigrante; 2) la migración es el producto y la expresión de una relación histórica de dominación internacional, tanto material como simbólica; 3) la migración tiene como requisito la disimulación colectiva y la duplicidad social (Bourdieu y Wacquant, 2000).

Después vienen sus textos considerados "políticos", donde la reflexión sobre el Estado adquiere mayor presencia o preeminencia. Es muy posible que la producción de los textos donde Sayad se ocupa específicamente de la relación Estado, nación y migración, haya estado bajo la influencia del contexto en que se desarrolló la relación

entre Francia y Argelia en los setenta y las medidas que se tomaron respecto a la emigración y la inmigración. En 1973, Argelia decide la suspensión de la emigración hacia Francia, invocando como causa de la decisión el aumento del racismo, y al año siguiente, el gobierno francés, con el acuerdo de empresarios y sindicatos, decide el “cierre” de las fronteras a la inmigración de trabajadores con el fin de someter a ésta a las necesidades de mano de obra y atacar la “inmigración ilegal” (véase Sayad, 1998a).

La aparición de los textos de finales de los setenta y comienzos de los ochenta coincide con el momento de discusión de la llamada Ley Bonnet, aprobada en enero de 1980, que establecía nuevas disposiciones de naturaleza restrictiva y punitiva sobre la entrada, la residencia y la expulsión de los trabajadores migrantes. En 1979 publica el artículo ¿Qué es un inmigrante?” (Sayad, 1979a) y el texto “Inmigración y convenciones internacionales” (Sayad, 1979b), reeditado como versión revisada en 1991, donde aborda la dimensión “internacional” de la relación Estado/migrantes. Creo que podemos encontrar allí los inicios de su problematización acerca de la inmigración y el orden nacional. El texto sobre la inmigración y los acuerdos internacionales toma especialmente en cuenta las medidas políticas implementadas por los gobiernos de Argelia y Francia respecto a la emigración y la inmigración respectivamente.

Poco más tarde, publica el artículo titulado “El fenómeno migratorio: una relación de dominación” (Sayad, 1981a, 1983a). De estos primeros años de los ochenta también son sus primeros escritos sobre la “naturalización” de los inmigrantes (Sayad, 1981b, 1982a) y la relación entre delincuencia e inmigración (Sayad, 1983). Hacia mediados de la década aparecen ciertos textos que tratan y destacan el significado político de la migración. En esta dirección, un texto fundamental es “Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración”, publicado en 1984 en un número de la revista *Peuples méditerranéens* especialmente dedicado a “El Estado y

el Mediterráneo” (Sayad, 1984).⁴ Una nueva versión de este texto fue publicada como capítulo de libro en *La inmigración o las paradojas de la alteridad*⁵, aparecido en francés en 1991, bajo el título “El orden de la inmigración en el orden de las naciones” (Sayad, 1991).⁶ De esta misma época son también dos artículos en los cuales Sayad, por un lado, problematiza la exclusión política de los inmigrantes (Sayad, 1985), reclamando su *existencia política* (dice Sayad, como vimos: “existir, es existir políticamente”), y por el otro, despliega su crítica al economicismo y al enfoque utilitarista de la inmigración basado en sus “costos y beneficios” (Sayad, 1986). Durante los años subsiguientes, la cuestión de la “naturalización” de los inmigrantes argelinos en Francia sigue ocupando un lugar destacado en la preocupación de Sayad sobre la relación entre el Estado nacional y los migrantes (Sayad, 1987a, 1987b, 1988, 1993). Hacia el final de la década del ochenta publica un texto que hace un llamado a la sociología reflexiva y sintetiza o condensa varias de las intuiciones y postulados contenidos en su trabajo sociológico sobre la emigración-inmigración de los últimos quince años: “Elementos para una sociología de la inmigración” (Sayad, 1989).

Durante los años noventa, sus publicaciones abordan cuestiones como el nacionalismo, la religión, el retorno, el refugio y el asilo (“en Europa” o “en el espacio Schengen”). Así como la “naturalización” ocupó buena parte de su trabajo en los ochenta, el asunto de la “integración” tuvo un lugar significativo en su reflexión sobre la inmigración y la “membresía nacional” en los noventa. Las ambivalencias de esta categoría y otras afines no pasaron desapercibidas para Sayad (Sayad, 1994). En esta década publica también algunos informes derivados de proyectos encargados por organismos del Estado francés y de la UE, entre ellos, un informe de 1996 y 1997 que dará lugar al

4 Este texto fue publicado por primera vez en castellano en la revista *Apuntes de investigación* en el año 2008.

5 El libro *La inmigración o las paradojas de la alteridad* se tradujo al portugués en 1998 y al italiano en el 2008.

6 En la edición revisada del libro, cuyos dos primeros volúmenes (en francés) se publicaron en el 2006 y el tercero en el 2014, se incluyó la versión original de 1984.

conocido texto “Inmigración y pensamiento de Estado” y que luego integrará el libro *La doble ausencia*, publicado en francés en 1999. Ese mismo año apareció también en ARSS (Sayad, 1999). Un año antes había sido publicada una versión diferente en la revista *Regardes sociologiques* (Sayad, 1998b). En este texto Sayad introduce la noción de “pensamiento de Estado” como prólogo a la reflexión sobre la relación entre la inmigración y el delito o la delincuencia.

El “pensamiento de Estado”

Sayad introduce esta noción en su producción más tardía a partir de su texto sobre la inmigración y el pensamiento de Estado, publicado con diferentes subtítulos y como informe y artículo en la década de 1990. Allí retoma el concepto de “espíritus de Estado” utilizado por Bourdieu, además del de “pensamiento de Estado”. Su uso coincide con algunas conferencias, cursos y publicaciones de Bourdieu de aquellos años sobre el Estado y el campo burocrático: “Espíritus de Estado. Génesis y estructura del campo burocrático”, que es la transcripción de una conferencia ofrecida en 1991 y publicada en ARSS en 1993, la cual aparecerá al año siguiente en *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción* (Bourdieu, 1997), y los cursos desarrollados en el Colegio de Francia entre los años 1989 y 1992, editados después de su muerte bajo el título *Sobre el Estado* (Bourdieu, 2014).

En este punto me parece importante señalar que Bourdieu y Sayad comparten la crítica epistemológica al Estado, aunque en el caso de Sayad su análisis supone también una crítica política al Estado republicano y colonial francés y un cuestionamiento radical a los efectos del “pensamiento de Estado” en la vida cotidiana de los *no-nacionales*, que jurídicamente pueden ser o no extranjeros, pero que socialmente siempre son “inmigrantes”. Además, Sayad destaca la importancia del campo de la migración para el “pensamiento de

Estado". Como él mismo dice, "la inmigración constituye el terreno privilegiado en el que esta forma de pensamiento se proyecta como si fuera un espejo" (Sayad, 2010, p. 390).

La idea de "pensamiento de Estado", explícita o implícitamente, atraviesa toda la producción de Sayad desde que su estudio de la migración adquiriera un carácter sistemático. ¿Cómo entender sino su crítica constante a los procesos de naturalización o nacionalización o su crítica a la noción de "integración" y otras afines? Aunque el término aparece en un momento más tardío de su obra (a comienzos de los noventa), sus trabajos de fines de los setenta y comienzos de los ochenta ya contenían indicios de lo que más adelante nombró como "pensamiento de Estado" junto a Bourdieu o a partir de Bourdieu. Más allá del término específico, es posible encontrar algunos elementos de la noción de "pensamiento de Estado" en sus escritos de finales de los setenta y comienzos de los ochenta. En el artículo "¿Qué es un inmigrante?", publicado por primera vez en 1979, Sayad se refiere a la inmigración como *problemática impuesta*. Esta imposición se pronuncia de manera elocuente cuando el inmigrante es percibido, definido, pensado o enunciado, en breve interpelado, como problema social, sea de manera explícita o implícita. La percepción colectiva en torno a la inmigración de la cual participa tanto el discurso político como académico, contenida en la definición que se asume naturalmente y se actualiza a través de intervenciones discursivas y prácticas cotidianas, está estrechamente ligada con la visión del orden social y político y "todas las categorías de nuestro entendimiento político (y no sólo político)" que en buena medida están definidas estatalmente o en términos nacionales (Sayad, 1998a). Por otra parte, en el artículo "Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración" de 1984, Sayad alude, en dos momentos

diferentes, a las “categorías de nuestro entendimiento político”, fundadas en la “distinción entre nacional y no nacional”, y a “esquemas de pensamiento” constitutivos del orden nacional (Sayad, 2008).⁷

La noción de “pensamiento de Estado” anticipa algunos de los aspectos que más recientemente han sido tratados por quienes protagonizaron la crítica al “nacionalismo metodológico” en el campo de los estudios migratorios. Dice Sayad: “la migración es siempre pensada (...) en el marco del Estado-nación” (Sayad, 2010, p. 385). “La ‘naturalización’ del Estado, tal como la llevamos en nosotros mismos, hace como si éste fuera un dato inmediato, como si fuera un objeto dado en sí mismo, por naturaleza, es decir, eterno, liberado de toda determinación exterior a sí mismo, e independiente de toda consideración de la historia y de su propia historia” (Sayad, 2010, pp. 388-389).

Según la conceptualización que ofrece Sayad en sus textos de los noventa, el pensamiento de Estado es una forma de pensamiento “que refleja, a través de sus propias estructuras (estructuras mentales), las estructuras del Estado, así hechas cuerpo” (Sayad, 2010, p. 385). Aquí Sayad referencia el artículo “Espíritus de Estado” de Bourdieu, publicado en ARSS en 1993. En el terreno de las migraciones, como señala Sayad (2000), este modo de pensamiento, nunca estático y siempre sujeto a cambios, reflejado en las categorías *nacionales* –también nacionalistas– a través de las cuales se piensa la inmigración, está plenamente inscripto en la línea de demarcación que divide de manera taxativa los *nacionales* de los *no-nacionales*. De cualquier modo, no deja de reconocer que “(l)as constantes que manifiesta la emigración-inmigración constituyen una suerte de fondo común irreducible, que es el producto y al mismo tiempo la objetivación del ‘pensamiento de Estado’” (Sayad, 2010, p. 385). Las especificaciones que hacen a la definición e identificación de la figura del inmigrante obedecen a su estatuto político: no es un *alienígena*

⁷ En 1982 también publica un texto titulado “Otro ‘orden de las cosas’ para otra inmigración” (Sayad, 1982b).

más, sino un *no-nacional* que como tal es excluido del campo político. La producción social del inmigrante como un elemento *no-nacional* "justifica la economía de las exigencias que se tiene con él en materia de igualdad de trato frente a la ley y en la práctica" (Sayad, 1998a, p. 58). En la obra de Sayad es posible encontrar nociones o categorías concebidas como expresión o efecto del pensamiento de Estado, cuya dilucidación o problematización ofrece numerosos elementos para avanzar en el desarrollo de una crítica radical a los discursos dominantes, convencionales u ortodoxos sobre la migración y las fronteras. Algunas de estas figuras del pensamiento de Estado son: el "balance contable", la "doble pena", la "expulsabilidad" y el "retorno".

Costos y beneficios de la inmigración: el "balance contable" como pensamiento de Estado

Esta visión se corresponde con la figura del *balance contable* aplicada a la inmigración, criticada por Sayad (1986, 1998a), la cual muestra la función que se le atribuye a los inmigrantes y el significado que se desea reservar a la inmigración: la inmigración y los inmigrantes sólo tienen sentido mientras la contabilización (o comparación) de costos y ventajas deje un saldo positivo. Esta visión, en términos ideales, supone una *maximización* de las ventajas (principalmente económicas) de la inmigración y a la vez una *minimización* de los costos (fundamentalmente sociales y culturales) de la presencia de los inmigrantes (Sayad, 1998a, p. 48). Este esquema está presente en todos los modos de argumentar a favor o en contra de la inmigración y es la base de la visión utilitarista de la migración y de la rentabilidad como criterio para determinar en qué medida es o no deseable cierta presencia migrante. También nos permite revisar críticamente aquella argumentación a favor de la inmigración basada en los aportes o contribuciones de los migrantes como parte de un discurso de legitimación de la presencia inmigrante en la sociedad receptora. Además, cabe preguntarse quiénes definen qué son costos o beneficios de la migración.

*Delito de la inmigración y delincuencia:
la “doble pena” como pensamiento de Estado*

El término de “doble pena” que introduce Sayad tiene y ha tenido una enorme productividad para el análisis de los procesos y prácticas de criminalización de la población inmigrante en los más diversos contextos. La inmigración como “falta” (“anomalía”), el primer delito cometido, y la condición de inmigrante como “agravante”; una presencia “falible” y “culpable en sí misma”. Sayad establece una estrecha relación entre delincuencia y “pensamiento de Estado”: “La delincuencia es de todos los ámbitos de la existencia y de todos los sectores de la vida social el que más debe, por así decirlo, a esta manera de pensar” (Sayad, 2010, p. 390).

*Expulsados y expulsables:
la “expulsabilidad” como pensamiento de Estado*

Como analista atento al poder y a la violencia simbólicas del Estado, Sayad advierte no solo el significado de la expulsión como acto político reservado para los extranjeros, sino también la importancia de la “expulsabilidad” (Sayad, 2008) como parte de un conjunto de prácticas constitutivas de la condición migrante. Permite mirar no solamente el acto de expulsión, sino también la expulsión como un mecanismo de control social, además de analizar quiénes son contruidos como sujetos expulsables y quienes no. Para Sayad, la expulsabilidad del extranjero es “la marca del pensamiento de Estado, por no decir que es también el pensamiento de Estado en sí mismo” (Sayad, 2010, p. 403). Mecanismos como la expulsión, aunque su modo de implementación pueda ser disímil, permanecen aferrados a visiones y lógicas estatocéntricas, cuya naturaleza y legitimidad no pueden ser cuestionadas. Así como el encierro para los nacionales, el destierro para los *no-nacionales* actúa como el modo natural y universalmente aceptado para sancionar las conductas humanas que se apartan o trasgreden el orden nacional y migratorio establecido.

Volver al "país de origen": el "retorno" como pensamiento de Estado

En la obra de Sayad el "retorno" es entendido como un elemento constitutivo de la condición migrante (Sayad, 1998c, 2000) y como una categoría que articula ambas sociedades de pertenencia, el "país de origen" y el "país de acogida", a través de la figura de la doble ausencia. Al mismo tiempo, dado que la inmigración idealmente no ha de ser, como dice Sayad, el "retorno" en tanto producto o efecto del pensamiento de Estado – aspecto que suele ser omitido cuando se recupera su reflexión sobre el tema – permitiría el restablecimiento del orden nacional y el orden de la migración alterado o subvertido por la emigración y la inmigración. El peso del pensamiento de Estado como esquema que opera en la construcción del "retorno" y la consecuente búsqueda de restablecimiento de un orden político alterado se vuelve más evidente aún en el caso del "retorno forzado", cuya representación puede abarcar desde programas de "retorno voluntario asistido" hasta prácticas de deportación de carácter individual o masivo.

Contra el "pensamiento de Estado": la ruptura herética

Cualquier aproximación a la noción de "pensamiento de Estado" que no tome en cuenta la noción de "ruptura herética" traicionaría, en alguna medida, la apuesta teórico-política implícita en su obra más tardía. Sayad la adopta en su célebre artículo sobre la inmigración, el Estado y la nación de 1984 y después la retoma en sus textos de la década de 1990. El uso que realiza Sayad de este concepto remite directamente al artículo "Describir y prescribir: las condiciones de posibilidad y los límites de la eficacia política" de Bourdieu (1985), publicado en la ARSS en 1981 y en el libro *¿Qué significa hablar?* editado en francés por primera vez en 1982, donde se ocupa de la acción política y propone entender la *subversión política* como *subversión cognitiva*, es decir, una "reconversión de la visión del mundo"

(Bourdieu, 1985, p. 96). En su desarrollo utiliza el término “ruptura herética” (también habla de subversión o discurso heréticos). En el capítulo incluido en la *Doble ausencia*, Sayad plantea la necesidad de interrogar críticamente los preceptos del pensamiento de Estado: “Uno se ve así conducido a someter a una reflexión crítica a los postulados del pensamiento de Estado, operación de ‘deslegitimación’ de lo que es legítimo, de lo que cae por su peso –deslegitimación en el sentido de objetivación [...] – operación de ruptura desacralizante con la *doxa*.” (Sayad, 2010, p. 389). También es menester la liberación y sublevación frente al pensamiento de Estado, de impugnación de la oposición nacionales/no-nacionales: “Entre los juristas, sería necesaria la audacia de un Hans Kelsen para liberarse del pensamiento de Estado e incluso para sublevarse contra este pensamiento, y, a fin de cuentas, para impugnar la oposición que es la regla en el mundo de los juristas (y en otras partes) entre ‘nacional’ y ‘no-nacional’ al mostrar el carácter arbitrario (o convencional) de esta distinción” (Sayad, 2010, pp. 389-390).

En el texto de 1984 hace un llamado a una “ruptura herética” del orden nacional y de la emigración/inmigración (a través de un trabajo de “dramatización” y de “reivindicación”): “Es necesaria una ruptura verdaderamente herética con esos dos órdenes para concebir y hacer concebible, para prever y hacer prever, para enunciar y anunciar de otro modo la relación posible entre uno y otro” (Sayad, 2008, p. 111). Comportarse como *heréticos* del orden nacional y del orden de la e/inmigración implica asumir el lugar de aquellos/as que rechazan conformarse con el conjunto de normas que los definen y que definen la inmigración (o emigración), que rechazan someterse al imperativo de lo provisorio, de la subordinación en el trabajo y de la exclusión política, que rechazan ser expulsados o expulsables, excluidos o excluibles de lo político, siempre de acuerdo a la división entre *nacionales* y *no-nacionales*. Pienso que sin esta “incorregibilidad” difícilmente podamos llevar más allá los límites de la imaginación política que el trabajo de Sayad nos invita a traspasar. Muchas gracias.

Referências

- BOURDIEU, P. (1985). ¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid, Akal.
- BOURDIEU, P. (1990). "Una ciencia que incomoda". In: BOURDIEU, P. *Sociología y cultura*. México D.F., Grijalbo.
- BOURDIEU, P. (1997). *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona, Anagrama.
- BOURDIEU, P. (2010). "Prefacio". In: SAYAD, A. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Anthropos.
- BOURDIEU, P. (2014). *Sobre el Estado: Cursos en el Collège de France (1989-1992)*. Barcelona, Anagrama.
- BOURDIEU, P. y WACQUANT, L. (2000). The Organic Ethnologist of Algerian Migration. *Ethnography*, vol. 1, n. 2, pp. 173-182.
- GILLETTE, A. y SAYAD, A. (1976). *L'Immigration algérienne en France*. Paris, Editions Entente.
- SAYAD, A. (1979a). Qu'est-ce qu'un immigré? *Peuples méditerranéens*, n. 7, pp. 3-23.
- SAYAD, A. (1979b). Immigration et conventions internationales. *Peuples méditerranéens*, n. 9, pp. 29-52.
- SAYAD, A. (1981a). Le phénomène migratoire: une relation de domination. *Annuaire de l'Afrique du Nord*, vol. 20, pp. 365-406.
- SAYAD, A. (1981b). La naturalisation, les conditions sociales et sa signification chez les immigrés algériens (1era. parte: La naturalisation comme aboutissement 'naturel' de l'immigration). *GRECO 13, migrations internationales*, 3, pp. 22-46.
- SAYAD, A. (1982a). La naturalisation, les conditions sociales et sa signification chez les immigrés algériens (2da. parte: La naturalisation comme rapport de forces entre nations et entre nationalités). *GRECO 13, migrations internationales*, 4-5, pp. 1-55.
- SAYAD, A. (1982b). Un autre 'ordre des choses' pour une autre immigration. *Migrants-Créteil*, Office des migrants de Créteil, n. 6, pp. 21-28.
- SAYAD, A. (1983a). "Le phénomène migratoire: une relation de domination". In: *Maghrébins en France: émigrés ou immigrés?* Paris, CNRS.

- SAYAD, A. (1983b) La délinquance dans l'immigration: l'immigration est en elle-même délinquance, en *Le phénomène de la délinquance chez les jeunes immigrés*. CEFRES, Annales de Vaucresson, n. 20.
- SAYAD, A. (1984). Tendances et courants des publications en sciences sociales sur l'immigration en France depuis 1960. *Current Sociology*, vol. 32, n. 3(2), pp. 219-304.
- SAYAD, A. (1985). Exister, c'est exister politiquement. *Presse et immigrés en France*, CIEMI (Paris), n. 135 (1era. parte: "Pour une défense des droits civiques des immigrés") y n. 136 (2da. parte: "Les droits civiques pour plus de justice").
- SAYAD, A. (1986). "Coûts et profits de l'immigration. Les présupposés politiques d'un débat économique", en *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 61, pp. 79-82.
- SAYAD, A. (1987a). "Les immigrés algériens et la nationalité française". In: LAARCHER, S. (dir.). *Questions de nationalité. Histoire et enjeux d'un code*. Paris, L'Harmattan.
- SAYAD, A. (1987b). Immigration et naturalisation. *Noroit*, n. 304, pp. 2-15.
- SAYAD, A. (1988). "Immigration et naturalisation". In: WITHOL DE WENDEN, C. (dir.) *La citoyenneté et les changements de structures sociale et nationale de la population française*. Paris, Edilig/Fondation Diderot.
- SAYAD, A. (1989). Elements pour une sociologie de l'immigration. *Cahiers internationaux de psychologie sociale*, n. 2-3, pp. 65-109.
- SAYAD, A. (1991). *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Bruselas, De Boeck / Éditions universitaires.
- SAYAD, A. (1993). Naturels et naturalisés. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 99, pp. 26-35.
- SAYAD, A. (1994). Qu'est-ce que l'intégration? *Hommes et Migrations*, n. 1182, pp. 8-14.
- SAYAD, A. (1996). Entrevista. Colonialismo e migrações. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 2, n. 1, pp. 155-170.
- SAYAD, A. (1998a). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. San Pablo, EDUSP.
- SAYAD, A. (1998b). L'immigration et la 'pensée d'État'. *Regards sociologiques*, n.16, pp. 5-21.
- SAYAD, A. (1998c). Le retour, élément constitutif de la condition de l'immigré. *Migrations sociétés*, vol. 10, n. 57, pp. 9-45.
- SAYAD, A. (1999). Immigration et pensée d'État. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 129, pp. 5-14.

- SAYAD, A. (2000). O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia. Revista do Migrante*, n. 13 (número especial).
- SAYAD, A. (2006). "Exister, c'est exister politiquement", en *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité: 2. Les enfants illégitimes*. París, Éditions Raisons d'Agir, pp. 13-21.
- SAYAD, A. (2008). Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. *Apuntes de Investigación del CECYP*, n. 13, pp. 101-116.
- SAYAD, A. (2010). *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Anthropos.

Migração, Trabalho e Estado: três aspectos da contemporaneidade do pensamento de Sayad

Beatriz Patrícia de Lima Level
João Carlos Jarochinski da Silva
Luís Felipe Aires Magalhães

Introdução

A migração não é um fenômeno recente, ela ocorre desde os primórdios da humanidade e todos os países que existem hoje são formados por mobilidades internas e externas de muitos povos. Com o advento da globalização e todas as facilidades de mobilidade e comunicação que esse processo proporcionou, o fenômeno da migração se tornou mais intenso e mais visível. Os motivos que levam as pessoas a deixar seu país muito frequentemente se referem a causas estruturais ou mesmo conjunturais que não se modificam com a facilidade que se espera e, portanto, é muito provável que a migração em massa continue constante (Bauman, 2017).

Desta forma, confirma-se o proposto por Baeninger (2013), que adverte para a necessidade de uma retomada dos estudos migratórios tendo em vista que, atualmente, este é um fenômeno transnacional que segue as transformações do capital. Portanto, fica cada vez mais complexo e diverso o “processo de redistribuição da população

em âmbito mundial” (Baeninger, 2013, pp. 9-10) e por isso há uma necessidade de se recuperar os estudos sobre migração internacional (Baeninger, 2013).

Nesse sentido, retomar a produção de Sayad (1998) é fundamental, visto que o autor desenvolveu de forma primorosa a caracterização da migração como um fato social total, possibilitando uma visão ampla, mas que dialoga com diversas especificidades das manifestações do fenômeno.

Este capítulo se propõe a estabelecer um diálogo sobre os aportes teóricos de Sayad (1998) com outros autores, focado em três elementos-chave para a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos. O primeiro deles será sobre a dinâmica de crises em mobilidade humana; o segundo, a mobilidade humana e o trabalho e, por último, a mobilidade humana e suas relações com o nacionalismo e o racismo. Destaca-se que o texto trata contribuições de autores de perspectivas distintas, assim como inserirá autores brasileiros que se debruçam sobre os estudos migratórios.

Crises e Mobilidade Humana

Consideramos importante situar o processo migratório em curso no contexto da crise do sistema capitalista mundial (Magalhães, 2017), que vem, a cada ciclo, aprimorando as formas e possibilidades de exploração do trabalhador e, por conseguinte, transformando os mecanismos de precarização e superexploração da força de trabalho (Magalhães, 2017).

As crises capitalistas atuais são, em sua essência, estruturais (Mészáros, 2002), afetando com isso “a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes” (Mészáros, 2002, p. 797). O capital integra e articula, sobre uma mesma e única dinâmica de acumulação, países tão distintos, motivando com isso, uma vez mais, os povos a migrarem.

As crises capitalistas, embora sejam amenizadas por fatores e políticas anticíclicas, fazem parte da gênese do capital e, em razão

da queda tendencial da taxa de lucros, aprofundam-se gradativamente, uma vez que existe um movimento das “classes dirigentes” para aumentar seus privilégios que estão cada vez mais “expressos pela adoção das políticas neoliberais, [...]” (Pochmann et al., 2004, p. 12) e que vêm sendo incorporadas nas agendas governamentais como prioridade, favorecendo dessa forma a “hegemonia das altas finanças em escala mundial.” (Pochmann et al., 2004, p. 12) e a chamada “globalização”.

Importante salientar que os sistemas de integração existentes entre as economias nacionais são altamente desiguais e hegemônicos, razão pela qual, não obstante tanta associação comercial, financeira e cultural, segue havendo a criação e reprodução de fatores de expulsão de milhares de pessoas de seus espaços, as quais são empurradas a encontrar na migração uma forma de alternativa de vida. Para ser mais preciso, essa expulsão ocorre justamente em razão, e não apesar, das vinculações entre os países no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho (Magalhães, 2017).

Porém, ao mesmo tempo em que são criados esses fatores de expulsão, também são criados mecanismos de controle mais intensos por parte dos Estados nacionais para barrar a entrada indesejada de pessoas, contradizendo a ideia de que as nações estão cada vez mais integradas.

O atual ciclo da financeirização do capital, que é estimulado e garantido pelas políticas neoliberais, em nada contribui positivamente para uma globalização que integre os Estados nacionais.

Pelo contrário, a violência crescente das forças quase monopolistas do mercado mundial contamina destrutivamente o tecido social no interior de cada nação, assim como a busca incessante de maior renda financeira (juros e dividendos) gera maior exclusão entre países, quando não entre continentes. (Pochmann et al., 2004, p. 12)

Seguindo esta lógica, acrescida do pressuposto teórico da imigração como fato social total (Sayad, 1998), segundo o qual a imigração

é um conjunto complexo, um fato social completo, que compreende em si processos sociais, culturais e econômicos, fazendo-se sentir tanto no lugar de origem como no de destino, levando a exclusão a atingir lugares e aspectos que ultrapassam simplesmente o local em que se encontram e as economias desses migrantes. Reforça-se, com isso, a ampliação constante dos “espaços de vida” do sujeito migrante, algo já identificado por Courgeau (1988), quem estabelece ainda não ser possível definir uma fronteira clara entre mobilidade temporária e migração, de forma que é preciso compreendê-las simultaneamente, pois ambas decorrem, em numerosos casos, de processos de exclusão e expulsão.

Portanto, em relação especificamente a uma grande parcela dos fluxos migratórios atuais, entendemos que há processos de natureza forçada, em que os grupos deixam seu país de origem, não porque planejaram fazê-lo voluntariamente, mas porque fatores externos e alheios à sua vontade assim os condicionaram a fazer. Sassen (2016) corrobora esta perspectiva, afirmando ser cada vez maior o número de pessoas que são expulsas de seus lares, seus locais de origem, por motivos diversos, mas que não deixam de estar conectados com uma totalidade.

Na perspectiva de Sassen (2016), tais fatores vêm se intensificando devido às “formações predatórias” que são sistêmicas e conformadas por “atores sociais” detentores do poder, mais precisamente aqueles para quem a economia mundial deve estar funcionando em condições apropriadas, ideia que foi implementada no início da reestruturação produtiva da década de 1970 e que está difundida de forma global.

Esses “atores sociais”, segundo Sassen (2016), por conta das características assumidas pelo sistema capitalista em sua forma atual, deixaram de ser as pequenas burguesias e as burguesias nacionais tradicionais, que foram cruciais no desenvolvimento do capitalismo em sua fase anterior, passando a ter uma conotação mais sistêmica com o “aprofundamento das relações capitalistas”. Assim que a autora postula que atualmente

[...] estamos assistindo à constituição não tanto de elites predatórias, mas de ‘formações’ predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda. [...]. (Sassen, 2016, p. 22)

Dessa forma, entendemos que as “formações predatórias” atuais são responsáveis por agudizar a desigualdade social e, portanto, são responsáveis por produzir e reproduzir formas de expulsões. Sassen explica destaca que

[...] Os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados [...]. Nossas economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência. (Sassen, 2016, p. 10)

Para além da conotação econômica que o termo carrega, as expulsões não seriam apenas o ato de deixar para trás a sua terra, mas, também de ser destituído de seu meio de sobrevivência, do seu pertencimento social, do seu projeto de vida, e, logo, ser expulso do que se tem de mais fundamental nas sociedades atuais, sua participação na democracia liberal. Nos termos de Sayad (1988), é, portanto, um “desenraizamento” (Pérez, 2017). É importante frisar que

[...] essas expulsões não são simplesmente resultado da decisão ou da ação de um indivíduo, de uma empresa ou de um governo. Sim, essas decisões e ações contam, mas são parte de um conjunto maior de elementos, condições e dinâmicas que se reforçam mutuamente. [...]. (Sassen, 2016, p. 89)

Assim que, nesse contexto, diante dos dados disponíveis sobre a migração desses sujeitos e segundo o que postula Sassen (2016) sobre expulsões, não podemos deixar de considerar os deslocamentos

numa abordagem que exige do pesquisador a mesma postura teórica proposta por Sayad, na qual há que se compreender a complexidade do fenômeno por diversas perspectivas e se debruçar sobre fatores com capacidade de determinar a decisão de migrar. A apropriação de uma noção de expulsão, é uma chave fundamental para a compreensão das migrações Sul-Sul (Baeninger et al., 2018).

Mobilidade humana e Trabalho

Dentro dos destinos, o migrante nem sempre é recebido com receptividade, sendo comuns o preconceito e a discriminação; aos olhos de algumas pessoas, o “estrangeiro” que não possui um trabalho não deveria permanecer na cidade. Assim, para entender esta condição específica de “ser migrante”, retornamos a Sayad (1998), para quem o imigrante é visto pela sociedade que o recebe como um sujeito provisório, e que só tem razão de ser em sua condição de trabalhador, pois uma vez fora desta condição, o imigrante não deveria mais permanecer na sociedade de destino, mas, sim, retornar ao seu país de origem. Sendo assim, o migrante é visto como parte provisória na cidade e, por isso, não se deve despender tempo em criar condições para sua permanência – tampouco desenvolver políticas públicas.

Nesse contexto, e tendo em vista pesquisas recentes realizadas sobre migração e trabalho por Couto (2016), Baeninger et al. (2018), Assis e Magalhães (2016), Silva (2016) e Cavalcanti et al. (2015), entre outros, ressaltamos que, para as pessoas em situações de vulnerabilidade, como é o caso dos migrantes, são oferecidos trabalhos que, muitas vezes, estão abaixo da qualificação que possuem, com alto grau de exploração, salários inferiores e com jornadas de trabalhos superiores às praticadas pelos demais trabalhadores.

Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa tomaremos como referência teórico-metodológica o materialismo histórico dialético de Karl Marx (2004), cujo ponto de partida, para análise da necessidade social, são as relações concretas de produção de vida, numa compreensão de que a materialidade e a espiritualidade (ou o

elemento de subjetividade do ser) se produzem num processo dialético de mútuas determinações. O método dialético oferece as bases necessárias para entender a situação pesquisada de forma crítica, entendendo a “coisa em si” e, dessa forma, tentar compreender a realidade (Kosik, 2002).

Tendo em vista que a categoria trabalho é central para os migrantes, apropriamo-nos de Marx (2016) para quem o trabalho é atividade vital, fundamental, que caracteriza o ser humano em suas relações com a natureza. É a atividade pela qual o homem, sendo natureza, na natureza, se distingue desta, podendo transformá-la de acordo com suas necessidades e, ao transformá-la, transforma-se a si mesmo, humaniza-se (2004). Porém, historicamente, no âmbito das relações sociais de produção, as condições naturais dessa relação são deturpadas, tornando o trabalhador alienado da sua própria natureza, retirando assim o sentido que o trabalho deveria ter, no qual o trabalho representaria emancipação, liberdade.

Assim, a existência de uma vida com sentido fora do trabalho depende de uma vida cheia de sentido dentro do trabalho. Porém, não é viável combinar trabalho assalariado, estranhado e fetichizado, com o sentimento de pertença e satisfação que faz o trabalho ter sentido. Então, a busca da junção pretendida por Marx entre trabalho e liberdade, não tem sentido nas relações de trabalho estabelecidas no sistema capitalista (Antunes, 2000).

Os direitos garantidos pelos e para os trabalhadores, em que pese serem frutos de lutas, constituem formas que a sociedade contemporânea encontrou para manter o sistema capitalista funcionando. O capitalismo direciona o trabalhador a uma lógica de consumo e alienação de seu tempo. Antunes (2006, p. 131) diz que,

no universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é só aparente [...]. O retrato mais significativo do empobrecimento das necessidades do indivíduo é dado pela sua redução e homogeneização: o operário [trabalhador] somente pode ter o suficiente para querer viver e somente deve querer viver para ter.

Dessa forma, “o trabalhador livre” se aliena nessa relação de “aparência contratual” (Collin, 2008, p. 138), vende a sua força de trabalho, e sua força de trabalho é incorporada ao produto final, tornando-se uma mercadoria como qualquer outro elemento produzido. É essa relação que gerará a mais-valia. Como aponta Marx (2016) em *O Capital*, o trabalho grátis vai direto ao bolso do proprietário dos produtos, não gerando nenhum valor ao trabalhador. Marx chama isso de processo de exploração, pois o que o trabalhador produz não gera um valor significativo para ele e passa a ser a riqueza (mais-valia) do capitalista, que usa a força de trabalho alheia como forma de gerar mais capital.

Marx (2016) diz que o “homem de dinheiro”, para se tornar capitalista, deve buscar uma mercadoria que cria valor quando é consumida. Ele encontra essa mercadoria na força de trabalho, no trabalho do proletário, no “trabalhador livre”, em que este é livre em um duplo sentido: livre, pois não é escravo, visto que estabelece um contrato com o capitalista. Livre ainda, pois não possui propriedade e, portanto, não possui preocupações com os meios de produção, logo, vende ao capitalista a sua força de trabalho para sobreviver.

Sendo assim, o trabalhador não vê outra saída a não ser se submeter às relações de trabalho estabelecidas pelo capitalista, pois, afinal de contas, ele precisa da quantia que receberá em troca de seus serviços para poder sobreviver. O capitalista, sabendo dessa necessidade do trabalhador, se aproveita da situação, e, muitas vezes, não respeita as normas preestabelecidas entre empregador/empregado, tornando o trabalho precarizado.

A precarização do trabalho está diretamente relacionada com o processo de reestruturação produtiva, que teve início a partir da década de 1970, com a mudança do padrão de produção fordista para o sistema de “acumulação flexível”, de inspiração toyotista, promovendo a flexibilização “dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [...]” (Harvey, 2007, p. 140), ocasionando mudanças radicais no mercado de trabalho. Portanto,

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...]. (Harvey, 2007, p. 143)

Tal realidade fez com que houvesse um amplo aumento do emprego no setor de serviços, bem como a redução dos contratos regulares em troca dos contratos de trabalho por tempo parcial, subcontratado ou temporário. Além disso, percebe-se a formação de pequenos negócios (geralmente ligados ao setor de serviços), principalmente por parte de imigrantes, como “estratégia de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas” (Harvey, 2008, p. 145). Independentemente do caso, “o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego” (Harvey, 2008, p. 145). Na mesma linha de raciocínio, Sassen (2016) analisa que a intensificação do setor de serviços na organização geral da economia é somente mais outra fonte de geração de lucros que reproduz a desigualdade social.

Importante ressaltar que, nos países subdesenvolvidos, por conta de fatores políticos, “a precariedade do mercado de trabalho geralmente tende a se manifestar por meio de elevados graus de informalidade, associados a atividades com baixa qualificação e níveis de renda” (Pochmann et al., 2004, p. 49). Além disso, ressalta-se que a informalidade é muitas vezes um viés de ocultamento ou disfarce do desemprego social, uma vez que ela esconde pessoas que, na verdade, estão prestando algum serviço no setor informal porque não conseguiram ingressar em um emprego formal, e que, portanto, na realidade encontram-se desempregadas.

Especificamente no Brasil, Paul Singer (1995) analisou que a precarização das relações de trabalho se expressa na substituição do registro na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, gerando, dessa forma, contratação por tempo

limitado, assalariamento sem registro, entre outros, o que se configura na realidade de muitos migrantes, notadamente quando oriundos do Sul Global.

A estratégia das “formações predatórias” foi e é a desvalorização da força de trabalho para a obtenção de mais lucros. Mas, agora, além de atacar diretamente as relações de trabalho com esse objetivo, há uma conformação econômico-política armada na tentativa de ampliar as desigualdades entre as pessoas fazendo-as acreditar que estão completamente à mercê das classes dominantes.

Inserimos nessa lógica os migrantes que, por sua condição de dupla vulnerabilidade, na qual são desprovidos de cidadania, constituindo a base da pirâmide social, acabam sofrendo muito mais com a competição mercadológica, pois mesmo que eles não queiram aceitar funções que estão abaixo do seu nível de qualificação, acabam por serem pressionados a aceitar, pois, para o mercado, eles são somente uma força de trabalho disponível, barata e provisória, que pode ser dispensada quando convém. Assim, mesmo que a situação desses migrantes seja regular no país, por sua condição de vulnerabilidade e desconhecimento das leis trabalhistas, é fácil ao empresariado mal-intencionado violar os direitos desses sujeitos.

Neste sentido, para o trabalhador migrante, que busca melhores condições de vida em um lugar cultural e socialmente distinto e com o qual não possui nenhuma familiaridade, inclusive com a língua, a situação de vulnerabilidade em relação à busca/permanência em um trabalho parece se intensificar.

Nesse sentido, Sayad (1998) é fundamental para a compreensão de que o papel como trabalhador é o que caracteriza a dinâmica de inserção social do migrante, assim como pelo seu desejo de retorno ao não ser visto e compreendido dentro de sua individualidade, pois é colocado apenas como um instrumento a produzir em favor de quem possui riqueza.

Mobilidade humana, nacionalismo e racismo

Em um mundo cada vez mais globalizado, em que situações que ocorrem em um lugar acabam por afetar todos os outros, principalmente no que diz respeito à economia, é cada vez mais comum ouvir discursos que “[...] se orientam pela resistência ao Outro, ao imigrante como causa central dos seus problemas políticos, econômicos, sociais e pessoais. [...]” (Pereira, 2018, p. 5). Esses discursos se colocam em contradição, uma vez que, ao mesmo tempo em que se defendem os direitos do Outro em relação à mobilidade e permanência em um país que não é o seu, também pregam o medo e a insegurança com relação a esse Outro. Esses migrantes “[...] são submetidos sob o lastro da legalidade, do nacionalismo, da ordem e do desenvolvimento” (Pereira, 2018, p. 5).

Os migrantes deixaram seus países em busca de encontrar um lugar melhor para estabelecer suas vidas, mas ambos espaços estão carregados de valores atribuídos à sua origem, o que é absolutamente normal, e migraram para outra terra que também tem uma carga de valores que pesam em sua população.

Frente a isso, entendemos ser enriquecedor para a pesquisa fazer uma ponte com os conceitos de Nacionalismo e Nação, não apenas para refletir sobre conceito de racismo como também para mostrarmos a atualidade de um importante conceito de Sayad (1998), o “Pensamento de Estado”. É o “Pensamento de Estado” (Sayad, 1998) que definirá, em última instância, quem é, o que é e quando deverá ser aceito o imigrante.

Pensar a imigração (ou a emigração), é pensar o Estado. É o Estado que se pensa a si mesmo ao pensar a imigração (ou a emigração) e, na medida em que não tem consciência que, assim fazendo, pensa-se a si mesmo, termina por enunciar aquilo de que tem de mais essencial e, ao mesmo tempo, enunciar da maneira mais evidente as regras de seu funcionamento e revelar as bases de sua instituição. (Sayad, 2000, p. 20)

Como explica Giddens (2001), a forma como um grupo é projetado origina-se na forma como são pensados outros grupos, os que são de fora. O objetivo disso é construir uma fronteira entre os de dentro e os de fora, os que são do grupo e os que não são porque não compartilham das mesmas características, dos mesmos ideais. Mas, o que queremos problematizar aqui é que apesar de toda essa preocupação em estabelecer os limites entre o Nós e o Outro, que culmina em termos de soberania de Estado, em estabelecer fronteiras bem marcadas de onde começa e termina o território de cada país. Existe um movimento que reivindica seu direito de circular livremente por esses territórios e, se desejar, se estabelecer. A circulação de pessoas pelo mundo sempre foi e continua sendo um fato social, e entendemos que frente a isso, é cada vez mais necessário estabelecer um debate e refletir sobre qual seria, então, o papel do Estado nesse cenário em que vivemos. Como aponta Foucher (2009, p. 20)

A liberdade de circulação é uma reivindicação amplamente compartilhada, principalmente nas regiões pacificadas. Contam-se 200 milhões de trabalhadores migrantes, 3% da população do planeta. Há aumento constante do volume de trocas de bens e serviços, em média três vezes mais rápido que o crescimento da economia mundial [...] Circulação de imagens que suscitam conflitos de interpretação entre as diferentes culturas postas em contato e entre as representações do Outro que elas veiculam maciçamente e sem cuidado.

No cenário atual encontramos uma sociedade que se individualiza a cada instante, e que busca defender seus interesses particulares (legado do sistema capitalista ao mundo) e que não aceita de maneira fácil projetos pensados para o coletivo, ainda mais se esses projetos forem em prol do “Outro” o “não nacional”, pois deseja um Estado que atenda aos seus interesses, exigindo nesses casos maior participação dessa Instituição, mas quando não possui interesse na ação, deseja que ele não exista, criando um atribuição de pertencimento bastante seletivo que desemboca num tipo excludente de nacionalismo.

Certo é que o nacionalismo tornou-se um substituto para a coesão social através de uma igreja nacional, de uma família real ou de outras tradições coesivas, ou autorrepresentações coletivas, uma nova religião secular, e que a classe que mais exigia tal modalidade de coesão era a classe média em expansão, ou antes, a ampla massa intermediária que tão notavelmente carecia de outras formas de coesão. A esta altura, novamente, a invenção de tradições políticas coincide com a de sociais. (Hobsbawn, 2008, p. 311)

Por conta disso é que procuramos, nessa correlação, tentar entender como o peso que se carrega por conta desse ideal nacionalista e as escolhas feitas pelos Estados nacionais a que se pertence afetam a formação das relações sociais que são construídas, e que podem desembocar no racismo/xenofobia e, conseqüentemente, têm impacto direto nas relações de trabalho que são estabelecidas, conforme a produção de Sayad (1998) já destacava.

Como bem aponta Hartog (2004), a diferença entre Nós e o Outro não só é uma construção social que legitima um espaço, é também um conceito que, ao longo do tempo, foi modificando seu significado real, estando correlacionado ora com os processos políticos, ora com os processos culturais e depois correlacionado com ambos. Esses processos estabeleceram uma ideia de separação entre o Nós e o Outro que é acionada quando esse Outro torna-se visível na sociedade, aqueles que não são “natos” do Estado nacional no qual estão, e logo, não deveriam encontrar-se ali, criando um clima que pode acabar no racismo/xenofobia para com esses Outros. Assim que concordamos com Marques (2001, p. 123), quando este explica que

[...]. Um nacionalismo racista não é um nacionalismo que delimita fronteiras simbólicas e políticas entre nacionais e estrangeiros, entre Nós e os Outros, é um nacionalismo que, através da naturalização moderna – i.e. de uma biologização, explícita ou implícita, da nação –, essencializa e congela os processos

dinâmicos de formação de identidades, remetendo-as para os domínios de uma perenidade fatalista e que racionaliza e trata todos os particularismos através de um sistema de crenças determinístico.

Desta forma, o nacionalismo é apropriado para difusão de um discurso de progresso econômico e de autonomia política visando à cidadania – quando sente que enfrenta um estado de crise ou sente-se ameaçado, nega, então, o discurso que prega e retoma um discurso marcado por concepções essencialistas, que atribui direitos e respeito somente aos que são “natos”, e mais especificamente, aos que são “natos” e fazem parte de determinadas classes sociais. Decorrem disto as práticas e o pensamento xenofóbicos.

A xenofobia é uma paixão coletiva, organizada ou não, de ódio e de rejeição contra o Outro enquanto ele permanecer exterior e enquanto as relações com esse Outro puderem ser evitadas. O racismo, pelo contrário, na diversidade das suas formas, fenómeno específico da modernidade que vemos elaborar-se a partir da colonização, a partir dos conflitos religiosos e também a partir de relações sociais de antagonismo, pressupõe que a relação não pode ser evitada, isto é, que as populações, os grupos que se opõem entre si, pertencem a um mesmo espaço social. É necessário, portanto, que o Outro não seja exterior mas interior, mesmo se essa “interioridade” assume a forma de repulsão ou da exclusão.

Ou seja, ambos os conceitos dizem respeito, de certa forma, à inferiorização do Outro, mas a diferença entre eles consiste na distância em que esse Outro se encontra. “A xenofobia pressupõe que a distância pode ser mantida, que o encontro pode ser evitado, faz apelo à fronteira do sistema social; [...]”. Enquanto que “no racismo o outro é interior ao espaço social e político do Nós. O contacto quotidiano com aquele que se despreza ou que nos ‘ameaça’ não pode ser evitado. [...]” (Marques, 2014, p. 169). É importante, pois, deixar claro que a escolha em atribuir ao racismo os preconceitos e discriminações

sofridas pelos migrantes não tem o intuito de desprezar a análise de outros trabalhos que atribuem ao fenômeno a nomenclatura de xenofobia, apenas nos parece mais adequado chamar o fenômeno de racismo, uma vez que os sujeitos da pesquisa encontram-se em território “estrangeiro” e, logo, são “interiores” àqueles que os discriminam; e como podemos verificar por meio dos dados divulgados pelos órgãos oficiais, não se trata de um fluxo passageiro e tampouco as pessoas que aqui se encontram irão logo deixar o país, prologando assim a “interioridade” do fenômeno, característica essa destacada por Sayad ao discorrer sobre a presença num território, mas que a ideia de retorno permanece, significa que não se vislumbra a inserção nesse novo espaço de maneira a superar todos os obstáculos a inserção social.

Assim como o preconceito que permanece nesse destino, visto que em um conceito mais sociológico, o racismo é um termo utilizado para descrever uma construção social, em que em um determinado momento histórico, em uma dada sociedade, determinados grupos de pessoas são designados ou se autodesignam como “diferentes” (Wieviorka, 1993; Marques, 1997). Essa dada sociedade, por conta das “diferenças” designadas, constrói uma fronteira entre ela e o grupo racizado, no caso, os imigrantes, os quais devem ser excluídos e invisibilizados sob alguma justificativa.

O conteúdo colonial deste condicionamento histórico, especialmente na atual conjuntura de expansão das migrações Sul-Sul (Baeninger, 2018), nos remete, novamente, à contemporaneidade de Sayad (1998): esses novos imigrantes, diante desta fronteira entre o Nós e o Outro, permanecem invisíveis, reafirmando a dupla ausência da condição migrante. Embora presentes fisicamente onde trabalham, são invisíveis como sujeito; e onde estão fisicamente ausentes, parte do produto de seus trabalhos está presentes. “Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente” (Sayad, 2000, p. 20).

Referências

- ALMEIDA, G.de; BAENINGER, R. (2013). “Modalidades migratórias internacionais: dos fluxos às novas exigências conceituais”. In: BAENINGER, R. (org.). *Migração internacional*. Campinas, Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp.
- ANTUNES, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP, Boitempo.
- ANTUNES, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11 ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ASSIS, G.e MAGALHÃES, L. F. A. (2016). “Migrantes indesejados? A ‘diáspora’ haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira”. In: SILVA, Sidney A. da e ASSIS, Gláucia O. (orgs.). *Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus, EDUA.
- BAENINGER, R. (2013). “Notas acerca das migrações internacionais no século 21”. In: BAENINGER, R. (org.). *Migração internacional*. Campinas, Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp.
- BAENINGER, R. et al. (orgs) (2018). *Migrações Sul-Sul*. Campinas, Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ – NEPO/Unicamp.
- BAUMAN, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (2015). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Emprego/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF, OBMigra.
- COLLIN, D. (2008). *Compreender Marx*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis, RJ, Vozes.
- COURGEAU, D. (1988). *Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris, Éditions de L’Institut National d’Études Démographiques.
- COUTO, K. (2016). “Do Caribe para a Amazônia: a migração fomentando a conexão entre as duas regiões”. In: SILVA, S.. A. da e ASSIS, G. O. (orgs.). *Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus, EDUA.

- FOUCHER, M. (2009). *Obsessão por fronteiras*. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo, Radical Livros.
- GIDDENS, A. (2001). *O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- HARTOG, F. (2004). *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, UFMG.
- HARVEY, D. (2007). *Condição pós-moderna*. 16. ed. São Paulo, Loyola.
- HOBSBAWN, E. (2008). "A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914". In: Hobsbawn, E. e Ranger, T. *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra.
- KOSIK, K.I (2002). *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KREIN, J. D.; WEISHAUP, PRONI, Marcelo (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, OIT.
- MAGALHÃES, L. F. A. (2017). *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Tese doutorado. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- MARQUES, J. F. (1997). "Ainda podemos falar de 'raças'? A 'raça' enquanto conceito sociológico. In: *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*. Lisboa, OIKOS/Associação Portuguesa de Biólogos/Associação Portuguesa de Antropologia.
- MARQUES, J. F. (2001). Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 61, dezembro.
- MARX, K. (2004). "Crítica da Dialética e da Filosofia Hegeliana em Geral". In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K. (2016). *O Capital: crítica da economia política: livro I / Karl Marx*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 34 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo, Boitempo.

- PÉREZ, A. (2017). "La liberación del conocimiento. Bourdieu y Sayad frente al colonialismo." In: BOURDIEU, P.; SAYAD, A. *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. 6. ed. Lisboa, Edições Sílabo.
- POCHMANN, M. [et. al.] (orgs.) (2004). *Atlas da exclusão social*, volume 4: a exclusão no mundo. São Paulo, Cortez.
- SASSEN, S. (2016). *Expulsões-brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo. Paz e Terra.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- SAYAD, A. (2000). O retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista Travessia Especial*, Ano XIII, n. especial, janeiro.
- SILVA, S. A. (2016). "Haitianos em Manaus Mercado de trabalho e exercício da cidadania". In: *Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. In: SILVA, Sidney A. da e ASSIS, Gláucia O. (orgs.). Manaus, EDUA.
- SINGER, P. (1995). A precarização é causa do desemprego. *Folha de São Paulo*. 10/12. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/10/dinheiro/5.html>. Acesso em: 13 jun 2017.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.
- WIEVIORKA, M. (1993). *La démocratie à l'épreuve: nationalisme, populisme, ethnicité*. Paris, La Découverte.

A provisoriedade definitiva como ótica analítica do trabalho e da moradia para imigrantes

Maura Vêras
Patrícia Villen

Introdução

As teorias de Abdelmalek Sayad são referência para o entendimento dos problemas materiais, simbólicos e psicológicos da “condição de imigrante”¹, que prolonga a “condição de colonizado”².

O trabalho e a moradia, dois pilares para se entender a estruturação de vida do imigrante no país de destino, que foram largamente

- 1 Remete-se ao conceito de imigrante utilizado por Sayad (1998) como sinônimo de uma *condição social* para chamar atenção tanto para sua posição de classe na sociedade de origem, quanto para aquela do seu país de origem nas relações internacionais e na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o imigrante a que se refere o autor é um trabalhador que provém de países “dominados” na hierarquia das relações internacionais. Sayad lembra que o “imigrante é o duplo do emigrante”. Por esse motivo, é importante considerar a “relação dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno, a emigração e a imigração; ou, em outros termos, como um mesmo conjunto de condições sociais pode engendrar, *grosso modo*, num dado momento da história do processo (ou da história de um grupo em particular), uma forma particular de emigração, ou seja, uma classe particular de emigrantes [...], sendo que esses emigrantes resultavam num segundo momento numa classe particular de imigrantes e, em seguida, num forma particular de imigração” (Sayad, 1998, p. 18).
- 2 Sayad considera importante analisar a atuação do sistema de colonização no passado e seus efeitos e prolongamentos no presente para entender o fenômeno da imigração: “A imigração que é produto da colonização ou deriva diretamente dela. A colonização que a imigração prolonga e faz sobreviver de certa forma” (Sayad, 1991, p. 71).

estudados por esse autor no contexto francês do Segundo Pós-Guerra, serão aqui privilegiados como objeto de investigação³. Em particular, nossas análises retomarão a concepção de Sayad de “provisoriamente definitiva”, relativa ao imaginário e à subjetividade do imigrante, da sociedade de emigração e de imigração, mas também às condições objetivas que explicam a funcionalidade da presença do imigrante para o sistema econômico, bem como as técnicas de controle dos Estados. Sem dúvida, essa noção colhe com perfeição a racionalidade do “pensamento de Estado” sobre a presença do imigrante no território nacional e sobre as práticas sociais e jurídicas nos âmbitos do trabalho e da moradia.

Diversos estudiosos do pensamento de Sayad dão destaque ao fato de que a “provisoriamente definitiva” é uma condição que se coloca mesmo antes da emigração, no bojo do processo de espoliação (objetiva e subjetiva) do emigrante, que o transforma em “camponês desenraizado”, condenando-o a viver como um imigrante na sociedade de destino, ou seja, em uma condição de uma provisoriamente definitiva. O importante, aqui, é retermos que esse processo de emigração e imigração coloca as diferentes dimensões da vida do (e)imigrante em uma situação de provisoriamente definitiva⁴.

Conforme destacou Eduardo Domenech (2015 e 2018), o pensamento de Estado jamais poderá admitir que o imigrante é uma *presença permanente*, já que, para afirmar o estatuto do “nacional”, sua

3 Essas questões serão analisadas no atual contexto migratório brasileiro, com especial atenção à cidade de São Paulo, que é um dos principais destinos dos imigrantes no Brasil.

4 Estudiosos do pensamento de Sayad iluminam como a provisoriamente definitiva é entendida por este autor tanto como uma situação objetiva – na qual o imigrante não consegue se estruturar de forma mais definitiva, no que se refere ao trabalho, moradia, situação burocrática (visto/naturalização) –, quanto uma situação subjetiva que, dentre outros fatores, remete a uma ordem temporal relativa ao estado mental do imigrante, que é obrigado a deixar sua terra de origem e carrega consigo o sonho do retorno e, sobretudo, a uma existência vivida como provisória, como se fosse “suspensa”, mas que, na verdade, é definitiva. Mohammed Elhajji (2018) destaca que a provisoriamente definitiva também pode ser um autoengano, uma estratégia psicológica para suportar os sofrimentos da condição migratória, por esse motivo, a tomada de consciência da provisoriamente definitiva é muito dolorosa e acompanha a culpa sentida pelo imigrante pelo fato de não conseguir realizar o retorno. Há um campo de estudo muito rico sobre os efeitos da provisoriamente definitiva na subjetividade do imigrante, que, infelizmente, não poderá ser explorado no âmbito deste capítulo.

racionalidade pressupõe a exclusão do não nacional. Isto quer dizer que o Estado concebe a imigração como uma presença “ilegítima”, “provisória” e ainda sujeita à “expulsão” e à “expulsabilidade”.

Vamos tentar entender como a ótica da provisoriedade definitiva é fundamental para análise da situação de trabalho e de moradia dos imigrantes nos países de destino. Por que a moradia que se apresenta hoje para o imigrante, sobretudo nas grandes metrópoles, cada vez mais reforça a sua condição de provisoriedade definitiva, refletindo-se em moradias provisórias, ocupações, altos preços de aluguéis por escassos metros quadrados, enfim, na situação de rua? Por que a força de trabalho do imigrante é crescentemente utilizada em escala global, todavia, a maior parte dos imigrantes não tem acesso a uma forma regular de entrar nos países de destino e a um visto permanente? Por que mesmo os trabalhadores imigrantes que conseguem passar pelos seletivos e restritos canais da imigração por motivo de trabalho recebem, em sua maioria, um visto temporário, sujeito à arbitrariedade dos Estados para sua renovação (em geral vinculada a um contrato de trabalho)?

Para refletirmos sobre essas questões, em um primeiro momento, apresentaremos a ligação da provisoriedade definitiva com o trabalho imigrante, a partir de análises de Sayad, de teorias contemporâneas sobre imigração e também de casos históricos que indicam a gestão da força de trabalho do imigrante pelos Estados a partir da premissa da temporalidade. Em um segundo momento, enfocamos a transitoriedade da moradia, situação de contingência que atinge não apenas os imigrantes, mas grandes parcelas das populações trabalhadoras no Brasil – dadas as condições do mercado imobiliário e a carência de políticas públicas adequadas aos perfis das demandas, centradas, na maioria das vezes, em financiamentos para aquisição da casa própria, sonho que mobiliza o ideário popular, mas é de difícil concretização para a maioria. Retomando as categorias de Sayad, no caso dos imigrantes, a ilusão do retorno, a sensação de temporalidade e o sentido

de estado provisório acabam por construir experiências de precariedade habitacional, segregação e exclusão urbanas. Concluindo o capítulo, serão apresentadas algumas considerações finais.

A provisoriedade definitiva e o trabalho imigrante

No que se refere ao trabalho imigrante, o período histórico analisado por Sayad reflete a passagem dos “anos de ouro” (1950-1970), de uma economia e um mercado de trabalho que, no contexto francês e em geral europeu, estavam aquecidos e eram explicitamente dependentes da força de trabalho imigrante, a um contexto crescentemente marcado por crises e recessões após 1970. Trata-se, paralelamente, da passagem de políticas de recrutamento massivo de imigrantes – sobretudo das ex-colônias, por meio de acordos entre Estados, mas também de “fluxos espontâneos” – a um suposto “fechamento das fronteiras” que privilegiaria a reunião familiar.

A inserção laboral desses imigrantes deixava evidente a segmentação refletida em salários e no tipo de funções laborais e, mais em geral, nas condições de vida que enfrentavam. Essa constatação se verificava mesmo após esse imigrante ter se “enraizado” no país de destino. Em seu ensaio *O imigrante OS pela vida* (Sayad, 1995), Sayad oferece um rico estudo de campo sobre a Renault de Billancourt para mostrar as tendências gerais do funcionamento do mercado de trabalho francês, apoiado na estratificação e hierarquização da classe trabalhadora nacional francesa em função dos níveis mais altos (relativos a salários e postos considerados mais qualificados) de empregos ocupados pelos nacionais, ao passo que aqueles mais baixos e precários, ou seja, as atividades que os nacionais não queriam mais fazer, eram preenchidos por imigrantes. Considerava-se como “natural” o destino das tarefas mais servis para os imigrantes com *colonial background* (provenientes de países outrora colonizados), em particular os recém-chegados.

Mas, é interessante notarmos para o fato o qual Sayad chamou atenção: mesmo nos momentos caracterizados por uma economia

aquecida – nos quais o cálculo utilitarista do custo e benefício da imigração resulta positivo – o Estado jamais pode renunciar a definir, oficial e juridicamente, o imigrante como “trabalhador provisório”, bem como “a imigração como “estadia literalmente provisória” (Sayad, 1991, p. 48). A todos efeitos, a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e, sobretudo o próprio imigrante, devem alimentar a

ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente [...] de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal. (Sayad, 1991, p. 46)

Não devemos nos esquecer de que Sayad problematiza a provisoriedade imposta ao imigrante, ressaltando, com esse fim, que, por mais que ela seja o ideal dos Estados e da forma como é representada pelas sociedades de emigração e imigração, há uma “situação duradoura que a caracteriza de fato”, ou seja, o imigrante tendencialmente não retorna ao país de origem e se “enraiza” no país de destino (Sayad, 1991, p. 45). Em particular, essa ilusão é funcional para impedir o imigrante de “reivindicar direitos a uma existência plena e não mais apenas seus direitos parciais de trabalhadores imigrantes” e também a uma existência política, na qual ele pode se agrupar e entender como legítimas suas práticas coletivas, culturais e religiosas (Sayad, 1991, p. 48).

Mas, Sayad também nos lembra de que são os momentos de crise, marcados pelo desemprego e o acirramento de conflitos sociais, que fazem com que a “verdade da imigração”⁵ apareça, já que a verdade utilitária da provisoriedade é, então, novamente mobilizada para provocar o refluxo desses imigrantes e, sobretudo, a espoliação de seus direitos. Isso porque o imigrante só tem sentido de existir

5 Essa verdade é o elemento que Sayad dizia desmentir todas as ilusões criadas pelo próprio imigrante, pela sua sociedade de origem e aquela de destino, para justificar sua “dupla ausência”.

quando as vantagens da sua presença superam os custos (Sayad, 1991, p. 47). A condição de trabalhador, tolerado a título provisório, coloca-nos, portanto, a essência da condição de imigrante: uma força de trabalho “provisória”, “temporária”, “em trânsito”, “revogável a qualquer momento” (Sayad, 1991, p. 54). Como nos ensina Sayad, “exportam-se ou importam-se exclusivamente trabalhadores, mas nunca cidadãos atuais ou futuros. Essa é a condição necessária para que existam emigração e imigração. É uma exigência da ordem simbólica” (Sayad, 1991, 55).

Essa verdade da “condição de trabalhador tolerado a título provisório” também pode ser constatada em importantes teorias contemporâneas sobre a imigração, como o estudo clássico sobre trabalhadores imigrantes nas sociedades industrializadas, de Michael Piore (1979), que se utilizou da expressão *birds of passage* para explicar o regime sazonal a que estavam submetidos⁶. Essa expressão foi retomada por Mirjana Morokvasic (1984) para mostrar como os “pássaros de passagem” não eram apenas homens imigrantes mas também mulheres imigrantes, muitas delas que passaram a migrar sozinhas na segunda metade do XX, desacompanhadas de seus maridos.

Além disso, o ideal da sazonalidade foi historicamente aplicado por diversas políticas imigratórias em acordos realizados entre Estados. Podemos citar, por exemplo, o sistema de contratação dos trabalhadores asiáticos *coolies*, trabalhadores chineses e indianos importados, principalmente durante o século XIX, em diversos territórios dos Impérios coloniais, inclusive na América Latina e Caribe, e em países como os EUA, Canadá e Austrália, dentro de um regime de trabalho sazonal e semi-escravo para substituir o regime

6 “Ambos os países [de emigração e imigração] consideram os migrantes como temporários”. No entanto, essa imigração coloca um paradoxo para esses países tendo em vista que “os migrantes inicialmente se consideram trabalhadores temporários e planejam retornar para casa; no entanto, muitos deles não conseguem realizar seus planos e nunca retornam para casa ou fazem idas e vindas para o país industrializado, tornando-se, mais ou menos, membros permanentes da força de trabalho” (Piore, 1979, p. 3).

de trabalho escravo (Potts, 1990; Lamounier, 1986). Os contratos de trabalho para esses trabalhadores asiáticos eram *temporários* e previam o retorno ao país de origem por conta própria.

Desde o final do século XIX, a Alemanha foi pioneira na aplicação de políticas que afirmavam essa provisoriedade a partir do regime do *gastarbeiter*, trabalhadores hóspedes, que eram contratados para suprir demandas da economia alemã, porém, após o cumprimento do contrato, eram obrigados a retornar ao país de origem e não podiam ter nenhuma pretensão de adquirir uma cidadania e pertencer ao povo alemão (Kammerer, 1976; Sassen, 1999). Esse sistema foi largamente utilizado por esse país no Segundo Pós-Guerra, sobretudo com a importação de trabalhadores turcos e também foi adotado por diversos outros países europeus nesse mesmo período (Castles, 2006).

Os Estados Unidos, igualmente, aprenderam a utilidade dessa política da provisoriedade, aplicando-a não apenas aos já citados *coolies* no século XIX, mas também aos mexicanos, nos famosos *braceros programs* (1940-1950), utilizados para importar temporariamente trabalhadores agrícolas mexicanos para realizar atividades nas plantações do sul do país (Sassen, 1999).

Mas, foi com a era neoliberal, inaugurada na década de 1970 – regida pelos imperativos da mundialização financeira (Chesnais, 2005) e da acumulação flexível (Harvey, 1992) – que essa provisoriedade do trabalho imigrante passa a ser reforçada cada vez mais, tendo seu ápice de aplicação na idade avançada em que vivemos dessas políticas neoliberais, sobretudo após a eclosão da crise mundial em 2007/08. Trata-se de um contexto, como mencionado, caracterizado por crises e recessões, com uma progressiva aplicação de políticas de flexibilização do mercado de trabalho, que acompanham a diminuição do assalariamento formal, aumento do desemprego e de formas variadas de subemprego e de precarização (Antunes, 2018). Nesse contexto, ganham força os contratos temporários de trabalho, que representam um recurso utilizado pelas empresas, Estados,

famílias⁷ e empregadores em geral, para reduzir os custos e recrutar força de trabalho segundo as demandas *just in time* e as oscilações do mercado (Krein, 2013).

Para o sociólogo italiano Pietro Basso (2013), remetendo-se às teorias de Sayad, o imigrante deixou de ocupar a condição de “braçal pela vida” – em que a precariedade do trabalho imigrante sempre foi presente, porém, de alguma forma, lhe oferecia uma estabilidade no emprego – para ocupar o lugar de “protótipo do trabalhador flexível pela vida”, marcado pela precariedade da flexibilidade imperante, que se reflete, dentre muitos outros fatores, na intermitência dos contratos laborais e também dos vistos (Perocco, 2011).

Há muitos estudos que iluminam como esse período neoliberal é caracterizado por políticas migratórias restritivas, altamente seletivas e burocratizadas, que privilegiam a entrada de trabalhadores imigrantes com um perfil qualificado-especializado, direcionados a setores estratégicos, geralmente imbricados com a entrada de capital estrangeiro ou com escassez de profissionais (Villen, 2018). Para Pizzarro (2005), o peso crescente desses fluxos migratórios com perfil qualificado-especializado se refletiu no Acordo Geral de Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulamentou em 1995 a formação de um “mercado global de recursos humanos qualificados” para a prestação de serviços, operacionalizado pelo regime temporário de residência no país de destino. Conforme destaca o autor, o acordo “prevê a mobilidade de pessoas condicionada

7 Refere-se aqui à cadeia global do trabalho doméstico e de serviço de cuidados de mulheres imigrantes dos países pobres, que foi estudada por diversas autoras (Ehrenreich e Hochschild, 2003; Morokvasic, 1984; Hirata, 2009). A estrutura de serviços antes cobertos pelo Estado nos países ricos – como creches, escolas em tempo integral, asilos para idosos – exercia um papel fundamental como suporte para as mulheres poderem participar do mercado de trabalho. Esses serviços públicos, segundo Lutz (2007), estão hoje voltando para a esfera privada. Por isso, a autora utiliza o termo “reprivatização” desses serviços e também chama atenção para a dimensão sexuada e racializada desse processo, que se apoia no trabalho imigrante. Essa cadeia de recrutamento de mulheres imigrantes também está ativa no Brasil e se apoia principalmente no trabalho de latino-americanas (bolivianas, peruanas), mas não apenas. A pesquisadora Ester M. G. Ribeiro (2019), em seu estudo sobre a trabalhadoras domésticas filipinas na cidade de São Paulo, mostra como o recrutamento de domésticas por famílias de São Paulo tem um alcance geográfico muito mais amplo.

à prestação de serviços, mas não se aplica à inserção no mercado de trabalho, nem a direitos de cidadania e residência” (Pizarro, 2005, p. 20).

Para o universo mais significativo da imigração – a saber, de imigrantes e refugiados (com alto percentual de mulheres) em situação socioeconômica vulnerável e provenientes de países pobres, ou seja, aqueles que mais precisam trabalhar, esse canal legalizado da imigração, mesmo que temporário, está fechado. A eles, se apresenta resritivamente outra porta de entrada nos países, também provisória, que se abre emergencialmente (anistia, vistos humanitários, solicitação de refúgio, regularizações extraordinárias), muitas vezes de forma subterrânea, sendo direcionados a setores altamente marcados pela precarização. Embora também haja uma demanda desses setores pelo trabalho imigrante, estes não constituem um canal de entrada legalizado. Grande parte desses imigrantes está sendo empurrada, na verdade, para situação forçadamente indocumentada, que significa uma maior exposição a diversos tipos de abusos e exploração no trabalho e na vida cotidiana (preço de aluguéis, coiotes, dentre outros fatores). Enfim, trata-se de uma situação em que a provisoriedade se impõe ainda mais para o imigrante, no sentido de colocá-lo em uma situação de indocumentação que pode resultar em expulsão.

A *circular migration* (Constant, Nottmeyer e Zimmermann, 2011) é o modelo que tende a predominar nas políticas imigratórias para contratação de trabalhadores imigrantes e tem seu pilar na “provisoriidade”. Esse modelo já foi profundamente estudado no Brasil com as migrações sazonais de trabalhadores agrícolas, sobretudo de cortadores de cana (Menezes e Godoi, 2011)⁸. Nas últimas décadas, esse modelo de trabalho sazonal ganhou muita força em acordos entre Estados, mediados por organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional das Migrações (OIM). Esse sistema de

8 Para aprofundamento, ver a revista *Travessia*, Migrantes Sazonais (ano 1, n. 1, ago., 1988).

migração circular prevê a estadia temporária (sobretudo de 2 a 3 meses) do trabalhador e mecanismos rígidos para garantir o seu retorno ao país de origem e para evitar a sua permanência de forma irregular. O sistema inclui desde profissionais altamente qualificados (o que se chama de *brain circulation*), até empresários e trabalhadores braçais. Os países da União Europeia utilizam largamente esse sistema, mas também a Rússia com seus países vizinhos, os países Asiáticos (Japão, China, Vietnã), os Estados Unidos, sobretudo com o México. Trata-se, portanto, de um sistema disseminado em escala global e utilizado de forma sistemática.

No Brasil, se analisamos o regime de imigração a partir dos vistos de trabalho, percebemos o quanto acertada é a teoria de Sayad sobre a provisoriedade definitiva no que se refere ao sistema de contratação de trabalhadores imigrantes e o regime de vistos. A lei 6.815/1980 inaugurou a *equação imigração por trabalho/qualificação-especialização* como princípio diretivo para regular a entrada e a permanência dos imigrantes. Todavia, mesmo os trabalhadores considerados qualificados ou estratégicos – os únicos que conseguiam um visto de trabalho vinculado ao contrato de trabalho – recebiam um tratamento provisório com o visto temporário. Essa tendência se confirmou nos vistos de trabalho concedidos entre 2007-2014, os quais, em sua maior parte, tinham duração de 3 meses, 1 e 2 anos. O sistema de contratação dos trabalhadores filipinos e dos médicos cubanos pelo Programa Mais Médicos é emblemático para entendermos essa temporalidade imposta no restrito e seletivo regime de imigração laboral de hoje (Villen, 2017). Em pesquisa de campo realizada com imigrantes com esse perfil qualificado-especializado, também apontamos os efeitos problemáticos dessa provisoriedade em suas vidas.

Esses efeitos são ainda mais perversos para o universo socioeconomicamente mais vulnerável da imigração, que não entra no Brasil por esse circuito legalizado do trabalho imigrante e é obrigado a se

virar para conseguir a permanência no país, seja por meio da solicitação do refúgio e do visto humanitário, seja pela permanência indocumentada⁹.

A nova lei de imigração 13.445/2017, aprovada em 2017, nos traz desafios para entender essa provisoriedade em um contexto marcado pela crise econômica, altas taxas de desemprego e um quadro de ascensão de políticas conservadoras. Embora essa legislação tenha representado uma conquista de uma luta antiga dos imigrantes e suas entidades de representação, na prática, está sendo completamente desrespeitada e aplicada de uma forma muito desfavorável ao imigrante (Quintanilha, 2019). Há muitos casos recentes de imigrantes que, mesmo tendo um perfil qualificado-especializado, com um visto de trabalho e tendo condições de comprovar sua renda, não estão conseguindo a renovação de seus vistos. E sabemos que os efeitos desse novo contexto serão ainda piores para os imigrantes em condição sócioeconômica vulnerável, que não conseguem entrar pelo circuito legalizado do trabalho imigrante.

Por fim, considera-se importante ressaltar os impactos que as reformas trabalhistas, aplicadas desde 2017 no Brasil, terão para a afirmação da provisoriedade definitiva do imigrante. Além de não resolver o problema gravíssimo do desemprego, essa reforma legalizou a *intermitência* nos contratos laborais (Antunes, 2018). A desregulamentação do trabalho e o desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) são parte da tendência à desregulamentação e à desproteção do trabalho, que está ocorrendo em muitos lugares do mundo. A formalização, que poderia garantir uma certa estabilidade, foi substituída pela flexibilização dos contratos/jornadas, pela terceirização e pelo trabalho intermitente. O imigrante tem, portanto, muito mais probabilidade de apenas encontrar ocupações

9 Os estudos de Freire da Silva (2008) e Freitas (2009) destacaram o circuito migratório que a indústria têxtil alimenta entre São Paulo, Buenos Aires e cidades da Bolívia. Trata-se de um trabalho sazonal de imigrantes bolivianos imbricado com as demandas da indústria têxtil. Os autores destacam que muitos desses imigrantes não possuem visto.

descontínuas e flutuantes, com efeitos perversos para sua busca de estruturação de vida no Brasil e para a necessidade de ajudar os familiares no país de origem.

Transitoriedade permanente e precariedade na moradia

A expressão *transitoriedade permanente* é de Raquel Rolnik (2015), em estudo sobre a financeirização da moradia na atual etapa da globalização da economia, e expressa a insegurança habitacional de vastos contingentes populacionais sem acesso à moradia adequada nas cidades capitalistas contemporâneas. No contexto metropolitano de profundas desigualdades sociais, é restrito o acesso a habitações adequadas no país, e particularmente em São Paulo, para parcelas consideráveis da população brasileira. Quando existe, esse acesso é pela implantação de políticas públicas escoradas na propriedade privada da terra e seus valores. Mesmo sendo um dispositivo constitucional (1988), a moradia adequada não é tratada como direito universal do cidadão e, para os imigrantes, a situação oferece ainda maiores obstáculos, dadas a precariedade de inserção no mercado de trabalho, a ideia da provisoriedade que acompanha os deslocamentos e, ainda, as relações de alteridade e estranhamento para com estrangeiros, notadamente de culturas diferentes. (Harvey, 1980)

A questão habitacional merece no mínimo uma breve reflexão, pois, de um lado, representa a possibilidade de fixação em um território na sociedade receptora, certo ancoramento entre seus pares, lugar de pertencimento e identificação, uma “ ponte”, espaço de passagem para sua adaptação às novas condições de vida (Silveira et al., 2014); de outro lado, submetida a leis do mercado, a moradia é vista como mercadoria cara e custosa, apenas disponibilizada mediante critérios de renda, estabilidade de emprego, exigências documentais, o que restringe a possibilidade de a maioria dos trabalhadores pauperizados ao seu atendimento, também atingindo os deslocados (Véras, 1987, 2018). Ademais, por vezes a concentração em um território

determinado pode significar guetificação e consequente estigmatização, quando o pronome “nós” se torna perigoso na autodefesa e no fechamento a contatos externos. (Sennett,1988).

Em um cenário urbano fragmentado e segmentado pelas iniciativas do mercado imobiliário e pelas ineficiências das políticas públicas quanto à oferta de soluções adequadas, tem-se um ambiente de segregação (Villaça, 2011; Marques, 2005) onde zonas de primeiro mundo, enclaves fortificados ocupados por elites que se auto-segregam (Caldeira, 2000), convivem com áreas desprovidas de equipamentos e serviços sociais, algumas em áreas centrais e degradadas, outras nas periferias abrigando moradores da precariedade, na pobreza, desempregados, nômades urbanos (Véras, 1987, 2010, 2016), sem abrigo, imigrantes, enfim, pessoas em situação de fronteira, vulneráveis. Uma cartografia social pode revelar, também, uma topografia da alteridade, na medida em que são considerados como “outros”, não-nós, aqueles que a desigualdade econômica banuiu de localizações urbanas de qualidade, assim como aqueles que, por sua origem nacional, étnica e/ou cor, acabam segregados em territorialização perversa. A presença dos imigrantes é notada nos *territórios ocupados* na cidade, na vida nas sub-habitações como favelas, cortiços, onde em grande parte compartilhando trabalho e morada, na participação nas ocupações de prédios por movimentos de moradia, nas periferias e na constituição de fronteiras simbólicas das relações de culturas diferenciadas e de alteridade.

Nas sendas abertas por Sayad (1998), percebe-se que o imigrante conhece o sofrimento de viver em outro país, em outra economia, em outro mundo, e não consegue escapar impunemente do fato de que algo se conserva da sua sociedade e cultura de origem, mesclando as marcas originais de seu padecimento e exclusão ao deslocar-se, com as inquietações presentes no país de recepção. Mergulhará, agora, nos problemas do novo contexto, enfrentando a desigualdade socioespacial, a insegurança de renda, trabalho e documentação, além da discriminação, e sofrerá mais ou menos intensa e profundamente, mediante as modalidades de contato, as experiências

e as sensibilidades individuais, por vezes não se dando conta das questões, em outras vezes, estando com a plena consciência delas e de seus efeitos.

Elencam-se diversas situações de precariedade na moradia, identificadas pela insegurança habitacional (remoções, expulsões, realocações) além da sua localização urbana, em grande parte motivadas pelo sentido de provisoriedade; pesquisas numerosas com bolivianos, tidos como o segundo grupo de estrangeiros em São Paulo pelos dados censitários de 2010 (IBGE, 2010), relatam a presença desses estrangeiros nas confecções de costura, associando trabalho e residência no mesmo local, em tipos de cortiços, com predominância de aluguel, coabitação involuntária, quadros de doenças, concentrados nos bairros centrais da cidade como Brás, Pari, Bom Retiro, embora mais recentemente se espalhando em direções variadas (entre outros, Pucci, 2016; Xavier, 2010; Silva, 1997). A característica de transitoriedade na moradia parece mudar para alguns desses bolivianos quando estão fixados há mais tempo na cidade, pois parte deles estão aqui desde os anos 1950 e já apresentam sua segunda geração, havendo depoimentos que revelam a possibilidade de adquirir sua casa. A propriedade da moradia irá conferir-lhes algum enraizamento, especialmente pensando no futuro dos filhos, brasileiros no nascimento e agora na conquista de reconhecimento e da cidadania (Pucci, 2016). O contingente boliviano, em geral, tem se caracterizado por seu nomadismo, pois embora de imediato se estabeleçam nas áreas centrais onde se radica a indústria da confecção pelas oficinas de costura e mesmo locais de fácil comercialização dos produtos, sabe-se que, mesmo antes de virem para São Paulo, houve percurso e trajetórias entre pequenos centros na Bolívia, assim como a migração se efetuou em várias direções além do Brasil como Argentina, Espanha, vinculados a diferentes circuitos produtivos, e mesmo há o retorno sazonal para a Bolívia. De toda forma, tal abordagem histórica escaparia aos limites do presente trabalho. Muitos paraguaios têm apresentado trajetória comum aos bolivianos nas oficinas de costura e nessas habitações coletivas e de uso misto.

Por outro lado, imigrantes sem documentação, recém-chegados, têm permanecido muitas vezes abrigados em pensões e cortiços dos bairros centrais, nas proximidades da Missão Paz, na rua do Glicério, dos religiosos escalabrinianos, que os acolhem. É o caso frequente dos haitianos, colombianos, peruanos, e mais recentemente, alguns venezuelanos. Também se relatam numerosos estrangeiros nas favelas da capital, assim como da região metropolitana. Em Santo André, no ABC Paulista, muitos haitianos abrigaram-se no bairro de Utinga, nas comunidades faveladas. Na região noroeste da cidade de São Paulo, há concentração de haitianos, bolivianos pauperizados, residentes na comunidade Recanto dos Humildes no bairro de Perus, local periférico caracterizado por concentração de baixas rendas, precariedade e pobreza.

Na medida em que as migrações contemporâneas se caracterizam pela presença das redes sociais em diversas e múltiplas formas e que cercam o contexto das expulsões tanto da terra de origem quanto na sociedade receptora, a moradia passa a depender dessa rede em muitos casos. Muitas vezes as redes dão apoio aos deslocamentos, favorecendo sua inserção, a integração em movimentos sociais e políticos, em outras, e em não poucas ocasiões, apresentam práticas autoritárias e clientelísticas, atrelando migrantes a empresas, empregos ou ocupações no trabalho. No caso da moradia, redes de familiares e/ou conterrâneos podem direcionar recém-chegados a habitações em seu bairro ou mesmo em seus locais de trabalho. Tal situação é frequente entre bolivianos, paraguaios e peruanos (Véras, 2018). Por outro lado, são encaminhados a tipos de moradia acessíveis e precárias, nas imediações e vizinhanças do trabalho, inclusive por sua localização urbana desprovida dos atributos necessários à qualidade habitacional desejada.

Como observou Sassen, diante de um mundo cada vez mais desigual, as dinâmicas globais provocam “pobreza extrema, deslocamento em massa, desastres ambientais e conflitos armados que criaram níveis de expulsão social nunca vistos antes”. (Sassen, 2016, p. 74). Dessa forma, o migrante surge como o polo mais vulnerável

desse panorama – agravado pelas concepções de diminuição do Estado e de políticas públicas inclusivas –, e a economia global não apresenta condições de absorção da massa de deslocados, que assumem, pois, um papel excedente nos países de recepção. Ao ouvirmos, pois, relatos individuais, estamos conhecendo narrativas comunitárias, porque se entrelaçam os percursos e trajetórias de um sujeito às histórias e acontecimentos, formas culturais de uma nação ou de algumas classes sociais de todo um povo.

O imigrante, em face das crises atuais, não receberá acolhimento por parte de segmentos das parcelas pauperizadas que disputam emprego, e também moradia. A nova territorialização não se faz sem alguns conflitos, xenofobia, certa discriminação. Acaba por habitar em locais segregados, embora muitas vezes as redes de familiares e conterrâneos possam garantir-lhe atendimento de necessidades, solidariedade e sociabilidade. Conhece a cidade ao conhecer também fronteiras, simbólicas, mas eficazes na rejeição e no afastamento. Nesse sentido, as reflexões de Sayad (1998) se aplicam à perspectiva do morar provisório, pois o imigrante sente que sua presença no Brasil é também provisória, e aceita assim, como temporários, o aluguel, a coabitação, a falta de conforto, a insegurança, o risco da nova expulsão, configurando um novo nomadismo, a transitoriedade permanente. O provisório que se eterniza e vem a impedir projetos de alguma importância (Champagne, 2012).

Em sugestiva crítica à geopolítica atual e ao afastamento dos diferentes, Bauman (2017) diz que:

separação mútua e de manter distâncias, com a construção de muros em vez de pontes, [...] em vez de linhas diretas para uma comunicação sem distorções [...] manifestando indiferença sob o disfarce de tolerância, só leva à desolação da desconfiança mútua, do estranhamento e da exacerbação. Enganosamente reconfortantes a curto prazo (por colocarem o desafio fora de vista) essas políticas suicidas armazenam explosivos para uma detonação futura. (Bauman, 2017, p. 23)

Os imigrantes são, portanto, nos termos de Bauman, como estranhos à nossa porta, personificações do “colapso da ordem”, e como se tem afirmado, moradores da alteridade radical, o outro-estranho ou *outsiders* (Elias e Scotson, 2000). Por isso, ao focar a questão da moradia, ganham destaque, no ancoramento desses estrangeiros na cidade, os aspectos ligados ao território, ao “pedaço” que ocupam, ao lugar, à dialética identidade/alteridade. Como nos disse Milton Santos: “cada homem vale pelo lugar em que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (Santos, 1987, p. 81). Muitas vezes pessoas da mesma formação, das mesmas virtualidades, pelas diferenças de acessibilidade e condições de vida, não têm as mesmas oportunidades, pois um lugar pode ser a contingência de sua pobreza, enquanto outro pode facilitar o alcance aos bens e serviços que lhes são negados. Daí a importância da territorialidade nas relações de sociabilidade, na sua identificação cultural e na luta pela cidadania.

O imaginário simbólico sobre o diferente, tornando-o como “outro-estranho”, está fundamentalmente ligado ao simbolismo da constituição do ‘eu grupal’, isto é, os grupos nacionais ou comunitários se reconhecem mediante traços desenvolvidos na trajetória das relações de trabalho, nas relações religiosas, nas relações de parentesco, nas vizinhanças de moradia, estabelecendo, a partir desses fenômenos sociais e psicológicos, a identidade coletiva como mantenedora da ordem social vigente. Nessa dinâmica social, segregar, excluir e relegar os contingentes considerados estranhos, invasores, compõem um recurso perverso criando fronteiras para “marginais”, mendigos, moradores das ruas ou das periferias, mulheres, migrantes, negros em diversas categorizações do diferente (Sennett, 1988; Vêras, 2018).

Esse imaginário dominante subordina o indivíduo “estabelecido” levando-o a ver o “outro-excluído” como um perigo à sua integridade física e moralmente maléfico à sua comunidade. Produz-se a imagem de não cidadão que aumenta a vulnerabilidade desse sujeito

em relação ao trabalho e à moradia, sem direitos, patologizado linguisticamente, sob fronteiras étnicas, econômicas e culturais, lançado à subalternidade.

Viver na fronteira é habitar ao mesmo tempo um cenário de dor, da frustração e de esperança diante das expectativas de mudança para uma idealizada vida melhor. A fronteira representa a transição que une e separa, marcando a diferença e a igualdade, simultaneamente o poder e a resistência, ligando possibilidades e negativas, criando novos espaços. Ela representa o avanço ou o retorno, impede colisões, potencializa novas identificações, viabiliza o transnacional alternativo; em outro aspecto, não resolve as questões de uma cidadania plena, exige opções cruéis, de um ou de outro lado.

No país de recepção, os imigrantes permanecem sem a posse de direitos plenos, indocumentados, sem acesso a políticas públicas como saúde e moradia e, sobretudo, sem seus direitos trabalhistas, como vimos.

A territorialidade dos imigrantes, formada pelos fluxos entre moradia e trabalho, quando não coincidentes no mesmo local, são lugares restritos, menos por eleição e mais pelas contingências já descritas, mas não devem impedi-los de contatos mais amplos pois isso pode estigmatizá-los. A respeito é sugestiva a fala de Wacquant:

a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociofóbicas de evasão e distanciamentos mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram no sentido de diminuir a confiança interpessoal e minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (Wacquant, 2001, p. 34)

Resta citar que o local de viver, além do trabalho e de movimentos pendulares em sua direção, muitas vezes é complementado com espaços de festa e encontros culturais, algumas em associações, caracterizando a sobrevivência da cultura de origem. É o caso da festa boliviana na Praça Kantuta, aos domingos. Há centros e restaurantes colombianos e peruanos, não apenas contando com empregados

dessas nacionalidades, mas também de alguns deles que empresariaram o estabelecimento absorvendo conterrâneos, mas que não constituem exemplo frequente. De maneira geral o que prevalece é a ausência de locais adequados de lazer, descanso, com equipamentos de cultura e educacionais e serviços disponíveis.

No panorama da precariedade, não é raro encontrar imigrantes que se mobilizaram para solucionar a questão da moradia participando de grupos de acolhida, movimentos de luta e organizações e associações que promovem mesas de debates, palestras e passeatas com a chamada de conquista de direitos para esses estrangeiros. Encontraram-se imigrantes participando de ocupações e movimentos de moradia no centro de São Paulo em 2017 (Corsi, 2017).

Conclusão

Por diversos motivos que foram expostos neste capítulo, a provisoriedade está sendo mais do que nunca afirmada e utilizada para gestão e controle da imigração, leia-se, para lembrar ao imigrante o seu estatuto “provisório definitivo”. Trata-se de uma imposição que vem de cima, das leis e das dinâmicas de funcionamento do Estado e do mercado, com diversos efeitos na vida do imigrante, mesmo nas suas esferas mais íntimas. Isso não quer dizer, é claro, que o imigrante aceite essas condições passivamente. Embora o sonho dessas instituições, sobretudo nos momentos de crise, seja o de ter apenas “pássaros de passagem” – prontos para responder às suas demandas e, depois, para voltar ao seu país de origem –, elas jamais poderão anular a dimensão humana que busca, ao contrário, o “enraizamento”, a criação de laços, deseja uma estruturação de vida menos provisória e sujeita a instabilidades. Neste sentido, temos que entender também as iniciativas desses sujeitos para reagir e contrastar essa tendência.

Procuramos demonstrar como o trabalho nos ajuda a entender as formas de atuação da provisoriedade imposta. Trata-se de uma tendência geral, que atinge também os nacionais, mas que tem efeitos particulares para o imigrante, já que a este se impõe desde o

momento que decide emigrar. Muitas vezes, as condições instáveis de trabalho temporário impostas no país de origem são uma motivação para migrar. Mas, para isso, precisa-se de um visto, que é cada vez mais seletivo e restritivo, além de, é claro, temporário. Depois, essa provisoriedade se prolonga na longa saga para se conseguir um trabalho modelado pela flexibilidade.

A situação de precariedade habitacional também não é exclusiva dos imigrantes, como já se disse, é comum e similar à dos trabalhadores pauperizados brasileiros, mas acaba por consolidar e agravar a vida em diversas modalidades perversas como a dos cortiços, ou ainda pensões baratas, com preços abusivos, falta de privacidade e péssimas condições de salubridade, a concentração em porções degradadas, ou nas favelas ou periferias, em também franca segregação e ausência dos principais serviços e complementos urbanos. O quadro é acentuado pela falta de documentos, relações de exploração ou de afastamento e discriminação e as dificuldades culturais. A contingência apontada no caso argelino na França estudado por Sayad, os alojamentos, os campos de refugiados espalhados pelo mundo todo são testemunhos a evocar as contradições do capitalismo contemporâneo, a universalizar as expulsões, os deslocamentos, a pobreza e a vulnerabilidade. O sentido do provisório – a ilusão da provisoriedade – faz parte desse mundo que justifica o acampamento, a precariedade, a transitoriedade permanente, o nomadismo urbano, como nos legou Sayad há vinte anos.

Referências

- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão*. São Paulo, Boitempo.
- BASSO, P. (2013). “Imigração na Europa”. In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo, Boitempo.
- BAUMAN, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CALDEIRA, T. P. R. (2008). *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, EDUSP.
- CASTLES, S. (2006). Guestworkers in Europe: A Resurrection? *International Migration Review*, v. 40, n. 4, pp. 741-766.

- CHAMPAGNE, P. (2012). "Uma família integrada". In: BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- CHESNAIS, F. (2005). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo, Boitempo.
- CONSTANT, A. F.; NOTTMAYER, O.; ZIMMERMANN, K. F. (2011). "The economics of circular migration". In: CONSTANT, A. F.; ZIMMERMANN, K. F. (eds.) *International handbook on the Economics of Migration*. Cheltenham/Northampton, Edward Elgar Publishing.
- CORSI, J. J. Q. (2017). *Vulnerabilidade e sociabilidade de latino-americanos em São Paulo*. Relatório Final de Iniciação Científica. (Graduação em Ciências Sociais) PIBIC-CNPQ-PUCSP.
- DOMENECH, E. (2015). O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, pp. 25-29.
- DOMENECH, E. (2018). *Inmigración, política/s y "pensamiento de Estado": la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad*. Conferência proferida em "20 anos depois: a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad". São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 4 de out.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (2003). *Global Woman. Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*. Nova York, Metropolitan Books.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. (2000). *Os Estabelecidos e Outsiders*. São Paulo, Zahar.
- ELHAJJI, M. (2018). *Sentidos e expressões da noção de ghorba na obra de Sayad*. Conferência proferida em "20 anos depois: a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad". São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2 de out.
- FREIRE DA SILVA, C. F. (2008). *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo.
- FREITAS, P. T. (2009). *Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HIRATA, H. (2009). A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun., pp. 24-41.

- KAMMERER, P. (1976). *Sviluppo del capitale ed emigrazione in Europa: la Germania Federale*. Milano, Mazzotta.
- KREIN, J. D. (2013). *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo, LTr.
- LAMOUNIER, M. L. (1986). *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: Lei de locação de serviços 1879*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- LUTZ, H. (2007). “The ‘intimate others’: Migrant Domestic Workers in Europe”. In: BERGGREN, E.; LIKIC-BRBORIC, B.; TOKSOZ, G.; TRIMIKLINIOTIS, N. *Irregular Migration, Informal Labour and Community: a Challenge for Europe*. Maastricht, Sharker Publishing.
- MARQUES, E. (2005). “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs). *São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- MENEZES, M. A.; GODOI, E. D. (orgs.) (2011). *Mobilidade, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume.
- MOROKVASIC, M. (1984). Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, pp. 886-907.
- PEROCCO, Fabio (2011). “Le discriminazioni razziali nel lavoro: un fenomeno sistematico e Multidimensionale”. In: FERRERO, Marco; PEROCCO, Fabio (orgs.). *Razzismo al lavoro: il sistema della discriminazione sul lavoro, la cornice giuridica e gli strumenti di tutela*. Milano, Franco Angeli.
- PIORE, M. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PIZARRO, J. M. (2005). *Globalizados, pero restringidos: una visión latino-americana del mercado mundial de recursos humanos calificados*. Celade, Santiago.
- POTTS, L. (1990). *The World Labour Market: a history of migration*. Londres, Zed Books.
- PUCCI, F. M. S. (2016). *Viver “outramente”: moradia, condições de vida e a produção da alteridade de bolivianos em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais. PUC-SP.
- QUINTANILHA, K. F. (2019). *Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- RIBEIRO, E. M. G. (2019). *Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.
- ROLNIK, R. (2015). *A guerra dos lugares, a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- SAYAD, A. (1991). Uma pobreza “exótica”: a imigração argelina na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17.
- SANTOS, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel,
- SASSEN, S. (1988). *The mobility of labor and capital*. Nova York, Cambridge University Press.
- SASSEN, S. (1999). *Guests and Aliens*. Nova York, The New Press.
- SASSEN, S. (2016). *Expulsões-brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo, Paz e Terra.
- SAYAD, A. (1995). “OS et double condition”. In: SANSALIEU, R.; ZEHRAOUI, A. (orgs.) *Ouvriers spécialisés à Billancourt: les deniers témoins*. Paris, L’Harmattan, pp. 295-330.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SENNETT, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, S. (1997). *Costurando sonhos-trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas.
- SILVEIRA, C. et al. (2014). “Processos Migratórios e Saúde: uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano”. In: MOA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. (orgs). *Saúde e História de Migrantes e Imigrantes. Direitos, Instituições e Circularidades*. São Paulo, USP, fac. de Medicina; UFABC, Univ. Federal do ABC; Casa de Soluções ed.
- TRAVESSIA (1988). *Migrantes Sazonais*, ano 1, n. 1, ago.
- VÉRAS, M. P. B. (1987). Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v. I, n. 1.
- VÉRAS, M. P. B. (2010). Cidade, vulnerabilidade e território. *Revista Ponto e Vírgula*. São Paulo, PUC-SP.

- VÉRAS, M. P. B. (2016). "Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo". In: KOWARICK, L; FRUGOLI, H. (orgs). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo, Editora 34/FAPESP.
- VÉRAS, M. P. B. (2016). Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia*. Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 4, n. 7, jan-jun., pp. 186-210.
- VÉRAS, M. P. B. (2018). "Territórios e fronteiras da alteridade na metrópole do século XXI: uma análise da presença de latino-americanos em São Paulo". In: MATOS, M. I. S.; AVELINO, Y. D. (orgs). *Deslocamentos: desafios, territórios e tensões*. São Paulo, Manuscrito, Pipeq/PUC-SP.
- VILLAÇA, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Revista Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, Universidade de São Paulo, 25, n. 71.
- VILLEN, P. (2017). A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade. *Cadernos do CRH*, v. 30, pp. 33-50.
- VILLEN, P. (2018). *(In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda.
- WACQUANT, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- XAVIER, I. R. (2010). *Projeto Migratório e Espaço: os bolivianos na região metropolitana de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Sentidos e expressões da noção de *ghorba* na obra de Abdelmalek Sayad

Mohammed ElHajji
Camila Escudero

Introdução

A melhor ilustração do estatuto de “escritor público”, associado à figura de Abdelmalek Sayad, é o recurso psico-socio-linguístico por ele usado para restituir as dimensões existenciais da condição migratória. Aquém da teoria e seus preceitos normativos, ele soube entrar-se nas camadas mais profundas do imaginário migrante para, nele, reconhecer os indícios mais significativos e dele extrair os enunciados mais expressivos.

De um lado, suas extensas entrevistas com personagens comuns da imigração argelina na França, que ele gravava e transcrevia sem nunca delas se apropriar ou utilizar no sentido de impor algum tipo de representação cultural ou liderança social. Seu principal cuidado era de acertar tanto na escuta como na pergunta – muitas vezes, justamente, ao deixar o próprio migrante falar livremente. São narrativas autênticas, “brutas” e viscerais que superam em densidade e profundidade qualquer sessão de consultório psicanalítico ou confessionário religioso. Sua força, além da modelagem dos problemas ligados à migração a partir do ponto de vista do próprio imigrante, reside na

afinidade e quase cumplicidade tecidas entre dois sujeitos oriundos do mesmo universo simbólico, socialmente em posições distintas, mas emocional e culturalmente extremamente próximos.

Por outro lado, sua predileção pelas “palavras da tribo” – os termos, noções e metáforas originais, que melhor traduzem a realidade referida, mapeiam sua rede semântica e identificam as práticas sociais e culturais que lhe são associadas. Não é mais necessário lembrar que a língua, suas modulações e inclinações contêm em si toda a complexidade do mundo da vida do qual são oriundas e ao qual apontam suas coordenadas semióticas. Ainda que não exista uma equivalência única e absoluta entre língua e real, e, mesmo que o sensível nunca se deixa abarcar por completo pelo atalho inteligível, há de reconhecer que algumas noções, mais de que outras, podem refletir em toda sua dramaticidade o real que habita o sujeito e lhe dá sua forma social, cultural e psicológica. *Ghorba* é, com certeza, uma dessas noções – conceitos cuja significância, ao transbordar qualquer quadro formal de translação linguística, projeta toda a potência de sua carga simbólica, emocional e existencial.

No livro *La double absence (A dupla ausência)*, Abdelmalek Sayad (1999) transcreve e descreve, com minúcia, o relato dramático de Mohand; um emigrante de 21 anos, oriundo da região berbere de Cabília. As informações foram colhidas em uma entrevista ou, melhor, uma narrativa de vida realizada pelo autor em 1975, quase dois anos depois de a Argélia ter proibido novas emigrações para o território francês e a própria França ter suspenso novas imigrações de trabalhadores, alegando motivos econômicos. No plano teórico, o texto contempla, entre outros aspectos, a construção de uma análise sociológica a partir da vivência relatada pelo imigrante, e sua inserção numa perspectiva científica, ao mesmo tempo mais ampla, que é a das ciências sociais em geral e, mais específica, que foca a problemática particular das migrações em sua totalidade social, cultural, econômica e política.

É nesse contexto que Sayad (1999) recorre à noção de *ghorba* enquanto dispositivo psicolinguístico original, cuja potência

emocional, simbólica e imaginária é responsável pela emergência e estruturação de uma configuração discursiva / semiológica (no sentido de exame de sintomas) que cobre a integralidade da condição migratória e realça o conjunto de seus contornos, de tal modo que o fenômeno adquira sua dimensão verdadeiramente total. Uma postura profundamente crítica à constituição do próprio discurso sociológico sobre as migrações que insiste em atenuar a complexidade dos fatos, por meio de seu excessivo enquadramento teórico. Sayad, de fato, opta pela ênfase na “opacidade de uma linguagem” que se recusa a entregar-se na primeira abordagem, constituindo, desse modo, “sem dúvida, a informação mais importante, a mais rara em todo caso em um momento em que tantos porta-vozes da boa vontade emprestam aos emigrantes sua própria linguagem” (Sayad, 1999, p. 11; tradução nossa).

Assim, o objetivo do presente capítulo é tentar apreender os esquemas mentais atrás do uso da noção de *ghorba* por Sayad. Para tanto, consideramos necessário abordar em nossa análise: a) as dimensões semânticas e sintáticas necessárias para a compreensão da noção/conceito; b) as filiações teóricas do autor; o contexto histórico no qual se situa o fenômeno por ele estudado; c) as rupturas e conexões epistemológicas constitutivas de seu pensamento em torno da questão migratória.

Dimensões conceituais da *ghorba*

Segundo o filósofo e filólogo Johannes Lohmann (2013), uma das características das línguas de origem indo-europeia é a organização dos elementos componentes da frase em ordem circular ao redor do chamado *verbum finitum*, com o qual todo elemento é relacionado direta ou indiretamente. No centro semântico desse modelo, afirma ele, encontra-se o verbo *esti* (ser) que, segundo Aristóteles, está implicitamente contido em qualquer outro verbo (Lohmann, 2013, p. 48). Sendo o verbo ser, de fato, uma especificidade das línguas indo-europeias, decorrente da centralidade e domínio do *logos* na relação entre

língua, entendimento e realidade, conforme o atesta o pensamento grego clássico. O filólogo explica, ainda, que, em oposição ao logocentrismo ocidental, a língua árabe se estrutura e se organiza em torno da noção de *intentio* (*ma'na* em árabe), peculiar ao modo de pensar, perceber e representar a realidade que lhe é própria (Lohmann, 2013, p. 49).

Desprovido do verbo ser, o idioma árabe favorece, por meio de suas formulações e combinações sintáticas, a insinuação e sugestão indiretas no processo de produção de sentido. Já que, sem uso do verbo ser, fica difícil reduzir o objeto significado a uma única natureza essencialista e substantiva. Pelo contrário, ao se livrar das amarras do *logos* subjacente ao verbo ser, a língua árabe se refere mais aos atributos e qualidades do objeto significado de que a alguma natureza única e essencialista deste objeto.

Fazendo uso de uma metáfora futebolística, Hanania e Lauand (1993) explicam que, se as línguas indo-europeias “jogam” no estilo “jogador-a-jogador” (significante – significado [*logos*]), a língua árabe prefere a “marcação por zona” (significante – significados possíveis ou campo semântico amplo [*intentio*]); ainda mais quando se considera a importância do uso da metátese¹ para a formação de conceitos e significantes na língua árabe.

É justamente em consequência dessas duas modalidades conceituais que o grego clássico e o árabe clássico encarnam, de modos diferentes, perspectivas filosóficas intrínsecas a cada uma das duas línguas e seus respectivos modos de pensar. Assim, para Lohmann (2013, p. 50), além de as duas esferas civilizacionais estabelecerem dois modos diferentes de se relacionar com o mundo externo (o grego pelo olhar e o árabe pelo ouvido), há de observar que se a filosofia grega é, em substância, uma expressão da noção de *logos*, a filosofia árabe é a pura manifestação da complexidade da própria língua que lhe dá forma.

1 A noção de metátese, como se sabe, diz respeito à mudança linguística que consiste na troca de lugares de fonemas ou sílabas dentro de um vocábulo.

O filósofo acrescenta que cada um desses dois tipos de expressão se caracteriza por um procedimento gramatical específico. Enquanto o árabe procede a uma flexão da raiz, as flexões do indo-europeu se concentram nos temas (no caso das línguas mais antigas) ou nas palavras (no caso das línguas europeias modernas) atribuindo assim “noções determinadas a objetos determinados” (Lohmann, 2013, p. 49). Em latim, por exemplo, “o radical *ros* de rosa permanece fixo, pois uma rosa é uma rosa. Qualquer outro fator, da cor da rosa ao mosquito nela pousado, é refletido pelas desinências *rosam, rosarum, rosae* etc.” (Hanania; Lauand, 1993, p. 15). Já o árabe não dispõe de radicais fixos, mas sim de radicais trilíteros intraflexionados” (ibid., p. 15).

Assim, analisa Lohmann (2013), o arabofalante se utiliza de certa “articulação fônica [...] com uma vocalização determinada [...] para exprimir o sentido desejado, chamado em árabe de *ma’na*; o que se traduziu em latim medieval por *intentio*” (Lohman, 2013, p. 49). A articulação fônica em questão, chamada em árabe de *lafz* ou *lafđ*, consiste em “uma combinação sistemática de grupos de consoantes” (ibid.) que constitui a raiz de todos os entes linguísticos existentes no léxico árabe. Lembrando que uma das principais peculiaridades da língua árabe é que toda e qualquer palavra de seu léxico encontra sua raiz, necessariamente, numa forma original trilítera (três sílabas ou três consoantes) que se desdobra em dezenas e até centenas de combinações e derivações possíveis – abrangendo, assim, uma constelação semântica inimaginável nas línguas indo-europeias (Hanania; Lauand, 1993, p. 15).

Dessa maneira, acreditamos que só se pode apreender a noção de *ghorba*, proposta por Sayad, a partir dessa perspectiva semântica plural e difusa. Sua raiz trilítera é, de fato, a trissílaba ‘*GHRB*’ que se desdobra em inúmeras variações lexicais e semânticas (dentre elas: *ghorba, gharib, gharb, ghorub, ighrab, maghrib, gharaba, istighrab* etc.) e remete a um campo semântico de uma amplitude extraordinária para o padrão ocidental.

Então, o que significa ou pode significar o termo *ghorba*?

Os significados possíveis ou associados podem ir desde estrangeiridade, estranheza, oeste, ocidente, poente, anoitecer, escuridão... até mistério, isolamento, abandono, fuga, banimento, exílio, afastamento, *despaimento*, medo, desamparo, discriminação, opressão ou melancolia. Sendo assim, quando o migrante magrebino (mais uma inflexão do radical 'ghrb') fala ou escuta falar em *ghorba*, sua mente se encontra envolvida simultaneamente por toda essa constelação semântica na qual o conjunto das noções acima citadas forma a rede cognitiva-subjetiva responsável pela construção e representação da sua realidade migratória. Vejamos o que o próprio Sayad diz da *ghorba* e suas representações:

Todo o discurso do emigrante é organizado em torno da tríplice verdade de *elghorba*. Na lógica tradicional, *elghorba* é associada ao 'pôr-do-sol', à 'escuridão', ao afastamento e ao isolamento (entre estranhos, portanto exposto à sua hostilidade e a seu desprezo), ao exílio, ao medo (suscitado pela noite e a possibilidade de se perder em uma floresta ou em uma natureza hostil), perplexidade (pela perda do senso de direção), infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencionalmente e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem sucesso pleno) a sustentar outra verdade que a identificaria à felicidade, luz, alegria, segurança etc. A experiência da realidade da emigração chega a desmentir a ilusão e restaurar *elghorba* em sua verdade original. É toda a experiência do emigrante que oscila constantemente entre essas duas imagens contraditórias de *elghorba*. Incapaz de resolver a contradição em que ele está preso, porque ele teria que renunciar à emigração, ele só pode mascará-la. (Sayad, 1999, p. 26; tradução nossa)

Filiações teóricas e rupturas epistémicas

Vê-se, portanto, que a noção de *ghorba* reflete um estado existencial aquém e além da situação migratória em si. O depoimento do jovem imigrante Mohand, descrito no texto de Sayad (1999),

deixa claro que seu estado de *ghorba* começou bem antes de efetivar a empreitada migratória. Já estava em situação de *ghorba* desde que nasceu e se encontrou na miséria decorrente da colonização, êxodo rural, abandono da terra, fuga dos mais jovens, dependência das remessas dos migrantes etc.

Fiquei órfão muito cedo. Na verdade, sou filho de um velho... ou, como se diz, o 'filho de uma viúva'. Foi minha mãe que me criou, não há motivo para se envergonhar disso. Meu pai me deixou quando eu tinha 8 anos... [...]. Muito cedo eu tive minha cota de sofrimento, preocupações e problemas. [...] No início, trabalhei muito. Eu via minha mãe que não parava de trabalhar, trabalhei o mais cedo que pude. Trabalhei em todo lugar, para todo mundo, para fazer de tudo, por dinheiro [...]. Arrendei terras, tive até um par de bois. Mas isso durou algum tempo, até que eu acordasse e percebesse que até a condição de 'felá' [*tafalahth*] só me tinha sido dada porque era negligenciada por todos os outros. [...] Fui tomado pelo cansaço. Para que se esforçar tanto? Apesar de nossa determinação, minha e de minha mãe, em correr atrás do dinheiro, ele sempre nos faltava. [...] Era uma situação sem saída; nenhuma saída, a única 'porta' que restava era a França... Só restava essa solução. Todos aqueles que têm dinheiro, todos aqueles que fizeram alguma coisa, que compraram, ou construíram, foi porque tinham o dinheiro da França. (Sayad, 1999, pp. 11-14; tradução nossa)

De fato, a *ghorba* em questão não é de natureza transcendental ou metafísica, mas, sim, a decorrência lógica e programada de condições histórico-materialistas específicas, o resultado da invasão colonial capitalista no Magrebe e toda África, a destruição de sua manufatura artesanal, a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras comunais, a introdução de novas formas de organização social etc. As migrações para o Norte só vão se tornar um *habitus* social internalizado e espontâneo, proporcionando mão de obra barata e

desprovida de direitos básicos para a indústria europeia, quando a própria terra natal se torna *ghorba* e já não é mais capaz de garantir uma vida digna a seus filhos.

“A *ghorba* virou o país de origem” e “a terra natal se tornou *ghorba*” diz Sayad (1999, p. 19; tradução nossa). Mohand não é, portanto, o “filho de uma viúva”, como ele afirma, mas, sim, o filho bastardo e renegado do sistema capitalista-colonial e sua ideologia racista e opressora. Assim, há de constatar que a análise de Sayad não se inscreve em alguma teoria da globalização, mobilidade humana, transnacionalismo ou, menos ainda, na lógica funcionalista e mercantil das teorias neoclássicas em geral. A linhagem intelectual de Sayad o liga a um pensamento claramente bourdieusiano e evidentemente marcado pela tradição marxista – fortemente presente na práxis intelectual europeia daquela época.

Exemplo disso é a ideia de Sayad de que o fenômeno migratório contemporâneo não pode ser apreendido fora do quadro histórico geral que o provoca e lhe dá forma, fora das relações de poder entre as nações ou sem considerar que os países mais ricos e mais fortes (os antigos colonizadores e atuais donos do capital transnacional) são os mesmos que formatam os discursos éticos e políticos que regem a atual ordem mundial. Tal pensamento vai justamente ao encontro da relação do colonialismo e migrações exposta por Bourdieu em seus primeiros estudos, no qual o sociólogo francês reflete sobre a política de exclusão / assimilação e integração que os argelinos enfrentariam na França (Loyal, 2018).

De acordo com Bourdieu (2004), não é por acaso que o colonialismo encontrou o seu último refúgio ideológico no discurso integracionista. Aliás, a própria sociedade colonial remete a um sistema de castas, que abarca comunidades “justapostas e distintas”, colocadas em uma relação assimétrica de superioridade e inferioridade. Para o autor, nesse contexto, “processos de autoidentificação e avaliação através dos olhos dos mais poderosos” não são simples questões de dominação unidirecional, mas, sim, processos complexos e dialéticos. No caso dos argelinos, a discriminação, a dominação e as amplas

desigualdades geradas pela política colonial levaram a um sentimento de resignação e fatalismo, mas também resultaram em ressentimento e revolta. Se “há adesão interna aos valores oferecidos por uma tradição [...] há resistência passiva contra a intrusão de valores que estão sendo impostos de fora” (Bourdieu apud Loyal, 2018, p. 118).

Trata-se de um jogo de poder que Sayad revela a partir das dinâmicas de representações coletivas – em consonância com a longa tradição da escola francesa de sociologia, inaugurada por Durkheim, consolidada por Mauss, perpetuada por Halbwachs e ampliada por ele mesmo ao lado de Bourdieu com quem colaborou extensamente, que rompem com representações redutoras dos processos migratórios, ao propor uma antropologia global, orientada por uma nova história social inseparável do equilíbrio de forças entre as sociedades. O que rendeu ainda a Sayad o reconhecimento de pioneirismo em uma sociologia da imigração que considera os processos de deslocamento, de fato, “um objeto social antes de ser um objeto das ciências sociais” (Boubeker, 2010, p. 38). Nas palavras de Avalone e Santamaría (2018, p. 6; tradução nossa): “uma sociologia incômoda, uma sociologia para a emancipação”.

Na prática, tal filiação teórica emerge na perspectiva (neo/pós) colonial, a qual faz subentender a lógica das relações entre Centro e Periferia, Norte e Sul ou (ex) colônias e metrópole que, até então, negava ao imigrante a possibilidade de fala própria. Ou ainda: um quadro conceitual que evolui desde o polo bélico até o polo psicológico, passando pelo político e econômico; desde a subjugação física e as lutas territoriais até a hegemonia discursiva e resistência estética que rompe com o condicionamento material e simbólico tão forte que a opção migratória, muitas vezes, nem chegava a ser discutida ou debatida, apenas empreendida como algo natural (Sayad, 1998). Nesse sentido, fatores de ordem tanto social e política, como subjetiva e simbólica, devem ser cuidadosamente avaliados para melhor entender a problemática das migrações internacionais.

Em consequência de seu estatuto jurídico e social negativo, sua condição de não nacional que frisa o estado de não sujeito ou sujeito

mínimo, dotado de direitos mínimos, no limite do não humano, o migrante em permanente estado de *ghorba*, “só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele” (Sayad, 1998b, p. 55). Daí, outra desconstrução abrupta por parte do autor, dessa vez, do chamado “nacionalismo metodológico”, saturado de princípios filosóficos moderno-ocidentais de obediência jacobina e eurocêntrica e métodos normativos socio-administrativos de gestão humana e territorial que reduzem as noções de povo e nação à sua representação estatística e documental.

Cunhado pela primeira vez por Hermínio Martins (1974)², o conceito de “nacionalismo metodológico” batizava uma crítica do autor sobre os rumos da pesquisa social por parte de muitos acadêmicos da época, que usavam os conceitos derivados da ideia de estado-nação para definir a sociedade. No entanto, popularizou-se de modo crítico especialmente no campo migratório, na medida em que, pela abordagem “nacional-metodológica”, o fato migratório é apreciado, analisado e representado a partir do ponto de vista “central” (do Centro para a Periferia) do país de acolhimento e no quadro formal estatal-nacional. O que não apenas impede de vislumbrar outras formas e possibilidades de pertencimento, identificação e ação dentro do espaço migratório e na condição de migrante, como também evacua toda a dimensão política de dominação, opressão e exploração que rege a maior parte das relações entre países, classes sociais e indivíduos.

Assim, a denúncia seminal de Sayad (1998b) a propósito da focalização das análises sociológicas em torno da Imigração, e não Emigração, revelou aspectos de ordem política, econômica e social, até então ocultados ou ignorados, da problemática. O autor lembra, especialmente, que, para haver Imigração é necessário que haja Emigração e que, antes de ser Imigrante, o sujeito deslocado é

2 Schiller (2010) e Vertovec (2009) Apud Martins (1974, pp. 246-278).

Emigrante. Antes de chegar ao país de destino, ele teve, primeiro, de deixar sua terra natal, sua família e os projetos sociais e existenciais lá sonhados e idealizados.

[...] pois o que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*, como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou tiver sido definitivamente esquecido como tal – e, ainda assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante. (Sayad, 1998b, p. 14)

Expressões da *ghorba*

Ghorba? Breviglieri (2010, p. 59) explica que, ao tornar a Imigração indissociável de sua causa – a Emigração –, Sayad aponta para vários níveis de sofrimento componentes da dimensão existencial negativa da condição de exílio ou *ghorba*. Em primeiro lugar, o temor da desonra decorrente da probabilidade de sua partida ser percebida, na terra de origem, como um ato de traição e covardia. Em segundo, a melancolia ou sinistrose em consequência da obsessão pelo retorno ao passado e terra de origem. Enfim, um profundo sentimento de solidão que, muitas vezes, resulta em mutismo e autoexclusão.

Esse mutismo, no entanto, também é o resultado de um longo processo de espoliação do migrante de sua subjetividade e atributos humanos. No início, o que se exige do migrante, enquanto não nacional, é apenas certa reserva – aparentemente mais da ordem da polidez de que da política – diante dos assuntos internos (políticos, sociais, econômicos e outros) da sociedade e nação que o acolheram. Do mesmo modo que a boa educação recomenda que o hóspede

tenha uma atitude reservada perante as discussões da família anfitriã, o indivíduo ou grupo acolhido não deve incomodar os nativos, não questionar suas regras sociais e seus princípios filosóficos.

A obrigação de reserva do alógeno se traduz, então, pela obrigação de aceitar e se submeter incondicionalmente a essas regras e princípios: “As concessões da polidez só têm preço porque darão à luz concessões políticas” (Sayad, 1998b p. 58). Porém, a partir do momento que o migrante se conforma a seu estado de *ghorba* e adota a atitude ética dele exigida, ele se encontra preso numa espiral de espoliações, discriminações, injustiças e a sua futura desumanização.

Uma armadilha discursiva que, na ótica de Sayad (1998b), começa com o superficial e acaba com o essencial: “Extorquir o essencial sob a aparência de exigir apenas o acessório ou o insignificante, impor o respeito pelas formalidades para obter todas as formas de respeito constitutivas da submissão à ordem estabelecida” (Sayad, 1998b, p. 58).

Ao aceitar seu estatuto de não nacional, o migrante acaba por aceitar também sua condição de não cidadão; não mais apenas como alógeno ou não cidadão no país e sociedade de acolhimento, mas sim como não cidadão em todo lugar, um sujeito desempossado de qualquer tipo de cidadania, privado da possibilidade de fala por si e do direito de se defender em nome próprio.

De fato, a redução da existência do imigrante a seu estatuto administrativo de não nacional se traduz, silogisticamente, por uma condição de não cidadania e não humanidade. De arbitrariedade jurídica, a oposição “nacional” / “não nacional” degenera em injustiça social, na medida em que sustenta e alimenta todas as discriminações e injustiças. “Não sendo o imigrante um elemento nacional, isso justifica a economia de exigências que se tem para com ele em matéria de igualdade de tratamento frente à lei e na prática” (Sayad, 1998b, p. 59).

Assim, todas as distinções e discriminações são suscetíveis de serem apresentadas como derivadas do fato primário de não nacionalidade e nele encontrados sua objetividade, racionalidade e

argumentos políticos, sociais e econômicos e até sua interpretação ética. Estado patológico, agravado por um contexto sociopolítico propício à opressão, injustiça e assujeitamento, a *ghorba*, inicialmente pontual e localizada, acaba se tornando um fato existencial total, irreversível e que, de certo modo, precede a emigração.

A expressão dessa dimensão da *ghorba* pode ser apreendida na condição de “provisoriedade definitiva”, que caracteriza toda a visão de mundo do migrante ou exilado. Primeiro, a provisoriedade da vida antes da migração, na medida em que o *habitus* migratório ocupa todo o espaço mental do sujeito colonial e o prepara ao estado antecipado de *ghorba*. Lembremos, a este propósito, de Mohand que se define enquanto provisoriamente agricultor, na expectativa de migrar para Europa: é quando a *ghorba* se torna o verdadeiro lar do migrante e seu lar de origem se torna *ghorba*. Uma vez a empreitada migratória efetivada, mesmo quando o estado definitivo da situação migratória fica objetivamente evidente, o migrante, no afã de amenizar as vicissitudes de seu estado de *ghorba*, mantém inconscientemente a ilusão de provisoriedade de sua estadia.

“Característica fundamental da condição do emigrante, a contradição temporal que o habita acaba imprimindo a sua marca em toda sua experiência como em sua consciência da temporalidade” (Sayad, 1999, p. 50; tradução nossa). Do mesmo modo que seus familiares no país de origem fingem que a sua ausência é provisória e que logo estará de volta, a sociedade de acolhimento quer se convencer da provisoriedade de sua presença para evitar toda interação psicológica, proximidade afetiva ou concessão de direitos enquanto cidadão e ser humano.

À contradição de ordem temporal – um ‘provisório’ que se torna definitivo ou um ‘definitivo’ vivido como temporário – que pode ser considerada constitutiva da natureza da emigração (e da imigração) e da condição do emigrante (e do imigrante), correspondem outras contradições em todos os outros domínios da

existência: contradição na ordem espacial, na ordem comunitária, na ordem cultural e, cada vez mais, [...] na ordem política (ou nacional). (Sayad, 1999, p. 106; tradução nossa)

De fato, a contradição fundamental do “provisório que dura” acaba se transpondo da ordem temporal à ordem espacial: como continuar a estar presente onde se está ausente? E, correlativamente, como se acomodar com o fato de estar presente apenas parcialmente e estar, ao mesmo tempo, de certa maneira (moralmente) ausente lá onde se está fisicamente presente? (Sayad, 1999, p. 247; tradução nossa). Contradição apontada por Sayad enquanto “dupla ausência”, decorrente das dificuldades do imigrante em atuar social e politicamente tanto no país de origem como no país de destino; fisicamente afastado num e social e politicamente alijado no outro. Cesura inicialmente provisória ou justificada como tal que, logo, se descobre duradura ou definitiva e acaba subvertendo os modos de produção de subjetividade do migrante e solapando seus desenhos sociais e existenciais.

A “dupla ausência” constitui, de fato, o paroxismo de qualquer *ghorba* – *ghorba* na presença e na ausência, no antes, durante e depois – , a *ghorba* definitiva que, mesmo se fingindo de provisória, encarna a totalidade do mal-estar-no-mundo específico do migrante: afastamento, isolamento, impotência, direitos negados, memória enfraquecida, voz ignorada, olhar desprezado etc. Quadro geral de desamparo e desolação que acaba desembocando no longo processo de desrealização do “espaço social” do sujeito migrante e sua conversão em “espaço nostálgico” – entendido enquanto um lugar aberto a todas as nostalgias, carregado de emoção e afetividade.

De acordo com Bourdieu (1986), há uma diferença clara entre espaços geográfico e social. Enquanto o primeiro é constituído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum, isso não acontece no segundo, o espaço social, marcado por interações – ainda que por opção ou força – e não posições.

As interações, que proporcionam uma satisfação imediata às disposições empiristas [...], escondem as estruturas que se concretizam nelas. Esse é um daqueles casos em que o visível, o que é dado imediatamente, esconde o invisível que o determina. (Bourdieu, 1986, pp. 153-154)

A noção de espaço social nos permite escapar à alternativa do nominalismo e do realismo que determina grupos permanentes e estáticos dotados de órgãos de representação, siglas etc. Nela, há a possibilidade de grupos se constituírem a partir de um ponto de vista construído e operado: 1) não em um vazio social, mas submetido a coações estruturais; 2) dentro de estruturas cognitivas (também socialmente estruturadas, uma vez que não existe gênese social); 3) em uma realidade social e não somente num empreendimento individual. Esses grupos “estão por fazer, não estão dados na realidade social” (Bourdieu, 1986, p. 156).

Com relação ao espaço nostálgico, é preciso evocar inicialmente a problemática do “retorno” e a relação do imigrante com o espaço e o tempo. De acordo com Sayad (2010, pp. 14-15; tradução nossa), a ideia de retorno está intrinsecamente contida na denominação e ideia própria de emigração e imigração. Não há imigração para um lugar sem que primeiramente tenha ocorrido uma emigração de outro lugar; não há presença em alguma parte que não suponha a ausência em outra. É a condição própria de ser humano, devido à sua finitude: não podemos estar presentes simultaneamente em dois lugares diferentes, ainda que possamos ir de um lugar a outro – o espaço pode ser percorrido e, assim, permite uma multipresença sucessiva no tempo. Do mesmo modo, não podemos ser e ter sido ao mesmo tempo; o passado, que é o “ter-sido”, nunca mais pode estar presente e voltar a ser-no-presente porque a irreversibilidade do tempo não permite. Assim, a noção de retorno implica necessariamente em três modos de relação:

1. Em uma relação com o tempo: passado e futuro, já que a representação de um e a projeção de outro dependem estritamente do domínio que se tem do tempo presente, ou seja, do tempo cotidiano da imigração presente.
2. Em uma relação com o solo e todas as suas formas e valores (o solo natal), primeiro em sua dimensão física ou geográfica e, depois, em suas outras dimensões sociais, à medida em que o espaço físico não é, de maneira resumida, senão a metáfora espacial do espaço social.
3. Em uma relação com o grupo que deixamos fisicamente, ainda que sigamos levando-o em nós, de uma maneira ou outra, e com o grupo em que ingressamos e ao qual devemos nos adaptar, que devemos aprender a conhecer e aprender a participar.

Todas estas relações estão vinculadas, com laços de solidariedade entre si, e a unidade que formam é constitutiva do que podemos denominar ser social. Igual a muitos outros temas recorrentes, como por exemplo o do exílio e da nostalgia, o tema do retorno [...] se junta a uma série de grandes mitos que servem para explicar a história e elucidar ao ser humano que, havendo-os incorporado ao seu ser, convertem-se de algum modo em sua viva encarnação. (Sayad, 2010, p. 16; tradução nossa)

Ainda com relação à problemática do espaço, Sayad diz que a situação se repete porque emigrar e imigrar é, antes de tudo, mudar de espaço, de território. O espaço se presta mais facilmente a todas idas e vindas que o tempo. Porém,

mudando de espaço e se deslocando no espaço, aprendemos que ele é, por definição, um espaço nostálgico, um lugar aberto a todas as nostalgias, carregado de afetividade. Assim, o espaço não é só o espaço contínuo e homogêneo dos matemáticos, um conjunto de lugares indiferentes e imutáveis entre os quais podemos ir e vir mentalmente, com total liberdade, tal como postula

a geometria. Existe uma nostalgia presa no espaço [...] porque é um espaço vivo, um espaço concreto qualitativa, emocional e passionalmente falando. (Sayad, 2010, p. 17; tradução nossa)

O autor explica que a nostalgia de um lugar tem um grande poder de transfiguração de tudo que toca e é capaz de evidenciar efeitos de encantamento, e ainda mais, de sacrifícios e santificação. Para Sayad, é a ilusão que alimenta a nostalgia, cujo oposto é a decepção de ver que tudo mudou. “Quando o imigrante retorna, não é para encontrar as coisas tal como ele as deixou, como as imagina; é para encontrar a si mesmo, tal como era (ou acredita que era) quando se mudou” (Sayad, 2010, p. 19; tradução nossa).

É preciso lembrar, a este propósito, que, antes de se tornar um termo romântico que inspira poesia, literatura e artes em geral, o neologismo ‘nostalgia’ foi cunhado pelo médico austríaco Johannes Hofer (1669–1752) para designar ‘doenças’ associadas à depressão e alguns distúrbios fisiológicos como o tifo. ‘Nostalgia’, segundo Breviglieri (2010), integrava a categoria genérica de ‘doenças contagiosas’ responsáveis por estados de demência assassina, suicídio e deserção do exército.

As explicações científicas propostas para tal distúrbio, à época, variavam desde o ambiental até o psicológico, mas todas insistiam na importância do lugar de origem e a comunidade de origem para assegurar a integridade psíquica e física do sujeito. Trata-se certamente, da expressão somática daquilo que Sayad virá a chamar de *ghorba* e reitera sua força na configuração da subjetividade do migrante. “Se existe uma nostalgia presa no espaço, e se o espaço é em seu foro íntimo, um lugar de nostalgia, tal e como o experimentamos em todos os deslocamentos que realizamos, é porque é um espaço vivo, um espaço concreto qualitativa, emocional e passionalmente falando” decreta Sayad (1998a, p. 16).

Breviglieri (2010) vai mais longe ainda ao defender a impossibilidade fenomenológica da volta. Impossibilidade de retorno não apenas porque a terra de origem foi sublimada e extraída da esfera do

real ou por motivos psicossociológicos – quando se usa do retorno do retorno para desviar a própria atenção das dificuldades do cotidiano e justificar-se a aceitação do sofrimento e da humilhação; mas, antes, porque o ‘lugar’ de onde se veio não existe mais, no sentido da inseparabilidade do tempo e do espaço, já que o próprio espaço material não deixa de se mover no tempo físico.

O lugar de origem não seria mais o lugar que se deixou no momento da migração, porque este lugar se moveu no tempo e não é mais o lugar que continua presente na memória e nas lembranças. O ‘lá’ de ontem não é o ‘lá’ de hoje, da mesma maneira que o ‘hoje’ daqui não é o mesmo que ‘hoje’ de lá. O destino do imigrante parece ser, assim, a *ghorba* inevitável, inelutável e eterna, o desenraizamento definitivo e a errância eterna: “A origem perdida, o enraizamento impossível, a memória imergente, o presente em suspenso” (Kristeva, 1994, p. 15).

Considerações finais

Procuramos pontuar neste capítulo as dimensões semânticas e sintáticas necessárias para a compreensão da noção de *ghorba*, as filiações teóricas de Sayad na sua constituição, bem como as rupturas e conexões epistemológicas constitutivas do seu pensamento em torno da questão migratória, além do contexto histórico no qual está situado. Dessa maneira, fica a pergunta: o que é *ghorba* então?

Ariscamos a ideia de que *ghorba* remete a um estado de assujeitamento do migrante, à espoliação de toda sua subjetividade e à sua desterritorialização total e definitiva; um estado existencial aquém e além da situação migratória propriamente dita, cuja semente encontra suas raízes no contexto histórico geral do fenômeno, antes de se atualizar na perda de coordenadas sociais do migrante e na evanescência de seu horizonte psicológico. Uma desterritorialização, no entanto, que, diferentemente da perspectiva deleuziana, não é seguida

por algum processo de reterritorialização ou subjetivação, mas significa, em si, a devastação completa do ser: “Não pertencer a nenhum lugar, nenhum tempo, nenhum amor” (Kristeva, 1994, p. 15).

A noção e sentimento de *ghorba* estão, assim, claramente atrelados à dor do sujeito migrante diante da impossibilidade de retorno – “não pode existir um verdadeiro retorno, um retorno idêntico, porque o espaço permite perfeitamente as idas e voltas, porém, não se pode nunca voltar ao tempo da partida” – e da consciência, ainda que velada, de que a emigração é a origem das contradições nas quais se encontra encerrado. Afinal, diz Sayad, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório, temporário e em trânsito. É “uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriedade” (Sayad, 1998b, p. 45).

É nesse sentido que afirmamos que *Ghorba* envolve ainda diversos conceitos centrais na obra de Sayad, como a “dupla ausência”, o “espaço nostálgico”, a “condição de não nacional”, a “obrigação de reserva” etc. A noção parece conter e sintetizar criticamente as camadas e regiões mais significativas e mais densas de todo o pensamento do autor e suas contribuições para o estudo e compreensão das migrações na percepção de uma linha sociológica construída a partir da vivência relatada pelo imigrante. O resultado disso é a não restrição do migrante apenas à condição de um objeto científico, mas de um objeto vivo, analisado, simultaneamente, a partir de uma perspectiva científica ampla e específica, que dá conta de focar a problemática particular das migrações em sua totalidade social, cultural, econômica e política, sem desconsiderar as condições existenciais, simbólicas e emocionais do sujeito deslocado.

De fato, a *ghorba* opera enquanto recurso retórico-conceitual para questionar consolidados aspectos teóricos, metodológicos e ideológicos que insistem em limitar o fenômeno migratório a aspectos formais, materiais e localizados, ignorando tanto seus níveis subjetivos como suas dimensões geopolíticas e civilizacionais, entendendo

as migrações como “fato social completo”. Nas palavras do autor: “um itinerário epistemológico que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas” (Sayad, 1998b, p. 15). Daí a justificativa para um pensamento do autor para além do colonialismo, etnocentrismo, nacionalismo metodológico etc. em sintonia com os conceitos bourdieusianos, por exemplo.

Não é por acaso que o próprio Bourdieu (1998), em seu prefácio do livro *Dupla ausência* de Sayad, define o migrante enquanto “atopo, sem lugar, deslocado, inclassificável [...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro”. Pois é justamente isso que revelou o discurso construído por Mohand, ao evocar seu estado de *ghorba*, mobilizando recursos culturais, sociais e linguísticos, para expressar experiências que o próprio sujeito migrante desconhece.

Referências

- AVALLONE, G.; SANTAMARÍA, E. (Coords.) (2018). *Abdelmalek Sayad: una lectura crítica. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales)*. Madri, Dado Ediciones.
- BOUBEKER, A. (2010). “Abdelmalek Sayad, pionnier d’une sociologie de l’immigration postcoloniale”. In: MBEMBE, Achille (ed.). *Ruptures postcoloniales. Les nouveaux visages de la société française*. Paris, La Découverte, “Cahiers libres”, pp. 37-48.
- BOURDIEU, P. (1986). “Espaço Social e Poder Simbólico”. Tradução (texto em francês) da conferência pronunciada na Universidade de San Diego, em março de. Disponível em: <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/23-bourdieu-espaco-social-e-poder-simbolico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BOURDIEU, P. (1998). “Um analista do inconsciente”. In: SAYAD, A. *A imigração ou os Paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, pp. 9-12.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *El baile de los solteiros*. Barcelona, Anagrama.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (2004). Colonial Rule and Cultural Sabir. *Ethnography*, v. 5, n. 4., pp. 544-586.

- BREVIGLIERI, M. (2010). De la cohésion de vie du migrant: déplacement migratoire et orientation existentielle. *Revue européenne des migrations internationales*, v. 26, pp. 57-76.
- HANANIA, A. R.; LAUAND, L. J. (1993). *Oriente & Ocidente: Língua e Mentalidade (e Outros Estudos)*. São Paulo, Centro de Estudos Árabes FFLCH-USP/APEL.
- KRISTEVA, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro, Rocco.
- LOHMANN, J. (2013). Ma'na e Logos – estruturas linguísticas e formas de pensamento. *Notandum*, CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, p. 47-56, jan-abr. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand31/47-56Lohmann.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.
- LOYAL, S. (2018). “Bourdieu, Colonialismo e Migração”. *Contemporânea*, vol. 8, nº 1, p. 111-138, jan-jun.
- MARTINS, H. (1974). “Time and Theory in Sociology”. In: REX, J. (ed.). *Approaches to Sociology*. Londres, Routledge & Kegan Paul, pp. 246-278.
- SAYAD, A. (1999). *La Double absence – Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris, Éditions du Seuil.
- SAYAD, A. (1998a). “Le retour, élément constitutif de la condition de l'immigré”. *Migrations société*, vol. X, n. 57, pp. 9-45.
- SAYAD, A. (1998b). *A imigração ou os Paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SAYAD, A. (2010). “El retorno, elemento constitutivo de la condición del inmigrante”. *Revista Empíria*. Tradução para o espanhol: Evelyne Tocut. Madri.
- SCHILLER, N. G. (2010). “A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism”. In: BAUBÖCK, R.; FAIST, T. (eds.). *Diaspora and Transnationalism – Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam, IMISCOE – Amsterdam University Press, pp. 109-130.
- VERTOVEC, S. (2009). *Transnationalism*. Nova York e Londres, Routledge,.

PARTE 2

O arcabouço conceitual
de Abdelmalek Sayad
em estudos contemporâneos

Migrantes internacionais como caso-limite de agentes sociais impelidos à reconversão: debates teóricos e lições de Abdelmalek Sayad no Brasil¹

Afrânio Garcia Jr

Introdução

O objetivo deste texto é reconstruir o contexto e o alcance de duas missões realizadas por Abdelmalek Sayad no Brasil, no início da década de 1990, e explicitar as questões que indicou para aprofundamento posterior. Inicialmente redigido para colóquio em Argel em 2007, cabe inicialmente explicitar as memórias e emoções despertadas por este exercício diante de amigos, antigos colaboradores e os jovens pesquisadores, dando continuidade aos questionamentos levantados por Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad nos anos 1950-1960. Mas este sentimento estava perpassado por um grande amargor, ligado à sua “dupla ausência”, título do livro de Sayad, depois do

1 Esse texto foi redigido inicialmente para colóquio em homenagem a Abdelmalek Sayad organizado por Kamel Chachoua (CNRPAH, 2012), posteriormente traduzido por Rodrigo Constante Martins, e revisto pelo autor para o Seminário em São Paulo, em 2018.

seu falecimento, que havia sido sugerido por Bourdieu, expressão percebida por Rebecca Sayad como um presságio, após a morte do sociólogo francês em 2002².

Por outro lado, para um acadêmico brasileiro da minha geração, nascido pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial, a referência à Argélia evoca “companheiros de rota” no cenário internacional, de próximos distantes, pois longo e árduo é o caminho daqueles que se engajaram em direção à via da construção nacional emancipada de toda tutela por países centrais ou grandes potências mundiais. A Argélia fora a terra de recepção de políticos brasileiros de esquerda, condenados ao exílio pelo golpe militar de 1964, notadamente de Miguel Arraes, governador do Estado de Pernambuco nos anos sessenta, que assegurou as condições que permitiram as primeiras negociações coletivas de trabalhadores agrícolas da cana-de-açúcar, conduzindo a contratos coletivos de trabalho favoráveis aos assalariados, descendentes de escravos. Esta produção de direitos, diminuindo o fosso entre descendentes dos senhores e os descendentes de escravos, nunca lhe foi perdoada pelas elites tradicionais, razão pela qual ele fora preso dentro do palácio onde exercia seu mandato (cf. o testemunho de Celso Furtado, 1985). Argel figurou, portanto, entre os importantes lugares do exílio político e intelectual brasileiro durante a ditadura (1964-85). Em 1970, no momento onde a tortura tornou-se moeda corrente para tentar neutralizar os adversários políticos, é em Argel que pousou um avião conduzindo quarenta prisioneiros libertos graças ao sequestro do Embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben, no Rio de Janeiro. Durante a década de 60, quando a Guerra Fria estava em seu auge, a curiosidade sobre a experiência argelina era forte, pois parecia experiência não subordinada nem a Washington nem a Moscou. O que foi chamado em seguida de terceiro-mundismo foi inicialmente a busca de caminhos originais de construção de espaços políticos diante da pressão

2 O livro de Sayad, que contou com prefácio de Pierre Bourdieu, foi publicado com o título *La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré* (Paris, Éditions du Seuil, 1999).

de dois polos da Guerra Fria. O famoso livro do antropólogo norte-americano Eric Wolf – *Guerras camponesas do século XX* (1974) – estudando seis casos históricos exemplares – México (1910), Rússia (1917), China (1947), Vietnã (1954), Argélia (1954) e Cuba (1958) – é um bom revelador desse interesse em compreender as evoluções históricas que não pareciam redutíveis aos modelos concebidos para explicar a passagem dos Impérios a nações, no espaço europeu ou na origem de novas nações na América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá). A descolonização de sociedades menos urbanizadas e industrializadas era certamente um processo dificilmente equiparável à simples reprodução das transformações históricas de um dos antigos “corações da civilização”, ou, dentro de um registro desencantado, de uma das grandes potências em competição pela hegemonia mundial. Edificados em paradigmas, os modelos construídos para explicar as mudanças históricas dos países europeus colocam, muitas vezes, entraves ao estudo e à demonstração dos invariantes dos processos de construção nacional³.

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad foram, de início e antes de tudo, para toda uma equipe de jovens antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, autores de pesquisas e de monografias exemplares, como *Travail et travailleurs en Algérie* e *Le Déracinement*, permitindo objetivar a verdadeira mutação das configurações sociais e dos sistemas cognitivos impostos às sociedades camponesas, em nome da passagem para a “economia de mercado”. A colonização moderna, sobretudo a

3 Gérard Noiriel renovou esta problemática da afirmação nacional, estudando a diferença entre os processos políticos e culturais na origem das primeiras nações europeias, especificamente a França. Ele especifica que, ao lado da afirmação do corpo político constituído pelo conjunto de cidadãos, agora percebidos como o “povo soberano”, a constituição nacional pressupôs, antes de tudo, a imposição de referências culturais comuns, susceptíveis de distinguir uma população determinada (língua, literatura, música, artes, festas emblemáticas e etc.). A generalização precipitada, atribuindo a todas as nações a ordem dos acontecimentos na França, é severamente criticada: “o universalismo é um particularismo que se ignora” (p. 17). Na França, o romantismo moldou o caráter singular da ordem cultural, processo tardio, que havia precedido a construção do Estado moderno em outros países europeus, como demonstrou Anne-Marie Thiesse (ver Noiriel, 2007; 1992; Thiesse, 2001). Estes autores observam que a evolução da cena internacional, tanto sob estes aspectos políticos como culturais, é uma dimensão central da institucionalização de todo Estado-Nação.

implementada no século XIX, implica, como as precedentes, a transferência de riquezas para a metrópole, mas também a reestruturação das atividades produtivas da colônia sob a forma de empresas inscritas nos mercados nacionais e internacionais; é o conjunto da vida social e cultural dos “povos primitivos”, ou das “sociedades camponesas”, que é atingido deste modo. Esses livros demonstram uma afirmação teórica de grande alcance em suas consequências sobre as ligações entre as mudanças culturais e mudanças sociais. O simples fato de estarem objetivamente submetidos aos imperativos da economia de mercado não dota os antigos camponeses das ferramentas mentais capazes de fornecer-lhes condutas adaptadas à sua nova condição de participantes em mercados conectados. A leitura cuidadosa desses livros possibilitou a aquisição de um conjunto de questões e de instrumentos de pesquisa para buscar compreender as profundas transformações nas plantações açucareiras do Nordeste, após a emergência de um vigoroso movimento social baseado no nascimento do sindicalismo dos trabalhadores agrícolas, responsável pela extensão dos direitos do trabalho e proteção social no campo⁴.

Com esse avanço de camadas de camponeses destituídos no Nordeste, em busca de um pedaço de terra onde fixar residência e de ter terras aráveis para cultivar ao menos uma parte da sua alimentação doméstica, as elites agrárias tradicionais retaliaram pela eliminação de todas as vantagens concedidas às famílias dos trabalhadores agrícolas, que viviam no interior das grandes propriedades e eram empregadas nas culturas de exportação (cana-de-açúcar, café, algodão, cacau, tabaco, borracha, etc.), em primeiro lugar, boicotando a moradia, acompanhada de acesso livre à água, à lenha para cozinhar e a uma pequena horta. Tal como demonstrou Lygia Sigaud (1979, 1980), a brutalidade dessa supressão de condições de existência das famílias de camponeses subordinados foi tal que as representações dos trabalhadores agrícolas na década de 70 associavam ao

4 Para a relação entre as pesquisas sobre o Nordeste e as obras sobre a Argélia da década de 60, ver Garcia Jr. (2003).

passado nas plantações a imagem de uma “era de abundância”, oposta ao presente de miséria, onde a fome rondava durante os períodos de escassez de alimentos autoproduzidos. As mobilizações sociais, reprimidas depois do golpe de Estado de 1964, passam a ser as estratégias de reconversão dos grandes proprietários, favorecidas pela ação do Estado, impondo a partida em massa dos trabalhadores agrícolas para as cidades, tanto vizinhas quanto mais distantes, completamente privados de recursos materiais e cognitivos para se incorporarem, de uma maneira bem sucedida, ao universo social urbano, marcado pela expansão do assalariamento. O corpo de oficiais militares, em um caso (francês), conduzindo uma guerra para perpetuar a dominação colonial no Magrebe, e no outro (brasileiro), reprimindo com violência para perpetuar a dominação dos herdeiros de linhagens fundadas pelos senhores de escravos, era a principal garantia das transformações sociais que causavam a deterioração das condições de vida do campesinato e a aniquilação da eficácia dos modelos culturais preexistentes. No Brasil, a monetarização de todas as interações sociais estava correlacionada com a pauperização absoluta e relativa do contingente de descendentes de escravos. Ainda mais doloroso, o sistema de representações, baseado na reciprocidade entre a proteção dos senhores e a fidelidade dos dependentes, foi abaixo. O mundo moderno era acompanhado de um aumento de oportunidades para os descendentes dos senhores e uma diminuição de oportunidades de garantir a sobrevivência, percebidas como perdas sem qualquer contrapartida, para as antigas camadas de camponeses e trabalhadores agrícolas. As desigualdades de todos os gêneros só aumentaram depois disto, até uma época muito recente, (sob a presidência de Lula, uma política de transferência de renda foi implementada, mas isto foi posterior ao falecimento de Sayad), alguns podendo gerar toda uma gama de estratégias de reconversão e outros cada vez mais submissos a todas as urgências, sem os meios materiais e cognitivos de as enfrentar. Não é surpreendente que, no Brasil, como em muitos países da América do Sul, o crescimento econômico, mesmo acompanhado de maiores rendimentos agrícolas e da produtividade,

não surge como sinônimo de melhores condições de vida para a maioria da população e, certamente, do campesinato; a percepção deste duplo processo esteve no início dos debates sobre o conceito de “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, introduzindo outras dimensões “conceituais” além daquela que considera somente a expansão da renda per capita, ou mesmo dos postos de trabalhos criados (emprego), para avaliar o alcance das evoluções econômicas. A simples leitura dos trabalhos sobre o espaço argelino não poderia fornecer, obviamente, o modelo pronto das transformações em curso no Nordeste do Brasil, mas a perspectiva comparada sugeria questões teóricas para examinar, empiricamente, pistas para a compreensão dos processos de transformação social, técnicas de objetivação para conduzir nossas próprias investigações no Nordeste e elaborar modelos explicativos, permitindo ampliar o horizonte dos encadeamentos teóricos de partida.

Estes trabalhos de investigação no Nordeste deram origem a inúmeras monografias, sendo que algumas foram discutidas no Centro de Sociologia Europeia (CSE) desde 1976, gerando a várias publicações, inclusive na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, em que Sayad figurou como um dos autores principais⁵. A intensificação da cooperação científica entre o Museu Nacional e o CSE, na segunda metade dos anos 80, permitiu as duas estadias de Sayad no Brasil, em 1990 e em 1994. São as aulas que ele ministrou nestas ocasiões, as incursões em campo realizadas juntamente com diferentes pesquisadores (no Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo), os artigos e as entrevistas publicadas após sua estada que serão o tema de nosso texto. Abdelmalek Sayad tornou-se atualmente um autor bem conhecido no Brasil: o livro *Imigração ou os paradoxos da alteridade* (1998) foi publicado pela editora da Universidade de São Paulo (USP), a mais importante do gênero; os artigos “Uma pobreza ‘exótica’: a migração argelina na França” (1991) e “O retorno: elemento

5 [N.T. Revista francesa fundada por Bourdieu em 1975 junto com um grupo de estudiosos afiliados ao Centro de Sociologia Europeia].

constitutivo da condição do imigrante” (2000) foram editados pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e pela *Travessia: Revista do Migrante*, publicada pelo Centro Pastoral do Migrante; e aguarda-se a tradução de *La Double absence*. É preciso observar que, de acordo com o trabalho estatístico realizado sobre os autores citados nas teses de doutorado em ciências sociais entre 1990-1994 (Cunha Mello, 1999), Pierre Bourdieu aparece como o autor mais referenciado, ultrapassando até mesmo a tríade clássica Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim. No entanto, Sayad é tido como um dos mais próximos colaboradores de Bourdieu, além disso, tratando de dois temas fundamentais para pensar o Brasil: o desenraizamento das populações rurais e o alcance das migrações de longa duração e distância. Somente alguns números para dar uma ideia da extensão das mudanças no Brasil relacionada às migrações ao longo do século XX: em 1940, apenas 30% da população habitava em áreas urbanas, contra 70% em 1980. A morfologia social se inverteu ao longo de quatro décadas, que viram também o país agrícola se tornar industrializado e dotado de meios modernos de comunicação. O desenraizamento massivo, sobre o pano de fundo da escravidão, desde o século XVI, é certamente a experiência comum de uma considerável parcela de brasileiros. Quem poderia surpreender-se com o eco profundo da problemática tratada no último capítulo do *Desenraizamento*: quais seriam as condições sociais, econômicas e culturais para pensar o futuro coletivo e o orientar na direção precisa? ⁶ Seria necessário lembrar que as transformações atuais no campo de poder internacional, chamadas, apressada e superficialmente, de “globalização”, reforçam o interesse científico pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad desde a fase argelina? As análises tratando sobre a Argélia, conduzidas no início em comum, e aquelas posteriores sobre a França,

6 M.F. Garcia-Parpet retoma os escritos de Pierre Bourdieu na década de 1950 e 1960 e tenta demonstrar que a análise focalizada sobre a economia visa também a discutir as condições econômicas e sociais da elaboração do projeto político concernente ao futuro da nação argelina (Garcia-Parpet, 2005).

feitas em paralelo, mas convergentes, não são formidáveis “descrições densas” (thick descriptions), no senso empregado por Clifford Geertz para monografias exemplares?

Abdelmalek Sayad no Brasil

Sayad conseguiu ir ao Brasil graças a missões financiadas dentro do acordo de cooperação científica entre a França e o Brasil, conhecido como Capes-Cofecub⁷, que permitiu projetos entre o Centro de Sociologia da Educação e da Cultura (CSEC), dirigido por Monique de Saint-Martin e Jean-Claude Combessie, e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN). Ele permaneceu no Brasil de 31 de agosto a 12 de outubro de 1990, pela primeira vez, e de setembro a outubro de 1994, na última vez. Sofrendo de graves doenças, que restringiam seus movimentos, ele figurava entre os amantes dos prazeres da mesa e ainda mais se partilhada com seus amigos; ficamos felizes em constatar no Rio que a caipirinha bem doce e o feijão preto misturado com arroz – comida de base dos brasileiros – não estavam sujeitos às mesmas interdições e restrições que os cereais consumidos na França e na Argélia. Rapidamente, ele percebeu que poderia locomover-se facilmente sem nenhuma preocupação alimentar, contrariando as previsões pessimistas de todos os médicos consultados na França e no Rio. Este detalhe teve sua importância para fazê-lo sentir-se em casa no Brasil, uma espécie de lugar geométrico entre a Argélia e a França para se consumir sem moderação.

A particularidade do momento histórico não é, sem dúvida, estranha à experiência vivida da viagem, como me relataram várias testemunhas na França e outras tantas em Argel. No cenário internacional, a primeira guerra do Golfo acabava de acontecer e ele pôde constatar como os brasileiros ficaram chocados com as imagens dos

7 [N.T. Respetivamente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil].

bombardeamentos e das explosões de mísseis, atingindo principalmente a população civil. A barbárie da guerra fazia par com a sofisticação científica e tecnológica e era difícil identificar-se com os pilotos de avião ou com os comandantes militares dos bombardeios, mas o questionamento sobre o cotidiano das populações atingidas pelas explosões tocava os espíritos dos espectadores de televisão, aterrorizados com a exibição dos norte-americanos... Por outro lado, a queda do Muro de Berlim, em 1989, despertou as esperanças na evolução do cenário internacional e o discurso midiático sobre a “globalização” (versão americana), ou a “mundialização” (versão francesa) não havia ainda revelado as suas mil e uma facetas de imposição de preceitos neoliberais, facilitada por uma política internacional do governo estadunidense que não hesitou em romper os compromissos em vigor desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também no Brasil, as esperanças de democratização da vida nacional, tanto no plano dos direitos civis, quanto no plano econômico e social, assegurando condições de vida digna para a maioria da população vivendo na miséria, sem acesso aos benefícios do forte crescimento econômico entre 1940-1980, pareciam frustradas por todos os lados. O primeiro presidente civil, Tancredo Neves, eleito para pôr fim ao regime dos generais, em seguida aos compromissos de todos os tipos para acabar com o regime de arbitrariedade, morreu no momento em que iria assumir suas funções; o vice-presidente havia constituído seu capital de notoriedade política a serviço da elite militar após 1964 e tinha mudado de lado no último momento, ao sentir o vento mudar. O primeiro presidente em exercício no cargo depois da saída dos generais – José Sarney – não era oriundo de qualquer um dos muitos componentes da frente de oposição aos militares e nem mesmo originário dos antigos liberais. A Constituição de 1988, votada durante seu mandato por uma Assembleia Constituinte, mesmo que tenha assegurado o restabelecimento das liberdades civis e tenha incorporado inovações institucionais que carregam a marca das grandes mobilizações populares do período 1978-1985, guarda igualmente impresso um peso considerável das forças

políticas tradicionais, que tiveram seu crescimento sob a presidência dos generais. Acima de tudo, as primeiras eleições gerais com voto direto para a presidência da República consagraram, no segundo turno, um jovem político – Fernando Collor de Mello – originário das oligarquias do Nordeste e de uma família estabelecida entre as tradicionais elites açucareiras. A frente anti-Lula também espelhava o pânico entre as camadas ricas diante do avanço dos setores populares; um dirigente industrial de São Paulo, Mario Amato, presidente da Federação patronal (Fiesp), havia até mesmo acenado com a ameaça da partida em massa de empresários para o Exterior, se a vitória coubesse ao ex-sindicalista.

Período de corrupção sem precedentes, o mandato presidencial de Collor fora interrompido por um “impeachment” votado pelo Congresso Nacional, após mobilizações populares de grande amplitude. A inflação acelerou-se ao longo dos anos 80 e constituía um outro obstáculo a toda tentativa de tornar transparente a gestão do Estado. A implementação do plano de estabilização monetária, em 1994, por F. H. Cardoso, como ministro da Fazenda do presidente interino, garantiu-lhe a vitória contra Lula, ex-sindicalista que reagrupava novamente as forças populares e a frente de esquerda. A segunda viagem do casal Sayad aconteceu no momento onde o sociólogo, reconhecido internacionalmente, iria assumir a presidência, tendo feito a promessa de sanear as finanças do Estado, colocar definitivamente fim à hiperinflação e combater a pobreza extrema, para criar a emergência de uma nova categoria de cidadãos, dotando, assim, de fundamentos sólidos a nova República. O mundo intelectual estava dividido, à época, entre os partidários de Cardoso e os de Lula, a segunda viagem de Sayad foi marcada por longas conversas sobre as possíveis evoluções do campo político brasileiro e seu impacto nas dinâmicas sociais. O vasto e preciso questionamento de Sayad sobre o mundo social brasileiro, mas também sobre o universo político e intelectual, contribuiu enormemente para mostrar as lacunas das explicações tidas como suficientes até então para fomentar as interrogações sobre as bases das posturas intelectuais e políticas

adotadas. Para Sayad, as sugestões tomavam geralmente a forma de dúvidas e de questões sobre as possibilidades não realizadas; nunca se apresentavam como uma forma arrogante de conselho do especialista internacional (tipo “expert”).

Sayad foi acolhido por um programa de pós-graduação em antropologia social implantado em 1968 em um museu de história natural, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a mesma instituição implicada na expedição analisada em *Tristes trópicos* (Lévi-Strauss, 1996), por ter servido de suporte à expedição dirigida por Claude Lévi-Strauss em 1938 no Mato Grosso. Os cursos e seminários oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN) foram destinados aos estudantes de mestrado e doutorado e utilizaram amplamente, desde o início, a literatura internacional em ciências sociais, incluindo publicações em inglês, francês e espanhol. A antropologia social parece ter desempenhado um papel muito importante na internacionalização das questões de pesquisa, obrigando a quebrar os compartimentos e fronteiras das questões limitadas pela hegemonia sem contraste do nacionalismo cultural das décadas de 1930-1960. De fato, a importância de um artigo ou de uma monografia em etnologia não está ligada à proximidade geográfica do objeto tratado em relação aos lugares estudados pelo aprendiz de pesquisador. O ponto central é a relevância científica dos questionamentos examinados e as ferramentas de pesquisa colocadas à disposição de todo novo pesquisador; a proximidade territorial entre os grupos sociais tem apenas um interesse secundário ou nulo. Esse programa de mestrado (1968), seguido da implementação do doutorado (1977), pôde associar, desde o início, as discussões teóricas ao trabalho de campo, graças ao apoio da Fundação Ford⁸ e à cooperação científica firmada com a Universidade de Harvard (Garcia Jr, 2009). Assim, já no seu surgimento, os estudantes inseriam-se em projetos de pesquisa, voltados aos estudos dos grupos Gê do Brasil Central (parentesco e cosmologia), ou então

8 Para uma versão mais detalhada do início do PPGAS do Museu Nacional, ver Garcia Jr. (1993; 2009).

sobre “o desenvolvimento regional comparado” das regiões Nordeste ou Centro-Oeste e Amazônia. Concretamente estudados neste contexto de transformações sociais na origem das intensas migrações do campo em direção às cidades, deslocamentos que implicavam percursos muito longos, como os do Nordeste em direção às metrópoles do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo), ou também do campo, ou mesmo das cidades situadas próximas do litoral, em direção à Amazônia e o Centro-Oeste (Palmeira et al., 1978). A estabilidade dos quadros de existência do campesinato brasileiro pressupunha, muitas vezes, vínculos de fidelidade e troca de favores com as elites tradicionais, que controlavam os recursos fundiários e o poder local; os deslocamentos inscreveram-se, desde longa data, como tentativas estratégicas de indivíduos e famílias buscando emancipação e autonomia. Toda a segunda metade do século XX fora marcada pela intensificação das migrações em direção às cidades em vias de industrialização e em direção à fronteira agrícola na Amazônia, onde havia “terras livres”.

Os antropólogos, formados desde o final dos anos 60 no PPGAS/MN, gozaram de um duplo privilégio; eles tiveram acesso aos estudos de pós-graduação por meio do ensino público e gratuito; e, também, as pesquisas de campo – constituíam um elemento indispensável à formação dos estudantes – e foram financiadas integralmente. Nada parecido havia existido para as gerações anteriores; não é surpreendente que a profissão de antropólogo tenha conhecido uma expansão de efeitos nunca vistos anteriormente. Em 1990, o PPGAS/MN desfrutava da reputação de ser o polo central da renovação da antropologia no Brasil e um dos centros de ensino e pesquisa responsáveis por novos ventos nas ciências sociais.

Os cursos propostos por Sayad, em 1990, concentravam-se em três grandes eixos, repetidos, de forma geral, em 1994. Em primeiro lugar, foram examinadas “as condições sociais da emigração da Cabília para a França”; em seguida, foram estudadas “as perturbações relacionadas à guerra de independência” (Sayad recusava a denominação “guerra da Argélia”) para terminar por analisar “as três fases da imigração argelina na França”, detalhando com sutileza as relações entre

as diferentes gerações e as múltiplas configurações da nova sociedade resultante da migração para a Europa. O estudo cuidadoso do percurso completo dos migrantes, desde a situação de partida até a situação de chegada, estendendo-se sobre os dilemas vividos pelas novas gerações, demonstrou, claramente que, se os indivíduos que se deslocam são os mesmos, as expectativas e as imagens, com as quais eles são confrontados, divergem completamente. O emigrante não existe como tal para aqueles que o acolhem, pois a ignorância completa sobre seu universo de partida é moeda corrente no ponto de chegada. A começar pela língua e pelos costumes no trajar e na comida, nenhuma familiaridade comum aproxima aquele que se deslocou daquele que vive na sociedade em que chegou. Alguns reconhecem apenas sua transfiguração, o imigrante. O imigrante, para quem está no ponto de acolhida, é classificado de acordo com os problemas da sociedade onde aporta (saúde, escolaridade, habitação, costumes alimentares, sexualidade, etc.), que, às vezes, nem fazem sentido para o grupo de migrantes. O emigrante nunca é redutível ao imigrante, nem vice-versa; esta oposição entre dois universos sociais, entre dois sistemas de representação, manifesta-se em relação às práticas mais comuns observadas por uns e por outros, engendrando sucessivos mal entendidos e perpassando necessariamente o mundo subjetivo de todo migrante. Nada implica em que um “entenda o outro” numa primeira interação face a face. A sociologia exigente de Abdelmalek Sayad nunca poderia sustentar um quadro estritamente interacionista: o que ocorre no ponto de partida continua a existir socialmente após a partida do ausente; as exigências, em termos de comportamento e modos de pensar do ponto de chegada, possuem muito frequentemente origens bem anteriores aos fluxos migratórios. O deslocamento do indivíduo provoca a experiência de ser confrontado às condições de práticas banais e com expectativas completamente diferentes nos dois polos, e frequentemente divergentes. O fato de cruzar fronteiras entre unidades territoriais autônomas é muito menos importante que esta experiência subjetiva e objetiva de ter que subsistir em duas configurações sociais dotadas de categorias

de entendimento e de normas diversificadas e, por vezes, antagônicas. A capacidade de superar esta provação faz parte do questionário sociológico relevante e torna o migrante um indivíduo social em nada parecido com os outros vivendo na sociedade de acolhida. O título e o subtítulo, *De la Double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré* [da Dupla ausência: das ilusões do emigrado aos sofrimentos do imigrante], levam ao limite os obstáculos à afirmação do indivíduo, dando o mote às análises das migrações e abrindo a porta ao tratamento intergeracional da linhagem constituída pelos imigrantes (os filhos nascem e são socializados em universos diferentes daqueles de onde vieram seus pais).

O imigrante é sempre confrontado a um universo simbólico que não o habita, uma vez que ele fora socializado inicialmente em um outro universo social. Ele descobre, às suas próprias custas, no sofrimento, que ele não possui grande parte do universo simbólico necessário para uma inscrição bem sucedida na sociedade de acolhida (como a língua, os hábitos alimentares e vestuários, gostos esportivos e musicais, etc.). Frequentemente, desconhece os modos de sociabilidade em vigor, inclusive da relação entre os sexos ou gêneros, as modalidades de patrimônio econômico valorizadas, os cânones do bom comportamento e da excelência nas interações, etc. Um investimento específico e novo é sempre necessário, se ele quiser inscrever-se no jogo de competição social com chances de sucesso, muitas vezes com esforço dobrado para diminuir o impacto da eliminação de todos os comportamentos e marcas que significam estigmas nas sociedades de acolhida (o sotaque, os hábitos corporais, os gostos esportivos, artísticos e musicais, etc.). A análise sociológica de Abdelmalek Sayad, sempre empiricamente fundamentada e ilustrada com uma extrema sensibilidade, ensinava a nós, do Museu Nacional, o que a mobilidade de longa distância significava, sendo ela de distância geográfica ou social. Para um imigrante, nada é natural, nada é evidente, todas as certezas ancestrais são recolocadas em questão, quer ele queira ou não. Objetivamente, sem que faça nada de especial para isto, ele é confrontado com os limites das suas convicções e hábitos de

pensamento mais íntimos. A dúvida instala-se na ordem das coisas. Ele pode voltar à sua pátria, a seu rincão, mas isto repercutirá na sua imagem junto aos seus próximos, a vergonha de si o espreitará de diferentes pontos de vista. Por isso, o argumento muito convincente empregado por Sayad, segundo o qual as migrações, bem analisadas, são formidáveis reveladores do mundo social e de sistemas de representações que lhe servem de sustentação. A miséria humana do desenraizamento, escutada com paciência e atentamente, tornava-se uma lição sem equivalente da variação quase infinita do mundo social e dos significados que nós lhe atribuímos. A arrogância dos abastados, aqueles que estão sempre felizes com sua própria situação arbitrária, e que a afirmam constantemente sem consideração pelas situações dos outros, deleitando-se no etnocentrismo sem moderação, para falar como os antropólogos, repousa também no esquecimento de colocar para si mesmo as questões os quais todo imigrante é confrontado. Os abastados possuem um privilégio que os distinguem: eles podem afastar, colocar distância frente à questão da relevância de suas categorias de entendimento e da ética que lhe é correlativa. Depois de Sayad, a sociologia das migrações tornou-se, assim, um capítulo central na sociologia dos modos de dominação. Sem sombra de dúvida, esta sociologia das migrações trata igualmente das situações onde as estratégias de reprodução entram em pane, tornando imperioso aos indivíduos tentar sua reconversão; as migrações podem, por consequência, figurar como um caso-limite de estudos das estratégias de reconversão, das condições de sua elaboração e da sua eficácia.

Além de todas estas considerações propriamente teóricas, os professores-pesquisadores e os doutorandos puderam apreciar a reconstrução de um longo processo de transformações históricas, relativas à colonização e descolonização da Argélia, que poderia somente avançar explicando ao mesmo tempo a reflexão sobre as condições de conhecimento desse processo. A explicação das circunstâncias históricas desta viagem ajudará, talvez, a compreender que a fascinação do público por seus seminários não é uma razão suficiente para explicar por que Sayad envolveu-se completamente neste

exercício. Felizmente, a gravação das suas intervenções em cassetes – que ainda esperam ser transcritas para uma publicação – permite constatar o conteúdo dedicado às memórias e o esforço de objetivar as situações históricas vividas e limitadas. Mais de uma vez, Sayad repetiu que, o que ele tinha dito no Brasil nesta ocasião, não seria dito nem na França e nem na Argélia. Como se o Brasil houvesse lhe proporcionado a ocasião de estar próximo e distante da Argélia e da França, permitindo ao emigrante e ao imigrante, que ele era, tentar explicitar, com a ajuda de modelos e de ferramentas de pensamento que ele tinha contribuído para criar, os fundamentos sociais das escolhas que ele foi levado a fazer para orientar seu próprio itinerário.

De uma maneira bem concisa, este itinerário foi objeto de uma publicação na Revista *Mana*, editada no Museu Nacional, organizada por Federico Neiburg; eu tive a ocasião de voltar a ela, de uma forma ainda mais sumária, no seu texto introdutório para a revista *Travessia*. Mas eu não me apresso em encontrar os meios de explorar e estudar este material, que coloca em relação os resultados das pesquisas aos quais Sayad participou ou conduziu, e a reflexão sobre sua relação com o objeto examinado. Sobretudo, que se pode constatar como a descrição etnográfica das situações sociais estudadas desencadeou memórias e reflexões que permitiram comparar com outras narrativas contemporâneas. Esta revisão de situações vividas na urgência não tinha nada a ver com a complacência narcisista que chamamos regularmente de “memórias”; ela obrigava a imersão nos limites sociais do universo de partida, como do universo de chegada, mesmo se elas não foram apreendidas enquanto tais no momento da sua experiência subjetiva, e assumir que a análise é sempre um terceiro movimento, que pode ser feito de um modo aprofundado quando não estamos mais “imersos” no universo social que objetivamos; por exemplo, em um outro país de “desenraizados” como o Brasil, mesmo se as migrações não colocaram em jogo e em questão as fronteiras nacionais. Isto porque as migrações não eram somente muito longas; elas também forçavam ao confronto de universos sociais bem diferentes, de categorias de entendimento opostas sobre muitos dos aspectos

cruciais para a existência cotidiana, mesmo se a língua fosse a mesma em todos os lugares, reforçando, por vezes, a percepção de uma falsa homogeneidade da “cultura nacional”. Em suma, a mobilidade implicava geralmente uma metamorfose social e reconversões em série. O migrante é o signo de um mundo em recomposição; a escuta da palavra do migrante é um recurso precioso para iluminar os contornos das situações atravessadas e para decifrar os conflitos sociais e as batalhas sobre o significado dos objetos percebidos. Nada está mais longe da postura sociológica exibida por Sayad que a pretensão de dispor de qualquer coisa como um modelo pronto e acabado da mudança social, seja ele limitado ao “Terceiro Mundo” ou aos “países subdesenvolvidos”. Por isso mesmo, fez uso de sua formidável disposição de completar seus cursos com a discussão de pesquisas em curso no Brasil, mediante idas a trabalhos de campo conjuntamente.

Ele estava interessado em participar de pesquisas sobre os cortadores de cana no Nordeste (coordenada por Moacir Palmeira) e visitar o foco das mobilizações operárias dos metalúrgicos no ABC⁹ (onde Lula iniciou sua militância), em 1990. Durante a segunda viagem, os trabalhos de campo concentraram-se nos bairros periféricos e muito pobres do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu) e no estudo do crescimento das favelas (Rocinha/ Morro Santa Marta). Cada trabalho de campo foi precedido por discussões sobre os conhecimentos acumulados pela bibliografia disponível e as aulas subsequentes permitiram precisar os pontos cegos e lacunas assim como os novos objetos de pesquisa a serem investigados. Suas missões também permitiram a evolução das problemáticas estudadas até então no Museu Nacional.

9 [N.T. A região do ABC é uma região industrial do estado de São Paulo que faz parte da região metropolitana do município de São Paulo. A sigla refere-se aos municípios que formam a região: Santo André, São Bernardo e São Caetano].

A constituição de novos objetos de pesquisa

As estadias prolongadas no Brasil permitiram a Sayad medir a considerável amplitude das migrações no Brasil e constatar que a vida cotidiana trazia traços dela de uma maneira ainda mais notável que na França, antes que esta questão se tornasse um dos pontos mais críticos do debate político, social e cultural na França e na Europa da atualidade. Após o desaparecimento de Sayad, as tragédias de migrantes mortos em travessias no Mediterrâneo sublinharam a relevância desta nova componente na vida social europeia. Agora não há debate sobre as eleições para o Parlamento Europeu que deixe de tratar desse problema, peça central a diferir discursos e posturas de direita e de esquerda.

Certamente, o Brasil conheceu, desde o fim do século XIX, especialmente depois de 1870, uma entrada, de início, de imigrantes de origem europeia, seguida por contingentes de japoneses ou provenientes do Oriente Médio ou, ainda, da Europa Central. Este apelo à imigração fora ainda mais importante à medida que os debates a respeito da abolição da escravidão intensificavam-se, as pressões das grandes potências europeias aumentavam e as antigas elites agrárias, ou de exploração de jazidas de ouro e diamantes (sobretudo em Minas Gerais e Bahia) queriam dotar-se de uma nova fonte de mão de obra barata e promover “o branqueamento da raça”. No entanto, esta nova componente da população brasileira representou uma parcela crescente do total da população até a década de 1920, caindo, na década de 1930, a porcentagens residuais no conjunto da dinâmica geral¹⁰.

A partir das décadas de 1930-40, um novo movimento migratório se desencadeava, ligado à expansão do mercado de trabalho industrial e à modernização dos serviços, fornecidos pela expansão e centralização do Estado Federal no Brasil, particularmente nos

10 Para os dados demográficos completos, ver les *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 40, 2000, consagrados as séries estatísticas do século XX, intitulado, “Brésil, le siècle des grandes transformations”. Recentemente tem havido crescimento de imigrantes tanto vindo do Haiti, em que tropas brasileiras atuaram sob a bandeira da ONU, como de outros países da América do Sul.

campos da saúde, da educação e do mercado cultural¹¹. É assim que a morfologia social se encontrou invertida em menos de quatro décadas, como havíamos já mencionado acima; este mesmo movimento atingiu todas as regiões do país e transformou a distribuição da população no território nacional, eliminando os desertos demográficos precedentes, como a Amazônia. É sobretudo este último movimento migratório, ligado às transformações da sociedade brasileira na segunda metade do século XX, que chamou a atenção de Abdelmalek Sayad. Se o movimento migratório tinha tais proporções, ele provocava necessariamente, nos pontos de chegada, a coexistência de indivíduos oriundos de configurações sociais muito diversificadas: como, então, os migrantes originários de horizontes de partida tão diferentes reconstituíam os modos de sociabilidade e categorias de percepção do mundo social?

Assim, em 1994, estas observações e questões sobre os bairros periféricos e as favelas do Rio de Janeiro mostravam que eles se constituíam em verdadeiros laboratórios de reconstrução do mundo social. Partindo de questões bem simples: se as favelas e os bairros periféricos possuíam a mais forte proporção de famílias de migrantes desfavorecidos, o que permite a cada recém-chegado autorizar-se a se instalar em um lote preciso e quais são as reações dos seus vizinhos? Como as famílias justapostas por circunstâncias diversas e variadas, forçadas a coexistir e a enfrentar desafios que ultrapassavam em muito a escala doméstica, como o abastecimento de água, o destino dos resíduos, as vias de transporte, as fontes de energia, etc., puderam criar laços de solidariedade e fundar o sentimento de pertencimento a algo comum, como a residência em uma localidade dotada de um nome particular? Se, obviamente, não é o Estado que controla a expansão da habitação das camadas mais desfavorecidas, nem no campo e nem na cidade, quais agentes coletivos ou reagrupamentos efetivos operam para regular algumas das questões urgentes referidas acima (igrejas católicas e pentecostais, clientela de políticos, traficantes [crime

11 Sobre a expansão do mercado cultural do início do século XX, ver Miceli (1981) e Rivron (2005).

organizado] e milícias, afinidades familiares ou geográficas etc.)? Essa instalação nas cidades fora das normas impostas pelo Estado diferia completamente o estilo de vida de migrantes em cidades europeias e brasileiras. A passagem do universo rural, embora também estruturado com base na violência, ao mundo das periferias urbanas das metrópoles, forçou a convivência dos chegantes com taxas de homicídio de grande amplitude.

Para Sayad, como para Pierre Bourdieu, toda coletividade existe apenas sob a forma de indivíduos de carne e osso que reconhecem sua existência; partilhar o mesmo destino é uma condição necessária, mas não suficiente, para fazer um grupo existir. Uma justaposição de indivíduos e de famílias desfavorecidas em nível material e cultural se transforma em coletividade, ou em “comunidade”, apenas por um trabalho realizado explicitamente com essa finalidade. As igrejas católicas ou protestantes, se propondo a “defender a comunidade”, estavam, de fato, as constituindo. E esse trabalho não enfrentava somente a concorrência religiosa, mas também a de todos os outros agentes sociais que tinham interesses precisos de tornar o conjunto de indivíduos clientes potenciais de seus serviços (como os políticos, sindicalistas e profissionais universitários – advogados, médicos, artistas, etc.). O estudo sociológico da multiplicidade das ações coletivas para dotar a habitação dos migrantes instalados com poucas condições de vida associadas à urbanização (pedidos de ruas e estradas, de água e esgoto, coleta de lixo, sistema de transporte, escolas, postos de saúde, etc.) tornava-se, também, um objeto incontornável para compreender a gênese e as modalidades de existência do sentimento de localidade e vizinhança. Sayad esforçou-se por objetivar a lista de questões a examinar para compreensão da existência de “patrimônios comuns” ou de serviços coletivos ausentes na ação do Estado. A entrada das populações desfavorecidas na ordem estatal, supondo o respeito aos padrões mínimos das condições de vida (direito à escolarização das crianças, eletricidade, proteção contra epidemias etc.); constituía também um objeto sociológico de primeira ordem; a extensão da cidadania ao todo da população, que fora uma questão em debate

sobre a democratização do Brasil no fim do regime militar (década de 1980), posteriormente revisitada sob a forma de inclusão social (no lema “Brasil, País de todos” dos tempos Lula), significava analisar a incorporação à polis de contingentes recém-dotados de recursos sociais e intelectuais, abandonando uma existência submissa aos riscos da sobrevivência na urgência, para poder participar as deliberações da cidade a propósito do futuro coletivo¹². Procurar ter acesso aos serviços já disponíveis para outros domicílios urbanos é um processo propriamente político de mobilização das populações desfavorecidas, que repercute na imagem do contingente que a empreende sob a forma de verdadeiro processo de dignificação desses conjuntos territoriais ou dessas *comunidades*, para empregar uma categoria consagrada hoje “do ponto de vista nativo” e difundida pelos meios de comunicação de massa.

É verdade que Sayad pôde fazer uso, em 1994, da sua monografia, redigida em colaboração com Eliane Dupuy, sobre “*Un Nanterre algérien, terre de bidonvilles*” (Sayad, 1995), particularmente do questionamento sobre a relação nostálgica com o passado de sofrimentos, percebido posteriormente como marcado por uma solidariedade forte e por um sentimento de partilha de um destino difícil. Um dos seus comentários diante de uma antiga favela submissa a duas modalidades de urbanização – reconstrução de casas condizente com a reconstrução das condições de vida; construção de imóveis do gênero HLM¹³ para o realojamento dos residentes – marcou muitos espíritos: ele afirmou detestar os imóveis do gênero HLM (no Brasil BNH), em contraste com a urbanização lenta e progressiva das favelas. No primeiro

12. Todo este raciocínio se aplicava também às populações que viviam no meio rural. A pesquisa sobre os assentamentos rurais, no Rio de Janeiro e São Paulo, realizada pelo CRBC (*Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain*) com muitos colaboradores brasileiros (CPDA/UFRJ [Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro] e FEAGRI-SP [Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade de Campinas]), inspirou-se também nestes questionamentos.

13. [N. T. Habitação de aluguel moderado (*Habitation à Loyer Modéré*) é uma habitação administrada por um organismo de habitação de aluguel a preços abordáveis, público ou privado, que se beneficia de um financiamento público parcial destinado a famílias com salários baixos, na França]. No Brasil, estes imóveis eram os Conjuntos do BNH.

caso – ele explicou – pessoas que nunca foram socializadas de acordo com os estilos de vida impostos pelas novas habitações (banheiros, elevadores, partes comuns, lixeiras, etc.) são confrontadas a utensílios cujo uso eles dominam mal o uso; todo mau jeito provoca a degradação da habitação que funciona como uma lembrança suplementar de que eles vivem em um mundo que não é o seu. As frustrações podem causar degradações suplementares, aumentando os sinais de que eles não são feitos para esses símbolos de conforto. Ao inverso desta espiral destrutiva e autodestrutiva, a construção progressiva dos símbolos da urbanização – uma praça, uma fonte, um templo religioso, iluminação pública, um campo de esportes – pode funcionar como um certificado de novas aquisições, permitindo apropriá-las subjetivamente à medida que o patrimônio comum toma forma. A reconstrução de si produz-se, neste caso, em um ritmo que faz eco à construção de quadros de vida coletivos. Os modos de apropriação dos símbolos da modernidade são bem diferentes nas duas situações; eles colocam em questão condições de trabalho sobre si que obrigam os indivíduos a se adaptarem na urgência ou os deixam fora dos seus padrões. O enraizamento da vida coletiva em território novo, um objeto sociológico examinado ao longo de seu percurso acadêmico, exige que examinemos a reconstrução do quadro objetivo da vida social – prédios, instituições (igrejas, escolas, sistema de saúde, espaço político, mercados etc.), leis, aparelho judiciário – mas, igualmente, a reconstrução dos mundos subjetivos dos recém-chegados. Se eles não são subtraídos à sensação de estarem submissos a todas as urgências, dificilmente eles podem reconstruir seu mundo interior. Existem, certamente, as condições econômicas e sociais de toda reconversão bem-sucedida. Mas o trabalho sobre si é uma dimensão fundamental da reconversão, como as obras dos anos 60 tratando sobre os reagrupamentos forçados na Argélia já sublinhavam. A percepção de si e dos outros, tanto como a percepção de si para os outros, devem mudar acompanhando as transformações dos novos quadros de existência urbana.

Este esforço, incluindo necessariamente as atividades individuais, é feito, frequentemente, acompanhado de mobilizações coletivas que contribuem para o seu sucesso.

Sayad ainda chamou atenção para a presença constante dos elementos dotados de recursos sociais e intelectuais – militantes políticos, padres, juristas, trabalhadores da área social, educadores, membros de ONGs, estudantes, artistas etc. – que, frequentemente, eram apenas mediadores e guias que colaboravam para a implementação de movimentos associativos capazes de melhorar a qualidade de vida. A sociologia desses voluntários permite compreender os recursos que eles efetivamente possuem e também a ligação entre a oferta de seus serviços e as modalidades de concorrência no seio dos espaços profissionais de onde eles são oriundos ou em que figuram como aspirantes. O voluntariado frequentemente é apenas um investimento aparentemente gratuito para consolidar as condições de profissionalização posterior¹⁴. A colocação, em perspectiva sociológica, desse trabalho de extensão da urbanização permite afrontar a complexidade da constituição de novas coletividades; processo, em todo caso, infinitamente menos simples que a “tomada de consciência” das condições objetivas de existência, preconizada pela linguagem encantada de diferentes tipos de discursos proféticos diante da necessidade de se darem boas razões para aceitar o ascetismo provisório imposto pelo voluntariado e pela militância. A visita a postos de saúde nas periferias remotas mantidos por ONGs, escolas privadas e creches criadas pelos movimentos associativos, bibliotecas, grupos de teatro e círculos musicais, permitiu clarificar este ponto de vista. A discussão aprofundada das origens sociais, políticas e intelectuais do nacionalismo argelino, autoriza Sayad a convidar a olhar, sem nenhuma complacência, todas as formas de militância intelectual, como o fortalecimento do sentimento de localidade ou do regionalismo, detectando nelas todas as estratégias denegadas de reserva de mercado profissional.

14 Para uma análise muito interessante das condições de existência das ONGs e do investimento dos voluntários na origem das inovações sociais, ver Hirschman (1984).

Diante de uma biblioteca constituída somente por doações e mantida pelo trabalho voluntário, ele pede discretamente aos doutorandos do Museu Nacional: “Olhem bem os livros que estão sobre as prateleiras; digam-me depois se são os mesmo que aparecem na história da literatura brasileira e nos concursos escolares. Existem livros clássicos que vocês acham que estão faltando?” “Existem vieses sistemáticos quanto à presença de livros não encontrados aqui mas disponíveis em outras bibliotecas ou outros lugares?” A hegemonia das práticas culturais, não encontradas em outros lugares, poderia abrir o caminho para a cultura de gueto, fazendo redobrar a marginalidade dos moradores da periferia ou de migrantes.

Uma variante do mesmo assunto, abrindo pistas preciosas para as novas pesquisas sobre o universo cultural do Brasil, foi a associação entre o retorno dos imigrantes, depois da imersão na concorrência feroz de um grande centro cultural, e a criação de projetos políticos e intelectuais. A investigação conduzida mais recentemente no quadro do CESSP (*Centre Européen de Sociologie et de Science Politique* de Paris) sobre a “mobilidade internacional dos universitários e a circulação internacional das ideias”, desenvolvida dentro do projeto europeu Interco/SSH (*International Cooperation in the Social Sciences & Humanities*), coordenado por Gisèle Sapiro, tem origem em muitas conversas dessa época, especialmente visando tudo o que um investimento nacionalista devia a estes investimentos cosmopolitas precedentes, não sancionados por resultados de acordo com as expectativas (Canedo e Garcia Jr., 2004-2005; Munoz e Garcia Jr., 2009; Canêdo, Tomizaki e Garcia Jr., 2013). Do mesmo modo, Sayad chamou atenção para a obra de patrimonialização das práticas ou dos objetos que se tornavam os símbolos de uma “cultura” definida por sua territorialidade, cultura local, regional, étnica, nacional e mesmo folclórica, muitas vezes o fato dos antigos emigrantes que sentiam a falta, na sociedade de acolhida, de todas estas práticas que eles se propunham a fixar como atributos de um grupo social preciso e alutar pela sua valorização (como os pratos típicos, os relatos edificantes, a música, as danças, as festas anuais, os trajes típicos, etc.). Restituir o espaço

internacional da concorrência é tão importante como compreender os fundamentos sociais de sua perda, pois o projeto é frequentemente apresentado apenas sob a forma da promoção de uma população, condenada ao estigma até então.

Por último, mas não menos importante, as duas estadias inscreveram-se no combate constante contra o lugar inferior da imigração na hierarquia social dos objetos de pesquisa. As migrações tendem a conhecer um lugar homólogo ao desprezo concedido aos migrantes ou na revalorização das pautas políticas como temas dignos de merecer estudos sociológicos. Nas mãos e nas palavras de Abdelmalek Sayad, de tema menor, tratado por aqueles que se dedicavam a “problemas sociais”, muitas vezes interessados em formular projetos para “adaptar” os recém-chegados ao universo de acolhida, as migrações tornaram-se um assunto promissor que iluminou, de forma privilegiada, as questões da construção dos Estados nacionais, seus limites e as disputas pela hegemonia no espaço internacional. Existiria uma caracterização mais precisa da atualidade, desde 1990, nomeada frequentemente de uma forma pomposa como os “imperativos da mundialização”, que o contraste entre a intensidade sem precedentes da circulação de capitais financeiros, aí incluídos os efeitos das crises de mercado, mobilidade acompanhada em uma menor proporção pela circulação de cientistas, de intelectuais e de artistas, em contraposição a todas as barreiras impostas aos migrantes desfavorecidos, haja vista os retornos forçados aos países de origem? O cosmopolitismo exibido não foi reforçado na sua posição de símbolo distintivo dos “bem-dotados”, em sentido oposto aos indesejados que se impõem riscos de travessia do Mediterrâneo¹⁵? Da limitação crescente à livre circulação dos indivíduos, Sayad fazia seu tema de reflexão sobre os limites do Estado-nação para incorporar novas camadas sociais no espaço público; o Estado moderno, tema nobre das ciências sociais, que é apenas superado no presente pela “economia de mercado”, encontra no

15 Anne-Catherine Wagner (2007) estuda a recomposição das classes sociais em relação com às diferentes modalidades de acesso internacional.

modo de tratamento da passagem e da instalação dos migrantes sobre o território nacional, um revelador de conflitos que o atravessam. Abdelmalek Sayad revalorizou a condição de migrante (emigrante/imigrante) na prática – graças a uma escuta de uma sensibilidade e precisão raras – e na teoria.

O internacionalismo científico e a progressão do conhecimento universal

Ainda mais improvável que seus percursos algo miraculoso, a amizade e os laços de colaboração entre Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad constituem uma demonstração suplementar do caráter não determinista de suas análises sociológicas. Objetivar as relações onde todo sociólogo está inscrito é uma maneira de explicitar as margens de liberdade de cada indivíduo, sob a condição de não cair na complacência em relação aos próximos, nem na submissão aos pretendentes de toda espécie ao poder político ou intelectual. A dedicatória de Pierre Bourdieu a seu amigo Sayad no *Esboço de uma teoria da prática* (1983), ou no “Prefácio” do *Senso Prático* (2009), demonstra como este laço de amizade e colaboração nas pesquisas fora fundamental para abrir novas perspectivas ao pensamento sociológico, como por exemplo a incorporação dos avanços do estruturalismo e sua superação proposta pelas obras citadas.

A colaboração entre Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad coloca em evidência igualmente as linhas de partilha supostas entre a etnologia, que estaria dedicada ao estudo das sociedades exóticas para os europeus e estadunidenses, e a sociologia, circunscrita ao estudo da sociedade onde o pesquisador nasceu e foi socializado. Com a sociologia reduzida aos estudos dos próximos ou de familiares e a etnologia reduzida à análise das sociedades exóticas, cada domínio científico torna-se um recinto fechado, evitando abrir-se para o outro; nós estamos, em todo caso, bem distantes das explicações e demonstrações que possam pretender à veracidade universal de suas proposições. Entretanto, para Sayad e Bourdieu, a colaboração iniciou-se

sobre o solo argelino; ela se aprofundará na França desde os anos 60, invertendo o senso das situações de familiaridade com a sociedade e a cultura, mas permitindo aguçar o olhar fornecido pelos questionamentos originais (a análise de Bourdieu, em termos de campo de poder, é característica desta segunda frase) e acumulando instrumentos de pesquisa mais potentes. Se Pierre Bourdieu convidou Abdelmalek Sayad para participar da pesquisa sobre seu vilarejo natal no Béarn, retomada no *Baile dos celibatários*, informação confirmada por Sayad no Brasil, é sem dúvida porque ele acreditava que o olhar sociológico seria mais agudo se ele pudesse contar com a visão não cúmplice daquele que é oriundo de um outro universo social, como a Cabília. A problemática e os métodos forjados na Argélia puderam, assim, serem postos à prova em sua universalidade, Bourdieu tomando distância a uma situação que lhe era familiar, dando oportunidade a Sayad de familiarizar-se com uma situação para ele exótica¹⁶. Por seu lado, Sayad confirmou que o estudo das estratégias de casamento entre as linhagens Cabilas, especialmente demonstrando o caráter minoritário do casamento prescrito com os primos laterais, baseava-se na sua rede familiar. Ambos conheciam o universo familiar um do outro e participaram diretamente das iniciativas de objetivação que lhes permitiram acessar o reconhecimento como antropólogos. Os dois fizeram carreiras como “sociólogos”, reconhecidos como tal na EHESS [*École des hautes études en sciences sociales*], no CNRS

16 O livro citado, do antropólogo Eric Wolf, não faz referência as principais obras publicadas até 1964 por Pierre Bourdieu. Entretanto, ele retira de um dos seus primeiros artigos o seguinte trecho, bastante interessante como testemunho da importância da sociologia do país de origem dos migrantes para melhor identificar os conflitos na sociedade de acolhida: Bourdieu também observa que, para os argelinos, a adesão às formas tradicionais apareceu para completar “essencialmente uma função simbólica; ele representava o papel, objetivamente, de uma linguagem de recusa; e ele dá como exemplo o uso do véu, costume tradicional particularmente criticado pelos franceses: o véu usado pelas mulheres mulçumanas [...] é antes de tudo uma defesa da intimidade e uma proteção contra a intromissão. E, de modo confuso, os europeus sempre perceberam como tal. Para o uso do véu, a mulher argelina criou uma situação de não reciprocidade; como um jogador desleal, ela vê, sem ser vista e sem se deixar ser vista. E é toda a sociedade dominada que, pelo véu, recusa a reciprocidade que vê, que olha, que penetra, sem se deixar ser vista, olhada e penetrada (Bourdieu, *Guerre et mutation sociale en Algérie. Études méditerranéennes*, n. 7, 1960, p. 27)” (Wolf, 1974, pp. 235-236).

[*Centre National de la Recherche Scientifique*] e no *Collège de France*. A busca do conhecimento universal sempre prevaleceu sobre o respeito às fronteiras nacionais e disciplinares.

A integração de Sayad ao *Centre de Sociologie Européenne* (CSE) lhe permitiu examinar os dilemas do emigrante argelino face à sociedade francesa, cujas transformações foram examinadas cuidadosamente pelo resto da equipe, como demonstra a coleção *d'Actes de la recherche en sciences sociales*. A simples presença de Sayad no CSE materializa a aposta da prática das ciências sociais não limitada às fronteiras impostas politicamente. Todos os limites tornam-se susceptíveis de serem interrogados, das barreiras linguísticas às modalidades de pertencimento nacional, das fronteiras disciplinares às afinidades políticas ou religiosas. A reflexão sobre os vínculos entre o pesquisador e o objeto que ele escolhe faz parte necessariamente da construção do objeto da pesquisa sociológica. A universalização dos conhecimentos e das teorias adquiridas graças ao estudo da Argélia, em plena mutação, e da França pós-colonial, não foi proposta como um postulado ou como uma evidência; ela é, em vez disto, o fruto de um trabalho específico visando construir progressivamente um quadro de referência mais geral, permitindo compreender as configurações sociais observadas e acumulando as reflexões sobre a pertinência dos modelos explicativos precedentes. A diferença irreduzível das duas trajetórias sociais e itinerários intelectuais jamais impediu o diálogo e mesmo o trabalho em comum; ela foi até mesmo o motor da universalização dos modelos explicativos, mesmo se todo conhecimento científico é percebido como provisório. Retrospectivamente, nós podemos observar que *Actes de la recherche en sciences sociales* fez amplamente uso do método comparativo, por justaposição de artigos que tratam sobre situações nacionais muito contrastantes, a fim de demonstrar a universalidade dos problemas tratados e as variações pertinentes das configurações sociais observáveis; esta prática em modelo reduzido verifica-se também em relação aos trabalhos de pesquisa de Bourdieu e Sayad. Sayad sempre se perguntou sobre

as vias de transformação da sociedade argelina, ainda mais sobre os múltiplos destinos desta “sociedade” constituída pelos “descendentes da imigração”.

As duas estadias do casal Sayad no Brasil demonstram como a reflexão sobre os ganhos de pesquisas precedentes pode ser combinada com a constituição de novos objetos de pesquisa, pela prática de um diálogo que se volta sobre seus próprios pressupostos para melhor escutar o pensamento e as interrogações dos ouvintes. A universalização das problemáticas e dos instrumentos de pesquisa inscreve-se na prática do internacionalismo científico, que começa por perguntar-se sobre os recursos e os fundamentos da livre circulação de ideias e de pensadores, para melhor colocar à prova as observações e a escuta atenta dos modelos de compreensão fabricados para compreender as experiências humanas totalmente diferentes em aparência. Um migrante assumido sabe perfeitamente que todos os obstáculos à comunicação e à compreensão imediata exigem um trabalho sobre si mesmo, cuja contrapartida é o alargamento dos seus próprios horizontes e a construção de laços de proximidade com pessoas que carregam o traço da diferença de origem geográfica ou social. O migrante paga ele mesmo em sua carne o sonho de iniciar um diálogo que o leve além de seus próprios limites; com Abdelmalek Sayad, aprendemos que a deficiência causada pela ausência de compreensão imediata pode ser a origem de um esforço para ultrapassar os limites de todo pensamento situado no tempo e no espaço. Em síntese, as viagens felizes existem.

Referências

- BOURDIEU, P. (1983). *Esboço de uma teoria prática*. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, P. (2009). *O senso prático*. Petrópolis, Vozes.
- CANEDO, L.; GARCIA JR., A. (2004-2005). Les boursiers brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internationale. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 56/57 – 59/60, pp, 21-48.

- CANÊDO, L.; TOMIZAKI, K.; GARCIA JR., A. (2013). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo, Hucitec.
- CUNHA MELLO, M. (1999). *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora, Editora da UFJF.
- GARCIA JR., A. (1993). Droit, politique et espace agraire. Introduction. *Etudes Rurales*, n° 131-132, juillet-décembre, pp. 9-18.
- GARCIA JR., A. (2003). Le déracinement brésilien. In LAGRAVE, R.M.; ENCREVE, P. (org.), *Travailler avec Bourdieu*. Paris, Fayard, pp. 305-310.
- GARCIA JR., A. (2009). Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana, estudos de antropologia social*, v. 15 n. 2 Rio de Janeiro, oct.
- GARCIA-PARPET, M. F. (2005). “Des outsiders dans l'économie de marché: Pierre BOURDIEU et les travaux sur l'Algérie”. In: MAUGER, G. (org.). *Rencontres avec Pierre BOURDIEU*. Paris, Ed. du Croquant, pp. 547-564.
- HIRSCHMAN, A. (1984). *Getting ahead collectively; grassroots experiences in Latin America*. Nova York, Pergamon Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1996). *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das letras.
- MICELI, S. (1981). *Intellectuels et pouvoir au Brésil*. Paris, Ed. MSH.
- MUNOZ, M-C.; GARCIA JR., A. (2009). Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. Le Brésil et la mondialisation des savoirs. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, hors – série n. 2, jun.
- NOIRIEL, G. (1992). *Population, immigration et identité nationale (XIXème - XXème siècle)*. Paris, Hachette.
- NOIRIEL, G. (2007). *A quoi sert l'identité nationale*. Paris, Agone.
- PALMEIRA, M. et al. (1978). Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* 76, pp. 201-238.
- RIVRON, V. (2005). *Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire*. thèse de doctorat (3 vol.). Paris, EHESS.
- SAYAD, A. (1991). Uma pobreza “exótica”: a imigração argelina na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17.
- SAYAD, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SAYAD, A. (2000). O retorno constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, Rio de Janeiro, Ano XII.
- SAYAD, A. (colab. Éliane Dupuy) (1995). *Un Nanterre Algérien, Terre de Bidonvilles*. Paris. Éditions Autrement.

- SIGAUD, L. (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades.
- SIGAUD, L (1980). *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- THIESSE, A-M. (2001). *La création des identités nationales: Europe (XVIIIème - XXème siècle)*. Paris, Seuil.
- WAGNER, A-C. (2007). *Les classes sociales dans la mondialisation*. Paris, La Découverte.
- WOLF, E. (1974). *Les guerres paysannes au XXème siècle*. Paris, Maspéro (original americano 1969).

Revisitando Abdelmalek Sayad: um escrivão público

Maria do Rosário Rolfsen Salles
José Renato Campos de Araújo

Introdução

Esclareço, de início, que o presente capítulo deveria ter sido escrito por dois autores: Maria do Rosário Rolfsen Salles e José Renato de Campos Araújo, pois resulta de um trabalho comum, publicado em 1999, conforme será esclarecido mais abaixo, e de nossas apresentações para a Mesa Redonda “Revisitando Abdelmalek Sayad: um escrivão público” dentro do Seminário *20 anos depois: a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*, ocorrido em outubro de 2018. A prematura e inesperada morte, entretanto, do professor, colega e amigo José Renato, nos obriga, com muito pesar, a escrevê-lo agora como homenagem a ele e à sua trajetória de contribuições aos estudos sobre imigração. Espero expressar aqui a fala do professor José Renato na referida mesa redonda.

O propósito principal da apresentação foi “revisitar” e resgatar a contribuição e a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino radicado na França, falecido em 1999, retomando a contribuição à história da imigração argelina na França, contida no livro: *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, publicado pela Editora da USP (Edusp) em 1998, a partir da edição francesa que data de 1991 como uma coletânea de textos publicados anteriormente. A edição brasileira tem prefácio de Pierre Bourdieu.

O livro é composto de textos originais, publicados pelo autor em várias revistas científicas ao longo dos anos de 1975-88, entre as quais talvez a mais importante seja a *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, dirigida por Pierre Bourdieu e publicada pela *Maison des Sciences de L'Homme e Collège de France* da EHESS (École des Hautes Études em Sciences Sociales). O presente capítulo originou-se, também, de uma resenha do livro *Imigração ou os paradoxos da alteridade*, de nossa autoria, publicada com o título “Abdelmalek Sayad. Um escrivão público”, na *Revista USP* n. 41, março-maio de 1999.

A contribuição de Sayad no contexto das Ciências Sociais

Dado o caráter deste capítulo, de resgate da obra de Abdelmalek Sayad e de homenagem ao professor Dr. José Renato de Campos Araújo, falecido em janeiro de 2019, a proposta será iniciar pelas considerações tecidas por ele, que a meu ver, ampliam o simples resgate da contribuição da obra de Sayad, colocando-a numa perspectiva temporal mais rica e contextualizada em diferentes momentos históricos da sociedade francesa e da produção acadêmica e das reflexões sobre a presença dos imigrantes e sua pertinência para o desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho.

Ou seja, devemos pensar no significado das contribuições de Sayad tendo em vista o contexto brasileiro atual, de recepção contínua de diferentes levas de imigrantes e seu caráter de país tradicionalmente receptor de imigrantes, por um lado, e por outro, refletir sobre a tradição das pesquisas sobre o processo migratório.

Nesse sentido, e remetendo já a um capítulo muito representativo do livro em questão, o capítulo 3, intitulado “O que é um imigrante?”, um imigrante não é apenas um ser diferente colocado num processo de transformação que o tornara necessariamente um ser integrado, um “nacional”, mas é, sobretudo, um ser “cambiante”, em processo contínuo de transformação, processo este que ultrapassa em

muito a função que lhe é atribuída pela visão economicista e reducionista que caracteriza a visão e a maioria dos trabalhos que consideram imigrante como sinônimo de trabalhador.

A postura que identifica o imigrante ao trabalhador e, portanto, reduz o processo à sua função econômica como força de trabalho para o desenvolvimento, é utilitarista e toma apenas parte do processo como referência e serve de base para a justificativa de que, após cumprir esse papel, o imigrante não tem mais nada a fazer na sociedade que o chamou num certo momento. O próprio Sayad refere-se a essas colocações como obviedades. Avançamos teoricamente na compreensão do imigrante e do processo migratório, hoje compreendemos seu percurso como um itinerário que tem sentido de processo, da sociedade de origem, e das razões que o obrigaram a sair, à sociedade receptora.

Muitos processos num só processo, nesse caso, ou seja, a imigração e o imigrante são partes únicas de uma realidade múltipla, o próprio processo migratório deve ser visto, como diz a tradição sociológica francesa de Durkheim e Mauss, como um fato social total, que recobre, portanto, todas as facetas da vida social e que, para seu entendimento, necessita do conjunto das disciplinas correspondentes em que o processo migratório aparece como o cruzamento dessas disciplinas. Assim, chamar esse fenômeno de fato social total faz parte de um itinerário epistemológico dos estudos migratórios. Hoje em dia, talvez, isso pareça óbvio, o próprio Sayad diz que pode parecer banalidade dizer que o fenômeno carece de um amplo espectro de disciplinas para seu entendimento, além do que não recobre apenas seu aspecto econômico, na medida em que, hoje, o entendemos na sua totalidade.

Será? Pode não ser tão banal assim, sobretudo no Brasil, em que os estudos migratórios foram, até muito recentemente, herança da Sociologia de Chicago e de uma “ideologia” do *melting pot*, da assimilação necessária. O mexicano, o costa-riquenho, o porto-riquenho, o cubano, o brasileiro, nos Estados Unidos, têm, antes de suas classificações, o *american*, estão em processo de assimilação, o tornar-se

americano. De certa forma, no Brasil das décadas de 60 a 80, incorporou-se essa visão assimilacionista pela sociedade brasileira sobre o imigrante entendido como um ser a se tornar brasileiro.

Nesse sentido, considerando-se as colocações de Sayad, não são nada banais, mesmo se considerando a tradição francesa na compreensão dos fenômenos sociais totais, e apresentam de fato uma questão metodológica importante, como ressaltou a professora Rosana Baeninger, na medida em que nos auxiliam teoricamente na compreensão da passagem do micro ao macro, como faz Sayad no capítulo 3 em que, ao se perguntar “O que é um imigrante?”, procede a uma minuciosa etnografia da vida cotidiana dos agrupamentos argelinos nas *banlieues* francesas e a partir daí ilumina todo e qualquer processo migratório histórico ou contemporâneo. É o que torna a obra e a contribuição, “clássicas”. Por quê? Porque, a partir de um contexto, a reflexão se torna universal. O imigrante é um ser mutante que é ao mesmo tempo um emigrante, está sempre entre dois mundos. Essa é talvez a mais importante contribuição da obra de Sayad.

Remete, também, ao contexto francês das décadas de 60 e 70, mas também a todo o pós-guerra de uma maneira geral, em que a França necessitou da mão de obra estrangeira barata para sua reconstrução e desenvolvimento. Importante notar as fontes a que o autor recorre e referencia minuciosamente em notas de rodapé: jornais cotidianos franceses, textos de lei, de política migratória, de jornalistas e parlamentares. Discursos de figuras políticas importantes. Fontes que evidenciam uma imagem do imigrante, evidentemente, economicista.

Para que serve, então, um imigrante? Para servir ao desenvolvimento econômico do país. Entretanto, ele vem sozinho, mas, a partir de um certo momento, o fluxo se estabelece e sua família é chamada, pelo contato constante, pelas redes. O imigrante passa a ser visto diferentemente, de “convidado” passa a ser intruso, classifica-se agora, o “bom” e o “mau” imigrante. O bom é o que colabora para o desenvolvimento econômico e tem espaço no mercado de trabalho.

Revisitar o texto hoje, e pensando no contexto europeu, ajuda a a entender a discussão sobre o desemprego, em que a figura do

imigrante aparece e toda a hostilidade com sua presença, que deveria ser provisória. Até certo momento a imigração não tem visibilidade, quando sua função é utilitária, até a crise dos anos 80, 90 até a atualidade.

Lembrando a publicação da Editora da Unesp, (1998/2011) “Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth”, entende-se como a questão étnica, para os europeus, é “do outro”, não era um problema para os europeus, era um problema dos anglo-saxões, especialmente da sociedade americana. Com Barth, desloca-se a questão dos grupos étnicos para uma concepção mais flexível e dinâmica contextualizada historicamente, que, por sua vez, coloca em questão a necessária assimilação pura e simples do imigrante. Nesse sentido, no Brasil, a ideia de aculturação e assimilação deve muito a Williams (1946, 1947, 1950, 1951) que acaba revisto em trabalhos recentes, como o de Truzzi (2012) “Assimilação re-significada: novas interpretações de um velho conceito”.

A imigração, assim, não é um fenômeno conjuntural, mas global e está posto estruturalmente, pois é constitutivo do modo de produção capitalista.

A imigração argelina de dentro e de perto, vista por Abdelmalek Sayad e a teoria da imigração

Talvez a especificidade da imigração argelina na França seja, primeiro, ter sido entendida, pela sociedade francesa, como uma imigração de trabalho, e, mais tarde, se tornado uma imigração familiar progressiva, uma imigração de colonizados. Trata-se de uma imigração de trabalhadores, jamais de cidadãos, diz o autor. Comparativamente à imigração portuguesa, os argelinos são, à época, o grupo mais numeroso e mais antigo em território francês originários de um país não europeu de Terceiro Mundo.

Dois pontos principais devem ser ressaltados como contribuição mais evidente do livro:

1. Trata-se de uma verdadeira Teoria da Imigração, por representar a “lógica” do movimento migratório, pela descrição do itinerário da experiência individual e coletiva do ser Emigrante - Imigrante; “O imigrante é antes de tudo, um emigrante”, o que quer dizer que os vínculos com a sociedade receptora, além das determinações sobre as razões da saída e de quem deve sair, considerando-se a posição dos indivíduos na estrutura familiar, são processos construídos já nos países de origem –esse é um fio condutor dos textos que compõem o livro – no caso da imigração argelina para a França, todas as relações se constroem, ao longo do tempo, entre colonizador e colonizado, determinando os fluxos posteriores).
2. Em segundo lugar, o processo imigratório é um ponto de encontro das Ciências Sociais, por se constituir, a imigração, num “fato social total”, como foi concebido por Durkheim (1971) e Mauss (1974), este último, tendo desenvolvido o conceito na análise do fundamento das relações sociais, no “Ensaio sobre a dádiva”.

Isso significa que a imigração faz parte desta ordem de fenômenos que requerem o instrumental conceitual e metodológico de diversas disciplinas, na medida em que abrangem a totalidade da vida social. Desta forma, chega-se ao Método, que, no caso das pesquisas que embasam o livro de Sayad, consiste numa Etnografia das Migrações, baseada numa imersão profunda do pesquisador no universo estudado, assim como no caso de Sayad, ele mesmo um argelino, em contatos pessoais e prolongados com os imigrantes argelinos, até o trabalho com cartas, gravações, conversas etc.

Como diz Bourdieu no Prefácio ao livro, “Ao dar voz aos que dela são despossuídos, o sociólogo se torna um escritor público”, sem contudo se arvorar em ‘porta-voz’, desvendando o exílio – “ElGhorba”- (título do 1º capítulo do livro), os mecanismos da reprodução da emigração. Ao final dos textos, essas duas ideias-base permanecem: trata de um itinerário do processo emigração/imigração e de um “fato social total”. Assim, não se trata apenas de uma revisão sobre a imigração argelina na França, mas de uma reflexão sobre o processo imigratório considerado na sua totalidade.

Examinando, a partir daqui, cada um dos capítulos, o 1º capítulo, intitulado “*ElGhorba* - os mecanismos da reprodução da emigração”, ao descrever uma experiência individual, a partir do discurso de um emigrante originário da Cabília, está de fato remetendo a um mecanismo muito comum a qualquer movimento imigratório – a construção de algum tipo de “ilusão compartilhada” entre os três principais parceiros desse processo: a sociedade de emigração, a sociedade receptora e os indivíduos migrantes envolvidos. A emigração é vista como um desenraizamento (ainda que relativo, pois os laços nunca se rompem com a sociedade de origem) para quem parte, e provisória para todos, o que acaba por criar o compartilhamento da “ilusão” da provisoriidade. Entendida como migração de trabalho pela sociedade francesa, a imigração argelina foi vista como provisória até se tornar familiar e, portanto, definitiva.

A imigração, diz Sayad, vivida concretamente, funda, na origem, o paradoxo de um duplo movimento e de uma dupla ficção – “a ficção de uma volta que se sabe impossível, e a ficção de uma naturalização ambígua, pois o imigrante será sempre imigrante, e, portanto, entendido como um habitante provisório”

No texto seguinte, intitulado “O que é um imigrante?” o autor discute ainda a questão da ilusão coletiva, compartilhada, de uma situação que não é nem provisória nem permanente, agravada pela mudança no padrão de solicitação de mão de obra pelo país de recepção, quando não se necessita mais de um número crescente de imigrantes. No pós-guerra e durante todo o período de reconstrução da sociedade francesa, o imigrante é convidado a participar do processo de desenvolvimento econômico, e é considerado, portanto, necessário.

Todos acabaram por acreditar que o imigrante tinha uma posição à margem da ordem social, hierarquicamente inferior. Mas a precariedade da situação em que o imigrante é mantido envolve o imigrante na busca de DIREITOS. Daí os acordos bilaterais, a discussão sobre os salários, a aposentadoria etc. A imigração se torna assim, diz Sayad, num problema social, antes mesmo de se tornar objeto da Sociologia.

Na discussão sobre o desemprego, por exemplo, que sempre envolve o imigrante, criando a xenofobia a partir mesmo de uma posição etnocêntrica da sociedade francesa, produz-se a discussão sobre o “bom” e o “mau” imigrante, entendidos como aquele que contribui para o desenvolvimento econômico, e aquele que se torna incômodo e dispensável na sociedade. A passagem da imigração de trabalho para a de tipo familiar começa na década de 60, e agudiza a discussão sobre a cidadania dos imigrantes e descendentes. Essa é uma discussão que permanece até hoje, não apenas com relação aos argelinos na França.

No final da década de 70, havia 100.000 famílias argelinas pelo processo de reagrupamento familiar. Comparando-se o conjunto de imigrantes argelinos aos marroquinos e tunisianos, os primeiros são mais antigos e mais velhos, representando, assim, uma massa de aposentados que pesam mais para o sistema de seguro social.

O próximo capítulo, intitulado “O lar dos sem-família”, discute a questão da habitação: trabalho e habitação definem o “estatuto” dos imigrantes e sua “existência” – eles só podem ter um trabalho se tiverem uma moradia e só podem ter moradia se tiverem trabalho. Como são entendidos como provisórios as soluções dos Ministérios da Habitação e do Trabalho também são provisórias, com moradias provisórias, os HLM (*habitations à loyers modérés*) ou os hotéis ou alojamentos provisórios que isolam os imigrantes de uma convivência e comensalidade comunitária criando a “impossível comunidade”, como diz Sayad, são inquilinos, não comensais

A Emigração/ Imigração acaba por constituir um sistema em que o mercado de trabalho se divide em dois polos: o dos trabalhadores qualificados para os nacionais e o dos trabalhadores não qualificados para os imigrantes. Essa condição da relação imigrante/ trabalho leva à reflexão seguinte que é a relação do emigrante/imigrante com seu lugar de origem, no capítulo seguinte sobre “O pecado da ausência ou os efeitos da emigração”.

Diz Sayad que, aparentemente resultado de uma decisão individual, a emigração é, na verdade, produto das relações desiguais entre dois países e sociedades e estruturas sociais completamente

diferentes, mas mediada pela família, pelas necessidades, pelas decisões do grupo familiar (muito mais amplo do que as famílias consanguíneas). A relação com o trabalho, assim, é permeada pela ausência que se perpetua e é sempre colocada sob suspeita, precisa ser constantemente justificada para não se transformar em “separação radical”. Daí a necessidade das voltas e visitas periódicas à Argélia, o significado dos presentes que, além de amenizar as ausências, tem o poder de justificar a necessidade da emigração constante.

A necessidade dos contatos permanentes e das formas de comunicação são discutidos num capítulo intitulado “Da Mensagem oral à mensagem gravada”, em que se analisam as falas entre os imigrantes e suas famílias, facilitadas pelo gravador, pelos emissários de mensagens, que hoje em dia dispensam os emissários pelas novas formas de comunicação pela internet.

No capítulo seguinte, intitulado “Os Filhos ilegítimos”, resultado de entrevistas que se debruçam sobre o caso de Zahoua, filha mais nova de imigrantes argelinos chegados na década de 50, observa-se a trajetória de 1ª geração e de seus filhos, determinada pela sua posição na estrutura familiar e na fratria, comparando momentos diferentes, um primeiro momento em que duas ou mais famílias conviviam na mesma casa – supondo a circulação de crianças e a criação de redes de solidariedade – e um segundo momento, que corresponde aos alojamentos isolados e improvisados. Filha mais nova, Zahoua é estudante de Línguas Orientais e pode se integrar de certa forma, diferentemente dos irmãos homens e mais velhos, mas sofre a discriminação na família de origem, ao ser identificada “como uma francesa”, por suas roupas e modo de falar.

A geração seguinte já passou ao “lar dos sem-família”, uma espécie de não-lugar, que significa, segundo a depoente, uma ruptura entre os membros da família, parte da lógica do processo emigração/imigração da maneira como se deu.

Os capítulos finais, “Imigração e Convenções Internacionais” e “A ordem da Imigração na ordem das Nações”, tratam da lógica contida

nos Tratados Internacionais em que há, basicamente, posições desiguais entre os países – status diferentes que consolidam a impossibilidade de concretização dos sonhos individuais.

Considerações finais

Para finalizar, a contribuição e contemporaneidade do autor Abdelmalek Sayad, sociólogo, etnógrafo, argelino está compreendida ao longo de sua trajetória profissional e como representante de uma tradição sociológica francesa, como foi ressaltado, que tem, na análise, do caso argelino, a expressão concreta do processo emigração/ imigração, o imigrante evidenciando sua condição de ser cambiante entre dois mundos e ao sabor de processos macrosociais, que condicionam a trajetória, os itinerários. Produz-se, assim, uma teoria sobre qualquer processo migratório. A análise de casos concretos representa a lógica própria dos processos de emigração e imigração, a partir do itinerário da experiência individual e coletiva do imigrante, descrito metodologicamente por uma etnografia que pode ser descrita como “de perto e de dentro”, conforme Magnani (2002).

Além disso, do encontro entre o macro e o micro, o processo migratório aparece como um fato social total no sentido de que expressa todos os aspectos da vida coletiva e, portanto, requer, para sua análise, o cruzamento de diversas disciplinas das Ciências Sociais. Como se disse no início, essa contribuição pode parecer óbvia hoje em dia, mas talvez não, pois persistem visões isoladas e descritivas que sem serem desmerecidas, devem, no entanto, ser colocadas no seu devido contexto histórico como parte de processos mais amplos.

Não apenas há que se transpor as barreiras colocadas pelos países envolvidos, mas uma outra ordem de coisas, como diz Raffestin (1997), as barreiras invisíveis da “semiosfera”, que ultrapassam qualquer decisão individual ou familiar. Desta forma, parecem permanecer, na “lógica” dos movimentos contemporâneos, os mesmos paradoxos ressaltados por Sayad a respeito da imigração argelina.

Entretanto, os movimentos de refugiados parecem elevar em proporções ainda não exatamente dimensionadas, a questão da provisori-
dade, da ilusão compartilhada e do desenraizamento.

Referências

- DURKEIM, E. (2001). *Regras do Método sociológico*. Editora Nacional.
- MAGNANI, J.G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Online), v. 17, n. 49, pp. 11-29. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.
- MAUSS, M. (1974). *Sociologia e antropologia*. V. II. São Paulo, E.P.U.
- PORTGNAT, P. e STRIFF-FENART, J.(2011). *Teorias da etnicidade. Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo, Editora da Unesp (primeira edição: 1998).
- REFFESTIN, C. (1997). Réinventer l'hospitalité. *Revista Communications*, n. especial: L'Hospitalité, sob a direção de Anne Gotman. N. 65. Paris, Seuil.
- SALLES, M. do R. R. e ARAUJO, J. R. de C. (1999). Abdelmalek Sayad. Um escritor público. *Revista USP* n. 41, março-maio.
- SAYAD, A. (1991). *L'immigration ou les paradoxes de l'alterité*. Paris, De Boeck.
- SAYAD, A. (1998). *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- TRUZZI, O. S. (2012). *Revista dados* v. 55 n. 2 Rio de Janeiro.
- WILLEMS, E. (1946). *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- WILLEMS, E. (1947). *Tradição e transição em uma cultura rural no Brasil*. São Paulo, Secretaria da Agricultura.
- WILLEMS, E. (1950). *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro, Globo.
- WILLEMS, E. (1951). "Immigrants and Their Assimilation in Brazil". In: SMITH, T. L e MARCHANT, A. (eds.). *Brazil - Portrait of Half a Continent*. Nova York, Dryde Press.

O que o imigrante traz em sua bagagem? O que ele deixa para trás?

Maria A. Moraes Silva

Introdução

Em 1985, estabeleci o primeiro contato com os camponeses do Vale do Jequitinhonha/MG, ocasião em que realizava uma pesquisa com trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/SP. Era um domingo do mês de junho. Fazia muito frio. Após entrevistar alguns trabalhadores de uma grande fazenda, produtora de café, obtive a informação da existência de um barracão com mineiros, situado do outro lado de um córrego, em cujas cercanias localizava-se o haras do fazendeiro com cavalos premiados em concursos nacionais e internacionais.

Até então, eu desconhecia a presença daqueles trabalhadores. A bibliografia pertinente ao tema tampouco fazia referência a eles. Em minhas pesquisas anteriores, encontrei muitos “boias-frias” ou “paus de araras”, residentes nas cidades-dormitórios e provenientes da área rural do estado de São Paulo, os quais vivenciavam o processo recente de expulsão do campo pela política da modernização posta em prática nos anos da ditadura militar. Para os viajantes das estradas paulistas, a imagem dos homens e das mulheres sendo transportados em carrocerias de caminhões ou trabalhando nos infinitos canaviais, laranjais e cafezais fazia parte da paisagem, sendo percebida como natural. Ainda que a imprensa veiculasse notícias sobre os inúmeros

acidentes ocorridos em razão dessa forma de transporte, aquele não era um problema social e político relevante naquele momento para o *status quo*.

Ao chegar ao barracão, deparei-me com muitas mulheres, homens e crianças que estavam do lado de fora, aquecendo-se ao sol em razão do frio intenso. De início, houve um constrangimento de ambas as partes. Afinal, éramos estranhos entre nós mesmos. De meu lado, houve um espanto e incredulidade diante do que via; do lado daquelas pessoas, pairava no ar o questionamento acerca de minha presença, inicialmente, pensada como se fosse alguém pertencente à fazenda. Passados aqueles momentos de estranhamento mútuo e dúvidas, iniciamos a conversa. Perguntei-lhes sobre as razões de estarem ali, de onde provinham, o que faziam em suas terras e assim por diante. Paulatinamente, o estranhamento foi se dissipando e fui percebendo com maior nitidez a realidade daquelas vidas diante de mim. Não gravei nenhuma conversa. Ouvi muitos relatos sobre o trabalho e, sobretudo, o sofrimento, por estarem longe de suas terras. Contudo, o registro em meu caderno de campo foi insuficiente para dar conta do indizível, do silêncio, das falas entrecortadas por soluços, dos olhares dirigidos a lugar nenhum, da miséria dos corpos, do encolhimento, da dor sentida pelos doentes e, mais ainda, da saudade da “terra da gente”, “do lugar da gente”. A impressão registrada era a de pessoas “exiladas”, fora de seus rincões, arrancadas de suas raízes. Soltas, sem lugar de pertencimento.

O barracão enfeixava um quadro de miséria humana. Sua arquitetura refletia o retrato da dominação, exploração, contrastante com a arquitetura do haras, do outro lado do córrego, com seus belíssimos cavalos aureolados em vários concursos. Nos cinco “quartos”, divididos por plásticos pretos, as sessenta pessoas ali estavam depositadas, independentemente do sexo, idade, estado civil e grau de parentesco. O critério da divisão era tão somente o quantitativo. Os fogões a lenha – em número de oito – situavam-se em frente aos “quartos”,

imprimindo ao ambiente, em virtude da fumaça, um aspecto lúgubre. Não havia água encanada nem energia elétrica. A higiene corporal era feita no córrego, apesar do frio.

Duas frases ouvidas foram registradas em meu caderno de campo, inúmeras vezes: “aqui não é o lugar da gente”; “aqui não é a terra da gente”. Ao sair do barracão, no final daquela manhã dominigueira, fui acometida de muitas emoções; revolta diante da injustiça social experimentada por aquelas pessoas; impotência diante do fato presenciado. A partir de então, formulei um projeto de pesquisa para conhecer “a terra daquela gente” e entender por que estavam na “terra que não era daquela gente”.

Assim, cheguei ao Vale em 1988¹. De lá para cá, foram muitas andanças. Iniciei uma colaboração frutífera, que dura há mais de 30 anos, com a Pastoral do Migrante; conheci inúmeros pesquisadores que se debruçaram sobre a temática das migrações e das sociedades camponesas. E mais ainda. Aprendi várias lições transmitidas por camponeses/as, que, embora sendo ágrafos/as, tinham um conhecimento ímpar advindo de suas experiências moldadas pela vida. Lições aprendidas e, a partir de então, transmitidas a inúmeras gerações de estudantes. Lições guardadas em minha memória como verdadeiros tesouros.

A busca para entender e compreender os dois universos sociais – “a terra da gente, o lugar da gente e a terra que não é da gente e o lugar que não é da gente” – me levou a um outro mundo, situado do outro lado do Atlântico, a Argélia de Abdelmalek Sayad e Pierre Bourdieu. As leituras sobre a sociedade Cabila, o desenraizamento social dos camponeses, até então inseridos numa sociedade tradicional, trouxeram inúmeras contribuições às minhas reflexões sobre a sociedade camponesa do Vale do Jequitinhonha e o processo de espoliação pelas empresas reflorestadoras iniciado sobretudo nos anos da ditadura militar e, mais tarde, sobre os camponeses do Maranhão.

Ao sentir a necessidade de conhecer “a terra da gente”, na verdade, estava, sem antes ainda ler Sayad, seguindo suas pegadas. Não seria

1 A pesquisa foi financiada pela Fundunesp e CNPq.

possível a análise social do trabalho e dos trabalhadores nos campos paulistas sem a compreensão das razões que motivaram suas vindas, sem conhecer seus lugares. O que buscava era a resposta para algo inicialmente incompreensível: o trabalho como sofrimento. Como era possível suportar o “inferno” nos canaviais? Os baixos salários, a superexploração, as condições infra-humanas de moradia, como os barracões, ser transportados em caminhões, muitos deles sem toldos, em bancos de madeira, sem segurança, juntamente com os instrumentos de trabalho, como facões, enxadas e machados? Como era possível suportar as regras de controle e disciplina impostas, sobretudo, para conseguirem os altos níveis de produtividade? Tais questionamentos vão direcionar minhas reflexões neste capítulo.

Primeiramente, a respeito do título: vou considerar o emigrante e o imigrante como duas faces da mesma moeda. Nas palavras de Sayad:

Não se pode fazer a sociologia da imigração sem esboçar, ao mesmo tempo e de uma única vez, uma sociologia da emigração; pois imigração aqui e emigração lá são as duas faces de uma mesma realidade, que não podem ser explicadas uma sem a outra. (Sayad, 2010, p. 19; tradução nossa)

Antes de ser imigrante, ele é o emigrante, aquele que deixa seu universo social (cultura, modo de vida, valores, trabalho, sociabilidade) e se dirige a outro universo social, independentemente das fronteiras geográficas.

A mobilidade ocorre, sobretudo, no espaço social, aí compreendido o espaço geográfico; mobilidade que pressupõe trânsito, viagem, saída e busca imaginada de um retorno. Mobilidade que pressupõe bagagem, uma mala, uma mochila, um saco às costas. Portanto, a primeira questão é essa: Quem parte? Quem fica? O que traz em sua bagagem aquele que parte? Quem deve/pode partir? Quem não deve/não pode partir? O que colocar na bagagem? Algumas roupas, fotos de pessoas da família, alguns objetos de memória e a ilusão... No caso dos maranhenses, eles trazem sacos de farinha e a muda de uma

vinagreira para o preparo do arroz de cuxá, para dar sabor à comida. Uma espécie de pedaço da cultura camponesa dos babaçuais. No caso dos mineiros, o óleo de pequi, um pedaço de rapadura... Enfim, pedaços, partes de um todo que fica para trás. O que ele deixa para trás? A casa, a família, a terra, enfim o lugar, lugar social, lugar de pertencimento, de reconhecimento ... Ao deixar o lugar para trás, o emigrante transforma-se no *atopos, sem lugar, deslocado, inclassificável* (Bourdieu, 2010, p. 16). Uma espécie de lugar *bastardo*, de “lugar que não é da gente”. Assim, se configura a dupla ausência: ausência na/da terra da gente (partida). Uma sorte de ausência presente; e ausência na terra que não é da gente (chegada não reconhecida). É uma sorte de presença ausente.

Vale ainda lembrar, segundo as advertências de Sayad, que não se trata de um simples deslocamento de força de trabalho. É necessário investigar os mecanismos responsáveis pela gênese do processo que produziu o emigrante, este sobranço, disponível para migrar. É preciso também se perguntar como tais trabalhos no outro espaço social são disponíveis e ainda mais: disponíveis para os imigrantes (Sayad, 2010, p. 21). A esse respeito farei breves considerações sobre o trabalho nos canaviais, considerando que, durante mais de sete décadas, centenas de milhares de migrantes, advindos do Vale do Jequitinhonha e de vários estados do nordeste, foram empregados nessas atividades. Portanto, foram trabalhos gerados para os migrantes.

A gigantesca produção de commodities

A revolução verde foi responsável por profundas transformações na agricultura brasileira, a partir de meados dos anos de 1960. Tais transformações foram de ordem econômica, política e social. Foi um processo que implicou em concentração de terras, expulsão de camponeses e mudanças na maneira de produzir a partir do incremento de fertilizantes, agrotóxicos e maquinários. Houve também muitas transformações relacionadas aos produtos agrícolas. Foi um processo

que recebeu o apoio do Estado por meio de incentivos fiscais, nova legislação para regular a produção (Estatuto da Terra) e nova legislação laboral para o campo (Estatuto do Trabalhador Rural). Vale dizer que este período foi caracterizado pelos governos da ditadura militar. Portanto, foi posto em prática o processo de *militarização da questão agrária*, segundo o qual assegurou-se a expulsão de camponeses por meio da violência e também a implantação do pacote tecnológico que implicou em mudanças profundas na estrutura agrária do país (Silva, 1999).

Assim sendo, tratou-se da implantação de novos padrões da acumulação do capital no agro. Em razão da destruição de formas de trabalho caracterizadas pela parceria, arrendamento, pequena produção, utilização de terras comuns, a população expulsa concentrou-se nas periferias urbanas. Com isso, as necessidades de reprodução social foram reordenadas. Essa população passou a depender exclusivamente da venda da força de trabalho para a subsistência. Muitos não conseguindo o emprego urbano, em virtude da ausência de qualificação e, até mesmo, da pouca escolaridade ou analfabetismo, tornaram-se *boias frias*, ou seja, trabalhadores rurais que residiam nas cidades e trabalhavam no campo.

No estado de São Paulo, tais mudanças implicaram na substituição paulatina das fazendas de pecuária e de café para a produção de cana-de-açúcar. Esse produto hoje ocupa quase seis milhões de hectares de terras paulistas, sendo responsável por quase dois terços da produção do país. Além da cana, as plantações de laranja expandiram-se rapidamente, tornando o estado o maior produtor de suco de laranja do país. Assim, paulatinamente, novas configurações laborais foram surgindo, caracterizando-se pela presença maciça de trabalhadores migrantes e temporários, provenientes dos estados do nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG). Tais configurações ocorreram no contexto da reestruturação produtiva em várias escalas e momentos históricos, segundo a lógica da territorialização do capital.

Meu intuito é enfatizar as relações laborais. Tanto os dados quantitativos como os qualitativos, produzidos por minhas pesquisas,

demonstram que o processo de avanço técnico-científico é acompanhado da degradação do trabalho. As commodities – açúcar, etanol, suco de laranja – possuem duas faces. Uma delas se manifesta nos dados quantitativos e a outra se manifesta na degradação, superexploração da força de trabalho, além dos danos ambientais.

A terra que não é da gente

O verde dos canaviais e o inferno dos trabalhadores

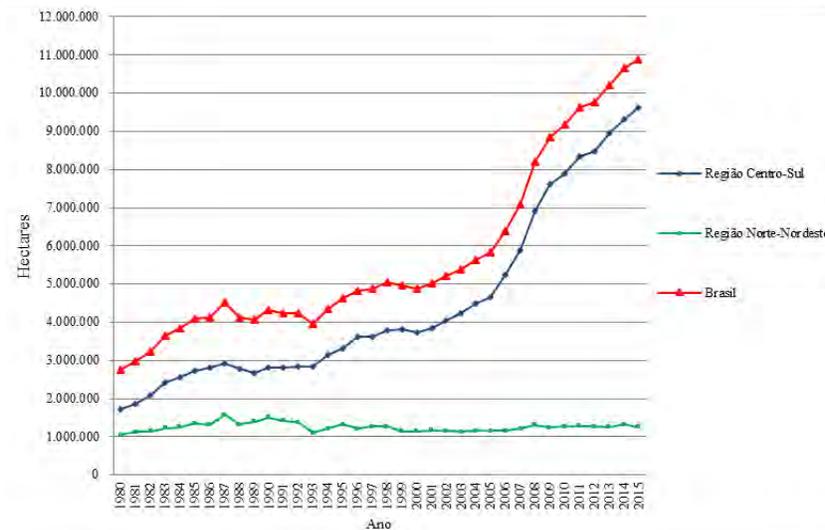
Os dados fornecidos pelas usinas de cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil, que concentra 86% da produção do país, revelam que foram produzidos mais de 600 milhões de toneladas de cana, mais de 36 milhões de toneladas de açúcar e mais de 26 bilhões de litros de etanol na safra de 2017². Os dados abrangendo a série histórica, compreendida ente 1980 e 2015, são reveladores da enorme expansão, tanto no que se refere à área ocupada, como pela produção. O Gráfico 1 mostra os dados referentes à expansão da área de cana, segundo as regiões.

As informações do Gráfico 1 comprovam o avanço vertiginoso das áreas ocupadas com esse produto para o conjunto do país no período de 1980, quando a área ocupada era inferior a três milhões de hectares, atingindo quase 11 milhões de hectares em 2015.

No que tange à concentração regional, vemos que, na região centro-sul, as áreas com cana passam de menos de 2 milhões de hectares para quase 10 milhões nesse período. O estado de São Paulo é o maior produtor com uma área de quase seis milhões de hectares. Os dados estatísticos demonstram que o setor sucroalcooleiro no Brasil se caracteriza pela gigantesca produção, pela expansão por meio da apropriação de terras (compra, arrendamento, parcerias, expropriação de camponeses), água e também pelos vultosos investimentos advindos do Estado e de investimentos estrangeiros diretos,

2 <https://www.novacana.com/n/cana/safra/unica-numeros-finais-safra-2017-18>. Acesso em 01/4/2018.

Gráfico 1 – Evolução da área plantada com cana-de-açúcar por regiões (1980-2015)



Fonte: Bunde (2017, p. 105).

mais recentemente. Esses elementos conjugados permitem que o país seja um dos maiores produtores do mundo dessa commodity. Por outro lado, há que se considerar os danos ambientais, quer seja por meio do uso de agrotóxicos, quer seja por meio do desequilíbrio ambiental provocado pelo monocultivo em milhões de hectares de terra; ademais, os danos relacionados à destruição de biomas como o do cerrado (situado na região central), considerado um dos espaços com maior diversidade do planeta, são cada vez mais evidentes.

O trabalho nos canaviais

A ideia aqui sustentada é que o crescimento da produção, seguido do avanço do emprego da tecnologia – por meio de máquinas e desenvolvimento das pesquisas da área agrônômica e genética, visando à melhoria das variedades de cana –, gera a maior exploração da força de trabalho e, *pour cause*, a degradação e os efeitos deletérios

sobre a saúde. Há um processo onde não apenas a força de trabalho é consumida, como também o próprio trabalhador (Alves, 2006; Silva, 2013; Silva et al., 2013; Reis, 2018; Guanais, 2018; Verçoza, 2018; Laa, 2010; Bunde, 2017).

Em linhas gerais, farei uma breve descrição do processo de trabalho e suas transformações ao longo do tempo. Segundo Bunde (2017), em 2004, a área média de cana cultivada por um trabalhador era em torno de 15 hectares. Em 2016, este número passa para quase 80 hectares. No tocante às formas de pagamento, predomina o pagamento por produção. Segundo as pesquisas citadas acima, na década de 1980, a média diária de cana cortada estipulada para cada trabalhador girava em torno de cinco a oito toneladas. Na década de 1990, esses valores atingem 10 toneladas, e a partir dos anos 2000, 12 a 15 toneladas. Portanto, as exigências praticamente triplicaram no período de 1980 até 2015.

Desde o surgimento dos grandes complexos açucareiros, houve a imposição da prática da queimada da palha de cana antes do corte manual. O objetivo era o aumento da produtividade. No entanto, no estado de São Paulo, essa prática, que durou em torno de seis décadas, embora ainda continue em algumas regiões do país, causou muitos danos ambientais, tanto pela fuligem, quanto pelo extermínio da flora e fauna (Sabadin, 2017).

A fim de facilitar a exposição, reproduzirei a jornada de um cortador de cana. Como já foi mencionado, esses trabalhadores eram migrantes, provenientes dos estados do nordeste e do norte de Minas Gerais, Vale do rio Jequitinhonha. Alojavam-se nas periferias das cidades canavieiras ou nos alojamentos, construídos pelas usinas no interior dos canaviais³. A jornada de trabalho iniciava-se por volta das sete horas da manhã. Eram transportados em ônibus

3 Na medida em que foi aumentando o emprego de máquinas colhedoras, foi havendo uma diminuição progressiva do corte manual. Assim sendo, os alojamentos foram destruídos e os poucos trabalhadores migrantes que se destinavam ao estado de São Paulo eram alojados, em geral, em casas alugadas pelas usinas nas cidades. Nos dias atuais, a presença de migrantes é ínfima, dado que o corte mecanizado em algumas regiões do estado se completou.

até os locais de trabalho pelos turmeiros, responsáveis pelo controle da força de trabalho no eito, palavra originária do período da escravidão (1550-1888)⁴.

Ao chegarem aos canaviais, os turmeiros dividiam os trabalhadores segundo o eito, composto por cinco ruas (fileiras) de cana. O trabalho é iniciado pela terceira fileira. O corte da cana consiste em vários movimentos de flexão de braços, pernas e coluna. O trabalhador *abraça* um feixe de canas (10 canas aproximadamente), desferindo golpes para cortá-las ao rés do chão. Em seguida, corta os ponteiros (pontas), lançando os feixes nos montes localizados na terceira fileira. Em seguida são cortadas as canas das demais fileiras. Deste modo, além de cortar a cana, há a necessidade de o trabalhador carregá-la até o monte (leira) na terceira fileira⁵. Portanto, o desgaste de energia ocorre tanto no momento do corte como no momento de carregar as canas nos braços até os montes.

No tocante aos EPIs (Equipamentos de Proteção Individuais), há a touca árabe, o boné, óculos, botas, caneleiras e luvas. Levando-se em conta as altas temperaturas que podem chegar a 40°, segundo as regiões e os meses mais quentes do ano, e o peso dos EPIs, o desgaste da força de trabalho pode exceder a capacidade laboral. Segundo pesquisas advindas da área médica, da ergonomia e também da sociologia (Barbosa, 2010; Laat, 2010; Verçoza, 2018), a sobrecarga laboral pode, além de causar várias doenças osteomusculares, cardiológicas, respiratórias, sendo estas últimas causadas pela fuligem, levar à morte. No estado de São Paulo, segundo denúncias à Pastoral do Migrante, no período de 2004 a 2009, 23 trabalhadores migrantes

4 Os trabalhadores eram contactados em seus locais de origem por esses turmeiros, também conhecidos por gatos, expressão pejorativa, significando que eles se aproveitavam financeiramente dos trabalhadores, na medida em que lhes cobravam um percentual sobre a produção de cada um deles e, em muitos casos, possuíam locais de vendas nos alojamentos, cujas mercadorias tinham preços bem acima dos vigentes nas cidades do entorno. Ademais eram pessoas de confiança das usinas, geralmente, ex-trabalhadores. Nos locais de origem, em razão de fazerem parte do mesmo universo dos trabalhadores, eram dotados do poder de controlar o mercado de trabalho; selecionavam somente aqueles que eram capazes de garantir os níveis de produtividade impostos, e, sobretudo, os que eram disciplinados e não se envolviam em greves ou conflitos interpessoais.

5 Cada feixe pesa em torno de 15 Kg.

faleceram em função da exaustão, provocada pelo trabalho na cana (Faciolli, 2009; Silva et al., 2013). Nos canaviais alagoanos, os trabalhadores são acometidos pelo “canguru”, metáfora que expressa os saltos do animal australiano, quando são acometidos por câimbras por todo o corpo em razão da sudorese, provocada pelo excesso de esforço durante o trabalho. (Verçoza, 2018).

Para exemplificar, um trecho da trajetória de Valdecir.

Valdecir, mineiro, negro, tornou-se cortador de cana aos treze anos. Era conhecido como podão de ouro, título concedido àqueles que cortavam maior quantidade de cana – chegou a cortar cinquenta toneladas em um único dia de trabalho. Após 18 anos de trabalho, passou a sentir uma série de dores no corpo. Além das dores cotidianas do trabalho, doíam os braços, mãos, pernas, tórax e coluna. Entre idas e vindas do médico, e convivência diária com dores, decaiu sua produtividade. Fora afastado algumas vezes pelos médicos, até que, enfim, foi proibido de trabalhar; seu corpo não tinha mais condições de cortar cana. Já não podia carregar peso, caminhava com dificuldades e convivia com fortes dores no corpo diariamente, era cuidado pela esposa. Todos os discos de sua coluna estavam desgastados. Adoecido, desempregado e inviabilizado de trabalhar pelo adoecimento, Valdecir procurou o INSS em busca do direito à aposentadoria por invalidez. Apesar das limitações, os médicos do INSS afirmavam que ainda poderia trabalhar. Seguidamente, seu pedido era negado. Vivenciava o ciclo: exames - perícia - negação. A família (sobre)vivia da ajuda de parentes e amigos. Valdecir não conseguia dormir, nem comer, por conta das dores que sentia. Em 2006, aos 33 anos, falece, sem aposentadoria. Ele disse: “Meu sonho é provar para o INSS que não sou vagabundo. Não trabalho porque não consigo, se pudesse, trabalharia. (Silva, 2005)

O depoimento de Valdecir reflete o sofrimento do trabalho, no momento em que vivenciava o descarte, ou seja, quando seu corpo já não era mais útil ao capital. É importante considerar que o trabalho não se reporta tão somente ao momento da execução do trabalho *tout*

court. Os efeitos da superexploração extrapolam os limites do eito e atingem a esfera reprodutiva no momento da execução das tarefas e também no momento posterior, do pós/trabalho. Trata-se de um processo dúbio, uma espécie de dupla face de Janus, segundo o mito grego. Uma face do trabalhador olha para frente e visualiza a melhoria de vida por meio do trabalho, enquanto a outra face mira para trás e enxerga o mesmo trabalho como seu próprio aniquilamento.

O pós/trabalho não é apenas o período posterior ao trabalho, apesar de também sê-lo; é uma sociabilidade que está estritamente vinculada ao trabalho. Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas, socialmente, são espaços-tempos e relações inteiramente entrelaçadas. (Reis, 2018, p. 16)

No vídeo produzido em 2005 (Silva, 2005), foram colhidos muitos relatos referentes à dor e ao sofrimento de ex-cortadores de cana e coletores de laranja. Ao ler a trajetória de um dos depoentes de Sayad, imigrante argelino (*La doble ausencia*) na França, pude perceber a semelhança das condições laborais e de vida vivenciadas por estes trabalhadores e pelos migrantes nos canaviais paulistas. E ainda mais outras semelhanças no tocante às formas de moradia – os HLM (*Habitación à Loyer Modéré*) para os operários OS (baixa qualificação) e os alojamentos e barracões nos interiores das áreas de cana. Ainda que, do ponto de vista material, as condições dos HLM fossem melhores, a disciplina, o controle, a ruptura da sociabilidade anteriormente existente, configuravam a mesma interpretação de Sayad acerca da instituição total, segundo Goffman. Eram os ex-militares do exército francês, na Argélia, os responsáveis pela disciplina nos alojamentos. Poderíamos também aqui evocar as reflexões de Foucault sobre o micropoder, a microfísica do poder. O poder no espaço micro, por meio do controle de hábitos, higiene, e até mesmo da sexualidade e da vida íntima. Proibição da presença de mulheres nos alojamentos ou qualquer outra pessoa, considerada estranha,

sem contar a proibição de discussão política. Um verdadeiro processo de heteronomia. As formas de controle do espaço produtivo se estendem ao espaço reprodutivo.

Uma das passagens do relato do trabalhador argelino se refere à alimentação. Não havia uma comida compartilhada e, sim, individualizada. Muitas vezes, durante as refeições, cada um se colocava de costas para o outro, tratando-se de uma *alimentação envergonhada*, dado o fato de que a comida era preparada individualmente. Nos alojamentos paulistas, a alimentação ficava a cargo da empresa. Nas casas alugadas coletivamente nas cidades, nos *barracos*, cada um se responsabilizava pelo preparo de sua alimentação. Encontramos, Marilda Menezes e eu, num *barraco* de uma usina, situada na Zona da Mata Pernambucana, migrantes paraibanos que preparavam suas refeições pelo tempo das 40 voltas, ou seja, os alimentos eram misturados 40 vezes durante a cocção, uma vez que não havia fogões suficientes para todos e o tempo que cada um podia utilizar era medido dessa forma. Assim, preparavam a *gororoba*, uma comida feita às pressas, sem cuidado, uma comida envergonhada. Muitos foram os depoimentos a respeito da alimentação fraca, constituída apenas de arroz e ovo, raramente de carne. Do mesmo modo que os argelinos comiam de costas um para o outro, também os trabalhadores nos canaviais procuravam ficar longe dos demais para esconder o que traziam nas marmitas. A má qualidade da comida lhes causa um sentimento de vergonha.

Um dos depoimentos colhidos por Sayad foi no ano de 1975 em Paris. Segundo minhas lembranças, pois lá estive no período de 1975 a 1980, para a realização de meus estudos de pós-graduação, vi muitos trabalhadores imigrantes – “árabes” (sem distinção de países), portugueses, espanhóis, além dos provenientes das ex-colônias francesas ao sul do Saara. Presenciei muitas ocorrências de discriminação étnica na vida cotidiana da cidade: no metrô, ônibus, lojas, quitandas, padarias etc. Recordo-me que os “árabes” frequentavam geralmente os mesmos bares, estavam sempre em grupos nas ruas. Habitavam os HLM dos arrondissements (bairros) do norte parisiense. Os jornais

traziam com frequência notícias de corpos de imigrantes encontrados no rio Sena. Suspeitava-se de gangues assassinas que impunham o medo. Talvez fosse essa a razão de jamais tê-los vistos sós nas ruas.

Este relato pessoal coincide com as análises de Sayad sobre o preconceito racial em relação aos argelinos, marroquinos, magrhebianos, todos considerados sob a rubrica homogeneizadora, *les arabes* ou *les africains*.

No que tange aos migrantes nos campos paulistas, ocorre também o preconceito étnico: o exemplo da cidade de Guariba, palco das greves de 1984 e 1985, é bastante similar à realidade francesa. Nesta cidade há uma divisão étnico-racial que coincide com a divisão entre, de um lado, os moradores do antigo João de Barro – porque as casas eram feitas de barro pelos próprios migrantes que chegavam aos milhares e não tinham moradias – que são negros, provenientes do Vale do Jequitinhonha e de outros locais do nordeste, e, do outro lado, pelos moradores brancos, os nativos, descendentes dos colonos imigrantes europeus que ali se instalaram para o trabalho nas fazendas cafeeiras nas primeiras décadas do século passado. Portanto, configura-se, no caso paulista, a frase do depoente argelino: *vous mora, mais vous n'est pas en casa*.

Para Sayad, "(...) a imigração é um sistema, porque é dotada de uma lógica própria, porque tem seus efeitos e suas causas próprias, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação" (1998, p. 105). Do mesmo modo que o trabalho não apresenta apenas o caráter técnico, porém ele reflete a condição social de quem trabalha, logo implica numa sociabilidade que pressupõe relações sociais de poder. Nas palavras de Quijano, ao se referir ao processo colonial, dois processos históricos convergiram para a produção da modernidade.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros (...). Por outro lado,

a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (Quijano, 2005, p. 107)

Retomado as considerações de Quijano (*ibid.*, p. 110), na América houve a colonialidade do controle do trabalho, baseada na classificação racial, segundo a qual o trabalho pago era afeito aos brancos, europeus, e o não pago, aos negros e índios. A gênese histórica da colonialidade/racialidade do trabalho é uma ferramenta importante à compreensão do que ocorre na fase do “moderno sistema-mundo” capitalista, onde as “raças inferiores” são as maiores vítimas da precarização e, não raro, da submissão às condições análogas às de escravo (Wallerstein, 2006). Nos limites deste texto, não há tempo para o aprofundamento das ideias de Sayad e a dos pós-coloniais. No entanto, resalto a pertinência deste aprofundamento, incluindo os escritos de Bourdieu sobre a Argélia⁶.

Tal como foi salientado acima, Sayad afirma que não é qualquer trabalho que gera a imigração, mas, sim, um tipo particular de trabalho para imigrantes determinados. Portanto, não se trata de uma mercadoria força de trabalho considerada abstrata, uma mobilidade aleatória, porém, dotada de um valor histórico e moral. Em outros textos, denominei esse processo de *corredores migratórios*. Há uma relação entre a estrutura objetiva e sujeitos, segundo Bourdieu e Sayad. Nas áreas das commodities globais, os chamados cultivos flexíveis, os agrocombustíveis – cana-de-açúcar, óleo de dendê, óleo de palma – no Brasil, Equador, Malásia, Filipinas, assim como das áreas dos enclaves produtores de frutas e verduras no México, Espanha, Argentina, Chile, os trabalhadores são migrantes do próprio país ou de outros países. Ainda há outro elo importante a ser destacado: a maioria dos trabalhadores é constituída de jovens, do sexo masculino. Emigram sem as respectivas famílias⁷.

6 Bourdieu (1979); Bourdieu, Sayad (1964); Sayad (1998).

7 Antes do avanço da mecanização do corte da cana, assim como da colheita de café, as mulheres estavam presentes, ainda que em menor número do que os homens. Com o aumento da mecanização, houve significativo declínio da presença feminina, exceção ainda encontrada na colheita da laranja.

O mesmo ocorreu com os argelinos da primeira e segunda idade da imigração, quando há o processo de ruptura com a sociedade camponesa. Sayad afirma que há três idades da imigração argelina para a França. No que se refere aos migrantes para o trabalho na colheita da cana e laranja no estado de São Paulo, a família ficava para trás, exceto para o trabalho no café. Segundo minhas pesquisas, no final dos anos de 1980, famílias inteiras, inclusive com bebês, se destinavam à colheita. Atualmente, essa realidade não é mais encontrada, sem contar que a mecanização atinge a quase totalidade dos cafezais paulistas.

Assim, configuram-se dois processos: a) a provisoriedade da permanência do migrante, pois sua presença ocorre tão somente durante um período do ano. Defini este processo alhures como *migração permanentemente temporária*, uma vez que o permanente era o vaivém de um lugar a outro; b) a captura do afeto, tendo em vista o desgarramento dos demais membros da família. O indivíduo que emigra está solto, desgarrado. São relações laborais impostas que impedem ou dificultam a convivência da família, negando ao emigrante sua condição de ser social, de pertencer a um determinado grupo, negando sua identidade, portanto. Transformar-se em cortador de cana é deixar para trás o que era antes. Seu único propósito é produzir o máximo de toneladas de cana durante a jornada, ainda que isso possa lhe custar a própria vida, ou que sua vida enquanto trabalhador possa chegar a 15 anos, número inferior ao dos escravos em determinadas épocas no Brasil.

Estamos diante de duas ausências: ausente onde está presente; e presente onde está ausente. Duplamente presente, efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá, uma espécie de vida dupla, nas palavras de Sayad (2010, p. 20). E mais ainda. Estamos diante de três negações: no lugar de origem, onde ele não está, no lugar de destino, onde ele está presente, mas não é reconhecido, e diante de si mesmo, onde ele não se reconhece mais enquanto o que era e enquanto o que é agora. Uma frase talvez sintetize o que acabo de dizer: *Quando chego de São Paulo, estou*

com os nervos esgotados. São Paulo mói a gente como a cana. Só sobra o bagaço. Fico com os nervos esgotados. Meus filhos não me reconhecem. Os menores fogem de mim, acham que sou um estranho.

Assim, o que o emigrante leva em sua bagagem se reduz à sua força física para o desempenho de tarefas duras, pesadas e específicas para ele. Trabalho que carrega as marcas da colonialidade/racialidade. Não são tarefas para brancos e, sim, para negros, mestiços, para “os de fora”, para os outros. Em síntese, ele leva em sua bagagem sua força física.

Lembraria uma passagem do livro do padre jesuíta, André João Antonil, publicado em Portugal em 1711, *Cultura e opulência do Brasil*, ocasião em que o autor se reporta ao trabalho nas fornalhas dos engenhos. Aí pode-se espreitar a natureza do trabalho e a (não) condição do humano no engenho real de Sergipe do Conde, situado no Recôncavo baiano:

A fornalha: lugar agigantado e transformado em “purgação dos pecados” Ouçamos as palavras do jesuíta, primeiramente.

Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheio seus corpos. Veem-se a, também outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda. (Antonil, 1982, p. 115)

Segundo a leitura do professor de literatura, Dimas Moraes, sobre esta passagem de Antonil:

Dupla função tem, portanto, o calor da fornalha: a produção do açúcar branco e a purgação do homem preto. Na antinomia cromática materializa-se a condição qualitativa de cada um perante o branco, cujo imaginário ancestral já se habituara a identificar o

‘escuro’ como pecado, e o ‘claro’ com a virtude. Nada mais ‘natural’, pois, que junto à fornalha o escravo atingisse a alvura depois de bem cozido. (Moraes, 1992, p. 140)

O negro é, portanto, visto como coisa, peça, pedaço, fragmento. A fornalha é tida como necessária à limpeza dos ímpios, como purgatório das penas. Ao comentar a descrição da fornalha feita pelo padre Vieira, tem-se uma representação oposta àquela de Antonil:

Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um desses engenhos ... Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi cruxifixi*, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. (Vieira, 1959, pp. 305-306, apud Bosi, 1995, pp. 172-173)

Decorridos três séculos, fica a pergunta: o imaginário social dos donos dos atuais engenhos modernos, das madeireiras, das empresas que atuam nas áreas de fronteiras agrícolas e outras tantas, sofreu transformações? Os registros da CPT sobre os conflitos no campo⁸ nos fornecem subsídios importantes para responder a essa pergunta.

A seguir, algumas considerações sobre o que o imigrante deixa para trás. Em várias passagens do livro *La doble ausencia*, o autor nos remete ao imigrante como melancólico, como um ser nostálgico. O que é a melancolia?

A melancolia⁹ foi tema de reflexão de filósofos, artistas, escritores, poetas e músicos ao longo de muitos séculos. Aristóteles (1998), no *Problema XXX*, questionava-se sobre o fato de grandes representantes da filosofia, artes e ciências serem melancólicos. Portanto, a melancolia para o filósofo grego, entendida como profunda tristeza,

8 <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo>.

9 As considerações que se seguem foram retiradas de Silva, 2014, pp. 25 e ss.)

é positiva, uma vez que permite a criação. Para Spinoza (E III AD 3 e expl., 1677 apud Paula, 2008, p. 54), “a tristeza é definida justamente como o ato no qual nossa potência de agir é diminuída ou contrariada e a melancolia é uma espécie de tristeza”.

Além dos filósofos mencionados, a melancolia foi estudada por Freud (1976) na obra *Luto e melancolia*. Sinteticamente, para Freud, no luto tem-se a certeza do que foi perdido, e o objeto (ou sujeito) perdido situa-se fora do eu. No estado melancólico, a perda é indefinida e se localiza no interior do próprio *self*.

As reflexões freudianas influenciaram o pensamento frankfurtiano, principalmente, Benjamin (1994), pensador que se debruçou sobre as obras de Baudelaire e Proust, no intento de compreender a modernidade, simbolizada pela Paris do século XIX, sob o prisma da literatura e arte. Para Benjamin, a modernidade apagava, num processo contínuo, as marcas da tradição e da experiência. O moderno é concebido como sinônimo de desenvolvimento da técnica e da ciência. O passado foi sendo pouco a pouco varrido do palco da modernidade e seus traços foram apagados. Assim, configura-se a presença ambígua da melancolia, num mundo dominado pelas multidões concentradas nos espaços urbanos. O ser melancólico procura se refugiar nas fendas desse espaço.

A tristeza, a melancolia, que faz parte do *self*, atinge, em sua grandeza, também as mulheres que ficam, as chamadas *viúvas de maridos vivos*. Se a melancolia define a vivência em sua nudez, tal como afirma Benjamin no excerto acima, se ela é desprovida de aura, de pré-história, de passado, podemos inferir que esse mesmo estado psíquico poderá engendrar as forças necessárias para sua superação. Portanto, o desejo de cura poderá implicar a resistência por meio de práticas individuais ou coletivas. Paula (2008, p. 63) afirma que “a força do desejo que tem origem sob a condição afetiva de tristeza é assim uma força de reação e resistência a essa mesma tristeza”.

De onde poderá vir essa força de reação à depressão, ao estado paralisante do corpo e da mente, tendo em vista que o ser melancólico sofre de uma espécie de inércia? Assim, esse corpo necessita de uma

espécie de intervenção externa, caso contrário ele pode caminhar para a autodestruição. Como sair desse torpor d’alma? Como proporcionar a cura às mulheres que padecem de depressão, solidão, tendo em vista que a ausência de maridos/companheiros dura, no caso do trabalho no corte da cana em São Paulo, em torno de dez meses ao ano, período em que os homens não podem regressar aos locais de origem em razão dos contratos de safra?

Talvez residam aí as sementes necessárias para a descoberta das motivações reais da emigração para além dos aspectos subjetivos. Talvez residam aí as sementes necessárias para o entendimento da “terra que não é da gente” como ilusão e colusão, para a necessidade de romper com os elementos da *cultura migratória* gestada para garantir a força de trabalho necessária para a “terra que não é da gente”.

Afetos, sentimentos, emoções – para além da racionalidade mecânica do sistema-mundo imposto pelo capital – podem ser um dos itens capazes de remover o mito sedutor da partida.

Referências

- ALVES, F. (2006). Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 15, n. 3, set/dez.
- ANTONIL, A. J. (1982). *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia / São Paulo, Edusp.
- ARISTÓTELES (1998). *O homem de gênio e a melancolia*. *Poblema XXX*, 1. Rio de Janeiro, Lacerda.
- BARBOSA, C. M. G. (2010). *Avaliação cardiovascular e respiratória de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar no estado de S. Paulo*. Tese de Doutorado em Pneumologia. São Paulo, Faculdade de Medicina, USP.
- BENJAMIN, W. (1994). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense (Obras escolhidas, 3).
- BOSI, A. (1995). *Dialética da colonização*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. (1979). *O desencantamento do mundo. Estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, P. (2010). “Prefácio”. In: SAYAD, A.. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona, Antrophos.

- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. (1964). *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris, Minuit.
- BUNDE, A. (2017). Os impactos dos investimentos externos diretos (ieds) sobre a (re) estruturação e estrnageirização do setor sucroenergético no Brasil. Tese de doutorado. PPG/Geografia/ UFG.
- FACIOLLI, I. (org.) (2009). *Vozes do eito*. Guariba, Eco das Letras.
- FREUD, S. (1976). "Luto e melancolia". In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Imago, v. 14.
- GUANAIS, J. (2018). *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria brasileira*. São Paulo, Outras Expressões e Fapesp.
- LAAT, E. (2010). *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Santa Bárbara Doeste, Universidade Metodista de Piracicaba.
- MORAES, A. D. (1992). "Antonil, a cana e o negro", *Revista USP*, São Paulo, 15, pp. 132-144.
- PAULA, M. F. (2008). *Espinosa e a tradição melancólica*. São Paulo, Cadernos espinosianos, v. 18, pp. 53-70.
- QUIJANO, A. (2005). "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, pp. 107-129.
- REIS, T. (2018). *Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais*. Tese de Doutorado, PPG/Sociologia, UFSCar.
- SABADIN, A. K. (2017). *Das estratégias às justificações: uma análise da construção política do protocolo Agroambiental Paulista*. Dissertação de Mestrado. PPG/Sociologia/UFSCar.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração e os paradoxos de alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SAYAD, A. (2010). *La doble ausencia*. Paris, Anthropos.
- SILVA, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Edunesp.
- SILVA, M. A. M. (2005). *Fragmentos*. Vídeo disponível em: www.trama.ufscar.br
- SILVA, M. A. M. (2013). Sabe o que é ficar borrado no eito da cana? *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2.
- SILVA, M. A. M. et al. (2013). A imagem do etanol como "desenvolvimento sustentável" e a (nova) morfologia do trabalho. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, Salvador, maio/ago.

- SILVA, M. A. M. (2014). "Melancolia e trabalho". In: PIMENTEL, Maria das Dores et al. (orgs.). *IV Fórum da mulher do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, UFMG, pp. 21-41.
- SPINOZA, B. (1983). *Ethica ordine geométrico demonstrata* (1677). Edição Brasileira: Ética ou Ética demonstrada segundo a ordem geométrica. São Paulo, Abril, (Coleção Os Pensadores).
- VERÇOZA, L. V. (2018). *Os homens cangurus nos canaviais alagoanos*. Maceió, EDUFAL/São Paulo, Fapesp.
- VIEIRA, P. A. (1959). *Sermões*. Porto, Lello & Irmão, tomo II.
- WALLERSTEIN, I. (2006). *Impensar a ciência social*. Aparecida, Ideias e Letras.

Ausência, família e sentimento de pertencimento

Marilda A. Menezes
Jurani O. Clementino

Introdução

Partir, viajar, migrar, deixar seu lugar e família para deslocar-se para outro lugar desconhecido ou conhecido através de informações das redes pessoais ou virtuais provoca, nos que se aventuram a tal empreitada, os sentimentos de medo, culpa, abandono, perda, solidão e ausência. Esses sentimentos constituem um dos numerosos paradoxos da migração, segundo o pensador argelino Abdelmalek Sayad, ou seja, sentir ausente onde está presente e presente onde está ausente:

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia. (Sayad, 2000, p. 20)

Inspirando-nos em Sayad, a proposta deste capítulo é analisar como os sentimentos de ausência e pertencimento são vivenciados e narrados entre migrantes com trajetórias migratórias diferenciadas no Brasil. A partir do trabalho da memória e de suas narrativas, os fatos, acontecimentos, vivências ganham novos significados. Fundamentaremos nossa argumentação em entrevistas realizadas com migrantes da região Nordeste do Brasil e que estiveram ou estão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro entre as décadas de 1970 a 2000.

Os relatos que servem de base para o presente capítulo foram registrados em momentos diferentes e são o resultado de entrevistas gravadas digitalmente, longas conversas informais com os migrantes e observações indiretas destes em tempos e espaços sociais distintos, durante esses deslocamentos. Comungamos com o que diz Pierre Bourdieu sobre Abdelmalek Sayad: o sociólogo torna-se *escritor público*. Ele dá voz àqueles que dela são mais cruelmente desposuídos, auxiliando-os, por vezes, tanto com seus silêncios quanto com suas perguntas, a encontrar as palavras, a reencontrar, para contar uma experiência que contraria completamente os dizeres e os provérbios da sabedoria ancestral, as “palavras da tribo” que descrevem seu exílio, *elghorba*, como um ocidente, uma queda nas trevas, um desastre obscuro. “Isto sem jamais instituir-se como *porta-voz*, sem jamais se valer da palavra dada, como o fazem tantos defensores imprudentes das boas causas, para dar lições ou exhibir bons sentimentos” (Bourdieu, 1998, pp. 9-10) É sempre bom quando o sociólogo, enquanto entrevistador, e o migrante, enquanto entrevistado, estabelecem uma relação de confiança e mantêm um diálogo que se aproxima de uma confissão de segredos, vergonhas e fantasmas do passado.

Tudo acontece como se o autor da confidência tivesse encontrado naquele novo confidente uma nova pessoa com quem compartilhar seu segredo, sua carga, sua vergonha, sua maldição, o pesado fardo que o impede de ficar ereto (...) e também seu silêncio. (Sayad, 1998, p. 134)

Alguns migrantes desejam isso, ter alguém com quem compartilhar suas dores e angústias. Mas há outros que não gostam e nem desejam falar sobre as memórias do passado. Entendem que tais sentimentos sempre trazem uma carga pesada de dor e sofrimento que não valem ser revividos (Pollak, 1992). Muitas vezes, é o silêncio a linguagem em que se expressa o indizível, se protegem segredos e experiências muitas vezes doloridas e traumáticas. O silêncio é compreendido por Pollak (1989) como “memória envergonhada”. Pollak relata sobre os significados do silêncio entre as pessoas que viveram trauma de guerra. Ele diz: “Relatar as condições degradantes seria humilhar-se, e ferir a dignidade pessoal perante a família e a comunidade. Essa memória não se exterioriza” (Pollak, 1989, p. 8).

O migrante, ao mobilizar as narrativas da “saudades, sofrimento e tristeza” está escrevendo um texto com suas mãos, olhos e alma, ou seja, trata-se de uma narrativa em que se imprimem a experiência prática da vida, as percepções e seus sentimentos. A relação entre o ato de narrar e a construção de identidades é analisada por Silva e Menezes (1999) em artigo sobre as narrativas dos migrantes temporários. As autoras se fundamentam em Walter Benjamin (1987), que compara a arte de narrar à arte do trabalho artesanal, em que não há separação entre produtor e produto do trabalho. A narrativa diz respeito às mãos, aos olhos e, também, à alma. Benjamin distingue dois conceitos para compreender as transformações da narrativa na modernidade; são eles “experiência e vivência”. *Experiência* é o conhecimento acumulado, que se prolonga no tempo, como numa viagem. *Vivência* é a impressão forte que precisa ser assimilada às pressas, possui efeitos imediatos.

Os sentimentos de ausência e pertencimento e o desejo de retorno estão presentes não apenas em migrantes classificados como “definitivos” ou “de retorno”, mas também estão inscritos nos corpos, mentes e sentimentos dos migrantes se expressando através de diferentes estratégias migratórias, percepções do trabalho e emprego, relações com a família e representações sobre os espaços onde circulam.

Para fundamentar essa ideia, estruturamos o texto em três partes em que analisamos situações diferenciadas da trajetória migratória. Primeira, analisaremos o caso de uma família do Sertão Paraibano que migrou temporariamente para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e que “fixou” residência em municípios do interior de São Paulo. Segunda, analisaremos casos de migrantes da região Nordeste do Brasil, especialmente do estado do Ceará, com residência há 20/30 anos em municípios da Grande São Paulo e que retornam com regularidade aos locais onde residem parte da família e amigos ou fazem investimentos materiais e simbólicos que são expressões do desejo de retorno. A terceira situação narra a história de um migrante paraibano que se “distanciou” da família, reconstituindo outros elos de pertencimento entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

1ª Situação: *Nosso lugar e terra dos outros* (migrantes temporários na região canavieira de São Paulo)

Em pesquisa realizada com migrantes temporários do Sertão Paraibano que trabalhavam em usinas na região de Campinas e Piracicaba, estado de São Paulo, conhecemos a família de Dona Maria e seu esposo Lázaro, originários do município de São José de Caiana, estado da Paraíba. Sr. Lázaro migrou sozinho, de 1993 a 1997, para trabalhar no corte de cana em usinas da região de Piracicaba e Campinas. Em 1997, a família toda, esposa e filhos, veio para trabalhar e residir no município de Engenheiro Coelho. No momento da entrevista, em 2007, tinha cinco filhos, nas idades de 20, 19, 18, 12 e 10 anos; trabalhavam na colheita de laranja e na entressafra na colheita de mandioca. Já residiam há 10 anos no município e os filhos que são maiores de 18 anos estavam estudando e trabalhando em indústrias locais e setor de serviços. Esse momento na trajetória migratória da família indica uma tendência à “migração definitiva”. Se é definitiva ou não, nem nós – os pesquisadores – nem a própria

família poderá prever, assim, compreendemos que, no momento da entrevista, em julho de 2017, estavam residindo no interior de São Paulo. As narrativas de Sr. Lázaro e Dona Maria são cadenciadas pela linguagem do sentimento de ausência e do pertencimento, as noções – *nosso lugar, terra da gente e terra dos outros* expressam a provisori-riedade, desejo do retorno e sentimento de pertencimento. Vejamos alguns fragmentos em que são tecidas essas noções:

Sr.Lázaro: a gente volta, porque aqui é pra jovem, a tendência é um dia voltar.

D.Maria: eu não tenho vontade de voltar.

D. Maria: *o nosso lugar é bom de morar*, algum recurso que vai para os pobres, as pessoas que têm poder tiram e a maioria das pessoas tem que sair. Se tivesse umas pessoas que soubesse governar, não precisava nós sair.

Sr. Lázaro: eu penso em voltar aqui não é terra minha, é dos outros.

Marilda: Do que sente saudades?

Sr. Lázaro: Ah. (*enfático*), eu sinto saudades de muita coisa, da família, da liberdade, aqui não tem liberdade, aqui na semana que não trabalha, a coisa fica mais difícil.

Sr. Lázaro: eu falo para meus conterrâneos, **aqui é terra dos outros, não é terra da gente**. Para mim nunca faltou trabalho por este tipo de coisa”

D.Maria: para ser sincera, eu não tenho vontade de voltar, eu falo *meu lugar*, porque eu nasci e cresci lá. Mas **meu lugar é aqui**, fui muito humilhada, sofrida, nos problemas de família; ter necessidade de coisa em casa, é correr e sofrer humilhação. Lutei muito com doença, não tinha condições de tratar de meus filhos lá. (*Maria fala com um tom de ressentimento; parece que teve que apelar para as redes de poder local que controlam a saúde e sofreu humilhação*)

Não sinto saudades do **meu lugar** de nada, de nada (é bem enfática, continua com o tom de ressentimento)

Sr.Lázaro: eu falo para meus conterrâneos, aqui é **terra dos outros**, não é terra da gente.

O sentimento de ausência se expressa em certa idealização do *nosso lugar* em oposição à *terra dos outros*, visão que é mais evidenciada na narrativa de Sr. Lázaro. No entanto, a experiência como migrantes – de viver entre espaços sociais e tempos diferenciados – também os constitui como sujeitos que vivenciam as tensões e ambiguidades das experiências de trabalho e vida. Logo, se há certa idealização do *nosso lugar*, há, também, um posicionamento crítico às formas de dominação do *nosso lugar* que contrasta com “a democracia” da *terra dos outros*.

D. Maria: o problema do **nosso lugar** é emprego.

Eu não acostumo a falar que aqui é meu lugar, eu não esqueço de lá.

Sr. Lázaro: eu trabalhei 90 dias registrado numa empreiteira, mas com perseguição política. É o que desanima.

Dona Maria: Aqui é diferente, política não interfere em vida de trabalhador.

Sr. Lázaro – aqui há democracia, não é que não existe corrupção, mas aqui a pessoa é independente.

Lá tudo o que precisar, às vezes é humilhado, porque não votou no político.

Nós vive numa democracia. Agora é mais diferente, o Sindicato de Cosmópolis não aceita passar do horário, é só até 30 h. São pessoas que vem do nosso lugar e quer trabalhar na produção. Às vezes vem interessado em comprar uma motinha.

Aqui em Eng. Coelho tem tudo, se a pessoa quiser progredir.

Por mais que o migrante procure um lugar para chamar de seu, é como se esse espaço social não existisse. Sua vida é orientada por uma fuga constante. Uma espécie de fantasma o persegue. Na condição de migrantes, deslocam-se nos espaços sociais, econômicos e simbólicos (Sayad, 1998). As narrativas do “nosso lugar” são marcadas por ambiguidades, expressam o sentimento de pertencimento, mas, ao mesmo tempo, de distanciamento pois é o lugar da falta de emprego,

das relações de dominação fundamentadas na dependência personalizada. Os camponeses e trabalhadores, que não estão em posição de poder, sofrem humilhação, perseguição política.

Tomando a percepção de Sayad de deslocamento nos espaços sociais, econômicos e simbólicos, podemos pensar que o “**distanciamento**” permite um olhar espantosamente crítico e adotar, assim, uma atitude profundamente reflexiva:

Essa espécie de experiência do mundo social, que não deixa de ser determinada por certas condições de existência (dentre as quais os empréstimos que as situações de contatos culturais impõem) e que é feita de espanto e de “desconcerto”, parece reproduzir, a seu modo, a atitude que esteve precisamente na origem da tradição etnológica e parece ter inspirado aos profissionais da etnologia o valor essencial de sua disciplina que é o “relativismo cultural”. Semelhante disposição, a um tempo social e mental – disposição mental socialmente constituída -, só pode contribuir, neste caso como em muitos outros (no de outros imigrantes), para melhor compreender praticamente (i.e., por meio de um compreensão que implica a prática) a intenção sociológica *objetiva*, a intenção sociológica que habita as questões do sociólogo e que também está objetivamente contida no objeto do debate. (Sayad, 1998, pp. 132-133)

Deslocar-se pelo mundo nesse contexto é buscar meios de vida e de se libertar desses laços de dominação. Tanto dona Maria quanto Sr. Lázaro percebem mais claramente as relações de dominação “do nosso lugar” quando se deparam com outras formas de relações de trabalho. Agora, uma aparente liberdade toma conta do discurso deles. Ela, por não precisar sofrer com os conflitos familiares e a dependência dos políticos, os dois comungam da alegria que é, necessariamente, não precisar “se humilhar ao patrão” por não terem votado em candidatos indicados por ele ou por políticos locais. Apesar das condições de exploração e controle sobre o corpo e a vida dos trabalhadores migrantes que trabalham em safras de cana, laranja

e as precárias condições de moradia, os aspectos negativos do “nosso lugar” são narrados em contraste com a “terra dos outros”, idealizada como lugar de emprego e democracia. Nesse “novo” espaço social eles também vislumbram a possibilidade de crescimento, ascensão social através do trabalho.

2ª Situação: casei, vim embora e deixei ela lá... (entre idas e vindas)

Relatos do tipo “Eu não me vejo mais morando acolá” expressam a percepção e sentimento de não mais retornar ao lugar de origem. Mas isso não necessariamente significa que não exista o desejo do retorno. Talvez as condições econômicas e sociais e o momento do ciclo de vida inviabilizem o retorno. Sendo explícito ou não, o desejo do retorno é, de fato, a condição de existência dos migrantes. Muitas vezes expressa-se em investimentos materiais, sociais e simbólicos. A aquisição de bens na origem como casa, animais, meios de transporte ou retornos periódicos aos seus locais de origem são símbolos de que o sentimento do retorno está presente no migrante.

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra [...]. A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório. (Sayad, 2000, pp. 11-12)

A noção de retorno em Sayad expressa as ambiguidades, contradições e tensões entre as condições objetivas definidas pelas estruturas socioeconômicas e os sonhos, desejos, expectativas dos migrantes. Assim, embora as condições objetivas não lhes permitam retornar à

sua terra natal, o desejo de retornar mantém-se vivo, como um sinal da esperança de dias melhores, de estar próximo a parentes, vizinhos e amigos que estão fisicamente distantes.

Esse parece ser o caso do senhor Sr. Manuel Leandro, cearense que nasceu em 1968, chegou a São Paulo pela primeira vez em 1985, aos 17 anos, ainda de menor idade e com o apoio de primos e irmãos que lá já estavam estabelecidos. A entrevista que realizamos com ele aconteceu em oito de dezembro de 2013, no dia seguinte ele completaria 45 anos. Entre os anos de 1985 e 1990, quando ele se casou, Manuel retornava periodicamente, tendo inclusive pensado em “voltar de vez, pra morar”. Trabalhou na construção civil, ganhava o dinheiro e voltava. Sua esposa foi uma de suas primeiras namoradas. Mantém um relacionamento desde que ele tinha 14 anos. A mãe da jovem não aprovava o namoro dos dois “A gente ficou namorando escondido. Numa dessas minhas viagens de volta ao Ceará, pedi a mão dela em casamento”. Manuel disse que o pai da jovem teria concordado com o casamento, mas sugeriu que ele também tivesse o consentimento da mãe da menina. “Eu mandei chamar a mãe dela, mas ela não queria vir, até que veio. Ela me disse assim: ‘eu não dou a minha filha pra você casar’. Eu fiquei chateado, mas fui embora pra casa de meus pais. Mas como a gente era de maior, ela (a esposa) disse: ‘então como a gente já é de maior a gente vai no cartório, marca o casamento e casa’. E assim fizemos”.

Ou seja, entre os anos de 1987 e 1992, vários fatores contribuíram para esse deslocamento de Manuel entre São Paulo e o Ceará. Desde questões como a seca, os conflitos com a família da namorada/esposa, as questões econômicas que faziam fugir do Ceará, até a saudade de casa, o envolvimento amoroso e o sonho de construir uma vida no seu estado de origem que tanto o atraía. Em 1991, após um ano de casado, Manuel, que havia retornado pensando em fixar moradia no Ceará, se viu obrigado a migrar novamente. “Voltei pra lá, foi quando construí aquela casa. Fiquei por lá, minha esposa ficou

grávida. Fiquei por lá, um ano... um ano e pouquim. Fiz uma plantação, perdi a plantação com a seca, aí quando meu filho mais velho nasceu, acho que ele tinha uns três meses, vim embora de novo e deixei ela lá”.

Em São Paulo, depois que conseguiu um “bom emprego”, o que ajudou no pagamento das despesas e na aquisição de um “barraco na favela”, ele mandou buscar a esposa e o filho. Era início dos anos de 1990. Em São Paulo, nasceram mais dois filhos. Moraram um tempo em casas alugadas até que “as coisas foram melhorando, passei a trabalhar numas empresas boas que pagavam direitinho”, conseguiram construir um local para eles.

Percebemos que o sentimento de ausência, a relação com a família e a ideia de pertencimento, aparecem com frequência na narrativa de Manuel. Ele nunca perdeu completamente o contato e a conexão com a terra natal. Praticamente todos os anos retorna para visitar a família no Ceará. Sr. Manuel desde criança acompanhou o pai, também migrante, pelo Brasil, especialmente para trabalhar na colheita de algodão no Paraná. “Ele viajava muito para o Paraná, ganhava dinheiro, pensava que tava bem, que tinha enricado, voltava pra o Ceará e acabava tudo. E aí, voltava de novo pra o Paraná”.

Sr. Manuel, vez por outra, recebe parentes em sua casa em São Paulo. Na verdade, sua casa é sempre um ponto de referência para familiares que chegam a São Paulo e em momentos de celebração. Isso é facilitado pela maneira como as casas desses migrantes foram organizadas no destino. Em Várzea Alegre e em São Paulo, as casas são construídas seguindo a ideologia de parentesco e familiar defendida por Marcelin e seguem determinados critérios tais como: “onde construir, com quem, com quais recursos e, em alguns casos, para quem. Construir é uma operação coletiva que coloca em jogo negociações matrimoniais, organização ou reforço de um espaço físico no qual se exerce a experiência familiar, estratégias individuais e coletivas, recursos econômicos e humanos” (Marcelin, 1999, pp. 34-35).

Talvez em São Paulo, o modo como essas construções estão postas, para alguém de fora, seja completamente confuso. Não seja

simples diferenciar quem reside onde, qual casa pertence a que morador. Especialmente porque existe uma lógica de convivência entre o grupo que é muito íntima capaz de gerar confusão sobre quem mora onde. As casas, embora representem o lugar de diferenciação, conforme Márquez (2014) vai nos apontar, elas também simbolizam, em determinados momentos, a ideia de lugar de todos. Especialmente a casa de Sr. Manuel que, em momentos festivos, é “tomada” por todos os parentes.

“O pessoal gosta de vir aqui, se reúne na laje, toma umas cervejas, assam carne. Eu não me importo não, desde que não façam bagunça”, confessa a esposa de Manuel. Este, por sua vez, compara o lugar de moradia deles a outros bairros de São Paulo.

Eu acho que dos lugares de São Paulo, o melhor é aqui mesmo. O pessoal vem do Ceará, vai visitar uns e outros, mas sempre diz que aqui é muito bom. Ninguém nunca fala que aqui é ruim, mas quem vai a Jacira, ao Centro, a Carapicuíba etc., volta pra cá e diz; ‘não, lá é muito ruim, bom mesmo é aqui onde vocês moram!’ (Manuel, 45 anos, 2012)

É possível afirmar que a compreensão do “bom”, “muito bom” para definir o espaço de moradia deles como excelente, tem relação com esses laços de parentesco e vizinhança que ali se estabeleceram, enquanto que, por exemplo, no Centro de São Paulo ou em Carapicuíba, as residências nem sempre são próximas. Além disso, é comum casos de parentes dos Leandros, primos, sobrinhos, afilhados que moram sozinhos nesses lugares. Estes costumam visitar a casa de Manuel em dias de folga, feriados e finais de semana. Mas, reforçando as dificuldades enfrentadas ao chegar a São Paulo, como também os outros espaços de moradias, Sr. Manuel diz:

Quando cheguei em São Paulo eu fui morar no ‘rato molhado’ [referência a favela]. Eu lembro que uma tia da minha esposa veio aqui em São Paulo e eu rezei pra ela não ir na minha casa. Eu tinha vergonha que ela visse o lugar onde eu morava. Mas eu

pedi tanto a Deus que ela não fosse lá. Só que não teve jeito. Ela foi. Chegou lá rapaz, ela percebeu que eu tava assim meio sem jeito. Também, um barraco véi pequeno, de palha, pobre... mas ela me falou uma coisa ainda hoje serve de exemplo pra mim: 'É melhor um barraco de palha da gente do que um palácio dos outros'. E é verdade mesmo. Aquilo me ajudou sabe. Depois não tive tanta vergonha do meu lugar. Era meu. Esse povo mais velho eles falam umas coisas que nos confortam. Acho que é a experiência. Já os mais novo tu sabe como é. Eles falam as coisas sem pensar. Ela sabia o que estava dizendo. Mesmo que ela tivesse vendo a minha situação de pobreza, aquelas palavras me confortavam. Porque aquilo dali era meu.

Em 2018, Sr. Manuel tinha duas casas no Ceará. Uma no sítio, (essa que ele diz que construiu no início dos anos de 1990), assim que casou. Essa construção está abandonada. Não mora ninguém nela. O tempo, aliado à falta de cuidados e reparos, deixou a casa bem deteriorada. A outra propriedade fora construída recentemente, concluída em 2017, e fica na cidade (zona urbana do município de Várzea Alegre). Ele sempre dizia que era um apoio para quando fosse com a família ao Ceará, ou quando se aposentasse pretendia morar lá. Mas quando eles estão lá, quase não vão à cidade porque os pais deles moram no sítio (tanto da esposa quanto dele) e dizem que preferem "a tranquilidade do sítio mesmo". Essa ideia de um retorno definitivo, que vai se prolongando no tempo, é tão natural na família de Manuel que a casa recém-construída na cidade foi alugada a terceiros.

Para os pais desses migrantes, "olhar" tais construções significa muito mais que olhar – é o mesmo que cuidar, zelar, administrar, já que os filhos estão ausentes. Contudo, essa ausência física contrasta com a presença simbólica daquelas residências ali construídas. Elas transmitem a ideia de que os filhos e seus netos, mais cedo ou mais tarde, retornarão. Mesmo sabendo que aquela construção já não possui condições de abrigar ninguém, mesmo sabendo que as condições de moradia em que estes vivem hoje em São Paulo não condizem com aquela que eles ali projetaram. A casa simboliza essa condição

provisória do migrante que vai se prolongando indeterminadamente (Sayad, 1998, 2000). Além da construção da casa, que alimenta essa presença do migrante na origem, podemos perceber outras estratégias que sustentam essa mesma ideia do presente ausente. É comum, entre os integrantes do grupo analisado, a aquisição de animais: gado, porco, ovelhas, etc., que são cuidados por algum parente próximo – irmão, pai, tio – e que também alimentam uma expectativa de um possível retorno. A condição provisória do migrante faz com que ele também adquira pequenos pedaços de terra, geralmente na cidade (zona urbana) para construir uma casa, compre veículos automotores (carros ou motos) e deixe-os aos cuidados da família. Até mesmo quando os parentes desconfiam desse possível retorno, reforçam a ideia de que ele pode acontecer um dia: “Eu sei que ele não vem cuidar dessas coisas que ele tem aqui, mas se um dia vier, quero que encontre tudo bem direitinho”, diz a mãe do Sr. Manuel.

Se viver em São Paulo é estar presente, mas ausente, pois se constroem vínculos materiais e simbólicos em Várzea Alegre, a noção de ausência–presença também se expressa entre os que “retornaram” para Várzea Alegre, como é o caso do varzealegrense, ex-metalúrgico da região ABC Paulista, em entrevista concedida em 2002, ao cineasta Eduardo Coutinho para o filme documentário “Peões”¹. A entrevista foi feita em Várzea Alegre, mas quando indagado sobre onde ele morava, há uma espécie de paradoxo na resposta.

Coutinho: mas o senhor mora aqui e não em São Bernardo...

Joaquim: Não, eu não moro aqui. Eu tô passando uns dias aqui. Porque é como se diz, eu nasci e cresci aqui, mas eu não posso deixar São Bernardo, onde tudo que passou de importante em minha vida foi em São Bernardo. Então eu não troco São Bernardo por nada.

Coutinho: Veio passar uns dias aqui?

1 O filme documentário “Peões” foi gravado em 2002 e lançado em 2004 e conta a história pessoal de trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC Paulista que tomaram parte no movimento grevista de 1979 e 1980. Ver: *Peões*, com direção de Eduardo Coutinho (São Paulo, 2004, DVD, 85 min).

Joaquim: Tô passando uns dias aqui.

Coutinho: Chegou quando?

Joaquim: Faz quatro anos.

Coutinho: Como assim, uns dias?

Joaquim: Não, mas uns dias pra mim é assim, enquanto dá certo.

Coutinho: Quatro anos!

Joaquim: Mas em quando em vez a gente pega um aviãozinho... eu cheguei de lá o mês passado².

Há também aqueles casos de migrante que, ao voltar “não reconhece mais o que ali deixou”. Na verdade, ele esperava que tudo estivesse do mesmo jeito. Um sentimento muito comum ao migrante, na perspectiva do Sayad, como se fosse possível congelar o tempo e como se ele mesmo também não tivesse mudado.

Só se deixa o grupo, diz-se, para melhor reencontrá-lo; e, se possível, no mesmo estado, tal como a eternidade o congelou, fixou-o de uma vez por toda. Reencontrá-lo como se nada tivesse acontecido, como se nada tivesse mudado durante a ausência – é a ilusão da qual se alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção – e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo não para reencontrar, como imagina, as coisas, as coisas como as tinha deixado, mas para se reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que frequentemente participa a decepção engendrada pelo retorno (uma certa forma de retorno), reação inversa, mas totalmente complementar à consciência nostálgica. (Sayad, 2000, p. 14)

Isso é muito comum ainda em momentos festivo, como verificou Clementino (2016) ao analisar a festa de um grupo de migrantes cearenses em São Paulo.

² Joaquim, ex-metalúrgico aposentado, relato feito para o filme *Peões*, 2004.

Eu fui lá agora em junho. Mas rapaz, tá diferente demais. A gente sai daqui pensando que ainda é do mesmo jeito, que vai encontrar todo mundo, mas é diferente demais. Na nossa época a gente passava a noite inteira acordado. Ia de casa em casa olhando as fogueiras, conversando com os vizinhos, tomando café, comendo pão de arroz³, brincando. Olha, esse ano eu fui, mas oito horas tava todo mundo dormindo. Quer dizer, não dormiram porque cheguei. Mas é outra história. (Erivan Leandro, 40 anos, 2014)

Conforme percebemos acima, há uma tendência, por parte do migrante, em fantasiar, achar que o tempo parou, esteve por décadas estacionado à sua espera. Mal percebe o migrante que ele mudou e, portanto, tudo mudou. Não há como achar que, ao retornar, tudo estará como foi deixado. Percepções que remetem às noções de tempo/temporalidade, idealização/romantização, distanciamento/pertencimento, ilusão, nostalgia. Sensações que perseguem e acompanham o migrante em suas andanças e retornos.

3ª Situação: *fome mata, mas a saudade também mata* (Distanciamento da família e o sentimento de ausência-presença)

As pesquisas que temos desenvolvido com migrantes envolvidos em diferentes situações de deslocamentos têm revelado que, na maioria das situações, não há uma ruptura dos laços de família, mas as trajetórias migratórias são tecidas nas e pelas redes familiares e de amizade. Os que migram e os que ficam tecem cotidianamente e, ao longo de suas trajetórias, trocas econômicas e simbólicas.

Este não foi o caso do Sr. Renato que, embora tenha permanecido durante seis décadas na região Sudeste do Brasil sem se comunicar com a família na Paraíba, a ausência, em sua narrativa,

3 Pão de arroz é uma espécie de cuscuz. Iguaria típica do sertão cearense, feita à base da massa extraída do arroz e misturada a outros produtos como o amendoim, o coco ralado e o gergelim. Esse alimento é tradição no período junino. As pessoas costumam, na noite de São João, fazer café para tomar com o pão de arroz ao lado da fogueira.

não significou uma perda da relação afetiva com os familiares. No seu relato, captado através de entrevista gravada digitalmente durante o seu retorno à Paraíba em 2013, se destacam os sentimentos de *saudade, sofrimento e tristeza*, que são narrativas de construção de si para si mesmo bem como para os outros, como os familiares, o pesquisador e outras pessoas de suas redes de relações.

A família se tornou um ausente presente através de seus sentimentos e de seu imaginário, perspectiva já formulada acima por Sayad (2000). A noção de retorno tem duas dimensões, uma ontológica, ou seja, ela é constituinte da própria construção da identidade do migrante, e outra que é epistemológica, que envolve as dimensões econômica, cultural, social e política.

A saudade da mãe e dos irmãos como narrativa predominante se revela como uma “experiência primeira cronologicamente e permaneceu primeira, porque é a essencial, afetiva e efetivamente voltará a sê-lo um dia”. Nos termos de Sayad (2000, p. 20): “uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltaria a sê-lo um dia”. O retorno, após sessenta anos, concretizou efetivamente o elo afetivo vivenciado como ausência, sofrimento e tristeza. Um conflito familiar teria sido um dos motivos que levaram o Sr. Renato Jordão a deixar a cidade de Campina Grande no início da década de 1950.

Renato foi embora do Sítio Bela Vista, no município de Queimadas, aos 17 anos, e no estado de São Paulo construiu uma vida inteira longe dos familiares. O motivo da partida foi um desentendimento familiar por causa de um namoro que, na época, foi proibido pelos pais⁴

Em sua narrativa, Renato coloca em segundo plano essa questão do “desentendimento familiar”, mas não nega a sua existência.

4 *Jornal da Paraíba*, edição online, sexta-feira, 27 de setembro de 2013.

Ele admite que houve, mas não teria sido apenas aquela questão que o levou a migrar. Do mesmo modo, aquele “desentendimento” não teria sido a principal razão de ele não ter retornado à sua terra natal.

É eu tive, eu tive, vamos dizer assim. A minha primeira namorada, eu tive outras namoradas, mas uma me cativou muito assim na vida sentimental e eu acho até que ela, até sofreu mais do que eu pelo que o pessoal me conta, mas não foi bem isso aí não. Tem é... tem um a ver.

Para resolver essa questão, colocou em prática um ditado popular considerado por ele extremamente importante: “Os incomodados que se mudem. (...) é um dizer que as pessoas falam e eu acredito muito nisso e boto isso em prática, toda vida botei. Os incomodados que se mudem”. Perguntado sobre o que o incomodava, seu Renato não culpa os pais, não reconhece na própria família um problema para aquele relacionamento anteriormente vivo.

Não era ela. Não era meus familiares, mas os familiares dela eram muito incomodado com isso. Quer dizer, eles achavam que não tinha como fazer isso, como dá prosseguimento àquele namoro, aquela coisa. Ficaram muito incomodados e eu tomei isso como uma afronta. E segui esse ditado que pra mim é uma lei: “os incomodados que se mudem” e eu me mudei. (Risos)

Não sabemos se por vergonha, esquecimento ou peso na consciência, a mãe do Sr. Renato não trata desse “desentendimento” em sua narrativa sobre a saída do filho de casa. Diz apenas que o Renato foi para o Rio para a casa de irmãos, depois mudou pra São Paulo e não deu mais notícias.

Embora o Sr. Renato não tivesse contato com sua família de origem, ele não estava isolado no mundo, mas construiu outras redes sociais que o conectaram socialmente nos espaços e tempos onde trabalhou, morou e se divertiu. Casou, teve filhos, constituiu família e passou por uma situação delicada que ainda lhe provoca alteração na voz quando acionada pela memória. É um caso relacionado ao

seu primeiro filho, fruto de um relacionamento com uma empregada doméstica de um casal de portugueses em São Paulo. Quase quarenta anos depois, a atitude da ex-namorada, mãe de seu filho, é lembrada com tristeza.

Eu cheguei lá, tive uma mulher, empregada de um português lá. Essa coisa também me abala um pouco, mas só que é uma coisa que eu tenho superado da melhor forma possível (...) foi um trauma muito grande, porque quando eu arrumei essa mulher e ela teve um filho, o português, patrão dela, morreu, os familiares foram pra Portugal, levaram meu filho.

Chegou a conviver com o menino até os oito anos de idade. Mas depois foi informado pela mãe de seu filho que o menino havia sido levado para Portugal. Ao se referir aos portugueses que levaram seu filho, como forma de suprir a ausência de uma pessoa que morreu, disse que isso é bobagem, cada pessoa cumpre um papel importante e fundamental em nossas vidas. E que essas pessoas são insubstituíveis. “Não existe esse negócio da pessoa perder uma mãe botar outra, perder uma mulher botar outra, perder um filho botar outro... não existe. Isso não existe”.

Mas ao migrar, ao sair de casa, o viajante, quando passa muito tempo longe da sua terra natal, do seu lugar de origem, também paga um preço muito alto por isso. Nesse caso específico do retorno desse migrante, percebemos que o sentimento de vergonha toma conta de alguns momentos da narrativa. Há um visível sentimento de culpa em sua oralidade.

Distante da família. E aquele período ali vai traumatizando. Dá uma saudade, principalmente da mãe né. E o cabra vai se perguntando: mas como é que o cabra pode fazer uma maldade dessa com a própria mãe? Ai o cabra fica assim meio envergonhaado.

Ao mesmo tempo ele também não tem certeza de como seria esse retornar. Não sabia e temia pelo que o esperava. As incertezas não estão mais no lugar de destino, elas agora fazem parte da própria

origem. Voltar para casa era ir ao encontro das dúvidas, das angústias, do incerto e, quem sabe, dos fantasmas do passado. Não havia nenhuma garantia de que seria bom retornar. Para resolver tal dilema, coube ao migrante protelar. E quanto mais o tempo passava, mais os laços se distanciavam.

Ao se referir à categoria “saudade”, Renato Jordão disse que saudades também mata e é uma morte muito mais dolorosa, porque, de fome, você morre em três dias, e de saudades, você morre aos poucos:

A vida oprimida pela saudade eu acho que é... é uma vida oprimida quase que pela fome. Entendeu, a fome, no caso essa fome de alimentação material ela mata, mas a saudade também mata, só que a fome a qual eu lhe falei (de alimentação) ela mata rápido, aquilo é passageiro, agora uma fome que se prolonga por trinta, quarenta, cinquenta, sessenta anos com aquela fome, aquele desejo, aquela saudade é a coisa mais difícil que a pessoa tem que enfrentar na vida. Experiência própria.

Mas a condição de ser do migrante continua muito forte para Sr. Renato. Mesmo aos 73 anos ele se orgulha de ser um empregado, de poder desenvolver as suas atividades, ainda que aposentado. “Eu trabalho, sou empregado. Eu ganho uma mensalidadezinha né, de benefício do Governo, mas trabalho. Trabalho normalmente como qualquer pessoa de vinte, trinta anos”.

Embora em sua narrativa Sr. Renato enfatize a ideia de “prolongamento do tempo”, o fato é que o tempo não parou. Ele seguiu seu curso e muita coisa aconteceu entre aquele 1953, momento da saída, e esse 2013, momento da chegada. Entre as consequências de um tempo que não dá trégua, nem perdoa ninguém, estão os lamentos por não encontrar mais aqui muitos de seus amigos de infância. “Encontrei muitos, mas faltou muitos também, muito já tá na presença de Deus. Então, me deixou assim meio triste né”.

Algumas ideias finais

A presença/ausência vai sendo incorporada nas práticas e representações dos migrantes. Esse sentimento é expresso através de visitas frequentes entre os locais onde estão os familiares e com determinados símbolos materiais que explicitam o desejo de retorno como a construção de uma casa, como é o caso de Sr. Manuel Leandro. Esse sentimento de presença/ausência é continuamente renovado nas falas e ações dos migrantes. No momento em que tentamos fechar/concluir este capítulo, a esposa do Sr. Manuel nos informa que ele pretende reformar a casa abandonada no sítio de Várzea Alegre. Perguntamos se tem uma previsão para se fazer esse trabalho e somos informados que ainda não sabem, mas que ele, vez por outra, fala nisso.

Mas, em outros casos, a presença-ausência é vivenciada no distanciamento físico e de comunicação com os membros da família. Esse é o caso de Sr. Renato que migrou de Campina Grande para o Rio de Janeiro e ficou sessenta anos sem dar notícias para a família. Ele viveu uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva. O retorno após sessenta anos concretizou efetivamente o elo afetivo vivenciado como ausência, sofrimento e tristeza.

As noções de tempo cronológico são deslocadas para outras demarcações temporais, como no caso do migrante no documentário “Peões” para quem quatro anos se transformam em “uns dias”, expressando a provisoriedade da estadia “enquanto dá certo”.

O sentimento de pertencimento a “um lugar de origem” se idealiza como no caso do Sr. Lázaro; em outros casos se embaralha, como diz Sr. Joaquim que retornou a Várzea Alegre. Ele já não sabe mais se é cearense de Várzea Alegre, ou paulista de São Bernardo do Campo “eu nasci e cresci aqui, mas eu não posso deixar São Bernardo”. Talvez essa percepção também esteja associada ou tenha relação com as facilidades de acesso aos transportes que aproximaram, de certa forma, essas duas cidades brasileiras. “a gente pega um aviãozinho...cheguei de lá mês passado”.

Referências

- BENJAMIN, W. (1987). *Magia e técnica, Arte e Política*. 3 ed. Obras escolhidas, vol, 1, São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, P. (1998). “Um analista do inconsciente. Prefácio”. In: SAYAD, A.. *A Imigração*. São Paulo, EdUSP.
- CLEMENTINO, J. O. (2016). *Fazendo a festa: a sociabilidade dos migrantes varzealegrenses em São Paulo e no Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFCG, 304 p.
- COUTINHO, E. (2004). *Peões*. Direção: Eduardo Coutinho. São Paulo, DVD (85 min).
- MARCELIN, L. H. (1999). A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, n. 5, v. 2, pp. 31-60.
- MÁRQUEZ, R. (2014). Limites e ambiguidades da vicinalidade num bairro de Salvador. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 57, n. 2.
- MENEZES, M. A. (2006). Relações entre pais, mães e filhas (os) em famílias camponesas: memórias de infância. *Teoria & Pesquisa*, v. 49, pp. 87-110.
- MENEZES, M. A. (2002). Memórias de infância de mulheres e homens camponeses. *Trajetos*. Fortaleza, pp. 185-207.
- MENEZES, M. A. (1985). “*Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba*” [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]. M. Phil. thesis. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba.
- MENEZES, M. A. (2005). História Oral – Uma metodologia para o estudo da memória. *Revista Vivencia* n. 28, pp. 23-36.
- MENEZES, M. A. (1992). *História de Migrantes*. Centro de Estudos Migratórios – CEM. São Paulo, Edições Loyola.
- MENEZES, M. A. (2012). “Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos”. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (orgs.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília, Oficina Universitária/São Paulo, Cultura Acadêmica.
- MENEZES, M. A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/João Pessoa, PB, EDUFPB.

- MENEZES, M. A. e CLEMENTINO, J. O. (2015). Sessenta anos depois: a narrativa de um migrante sobre ausência e saudades da família. *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS v. 16, n. 30, pp. 38-54, jan-abr.
- MENEZES, M. A. et al. (1990). O retorno para a festa. *Travessia*. São Paulo, C.E.M., maio-ago, Ano III, n. 7, pp. 9-12.
- PINA-CABRAL, J. de e GODOI, E. P. de (2014). Vicinalidades e casas partíveis. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 57 n. 2.
- POLLAK, M. (1992). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Histórico (Memória)*. RJ, v. 5, n. 10, pp. 200-212.
- SAYAD, A. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. esp., pp. 7-32, jan.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Edusp.
- SILVA, M. A. M.; MENEZES, M.A. de (1999). Migrantes Temporários: Fim dos narradores. *Revista Nêo; História*, n. 1, nov.
- SILVA, S. R. A.; MARILDA A. de M. et al. (2012). Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 20, pp. 16-24.

Dos migrantes rurais da Argélia aos migrantes do Vale do Jequitinhonha – MG: a contribuição da sociologia de Sayad

José Carlos A. Pereira

Introdução

Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino, imigrante na França, muito contribuiu com suas pesquisas e experiência pessoal, como imigrante, para uma compreensão sociológica, mas ampla e profunda sobre os reais sentidos da imigração e os significados da condição de imigrante. Um dos aspectos da rica contribuição de Sayad é o caráter teórico metodológico com que se debruçou sobre produção e reprodução da imigração argelina na França, a negativa de direitos por parte do Estado francês e as condições materiais e psíquicas de vida dos migrantes.

Nesse texto pretendo abordar sobre a contribuição do pensamento de Sayad à compreensão sobre a migração contemporânea a partir da emigração de camponeses do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, para o interior do estado de São Paulo e para Portugal. Além do diálogo com outros autores, articularei as reflexões teóricas com trechos de entrevistas¹ que realizei durante o

1 Todos os entrevistados são apresentados por nomes fictícios indicados por eles mesmos na oportunidade das entrevistas. Trata-se de uma forma de preservação da sua identidade civil e política como pessoa e colaborador da pesquisa.

trabalho de campo à época da pesquisa de doutoramento. O presente texto é uma adaptação dos capítulos 1 e 2 da minha tese de doutorado (Pereira, 2012) e abordará: a) o papel do Estado como um dos atores produtores e mantenedores da migração forçada; b) o trabalho no eito dos canaviais; c) a negação de direitos na sociedade acolhida dos migrantes; d) a condição de dupla ausência dos migrantes, isto é, ausentes de sua terra natal, negados como pessoas de direito nas regiões de trânsito ou destino de sua migração; e) a circularidade migratória provocada, entre outras coisas, pela mobilidade do trabalho; f) as organizações sociais e remessas de migrantes como símbolos de lutas por reconhecimento e transformação social.

Estado, negativa de direitos e migração

Há ao menos duas semelhanças entre o processo de emigração de camponeses do Vale do Jequitinhonha para o interior do estado de São Paulo ou para Portugal (Pereira, 2012) e o processo de emigração de camponeses argelinos para a França estudo por Sayad e Gillette (1976); Sayad (1998).

Sayad aponta que a imigração argelina na França foi previamente planejada por parte do Estado colonizador francês que promoveu a expulsão de milhares de camponeses argelinos de suas terras em benefícios de empresas francesas que promoveriam o desenvolvimento na Argélia. Um desdobramento disso foi a ruptura ou o esfacelamento do modo de vida camponês associado à ideia de que se poderia viver melhor na condição de imigrante na França (Sayad, 2015, pp. 155-174).

Assim como na Argélia, no Vale do Jequitinhonha ocorreu, especialmente a partir de 1950, mas ainda hoje, um processo de expropriação de terras camponesas coordenado pelo Estado brasileiro em nome de um suposto desenvolvimento baseado na concentração da propriedade fundiária e no monocultivo de eucaliptos, que beneficiou

empresários nacionais e, mais tarde, empresas transnacionais como a Arcelor Mital, de capital francês e árabe, e ainda empresas mineradoras como a CBL – Companhia Brasileira de Lítio.

A expropriação das terras camponesas também beneficiou grandes fazendeiros e empresários mineiros e paulistas que, com o apoio de cartórios locais no Vale do Jequitinhonha, tornaram-se proprietários de grandes extensões de terras devolutas em chapadas e planícies do Vale.

A expropriação do campesinato do Vale do Jequitinhonha-MG é tomada como exemplo, resultante dos planos de modernização edificados durante os anos 1960 e 1970, pelos governos da ditadura militar. De antemão, cabe dizer que, tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da *violência escondida e legal*, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região. (Silva, 1999, p. 27)

A expropriação das terras empurrou os camponeses para as pequenas grotas e veredas onde passaram a fazer o seu plantio associado a criação de animais e o soerguimento de suas moradas, como também registraram Moura (1988), Ribeiro (1996).

Empurrados para os fundos das grotas ou para os terrenos alagadiços das veredas, não demoraria que a população camponesa logo tivesse enormes dificuldades de extrair o seu sustento e expressar suas tradições e culturas em tão exíguas terras. Além disso, as pequenas porções de terras ficavam cada vez menores para atender as demandas das novas famílias formadas seja pelo matrimônio seja por outros arranjos e formas de grupamentos coletivos.

Se, por um lado, havia o interesse de fazendeiros, empresas nacionais e transnacionais em se apropriar das grandes extensões de terras nas chapadas do Jequitinhonha para ali assentarem suas plantas extrativistas de minério, carvão vegetal, celulose ou criatórios de

gado, por outro, o Estado brasileiro também tinha grande interesse em que tais atores econômicos tomassem a propriedade privada da terra. Para viabilizar isto, além da promulgação de leis que transformaram terras de posse camponesa em terras devolutas e o consequente processo de privatização dessas terras, foi criada, em 1966, a empresa estatal Ruralminas que cuidou de legalizar a apropriação privada, garantir o assentamento das fazendas e plantas industriais, bem como promover a expulsão de milhares de camponeses que há muitas gerações reproduziam material e culturalmente os seus modos de vida em benefício do “desenvolvimento” que então se iniciaria no Vale do Jequitinhonha.

No entanto, o “desenvolvimento” se deu, na verdade, com base na expropriação de terras camponesas, chapadas – até então terras de uso coletivo – e também na exploração do trabalho de boa parte do campesinato expulso da terra e convertido em trabalhadores assalariados em usinas de açúcar e álcool no interior do estado de São Paulo, ou ainda, nos monocultivos de eucalipto plantados nas chapadas do Jequitinhonha e nas companhias de mineração como a Acesita e a Arqueana que também tiveram papel decisivo na expropriação de terras camponesas Moura (1988), Silva (1999).

Espremidos nas grotas e veredas, milhares de camponeses teriam que transformar radicalmente seus modos de vida e, necessariamente, buscar alternativas de trabalho e condições de vida, especialmente os mais jovens, para se reproduzirem socialmente, não mais como camponeses, mas como migrantes trabalhadores rurais assalariados em regiões de monocultivo como o interior do estado de São Paulo; peões em fazendas de gado no próprio Jequitinhonha ou na Região Norte do Brasil; operários em construção civil em diversas capitais brasileiras, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília etc. Ou seja, ruía-se um modo de vida baseado em costumes, na posse da terra e na economia de autoprovisionamento para entrar em outro modo de vida baseado em letras de leis, migrações e trabalho assalariado, apropriação privada dos meios de produção, todos estranhos a lógica camponesa de reprodução social.

Levantados do chão – trabalhadores migrantes

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e Ana Maria Carneiro (1986) mostram que fluxos migratórios do Vale do Jequitinhonha para outras regiões brasileiras, como o interior do Estado de São Paulo e a Região Norte do Brasil estão relacionados aos planos de desenvolvimento regional e nacional brasileiro que o Estado e empresas privadas implementaram no Vale do Jequitinhonha com o monocultivo de eucalipto e a mineração industrial.

Isso contribuiu para aumentar ainda mais a concentração da propriedade fundiária e a riqueza gerada, resultando na entrada sistemática do capitalismo agrário-industrial no Vale do Jequitinhonha e a expulsão de camponeses, por um lado, e, por outro, a demanda de trabalhadores assalariados que este mesmo capital já requeria no interior do Estado de São Paulo e a demanda por “desbravadores da fronteira agrícola” que o capital agrário industrial apresentava na fronteira agrícola em vários estados da Região Norte, como Rondônia, Acre, Pará, Amazonas.

Ou seja, o mesmo capital que expropria e expulsa trabalhadores de uma determinada região, convertendo-os em migrantes forçados, requer a sua presença em outras áreas, onde sua força de trabalho mal remunerada, ao lado de estudos científicos e tecnológicos, de subsídios fiscais e financeiros governamentais, será utilizada a exaustão em prol de um modelo de desenvolvimento que prioriza a concentração de riquezas, como já nos mostrava Jean Paul de Gaudemar (1977) em sua pesquisa sobre “a mobilidade do trabalho e acumulação de capital”.

A despeito do desenvolvimento científico e tecnológico em diversos setores do agronegócio brasileiro como monocultivos de cana-de-açúcar, eucaliptos, soja etc. as condições de trabalho e alojamento para os trabalhadores migrantes, especialmente no corte de cana-de-açúcar, pouco melhoraram.

O desenvolvimento científico e tecnológico tem ocorrido, sobretudo, nas áreas de agronomia, engenharia agrícola, engenharia de materiais e metalurgia, engenharia mecânica, engenharia química,

bioquímica, genética² com aplicação em diversos segmentos, como melhorias de solo, aproveitamento integral da cana (bagaço, palha e caule), descoberta de novos genes, cana-de-açúcar transgênica, novos herbicidas, etc. Comparados às áreas supracitadas, são poucos os projetos que abordam a questão das relações de trabalho nos canaviais.

O aumento das pesquisas tecnológicas e científicas voltadas à obtenção de maiores índices de produtividade, qualidade e rebaixamento dos custos de produção é acompanhado da expansão da fronteira agrícola com lavouras de cana de açúcar, soja, eucaliptos, sorgo, algodão etc. para abastecimento do mercado nacional e internacional de commodities.

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), os produtos do agronegócio para exportação ocupam 77% da estrutura produtiva de lavouras temporárias, isto é, aquelas que incluem a produção de alimentos básicos para a população, sobretudo a de baixa renda. Objetivamente, o milho, a soja e a cana de açúcar ocupam, juntos, cerca de 70% de toda a área de lavouras temporárias no Brasil, enquanto o feijão, o arroz, o trigo e a mandioca ocupam apenas 22% dessa área. Outra constatação importante é que do Censo Agropecuário de 2006 ao de 2017, as receitas das atividades agrícolas de caráter familiar cresceram 16%. Já as receitas referentes ao agronegócio em grande escala apresentaram crescimento de 69%, sendo o monocultivo de cana-de-açúcar um dos principais responsáveis por esse incremento.

2 Alguns títulos de projetos de pesquisa em execução: “desenvolvimento de marcadores moleculares a partir de ESTs de cana-de-açúcar para seleção de características economicamente importantes; transcriptoma da cana-de-açúcar; desenvolvimento de tecnologia visando ao aproveitamento de derivados de levedura em alimentação humana e animal; produção contínua de álcool carburante utilizando *Saccharomyces cerevisiae* suportado em crisotila; identificação de novos genes cry a partir de isolados da bactéria *Bacillus thuringiensis* empregando metodologias de biologia molecular e construção de plantas de cana-de-açúcar transgênicas; análise técnica, econômica e ambiental do uso da cana-de-açúcar para a geração sustentável de energia elétrica, Herbicidas inibidores da acetolactato sintase (ALS) aplicados em cana crua e mudanças no banco de sementes de plantas daninhas; etc. Cf. Fapesp (2007).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam os resultados dos investimentos científicos, tecnológicos e econômicos para o melhor incremento da produtividade.

Se, por um lado, há todo um aparato tecnológico e científico voltado à expansão de terras, à ampliação da produção e melhor performance econômica daqueles produtos, por outro, no tocante às condições de trabalho – salários, forma de pagamento, carga horária, condições de alojamento, equipamentos de proteção individual-EPIs, alimentação dos trabalhadores, dignidade humana, há uma estagnação no seu processo de aprimoramento e ampliação que, em muitas situações reais, aumentam a violência no campo e sustentam condições de trabalho análogas a de escravo, nas quais estão, principalmente trabalhadores migrantes.

Os trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha para os canaviais paulistas em 2007 também denunciam a escalada dos acidentes de trabalho e o descaso das usinas com as leis trabalhistas. Durante as visitas e conversas que tivemos, eles chamaram a atenção para alguns problemas que ocorreram durante o trabalho no eito da cana. Vejamos:

- Dores na coluna devido ao intenso esforço físico e flexão de pernas e colunas durante o trabalho no corte da cana;
- Óculos de proteção inadequado fornecido pelas usinas com o aval do Ministério do Trabalho.
- Outra reclamação constante foi sobre os casos em que as usinas dispensam os trabalhadores por motivo de doença de chagas³.

3 Esta doença é transmitida pelo contato com as fezes do "*Triatoma infestans*", popularmente conhecido como "Barbeiro". Este inseto é hospedeiro, ou seja, portador do protozoário *Trypanosoma cruzi* que, por sua vez, presente nas fezes do barbeiro, transmite a doença de chagas. A doença de chagas não implica, necessariamente, na invalidez do seu portador para o trabalho. O trabalhador portador da doença de chagas fica impedido de desenvolver atividades que exigem maior esforço físico, como cortar cana, carregar lenha, descarregar caminhão, ou toda e qualquer atividade apenas nos casos em que a doença está em estágio bastante avançado. Nos casos em que o estágio da doença é primário ela é curável, bem como o trabalhador pode desenvolver atividades leves. Em estágio avançado a doença não é curável e o trabalhador só deve desenvolver atividades físicas sob orientação médica.

Eles são mandados de volta ao seu lugar de origem sem informações consistentes do seu verdadeiro estado de saúde. Retornados à terra natal na condição de portadores da doença de chagas, encontram a dificuldades de acesso ao auxílio doença do INSS.

- Por fim, os migrantes informaram que, a despeito de algumas melhorias que as usinas têm feito nas condições de lazer (sala de tv e campo de futebol) e alojamento, muitos de seus chefes, diretamente ligados aos gerentes, têm feito chantagens e intimidações aos trabalhadores que desejam voltar para casa (região de origem) no início de dezembro, ou que fazem reivindicações de melhorias de salários, equipamentos de proteção e adequações nos alojamentos. As intimidações consistem em demissão do trabalhador, publicação do nome dele em uma lista que circula entre os RHs das usinas, tentativas de isolamento dos trabalhadores que frequentam sindicatos ou desejam fazer reuniões para discutir sobre suas condições de alojamento e trabalho.

Chegado aqui, podemos perguntar: diante de tantas denúncias dos próprios trabalhadores por que eles ainda se sujeitam a um trabalho penoso e estranho ao seu modo de vida? A resposta a esta pergunta exige reflexão sobre aqueles princípios geradores de migrantes que apontei na primeira parte desse texto. Isto é, sobre as condições sociais em que camponeses foram expropriados dos seus meios de produção e transformados em migrantes alimentados pela ilusão da modernização como um salto qualitativo da sua precária condição de vida, por um lado, e, por outro, transformado no proletário urbano ou rural a quem são negados direitos trabalhistas elementares e a própria condição humana. O depoimento de um trabalhador migrante, coletado durante uma de minhas incursões a campo durante a pesquisa de doutorado, ilustra bem o que venho expondo até aqui.

Eu pensava assim. A terra aqui ficou pouca para mim. [...] O chão fugiu de debaixo dos meus pés. [...] Vou para o corte de cana, trabalho lá uns anos e volto para cá. Compro mais um

pedacinho de terra, umas vaquinhas de leite, boto umas roça aí nesses tabuleiro e vou vivendo com a família. Meu plano era isso. Fui, trabalhei, trabalhei mas coah! O sujeito se mata de trabalhar e consegue mal o que comer. [...] Trabalhei demais e fiquei inválido. O fiscal falou: “o ano que vem você não pode vir mais para cá. Você não dá mais para o serviço, tem que procurar outra coisa. Você não consegue mais cortar cana. [...] Aquele entusiasmo de ter meus bicho e minha rocinha eu ainda tenho. Mas eu acho que é que nem uma ilusão que o freguês tem para puder viver. Porque, para conseguir essas coisas quem é pobre não consegue não. Trabalhando aqui ou lá fora não consegue não. (Laurindo, 54 anos, casado, cinco filhos)

A condição de migrante, a dupla ausência e a negação direitos

No local de destino de sua migração os trabalhadores se veem forçados a usar toda a sua força física no trabalho sem garantias de cumprimento de leis trabalhistas e contratos por parte dos empregadores, mas também com a anuência, mais uma vez, do Estado, seja através da insuficiência de estruturas de fiscalização e combate às violações de direitos trabalhistas como o Ministério Público do Trabalho seja no silêncio e negação de direitos aos migrantes não apenas como trabalhadores mas como cidadãos, pessoas, já que são tornados inválidos e descartáveis sem, contudo, acessar direitos relativos à previdência social. No período de 2005 a 2007, a Pastoral dos Migrantes registrou 22 mortes de trabalhadores por excesso de trabalho nos canaviais paulistas.

Seja nos locais de origem ou de destino da migração, sua condição social não se altera. Isto é, permanecem à margem de direitos sociais e trabalhistas e são negados em sua condição através da parceria desenvolvimentista Estado – capital privado.

Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas. Inegavelmente, o processo de

exploração-dominação instaurado alicerçou-se sobre os pilares destas relações jurídicas, que nada mais são do que expressões das relações de classes. (Silva, 1999, p. 18)

Sayad (1998; 2015) já apontava para os efeitos deletérios de formas sociais de produção material e cultural da vida na Argélia através do binômio Estado-capital como instrumento modernizador que, supostamente, transformaria regiões classificadas como “atrasadas” em regiões desenvolvidas e com qualidade de vida.

No caso do Brasil, Antônio Cândido, ao observar o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico sobre áreas rurais, já chamava a atenção para os desdobramentos políticos, econômicos e sociais sobre populações rurais abandonadas pelo Estado. Se há desejos de melhorar as condições de vida no campo ou na cidade, há que se considerar o

[...] problema da reforma agrária. Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido. [...] No estado atual, a migração [...] é uma fuga do pior para o menos mal, e não poderá ser racionalmente reorientada se não se partir do pressuposto de que as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais. (Candido, 1971, pp. 224-225)

Esses mínimos vitais devem ser capazes de prover uma existência digna em sociedade. No limite, urbanizar ou modernizar áreas rurais não significa produzir migrantes para alimentar o mercado de trabalho industrial urbano ou do agronegócio, mas reconhecer direitos e facultar as populações rurais plenas possibilidades de escolha entre permanecer ou sair do campo com condições de vida digna e justiça social. O depoimento, abaixo, ajuda a confirmar a perspectiva analítica de Candido (1971).

Já estou escaldado [...] a gente não para nem aqui nem lá; vive correndo trecho; não acompanha o crescimento dos filhos,

não aproveita a vida com a família, com os amigos. E lá você só trabalha, lá não se vai para fazer corpo mole, porque, senão, você é visto como fraco. Mas, lá ou aqui, o governo só ajuda quem já é grande. O trabalhador pequeno tem pouca chance, as vezes nem é enxergado como gente. (Laurindo, 54 anos, casado, cinco filhos)

Para Sayad (1998), um desdobramento da modernização foi a produção do emigrante e do imigrante como um duplo, uma existência desterrada, dividida em duas em um mesmo corpo violentado e expropriado de sua condição humana.

Vítimas de violência e da negação de direitos, os migrantes alimentam a ilusão de que a sua condição de migrante é temporária, caso contrário não suportaria a condição de permanente trabalhador, exigida pela sociedade de destino, e a marginalização no convívio social. Trata-se de um emigrante, um expatriado da sua região de origem, e de um imigrante, um cidadão negado na região de destino da sua migração.

Assim, a condição de imigrante é o reflexo de duas definições: de emigração e imigração. Nesse sentido, a condição de emigrante e imigrante diz respeito registra, na verdade, uma dupla ausência; uma dupla negação de direitos como um emigrante forçado e um imigrante produzido, ambos sob estatutos legais, mas que, na prática, estimulam ilusões de provisoriedade, seja para quem vive a experiência da emigração-imigração seja para quem dela tira benefícios políticos e econômicos que aprofundam relações de dominação políticas, econômicas e culturais (Saverese, 2000).

Remessas e ilusões – Símbolos da emigração-imigração: o caso do município de Padre Paraíso – MG

Já na introdução de “A imigração ou os paradoxos da alteridade”, Sayad (1998) nos fala sobre alguns paradoxos e ilusões produzidas, consentidas mutuamente entre o imigrante, sua região de origem e a sua região de destino.

Sayad (1998, p. 18-19) aponta, ao menos, três ilusões:

- a) ilusão de uma ausência e de uma presença provisória. A ausência provisória corresponde à ilusão nutrida por familiares, parentes e amigos que não emigraram da região de origem. Nesse ponto, observo também que essa ilusão de ausência provisória é ressaltada por memórias sobre sociabilidades compartilhadas, especialmente, antes da emigração. Além disso, a ausência provisória adquire mais contornos com as remessas de objetos ou dinheiro enviados pelos imigrantes, e que, se criam a ilusão da presença destes, de modo paradoxal também se expressa como um símbolo real da imigração, isto é, a ausência. Para o imigrante, há a ilusão de que a sua condição como tal é “provisória”; está ali para conseguir algum recurso, melhorar a sua condição de vida e da sua família, depois retornar. Sem esta ilusão, não suportaria, sequer o peso da partida, tanto mais o fardo de viver e trabalhar em um lugar que nunca foi seu, a sociedade de imigração. E, para esta, a ilusão da provisoriedade da condição de imigrante permite setores sociais a suportar a presença do “estranho”, porque acredita que este logo irá embora;
- b) a ilusão de que o imigrante só tem razão de ser, exclusivamente, pelo trabalho. Paradoxalmente, essa ilusão é alimentada pela sociedade de origem, pelo imigrante e pela sociedade de destino. Nesse ponto, vale destacar que essa ilusão contribui para alimentar a falsa percepção reduzida e abreviada da imigração como um fenômeno exclusivamente econômico;
- c) a ilusão de que a imigração, por conseguinte o imigrante, não pode, não deve se colocar na arena das relações políticas, posto que, se são reconhecidos provisórios produtores de riquezas, são também negados como cidadãos com direitos à participação ativa na produção de sociabilidades que estruturam política, econômica, histórica e culturalmente as relações sociais.

No espaço desse texto não podemos explorar, a contento, a abrangência e profundidade dessa questão sociológica proposta por Sayad. Contudo, analisemos o caso das remessas feitas por imigrantes a seus familiares no município de Padre Paraíso, Vale do Jequitinhonha-MG, dessas ilusões produzidas e mantidas, paradoxalmente, pelos protagonistas envolvidos na relação emigração-imigração.

O pequeno município de Padre Paraíso, no Vale do Jequitinhonha, chama a atenção pelo intenso processo de verticalização imobiliária; pela significativa presença de casas de material de construção, farmácias e *lan houses*. De acordo com o IBGE (2011) o município de Padre Paraíso tem aproximadamente dezoito mil habitantes, sendo que onze mil pessoas na sede urbana e outras sete mil na área rural. Embora a população não seja numerosa e nem a cidade se configure como um polo comercial, é notável o movimento de automóveis e transeuntes no seu centro comercial e seus principais estabelecimentos como casas de material de construção (dez), farmácias (oito), *lan houses* (seis), padarias (nove) e inúmeras lojas de vestuário e calçados.

Mas, a que se deve o crescimento do centro comercial do município de Padre Paraíso? Quem investe no município? Por que o investimento em casas de materiais de construção, *lan houses*, farmácias e padarias? Quem demanda as mercadorias e serviços desses setores comerciais?

De acordo com a prefeitura municipal, o crescimento do centro comercial está ancorado na atividade de garimpo e comércio de pedras preciosas; na ação empreendedora de algumas pessoas residentes no município e, de forma muito significativa, nas remessas que os imigrantes fazem a seus familiares e os orientam a investilas naqueles empreendimentos comerciais anteriormente citados. Ainda de acordo com a prefeitura, o garimpo que poderia gerar mais riquezas para o município não o faz, porque as pedras preciosas são vendidas a baixo preço para “pedristas” (comerciantes de diamantes) de Teófilo Otoni e que, na verdade, são quem realmente lucram com essa atividade.

O investimento em casas de material de construção está diretamente relacionado à reforma e construção de novas casas e prédios na região central que passa por um processo de verticalização. Isto é, as casas de apenas um piso têm sido demolidas e substituídas por prédios de quatro, cinco e seis andares. Esta verticalização pode ser explicada pela forte especulação imobiliária no município e que é gerada pelo investimento das remessas dos migrantes no setor imobiliário.

No que se refere às farmácias elas estão voltadas ao atendimento das demandas de pessoas do município de Padre Paraíso, mas também a de municípios vizinhos como Catuji, Carai e Itaipé.

As lan houses atendem ao público adolescente e jovem, mas também a adultos, especialmente pais e mães de migrantes. Em uma das lan houses, seu proprietário informou-me que, aos sábados, dia da feira semanal do município e que a população camponesa vem à cidade vender e comprar mercadorias, ele costuma atender pais e mães de imigrantes que vêm para conversar e ver os filhos através da internet.

Em entrevista com o então prefeito do município de Padre Paraíso (João) ele informou que

a principal fonte de renda que circula no município é o dinheiro das aposentadorias de homens e mulheres com mais de sessenta anos. A segunda maior fonte de renda em circulação são as remessas dos migrantes para seus familiares que as investem em padarias, casas de material de construção, farmácias. (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG)

Esses estabelecimentos comerciais têm se multiplicado de forma tão desproporcional à dinâmica populacional local e a demanda por eles, que o prefeito manifestou forte preocupação com a possibilidade de saturação de seus produtos e serviços oferecidos na praça do município. De acordo com ele,

A prefeitura precisa estudar uma forma de orientação aos imigrantes e suas famílias sobre a aplicação dos recursos remetidos.

A gente tem que ver uma forma de ampliar o leque de setores comerciais, pequenas fábricas, serviços, lojas onde os investimentos, as remessas dos migrantes fossem aplicadas. Eu penso que isto não deixaria possibilidades de saturação da praça comercial. E isso aí também, se a gente conseguir fazer, eu não sei, é meio complicado, mas a gente precisa pensar, eu acho que isso ajudaria os migrantes e suas famílias a ter maior rentabilidade sobre seus investimentos e poderia transformar Padre Paraíso em um município polo da região. (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG)

Caso a Prefeitura consiga realmente elaborar um plano de orientação e apoio às famílias dos migrantes no investimento das remessas que lhes são feitas, o resultado talvez pudesse ser mesmo interessante para as famílias e os migrantes no sentido de que eles pudessem obter um bom aproveitamento dos recursos. Neste ponto é interessante também apontar que a intenção da prefeitura em mapear as famílias de migrantes e orientá-las sobre o uso das remessas pode configurar uma forma de apoio e estímulo indireto à emigração, como já apontei anteriormente.

Além da intenção de apoiar e orientar os migrantes e suas famílias no investimento de suas remessas, eu quis saber do então prefeito de Padre Paraíso-MG se a prefeitura também pensava alguma ação de apoio junto às famílias de imigrantes encarcerados ou deportados. O prefeito não soube responder a essa questão.

A prefeitura não tem muitas informações sobre os emigrantes de Padre Paraíso que estão presos no exterior. A gente também não sabe muito sobre os que são deportados, pois, nos dois casos, as famílias quase não procuram a prefeitura. O que se sabe é por comentários da população. Mas, eu penso que se a gente fizer um mapeamento das famílias que têm filho ou outro membro no estrangeiro, a gente chega nessas famílias que têm filhos presos na imigração, e aí pode-se pensar uma forma de como ajudá-las. (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG)

A iniciativa da Prefeitura de Padre Paraíso parece ser muito interessante tanto no seu âmbito local, quanto para o âmbito da região do Médio Jequitinhonha, especialmente a microrregião de Araçuaí, uma das mais impactadas pela precária infraestrutura social e pela migração nacional e internacional de sua população. Todavia, o desconhecimento expresso sobre a realidade das pessoas deportadas parece sugerir que esta face dramática da imigração não desperta o interesse político ou social das autoridades municipais, e também não tem a mesma visibilidade social da pujança do centro comercial do município e a verticalização de sua paisagem urbana.

Além disso, a verticalização da paisagem urbana associada às remessas dos imigrantes dificulta a que muitos dos próprios habitantes da cidade, inclusive a administração municipal, percebam que há imigrantes que não lograram alcançar seus objetivos; também há famílias, cujos filhos se encontram encarcerados na imigração; pessoas deportadas; traumatizadas; imigrantes que desejam retornar, mas não conseguem fazê-lo, pois se sentem envergonhados, diminuídos na sua condição humana por não ter atingidos seus objetivos, como outros atingiram; mães e pais que viram seus filhos partirem e desde então nunca mais se soube notícias deles.

A dinâmica do comércio e da paisagem urbana reforçam no imaginário coletivo, inclusive no planejamento econômico da prefeitura, a ilusão da presença, na verdade ausência, dos seus emigrantes. Este mesmo efeito reverbera ilusões de que não há problemas políticos e sociais que produziram os emigrantes, tampouco que estes, já na condição de imigrantes, vivam realidades de não acolhimento ou inserção social representadas no drama das famílias de imigrantes deportados, encarcerados, que manifestaram problemas de saúde mental ou ainda desaparecidos.

Em que pese o drama daquelas ilusões, a imigração tem proporcionado a que, senão imigrantes, suas famílias alcancem melhores condições materiais de vida. Isto pode ser ilustrado pela melhoria do padrão da habitação, da alimentação, do vestuário, acesso

a eletrodomésticos, transporte próprio, e, em alguns casos, aquisição de um pequeno sítio ou fazendinha que a família utiliza como espaço de recreação e produção agrícola.

Ao levantar essas questões não pretendo sugerir que a migração seja um problema para os migrantes. Na verdade, como aponta José de Souza Martins (1988, pp.05-08), por um lado, se a migração é um produto da expropriação e submete o trabalhador a novas formas de miséria e violências, como também já apontava Sayad (1998), por outro, a migração

[...] o liberta da coerção permanente, das relações de dependência pessoal com o fazendeiro vizinho ou proprietário da terra. Rompe a dominação pessoal, abre alternativas de pobreza. Abre um caminho de emancipação da pessoa do trabalhador. Intuitivamente ele pode perceber isso; e os que o apoiam nem sempre podem. Nem sempre entendemos porque a violência que sofre o peão não lhe tolhe a alegria da farra na bebedeira com uma prostituta de ocasião num cabaré de povoado. (Martins, 1988, p. 7)

Lutas por reconhecimento e a organização social dos migrantes

Os processos de globalização ampliaram as possibilidades de comunicação e informação, deslocamentos, intercâmbios e articulações entre regiões e pessoas em todo o mundo e também contribuíram para intensificar os fluxos migratórios de pessoas com ou sem documentos; viabilizaram a que muitas manifestações populares, lutas por reconhecimento e mobilizações da sociedade civil, antes de alcance local, fizessem ecoar seus gritos por direito e justiça social em outras regiões e continentes. Nas palavras de Manuel Castells (1999), “a sociedade em rede”, e na perspectiva de Mervyn Frost (2016), “a sociedade global em tempos de governança global”.

Contudo, a globalização também despertou, de modo paradoxal, sentimentos e ações nacionalistas, racistas e xenófobos que afirmam,

incondicionalmente, a soberania de um Estado sobre seu território – mesmo em um tempo de relações comerciais, socioambientais e políticas articuladas em rede –, também estimulam a construção de muros e políticas migratórias que, se não impedem a entrada de migrantes, lhes tolhem o direito à acolhida e os criminalizam revelando a face política da migração escamoteada como fenômeno econômico.

Neste contexto, movimentos populares, associações de migrantes e instituições sociais de defesa da pessoa humana procuram se articular e incidir politicamente no sentido de considerar a migração como um direito humano nos termos de Hannah Arendt (2009, pp. 324-336). Isto é, direito humano como um constructo histórico, político, concreto e não o resultado natural de homens e mulheres se constituírem seres vivos. Para Hannah Arendt, a concepção dos direitos humanos como algo natural, abstrato, não vinculados a outros direitos ou leis contribuiu para que o seu acesso ou gozo não dependessem de lutas sociais por reconhecimento, interpelação e articulação, quase sempre conflituosas entre grupos sociais, Estados e suas representações políticas institucionais.

Hannah Arendt (2009) aponta que os direitos humanos não “emanam da natureza” do homem. Nessa perspectiva, podemos dizer que as lutas por reconhecimento e os direitos sociais são resultados de relações sociais históricas. O acesso e a defesa dos direitos humanos pressupõem o reconhecimento político recíproco, multilateral da dignidade de cada pessoa ou grupo como seres históricos portadores do “direito a ter direitos”, como o de emigrar, melhoria do padrão material de vida e, fundamentalmente, possibilidades de inclusão e participação ativa na vida social, cultural, econômica e política de uma sociedade.

No que tange a migração, a luta por reconhecimentos implica, para Sayad (1998), além da articulação e mobilização de grupos sociais, articulações bi ou multilaterais entre Estados. Embora sejam construídos tratados sobre deslocamentos de pessoas entre fronteiras internacionais, Estados com maior poder político e econômico, portanto com maior potência de dominação, levarão maior vantagem

nos processos de “mobilidade humana” convertidos, quase sempre, em deslocamentos de força de trabalho ou em “mobilidade do trabalho”, para dialogar com Jean-Paul de Gaudemar⁴ (1977).

Em síntese, a despeito da real e significativa articulação de instituições e movimentos sociais em todo o mundo pela afirmação dos direitos universais da pessoa humana, a construção de fronteiras porosas e o direito universal a acolhida, como bem nos mostra Seyla Benhabib⁵ (2005), a experiência vivida e pesquisada por Sayad aponta que a luta por reconhecimentos vai sempre trazer à tona o debate sobre a soberania entre Estados, a proteção dos seus nacionais reconhecidos como portadores de direitos, e os não nacionais a quem, a *priore*, não se reconhecem os mesmo direitos gozados pelos nacionais. Portanto, a negação de direitos, por um lado, e, por outro, o estímulo a que o imigrante, um estranho a nacionalidade, seja visto e tratado como o “outro” sempre ameaçador e competidor pelos direitos sociais. Sayad observa que

A dupla exclusão política que determina o imigrante e o emigrante [...] equivale, guardadas as devidas proporções, àquilo que Hanna Arendt qualifica de recusa ou de negação do direito à vida, na medida em que a própria identidade do indivíduo está inteiramente contida em sua identidade civil (ou cívica),

4 O estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo (salários baixos, horários frequentemente prolongados, ritmo de trabalho muito intenso). Mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente às capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter uma fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que têm uma taxa de atividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente beneficiam (doença, desemprego, velhice). [...] o recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os migrados constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes (Gaudemar, 1977, pp. 27-28).

5 “filiação justa” (just membership). Esta “filiação justa” implica: reconhecer o direito moral dos refugiados e asilados a uma primeira admissão; um regime de fronteiras porosas para os imigrantes; mandado contra a desnacionalização e a perda de direitos de cidadania, e a reivindicação do direito de todo ser humano a “ter direitos”, isto é, a ser uma pessoa legal, com certos direitos inalienáveis, não importa qual seja sua condição de *membresia* política (Benhabib, 2005, p. 15).

na medida em que é um de seus efeitos. No limite, agora que a imigração se prolonga durante toda uma vida ativa, viver a vida inteira é o mesmo que ser privado e privar-se durante toda a vida do direito mais fundamental, o direito do nacional, o direito de ter direitos, o direito de pertencer a um corpo político, de ter um lugar nele, uma residência, uma verdadeira legitimidade, ou seja, o direito, em última análise, de poder dar um sentido e uma razão de ser a suas ações, a suas palavras, a sua existência; é não ser habilitado, não poder adquirir os meios para ter uma história, um passado e um futuro e, assim, a possibilidade de dominar essa história. (Sayad, 1998, pp. 270-271)

Em Novo Cruzeiro, município do Valei do Jequitinhonha-MG, entrevistei Evandro que traz inscrito em sua experiência como emigrante-imigrante, a negação de direitos, especialmente de pertencer a um lugar, seja no seu Estado natal seja em um Estado de imigração, o que o torna desgarrado dos direitos humanos, e um forte candidato a viver como errante.

O pessoal aqui (Novo Cruzeiro) falava que a América (Estados Unidos) era bom. Que lá a gente podia ter tudo que quisesse. Ninguém não mexia com você. A maior coisa que tinha lá era a liberdade e a gente podia ter qualquer coisa. Assim, casa, carro, comida nem vou falar. Coisas que aqui a pessoa não tem. A gente não pode ter, porque a condição não dá. Você trabalha mas não pode ter. Fui para lá (para os Estados Unidos). Mas, aí eu fui deportado porque estava pescando lá perto do Canadá e eu não tinha documentos. Nenhum. De lá não. Fui deportado e tudo que eu tinha lá ficou lá. Perdi tudo. Depois fui para Portugal. Lá também fiquei sem documentos. Mas, lá é mais fácil. Tive que recomeçar a vida lá. Trabalhava em um armazém. Só que eu também não tinha os documentos. O de lá é o visto para trabalhar ou para morar. Eu não tinha nenhum dos dois. Aí que foi quando chegou a crise, eu fiquei quatro meses sem receber salário. Não aguentei. Fui falar com o patrão [...] Quando falei, ele disse que não tinha como pagar e que eu, era melhor eu ir

embora, pois eu não tinha documentos e se a polícia me pegasse era pior, pois eu poderia ser preso ou deportado. Naquela hora foi como se eu não tivesse visto mais nada. Foi um desmaio. Apagou tudo. Eu era um nada, o mundo tinha acabado de novo para mim. Eu já tinha sido deportado da América. Pensei, se eu for preso aqui é pior. Como vou reclamar meus direitos de salário atrasados? [...] O que eu fiz foi arranjar um dinheiro emprestado de uns amigos, comprar a passagem e vir embora. [...] Para você ver: hoje trabalho aqui vendendo água de coco nessa praça. Não tenho mais nada. Aqui é meu país mas, se o prefeito cismar, ele me tira daqui. Eu também não tenho alvará de licença para vender aqui. Mas, como vou fazer para ganhar meu pão e sustentar minha família? Vou pedir esmola? E os direitos da gente? (Evandro, 39 anos, Novo Cruzeiro-MG)

Dentre outros aspectos, a experiência migratória de Evandro desvela o não reconhecimento de muitos imigrantes como pertencentes a uma comunidade política e como pessoas de direitos em sociedades “democráticas”, inclusive em seus próprios países de nascimento. Além disso, o depoimento de Evandro nos chama a atenção para a violação de direitos em experiências migratórias, tanto em um plano institucional com a deportação sumária sem a possibilidade de defesa e o confisco dos bens da pessoa deportada como a violação de direitos em um plano civil a partir das experiências de trabalho como um imigrante sem documento, condição esta explorada pelo patrão que procura obter proveitos da negação da condição “estranha”, não pertencente ao mesmo grupo de direitos ao qual são filiados os nacionais.

É nesse sentido que Rossana Rocha Reis (2007, pp. 23-56) aponta que a despeito das diversas teorias e movimentos sociais internacionais que sugerem haver certa prevalência dos direitos humanos sobre a soberania estatal, as políticas de imigração ainda são fortemente caracterizadas por questões de segurança nacional e combate ao terrorismo, o que coloca o “outro”, isto é, o imigrante,

em situação de permanente desconfiança e conseqüentemente com maiores dificuldades para alcançar o “pertencimento político” e exercício da democracia.

Estas são experiências não democráticas e de não reconhecimento de direitos vividas por milhares de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, mas também por imigrantes bolivianos, paraguaios, peruanos, chilenos no Brasil, especialmente na região metropolitana de São Paulo, e, mais recentemente, sobretudo a partir de 2009, por africanos e haitianos que chegam ao Brasil.

Considerações finais

Procurei mostrar nesse texto, escrito em forma de notas, a contribuição do pensamento de Abdelmalek Sayad para a compreensão dos processos migratórios contemporâneos. A intensificação atual dos processos migratórios no âmbito da mobilidade do trabalho; da violência e perseguição devido a características étnicas, raciais, de gênero; refúgio; educação; saúde; cultura; religiosidade; colonialismo já estavam colocadas como questões sociológicas e forma bem exploradas por Sayad.

Questões como mudanças climáticas; sexualidade; circularidade migratória etc. surgiram depois ou adquiriram relevo como temas sociais e sociológicos depois da morte de Sayad.

Não obstante, a perspectiva teórica-metodológica de Sayad, ao interpelar a migração e o emigrante-imigrante como produtos de relações políticas e de poder entre Estados permite mergulhar fundo, escavar e trazer à tona as formas sociais de dominação política e cultural que produziram os migrantes de ontem e os de hoje. As mudanças climáticas estão vinculadas às formas políticas e econômicas do manejo sustentável dos recursos naturais; a sexualidade, em que pese a luta por reconhecimentos e direitos à diversidade, está vinculada à políticas que visam instituir a prevalência da família tradicional, patriarcal, à outras formas de grupamentos familiares não

constituídos, necessariamente, por casais heterossexuais; a circularidade migratória, por um lado, solapa conceitos utilizados por Sayad como “sociedade de origem” e “sociedade de destino”.

Por circularidade migratória, em síntese, entende-se que os migrantes não se fixam como trabalhadores, residentes ou cidadãos em um país ou região (Skeldon, 1990; Sapn, 1999). Mas, por outro, a circularidade migratória reafirma, ao menos, duas constatações feitas pelo sociólogo argelino sobre a migração. Primeiro, que esta é mais vista e tratada como simples deslocamentos de força de trabalho, portanto como uma relação econômica entre duas ou mais regiões ou países, segundo que a circularidade migratória está relacionada diretamente à mobilidade do trabalho e, fundamentalmente, à relações transnacionais entre instituições e países, sendo que, no caso destes últimos, em geral, caracterizadas pela negação de acolhida a um espaço de vida e um pertencimento civil, cultural e político em igualdade de direitos com os nacionais.

Referências

- ARENDDT, H. (2009). *Origens do totalitarismo*. Tradução Raposo Raposo. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARENDDT, H. (2010). *A condição humana*. Tradução Raposo Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BENHABIB, S. (2004). *Los derechos de los otros – extranjeros, residentes y ciudadanos*. Barcelona, Gedisa.
- CANDIDO, A. (1971). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARNEIRO, Ana Maria (1986). *Aprendizado da sobrevivência: trabalhadores rurais de Araçuaí (MG)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (1999). “A sociedade em rede”. In:_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v.1. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra.
- FAPESP (2007). *Brasil líder mundial em conhecimento e tecnologia de cana e etanol*. São Paulo, Fapesp.

- FROST, M. (2016). Pensando eticamente em refugiados: um caso para a transformação da governança global. *Travessia*, Ano XXIX, n. 79, jul-dez.
- GAUDEMAR, J. P. de (1977). *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Tradução Maria do Rosário Quintela. Lisboa, Estampa/Ida.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017). *Censo Agropecuário*. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 11 out 2018.
- MARTINS, J. S. (1988). Migrações temporárias – problema para quem? *Travessia*. São Paulo, Ano 1, n. 1, maio.
- MAUSS, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify.
- MOURA, M. M. (1988). *Os deserdados da terra*. São Paulo, Hucitec.
- PEREIRA, J. C. A. (2012). *O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia no IFCH/UNICAMP. Campinas, Unicamp.
- REIS, R. R. (2007). *Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo, Hucitec.
- RIBEIRO, E. M. (1996). *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem, Cedefes.
- SAYAD, A. (2015). Le mode de génération des ‘générations immigrées. *L’homme et la société* 111, n. 1, pp. 155-174, Paris. Disponível em: <<https://doi.org/10.3406/homso.1994.3377>>. Acesso em: 10 nov 2019.
- SAYAD, A.; GILLETTE, A. (1976). *L’immigration algériennes en France*. Paris, Éditions Entene, 127p.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Edusp.
- SAVERESE, É. (2000). Note critique: SAYAD, A. *La double absence. Des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*. Paris, Le Seuil, coll. “Liber”. *Politix*, v. 13, n. 49, Premier trimestre 2000. Les mafias. pp. 163-169; doi: <https://doi.org/10.3406/polix.2000.2142> https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2000_num_13_49_2142.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Unesp.

SKELDON, R. (1990). *Population mobility in developing countries*. Londres e Nova York, Bedhaven Press.

SPAAN, Ernst (1999). Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia. The Hague, NIDI, Report n. 56.

Imigração internacional em Cajamar: principais aspectos da presença haitiana na cidade à luz de Abdelmalek Sayad

Luís Felipe Aires Magalhães

Lúcia Bógus

Dulce Tourinho

Introdução

Este capítulo tem como objetivo compreender as características da imigração haitiana na cidade de Cajamar, município situado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e analisar este fluxo imigratório à luz de conceitos e categorias de Abdelmalek Sayad. Para o entendimento da presença haitiana na cidade, serão abordadas as condições econômicas e sociais do país de origem, o Haiti, e as especificidades que apresenta, hoje, no município de destino. Trata-se de um fluxo que, apesar de pouco volumoso – há 302 imigrantes haitianos registrados na cidade, segundo o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros, o SINCRE, da Polícia Federal – representa 63,31 % do total de imigrantes internacionais residentes no município e apresenta grande visibilidade por sua concentração em alguns espaços públicos da cidade, exercendo atividades no mercado informal, e por sua inserção laboral em atividades aquém de sua capacitação profissional e escolaridade.

Quanto à cidade de Cajamar, é importante analisar sua inserção no conjunto de transformações econômicas e sociais da Região Metropolitana de São Paulo, que se fizeram sentir mais fortemente a partir dos anos 1980. Estas transformações resultaram, em grande parte, do processo de desconcentração industrial (Cano, 2007) e da consequente transformação da cidade de São Paulo de polo industrial em polo de serviço, ocasionando a redistribuição, no tecido metropolitano, das atividades econômicas e da população, com impactos diretos sobretudo naqueles municípios mais próximos à capital. O processo de reconversão econômica (Taschner e Bógus, 2000; Rolnik e Frúgoli Jr., 2001) da capital paulista e as transformações, por ele desencadeadas, afetaram a natureza das relações entre dinâmica urbano-regional e movimentos populacionais e são parte constitutiva do novo padrão de acumulação do capitalismo no Brasil, com alterações importantes no mercado de trabalho e nas características de sua força de trabalho, constituída por trabalhadores recrutados no país e no exterior.

Cajamar: formação histórica, crescimento populacional e expansão econômica

A constituição de Cajamar como município remonta ao início do século XX, com a construção da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, e se consolida no ano de 1960, quando se desmembrou do município de Santana do Parnaíba, do qual foi distrito e com o qual mantém, ainda hoje, grande integração econômica e viária. Um marco importante da formação histórica de Cajamar é, justamente, a construção da Ferrovia, finalizada no ano de 1911, e que foi fundamental para vincular a região ao centro da cidade de São Paulo e a outros núcleos do entorno (Miranda e Junqueira, 2015).

Outro ponto importante na formação histórica do município foi a exploração mineral e a produção de cimento na região de Perus, zona norte da capital paulista, da qual tanto Cajamar como Santana do Parnaíba foram distritos. A implantação, em Perus,

da Companhia Brasileira de Cimento Portland, nos anos 20 (precisamente em 1925), organizou a estrutura econômica e social da região, beneficiando-se da infraestrutura já instalada pela Estrada de Ferro, e transformando Santana do Parnaíba, especialmente o distrito de Água Fria, no local de residência dos trabalhadores desta fábrica (Miranda e Junqueira, 2015).

Assim, desde o início de sua formação territorial, Cajamar, embora ainda não constituída como cidade, guardou e desenvolveu importante integração com os municípios de São Paulo, Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Essa integração atingiu outro patamar a partir da década de 1960, quando, em 1º de janeiro de 1960, a cidade tornou-se município, e posteriormente, com a progressiva substituição do transporte férreo pelo rodoviário. A Rodovia Anhanguera iria aumentar, nas décadas seguintes, ainda mais a vinculação de Cajamar com a Região Metropolitana de São Paulo (criada oficialmente em 1973) e com a Região Metropolitana de Campinas (instituída em 2000).

Com a construção da Rodovia dos Bandeirantes e, posteriormente, do Rodoanel Mário Covas, Cajamar ganhou um impulso econômico e logístico ainda maior, o que reforçou sua vinculação com Campinas e São Paulo, beneficiando-se, também, do crescimento de Jundiaí, outro importante polo econômico do estado de São Paulo. Essas transformações produziram importantes vantagens econômicas para Cajamar devido à adoção de uma política de atração das empresas que deixaram a cidade de São Paulo em busca de boas localizações com preços menores. Essa política atraiu importantes empresas de grande porte como a PLP do Brasil e a Natura, que saíram da capital paulista e se instalaram em Cajamar.

O processo de reconversão econômica (Taschner e Bógus, 2000) do município de São Paulo foi marcado por esse processo de desconcentração econômica, produtiva e populacional, em direção aos municípios metropolitanos. Além disso, redirecionou o eixo da acumulação de capital, no município polo da Região Metropolitana de São Paulo, do setor industrial para o de serviços, com especial expansão dos

serviços de baixa e muito alta qualificação (Magalhães e Bógus, 2018). Atraiu com isso, ao mesmo tempo, para o entorno metropolitano, trabalhadores de perfis sócio-ocupacionais muito distintos, como é o caso dos imigrantes pouco qualificados, como os bolivianos, desde os anos 1980, e os haitianos, após 2010, ao lado de imigrantes qualificados e trabalhadores do conhecimento, para postos elevados em empresas de alta tecnologia, a partir de 2000 (Domeniconi e Baeninger, 2017).

Cabe ainda destacar que a desconcentração econômica e industrial no estado de São Paulo (Cano, 2007), o deslocamento de importantes empresas para o interior e a mudança do perfil produtivo da capital paulista (de predominantemente industrial para serviços) alteraram também a hierarquia urbana no estado, redistribuindo espacialmente sua população e provocando um crescimento populacional mais intenso nas pequenas e médias cidades (Baeninger, 2010).

Participando desse conjunto de transformações, Cajamar passou progressivamente de município rural para predominantemente urbano. Enquanto no ano de 1970, 40,32% da população de Cajamar residia nas áreas urbanas do município e 59,68% nas áreas rurais, no último Censo, em 2010, essa relação já se apresentava totalmente invertida, com 97,99% da população da cidade residindo em áreas urbanas e apenas 2,01% em áreas rurais.

Tabela 1 – Evolução da População Residente em Cajamar (1970 a 2010)

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	% Pop. Urbana	Pop. Rural	% Pop. Rural
1970	10355	4175	40,32	6180	59,68
1980	21942	19521	88,97	2421	11,03
1991	33736	32005	94,87	1731	5,13
2000	50761	48084	94,73	2677	5,27
2010	41116	62823	97,99	1291	2,01

Fonte: IBGE, 2019.

Face ao exposto, pode-se afirmar que a urbanização de Cajamar está diretamente relacionada aos processos de metropolização na cidade de São Paulo (Observatório das Metrôpoles, 2012), tendo na

indústria um elemento ativo, mas com a presença importante, nos últimos anos, de um setor de serviços com peso crescente na economia local, sobretudo ligado às atividades de informática e logística. Devido a estas características, são intensas as trocas econômicas e populacionais de Cajamar com outros municípios da região metropolitana, com reflexos sobre a dinâmica populacional (Miranda e Junqueira, 2015).

Segundo o último Censo Demográfico, a cidade de Cajamar possuía, em 2010, uma população residente de 64.114 pessoas. Em 2018, a população estimada subiu para 75.638 pessoas. O crescimento populacional nestes últimos 8 anos indica claramente que a cidade está passando por importantes processos demográficos e migratórios, com claros efeitos sobre o crescimento da estrutura urbana da cidade, as necessidades habitacionais e, ainda, a gestão e as políticas públicas.

Do ponto de vista de sua morfologia urbana, Cajamar é uma cidade polinucleada, isto é, possui diferentes e distantes núcleos urbanos que operam como centralidades específicas. Essa sua forma é produto direto do modo com que a cidade se desenvolveu: enquanto sua porção sul vincula-se mais diretamente com São Paulo e Santana de Parnaíba, sua porção norte estabelece relações mais intensas com Jundiaí e Campinas.

Há, pelo menos, três núcleos urbanos na cidade: os distritos do Polvilho, de Jordanésia e de Cajamar (popularmente chamado de “Cajamar Centro”, mas reconhecido pelo IBGE como distrito de Cajamar). O distrito mais populoso, em 2010, era o do Polvilho (27.184 pessoas residentes), seguido de Jordanésia (25.341 pessoas) e Cajamar Centro (11.589 pessoas).

Entre esses núcleos, predominam vazios populacionais e extensas áreas industriais e de operações logísticas, além de áreas de preservação ambiental. Por tal razão, a densidade demográfica de Cajamar é relativamente baixa, com 488,18 hab/km². A cidade possui área territorial de 131,386 km² (IBGE, 2019).

Cajamar possui uma população ocupada de 41.520 pessoas, o equivalente a 56,9% da população residente na cidade. 34,4% da população cajamarense possui rendimento nominal mensal per capita inferior a meio salário mínimo (IBGE, 2019), indicando a presença de população pobre e uma forte demanda por serviços sociais e políticas urbanas, como habitação e saúde.

De fato, 1 a cada 20 moradores de Cajamar (4,47%) reside em favela: segundo dados do Censo de 2010, há 2.872 moradores de favelas em Cajamar, nos aglomerados subnormais União (1.102 pessoas), Cruzeiro (447 pessoas) e Acampamento Florim (1.323 pessoas). A proporção de população residindo em favelas em Cajamar é superior à de municípios vizinhos, como Barueri (1,06%) e Caieiras (2,86%), mas inferior à da capital paulista que atinge impressionantes 11,3% da população residente no município (IBGE, 2019).

De acordo com Pasternak e Bógus (2015), apesar de situar-se no grupo de municípios com alto nível de integração em relação a São Paulo, polo da Região Metropolitana, Cajamar apresentou, no último Censo Demográfico, um quadro bastante precário em relação ao nível de escolaridade dos chefes de domicílio: metade deles não tem instrução ou possui apenas o ensino fundamental incompleto. A baixa escolaridade condiciona inserções laborais precárias, quase sempre no mercado informal. Segundo o último Censo, 29,46% das pessoas maiores de 18 anos de idade não possuíam o ensino fundamental completo e trabalhavam na informalidade, ou seja, sem carteira de trabalho assinada (IBGE, 2019).

A escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) de Cajamar é, também, precária, com baixa proporção dos ocupados com ensino superior completo (8,08%).

Em relação aos indicadores de saúde, a mortalidade infantil, embora tenha diminuído entre 2000 e 2010, caindo de 23,1% para 17%, ainda se situa acima da média nacional (12,38) e da média da cidade de São Paulo (9,71).

As taxas geométricas de crescimento anual da população indicam que Cajamar crescia menos que a média da RMSP até o período

de 1960-1970. Foi com o esgotamento do processo de concentração econômica e industrial na cidade de São Paulo, na passagem da década de 1970 a 1980, que os pequenos e médios municípios passaram a crescer mais, dentre eles, Cajamar.

Os anos 80 e 90 e os primeiros anos dos anos 2000 consolidam esta tendência, deixando as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, perderem posições no ranking das maiores taxas de crescimento do país. O ritmo de crescimento da população urbana apresentou expressivos decréscimos a partir dos anos 1980, indicando a importância da espacialização e da utilização da dimensão territorial para o entendimento dos processos demográficos. Desse modo, o crescimento das pequenas e médias cidades, retratado pelo Censo de 1991 e de 2000, bem como as novas realidades da dinâmica regionais contribuíram significativamente para minimizar o caos urbano-metropolitano que se previa. Por outro lado, a emergência de novas aglomerações urbanas, centros e sub centros metropolitanos e não metropolitanos, bem como os crescimentos dos pequenos municípios, ancorados nos espaços das aglomerações urbanas, constituem os novos arranjos espaciais no desenho da rede urbana brasileira. (Baeninger, 2010, p. 210)

As taxas de crescimento de Cajamar tornaram-se maiores já no período 1970-1980, tendo crescido 7,63% ao ano, acima das taxas da RMSP, que cresceu 4,4% naquele período. Esse crescimento maior que o da região metropolitana manteve-se nas décadas seguintes. Assim, entre 1980-1991, a RMSP cresceu a 1,89% ao ano e Cajamar a 4,05%. Entre 1991 e 2000, a RMSP cresceu a 1,63% e Cajamar a 4,64% (crescimento maior que na década anterior). E, entre 2000 e 2010, a RMSP cresceu a 0,96%, e Cajamar a 2,36%. E entre 2010 e 2017, as taxas de Cajamar (2,05%) continuaram a se mostrar superiores às RMSP, que cresceu 1,19%.

Tabela 2 – Taxas de crescimento populacional (RMSP, Cajamar e municípios próximos)

	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-2000	2000-2010	2010-2017
Região Metropolitana de São Paulo	6,17	5,24	4,4	1,89	1,63	0,96	1,19
Cajamar	5,47	4,97	7,63	4,05	4,64	2,36	2,05
Barueri	13,99	8,61	6,97	5,22	5,31	1,46	1,52
Caieiras	19,58	5,21	4,8	4,15	6,9	1,98	1,83
Santana Parnaíba	1,8	0,39	18,14	2,46	7,89	3,82	2,79
São Paulo	5,59	4,57	3,55	1,18	0,88	0,75	1,05

Fonte: IBGE, 2019.

A Tabela 2 nos indica que Cajamar tem tido, nas últimas décadas, taxas de crescimento superiores à da RMSP, já maiores que as de Barueri, mas ainda inferiores às de Santana de Parnaíba.

Este crescimento populacional é impulsionado, especialmente, pela expansão, na cidade de Cajamar, do setor de serviços, justamente pelo crescimento das operações logísticas.

O crescimento do setor de serviços, particularmente dos serviços de baixa qualificação, altera o perfil social do mercado de trabalho. Cajamar tem, cada vez mais, atraído imigrantes para o trabalho nas empresas que se deslocam para a cidade. O novo perfil da força de trabalho da cidade é composto não apenas por migrantes dos municípios próximos (Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Caieiras) como também por imigrantes internacionais, especialmente haitianos. Na seção seguinte deste capítulo, analisaremos a imigração haitiana na cidade de Cajamar, buscando refletir sobre qual é o perfil social e demográfico deste fluxo e que conceitos e categorias nos ajudam a entendê-lo. Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto dos movimentos emigratórios no país caribenho.

Os emigrantes haitianos na origem: contextualizando o fluxo emigratório

O processo de emigração internacional no Haiti não é necessariamente novo, mas remonta a a meados do século XIX, com os

primeiros fluxos migratórios para o trabalho na produção de açúcar na República Dominicana, país com o qual o Haiti divide a ilha de Hispaniola. Ao longo do século XX, outros fluxos formam-se a partir de conjunturas econômicas, políticas e sociais específicas do Haiti (Magalhães, 2017).

Com a ocupação norte-americana no país (Castor, 1978), entre 1915 e 1934, há uma importante e substancial alteração nas suas estruturas políticas e religiosas, intensificando o controle econômico dos Estados Unidos e iniciando-se uma perseguição à prática do vodu (Magalhães, 2017). É neste momento também que o sentimento de anti-haitianismo associa ao migrante haitiano uma imagem de agressivo e perigoso, vigente até os dias atuais, e reforçado em momentos de crise econômica (Castor, 1978).

A segunda metade do século XX veio consolidar processos migratórios Sul-Norte desde o Haiti, isto é, para países do Norte Global, especialmente Estados Unidos, França e Canadá (Magalhães, 2018). Em menor medida, mas de forma constante, os fluxos para Jamaica, Bahamas e a Guiana Francesa representavam uma estratégia migratória para aqueles haitianos cuja família não conseguia reunir a poupança necessária a uma viagem, seja ela documentada ou não, aos países do Norte Global (Magalhães, 2017).

A crise capitalista de 2007/2008, que atingiu inicialmente, mas não somente, os países do Norte Global, tem promovido importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Um de seus primeiros efeitos foi, justamente, elevar a taxa de desemprego nos países do Norte Global (Cepal, 2009), fortalecendo com isso não apenas o discurso mas também as práticas de discriminação e xenofobia (Covarrubias, 2010; Durand, 2014), traduzindo-se isso em maiores dificuldades para a inserção laboral e as interações socioculturais dos imigrantes nestes países.

Outro componente importante desta nova dinâmica é a redefinição dos destinos migratórios (Baeninger, 2016; Magalhães e Baeninger, 2016). De forma crescente, novos destinos emergem não apenas em razão das seletividades e restrições impostas nos países

do Norte Global como também em decorrência do maior crescimento econômico tido em países do Sul Global. Em detrimento, portanto, do sistema migratório Sul-Norte, expandem-se as migrações Sul-Sul, caracterizadas pela presença dos “periféricos na periferia” (Villen, 2016), importante face das novas modalidades migratórias (Baeninger, 2013).

Esse processo possui duas dimensões indissociáveis: uma dimensão macroestrutural, caracterizada pela citada crise capitalista e suas repercussões em termos de entraves e impeditivos à mobilidade; e uma dimensão micro social, essencialmente familiar, sob a qual novas mobilidades são construídas como estratégias aos impeditivos macroestruturais e, no caso específico do fluxo que analisaremos neste artigo, a um de seus efeitos mais importantes: a dependência de remessas. (Magalhães, Baeninger e Bógus, 2018, p. 697)

A migração haitiana no Brasil é produto das duas dimensões relacionadas acima. Diferenciamos esse momento da emigração haitiana para o Brasil dos demais processos de emigração (para República Dominicana, Estados Unidos, Canadá, França, etc.) por meio do conceito de “migração de dependência” (Magalhães, 2017). Esse conceito resulta da análise do processo migratório haitiano no Brasil a partir de três dimensões: a economia capitalista mundial, a sociedade haitiana e a economia brasileira (Magalhães, 2017).

Na dimensão da economia capitalista mundial, a deterioração das condições laborais e sociais dos migrantes haitianos nos países do Norte Global, bem como as violações de seus direitos fundamentais na República Dominicana, somaram-se à dependência de remessas (Magalhães, 2017) para inserir novos destinos no horizonte migratório haitiano.

Na dimensão nacional haitiana, o agravamento da situação de crise permanente (Pierre-Charles, 1990), reproduz históricos fatores

de expulsão populacional no país (Castor, 1978), como a pobreza, vulnerabilidade socio ambiental e instabilidades econômicos, políticas e institucionais.

De sua condição de dependência estrutural, sob a qual produz fatores de expulsão populacional e processos históricos de emigração, o Haiti vê surgir uma nova modalidade de dependência – a dependência de remessas. Em 2007, em pleno contexto de crise capitalista internacional, as remessas de migrantes como proporção do PIB atingem o seu menor nível no período entre 2005-2015. As famílias haitianas, já situadas em um contexto de transnacionalismo através de presença de seus membros em destinos como França, Estados Unidos, Canadá e República Dominicana, não tardariam a encontrar novos destinos migratórios para a reversão desta tendência. (Magalhães, Baeninger e Bógus, 2018, p. 700)

Na dimensão nacional brasileira, e com isso nos aproximamos da análise da migração haitiana em Cajamar, é importante registrar que, enquanto os países do Norte Global fechavam suas fronteiras e deterioravam suas inserções laborais, o Brasil atraía esses migrantes, através especialmente do ciclo expansivo de sua economia, com a criação de 14,4 milhões de postos de trabalho entre 2003 e 2010 (Mattei e Magalhães, 2011), da criação do Visto de Ajuda Humanitária, através da RN 97 do CNIg, que operava na prática como uma política de atração migratória (Fernandes e Faria, 2016), e da própria presença miliar brasileira no Haiti, através da coordenação da MINUSTAH (Magalhães, 2017).

Estas três dimensões condicionaram a vinda ao Brasil de aproximadamente 85.000 haitianos entre 2010 e 2018 (Sincre, 2019), dos quais muitos não mais permanecem no país (Magalhães, 2018). Essa diferença ressalta uma característica importante da imigração haitiana no Brasil: a predominância de projetos migratórios nos quais o Brasil é tido como país de trânsito, e não de destino. Isso é fundamental para compreendermos a presença haitiana nas cidades brasileiras,

sua intensa mobilidade interna, sua reemigração para países como Argentina, Chile, México e Estados Unidos e sua própria migração de retorno.

Entre 2000 e 2016, 22.149 imigrantes haitianos chegaram ao estado de São Paulo. Eles representam 5,20% do total de imigrantes internacionais do estado (425.850 imigrantes). Na cidade de Cajamar, foram 477 imigrantes internacionais neste mesmo período, dos quais 302, isto é, 63,31%, haitianos, uma proporção 12 vezes maior que a do Estado. Essa presença expressiva pode ser explicada pela atuação de empresa de contratação e terceirização de mão de obra que presta serviços a outras empresas, públicas e privadas, na região de Cajamar. Esta empresa, a Producerserv LTDA, é presença frequente nas trajetórias laborais dos haitianos aos quais tivemos acesso na elaboração deste capítulo. Foi uma das primeiras empresas a recrutar força de trabalho haitiana e empregá-la em serviços na cidade de Cajamar. Na página eletrônica desta empresa, destacam-se as prestações dos seguintes serviços terceirizados:

- Copeiragem;
- Portaria;
- Limpeza e Conservação;
- Coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos.

Outro fator relevante na explicação desse grande contingente de haitianos na cidade de Cajamar vincula-se às redes migratórias e à possibilidade de encontrar, além de trabalho, habitação com preços menores do que na capital. De fato, a maior parte dos imigrantes haitianos reside no distrito de Jordanésia, em áreas periféricas, de infraestrutura precária, em que o valor da habitação é menor.

Imigração haitiana em Cajamar

A imigração internacional é, como já mencionado, um importante fenômeno social presente na cidade de Cajamar. Cabe registrar de antemão que a estrutura produtiva de Cajamar, particularmente industrial e de serviços logísticos, é altamente internacionalizada, com empresas como a Schneider Electric, da França, Arrow ECS, dos Estados Unidos, a Kaydon / SKF, da Suécia, a BMW, da Alemanha e a FGS (Fo Guang Shan), da Coreia do Sul. Por essa razão, Cajamar integra um circuito de mobilidade internacional de técnicos, gerentes e fiscais de produção. Os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), fonte de dados administrativos da Polícia Federal que nos permite importante aproximação a esse fenômeno em um período intercensitário como o atual, mostram registros de imigrantes de países como Estados Unidos, França, Japão, Alemanha e Portugal. Todavia, os maiores volumes de imigrantes registrados no município referem-se à imigração de trabalhadores pouco qualificados, especialmente haitianos, bolivianos e peruanos, que ali encontraram oportunidade de trabalho no setor de limpeza, construção civil e em frigorífico. As empresas de limpeza, por sua vez, fornecem mão de obra para as demais empresas da região, de diferentes ramos de atividade.

Segundo o Sincre, Cajamar recebeu, entre 2000 e 2016, 477 imigrantes internacionais, dos quais 302 do Haiti (63,33% do total), 89 da Bolívia (18,65% do total) e 18 do Peru (3,77% do Peru).

Tabela 3 – Imigrantes internacionais em Cajamar segundo nacionalidade (2000–2016)

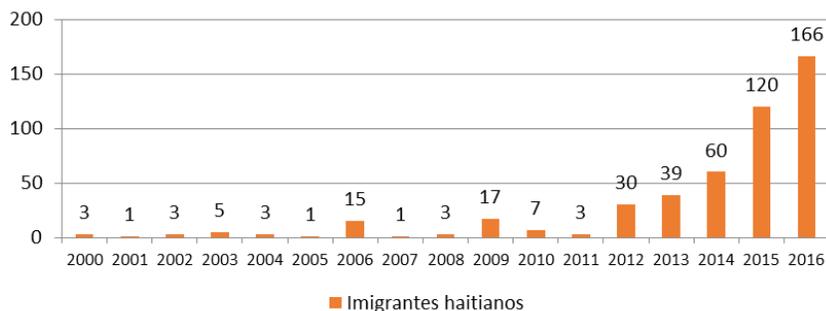
País de nascimento	Número de registros
Haiti	302
Bolívia	89
Outros países	36
Peru	18
Colômbia	7
Argentina	5
República Popular da China	4
Alemanha	4
Paraguai	4
França	4
Japão	2
Estados Unidos da América	1
Portugal	1
Total	477

Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, 2019.

Como podemos ver na Tabela 3, há também registros de imigrantes, entre 2000 e 2016, de países como Colômbia, Argentina, China e Paraguai.

A imigração internacional em Cajamar está, segundo os dados do Sincre, em franca expansão desde 2012. O Gráfico 1 revela que os números de imigrantes, segundo ano de chegada, são pequenos até 2012, com exceções para os anos de 2006 e de 2009. É precisamente em 2006 quando o Acordo do Mercosul passa a permitir a livre circulação de imigrantes entre os países membros do Bloco. Em 2009, por sua vez, é quando foi realizada a última anistia aos imigrantes sem documentação. Estes dois episódios incidiram especialmente sobre os imigrantes bolivianos e peruanos, em maior medida, mas também sobre os argentinos e paraguaios residentes na cidade de Cajamar. Após 2012, o crescimento foi puxado, especialmente, pela imigração haitiana, principal nacionalidade presente naquela cidade.

Gráfico 1 – Imigrantes internacionais segundo ano de chegada a Cajamar – SP



Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, 2019.

O Gráfico 1 indica que a imigração internacional em Cajamar está em progressivo crescimento, o que está em direta relação com a presença de novas instalações fabris e logísticas na cidade, reforçando a vinculação do município à economia internacional e, também, à dinâmica das migrações internacionais.

A proporção de imigrantes haitianos em relação ao total de imigrantes na cidade de Cajamar é superior à proporção nos municípios próximos: 3,04% em Caieiras, 7,58% em Santana de Parnaíba, 14,53% em Barueri, 4,59% em São Paulo, 7,36% em Jundiaí e 3,54% em Campinas.

Essa maior proporção dos imigrantes haitianos em Cajamar condiciona de forma direta a sua maior visibilidade em alguns espaços públicos na cidade, e isso está relacionado, diretamente, com a questão de gênero. A presença das mulheres haitianas no comércio ambulante de rua, as Madanm Sara, como são chamadas no Haiti, dá grande visibilidade ao grupo de haitianos que ali reside. Dos 302 imigrantes haitianos na cidade de Cajamar, 204 deles são do sexo masculino, o equivalente a 67,54% do total, ao passo que 98 são mulheres, 32,45% do total. Trata-se, portanto, de um fluxo mais masculino, mas a visibilidade maior é, justamente, das mulheres, pois são elas que realizam trabalhos de vendedoras ambulantes na principal via da cidade, a Av. Tenente Marques, no bairro do Polvilho. Enquanto

os homens possuem, mais frequentemente, ocupações no mercado formal e trabalham em atividades ligadas, além das empresas de limpeza, à construção civil, no bairro do Polvilho, em frigoríficos, em Jordanésia, as mulheres realizam atividades predominantemente informais, reproduzindo um fenômeno importante do ponto de vista da manutenção econômica da comunidade haitiana, também observado em outras cidades do Brasil como São Paulo, Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre (Baeninger, 2016), qual seja, as Madam Sara (Thomaz, 2010; Magalhães, Bógus e Baeninger, 2018). Segundo Magalhães, Bógus e Baeninger (2018), Madam Sara são as mulheres haitianas que “preparam e comercializam alimentos e refeições em Porto Príncipe e em todo o Haiti. São elas que fornecem, em um contexto de escassez de restaurantes e insegurança alimentar, a alimentação diária da maior parte das famílias haitianas” (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2018, p. 26). Com o novo ciclo da emigração haitiana para o Brasil, isto é, a ampliação de seu espaço de vida (Courageau, 1980; Domenach, 1996; Magalhães, 2017), observa-se, nas próprias cidades brasileiras, a existência dessas mulheres, enquanto uma das manifestações mais complexas do caráter transnacional desta migração. O caráter étnico destas manifestações (com a preparação e comercialização, não de comidas típicas brasileiras, mas, sim, haitianas) tem atuação importante para a preservação da cultura haitiana e manutenção dos laços simbólicos e materiais (remessas) com o país de origem (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2018). Essa constatação, no entanto, só é possível de ser feita através de pesquisas qualitativas, por meio de etnografias urbanas que permitam uma aproximação crítica à comunidade migrante, revelando no qualitativo uma presença (e uma visibilidade) muitas vezes escondida pelo quantitativo. Como adverte Peres (2016) “as ‘fontes de dados tradicionais’, muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos” (Peres, 2016, p. 276).

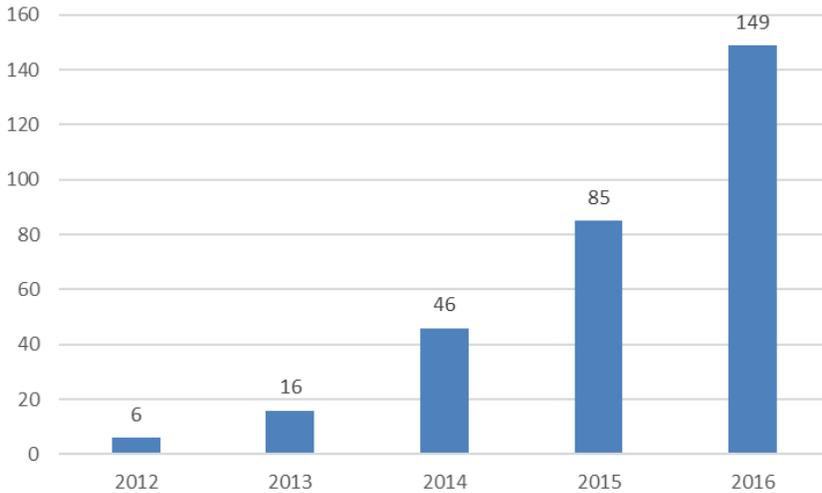
A maior parte da presença haitiana na cidade possui entre 15 e 59 anos (286 imigrantes, equivalente a 94,7% do total), indicando tratar-se de um fluxo migratório voltado para o trabalho, dado que se situa em idade produtiva e reprodutiva; 13 imigrantes possuem entre 0 e 14 anos (4,3% do total), o que indica a existência de menores com demandas específicas de políticas públicas, especialmente no acesso ao ensino escolar; 3 imigrantes possuem 60 ou mais anos de idade (0,99% do total).

Quanto ao estado civil, dos 302 imigrantes haitianos registrados na cidade, 198 deles são solteiros (65,56% do total), 76 são casados (25,16% do total) e 28 possuem outro estado civil (9,27%). Não há registros de divorciados, separados e viúvos. A predominância de solteiros reforça que se trata de uma imigração jovem, em que migram os filhos ou filhas mais aptos e aptas de uma família.

Embora o número se refira ao período de 2000 a 2016, não há registro de haitianos em Cajamar anterior ao ano de 2012. Isto é, todos os 302 haitianos residentes na cidade chegaram após 2012. Precisamente, foram 6 registros em 2012 (1,98%), 16 em 2013 (5,29%), 46 em 2014 (15,23%), 85 em 2015 (28,14%) e 149 em 2016 (49,33%). O Gráfico 2 apresenta esse histórico de elevação da presença haitiana na cidade de Cajamar, indicando uma tendência de crescimento desta presença nos anos posteriores à série analisada.

Dos 302 imigrantes haitianos na cidade, 107 deles encontram-se sem ocupação, isto é, 35,43% do total de haitianos não possuem ocupação. A ocupação mais comum é a de pedreiro, na qual trabalham 40 imigrantes haitianos, o equivalente a 13,24% do total.

Em atividade de recebimento e cadastro de currículos, recentemente organizada pela Prefeitura Municipal de Cajamar, compareceram 11 haitianos que estavam sem ocupação e procurando emprego, dos quais 9 mulheres e 2 homens. A mais jovem possuía 17 anos, e a mais velha, 35. Todas declararam residir nos bairros Parque São Roberto 1, Parque São Roberto 2 e Santa Terezinha, bairros estes situados no distrito de Jordanésia. Oito dos participantes possuem ensino médio completo, e duas mulheres possuem ensino superior

Gráfico 2 – Imigrantes haitianos segundo ano e chegada a Cajamar (2012 – 2016)

Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2019).

completo, uma, em Enfermagem, e outra, em Ciências da Informática. Uma mulher possui apenas ensino fundamental completo. Todos os participantes declararam-se solteiros e informaram residir em habitações alugadas. Sete dos onze participantes possuem filhos, e também sete estavam em busca de qualquer vaga de trabalho, ao passo que os outros 4, em busca de vagas de auxiliar de serviços logísticos. Cinco (todas mulheres) dos onze participantes estavam em busca do que ainda viria a ser o primeiro emprego no Brasil.

As dificuldades de comunicação com o grupo revelam um perfil de chegada recente ao Brasil, conforme o Gráfico 2 confirma. Isso estabelece importantes desafios, especialmente por conta da atual conjuntura de elevada taxa de desemprego (18% na cidade de Cajamar) e das dificuldades de acesso à cidadania que a ausência de domínio do idioma impõe.

Destacaremos, agora, alguns conceitos e categorias importantes para a compreensão do significado da presença dos imigrantes na área

de destino, retornando posteriormente à origem, no caso específico dos haitianos, contingente migratório estudado, por sua expressiva presença na cidade de Cajamar.

Buscando entender os meandros do processo migratório e comprometidos em apreender a questão migratória na perspectiva do imigrante, recorreremos ao pensamento de Abdelmalek Sayad (1998) em sua interlocução fraterna com os imigrantes despossuídos, procurando lhes dar voz, olhando de perto as suas condições de vida. Sayad considera o movimento migratório como “fato social total”, que não pode ser esgotado em um único campo de estudo, ou seja, para o seu desvendamento é necessário agregar à reflexão diversas abordagens que possibilitem o diálogo articulado com vários saberes oriundos da antropologia, sociologia, geografia, demografia, política, direito, economia, psicologia, história, linguística.(...) “falar da imigração é falar da sociedade como um todo”. Nesse quadro interdisciplinar em que o fenômeno está situado, Sayad aprofundou conceitos e lançou novas perspectivas de análise aos estudos migratórios como retorno, provisoriedade, exílio, dupla ausência elucidando aspectos importantes da imigração e, no estudo em pauta, a situação dos haitianos em Cajamar.

Para Sayad o migrante é o emigrante e o imigrante em uma só pessoa; não se pode “mutilar esse objeto de uma das suas partes integrantes, a parte relativa a emigração” (1998, p. 16) pois há uma “relação de forças que se encontra na fonte da emigração e da imigração”. “O imigrante, antes de nascer para imigração, é, primeiro um emigrante ... em uma relação dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno” (1998, p. 18).

Assim sendo, o haitiano em Cajamar carrega consigo a história, a cultura, os modos de vida no Haiti, vivendo entre a terra do exílio e a terra natal, o que Sayad chama de *elghorba*. Migrar é resistir diante do desmanche de suas vidas, é o que Sayad chama de “desenraizamento”. Migrar faz parte de um emaranhado social maior do que só as causas provocadas pelas desigualdades socioeconômicas. Está inserido no que Sayad caracteriza como “a economia capitalista e os

seus efeitos de transferência de um campo econômico para outro, de um país para o outro, de um continente para o outro, de uma civilização para outra” (1998, p. 72).

O imigrante nunca encontra um espaço efetivo para a construção da sua cidadania; permanece sempre na condição de provisório x definitivo, pois:

[...] a sociedade da imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que o instala na provisoriidade enquanto estrangeiro (de direito, mesmo se não o é sempre, ou, se o é pouco, de fato) e que, assim, nega-lhe todo o direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada (por mais antiga que seja essa tolerância), consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou se pudesse prolongar de maneira indeterminada. (Sayad, 1998, p. 46)

Para o atendimento aos direitos sociais dos imigrantes sempre estão reservados os piores serviços, educacionais, de saúde, alojamento/habitações, trabalho. Nas necessárias respostas à sua sobrevivência, consegue apenas o mínimo, para continuar se reproduzindo enquanto força de trabalho, que o faz existir como imigrante. Sayad diz que a política social voltada ao imigrante é o registro da não política e, quando ela existe, oferece programas de segunda categoria.

O imigrante tem que trazer sempre mais vantagens para quem o acolhe do que gerar custos, ou seja, tem que ser um benefício para a sociedade receptora já que está (1998, p. 50), ao contabilizar os “custos” e os “lucros”, busca por um saldo positivo. Idealmente, a imigração deveria comportar apenas “vantagens” e, no limite, nenhum “custo”. Como maximizar as vantagens (principalmente as vantagens econômicas) da imigração, reduzindo ao mesmo tempo ao mínimo o “custo” (notadamente o custo social e cultural) que a presença dos imigrantes impõe?

A vantagem é o que o imigrante traz com o seu trabalho pois segundo Sayad (1998, p. 55), foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir: é ele que, quando termina, faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não ser. E esse trabalho que condiciona toda a existência do imigrante não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar: ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui no local de destino: trabalho para imigrantes que requer, pois, imigrantes.

Assim sendo, mesmo para usufruir do trabalho do imigrante, há os custos da sua sobrevivência e o atendimento às suas necessidades básicas e direitos sociais. E Sayad, buscando apreender como vive e mora o imigrante, analisa “o lar dos sem família” onde aborda a questão da moradia relacionada ao trabalho. Há uma estreita relação de mútua dependência entre trabalhadores provisórios e habitação provisória. São duas dimensões que estruturam toda a condição do imigrante (1998, p. 74). A hospedagem é a condição para se encontrar um emprego, posto que encontrar um emprego requer a hospedagem. Diz Sayad: “O imigrante só tem “existência” (oficial) na medida em que possui uma habitação e um empregador; para poder trabalhar é preciso alugar-se, e para estar alojado é preciso trabalhar (1998, p. 74). E para moradia são oferecidas, aos imigrantes, habitações precárias, alojamentos, albergues emergenciais na chegada, pois não existem políticas habitacionais efetivas a eles voltadas. Cabe ao imigrante ir em busca dos seus direitos, lutando pelas condições mínimas para sobreviver. Vive, conforme visto por Sayad em uma de situação de provisoriedade permanente e o conceito de “dupla ausência” evidencia as ilusões vivenciadas pelos emigrantes, em confronto com o sofrimento.

Muitas vezes, o caminho para o imigrante é o retorno que, segundo Sayad, é “elemento constitutivo de sua própria condição”, a “reinscrição dos imigrantes em seus países de origem- prática que os poderes públicos tendem, por vezes, a encorajar por meio de incentivos”. No caso de Cajamar há políticas de fixação ou de expulsão?

O retorno é visto por Sayad como: “[...] não é próprio ao imigrante ser sempre totalmente iludido sobre a sua condição inicial. O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra” (2000, p. 11) “[...] descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico)” (2000, p. 12). “[...] não há presença em um lugar que não se pague com uma ausência em um outro lugar; não há inserção ou integração neste lugar de presença que não se pague com uma des-integração em relação a este outro lugar, que não é senão o lugar da ausência e da referência para o ausente” (2000, p. 15). Os haitianos em Cajamar partiram apenas para voltar? Esse retorno apaga a ausência, o sonho quimérico de todos emigrantes de retornarem ricos para sua terra natal “[...] É toda a Odisseia de Ulisses [...] voltar rico efetivamente ou somente em aparência” (2000, p. 16).

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo analisar a imigração haitiana na cidade de Cajamar, município da Região Metropolitana de São Paulo, caracterizado por taxas de crescimento populacional maiores que a média da RMSP em razão do deslocamento, para a cidade, de atividades econômicas industriais e de serviços de operações logísticas, os quais atraem, por sua vez, migrantes, não apenas internos como também internacionais.

Analisamos o histórico da cidade, ressaltando o seu alto nível de integração e a localização privilegiada da cidade no contexto de mercados consumidores (São Paulo, Campinas e Jundiaí), estrutura rodoviária (rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Rodoanel) e portos e aeroportos para viabilização de importação e exportação (Porto de Santos, Aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Viracopos). Cajamar encontra-se no eixo de expansão industrial que parte de São Paulo

e vai até Campinas, sendo um importante município no contexto não apenas da Região Metropolitana de São Paulo como também da chamada Macrometrópole Paulista, que concentra os municípios mais dinâmicos do estado em termos econômicos e de concentração populacional.

As transformações econômicas na cidade promoveram também importantes mudanças sociais e demográficas. A imigração internacional na cidade é um componente novo da dinâmica demográfica, que apresenta desafios e urgências importantes do ponto de vista de políticas públicas e ações municipais voltadas diretamente para migrantes. A precariedade de sua situação laboral, com elevado nível de desocupação entre os migrantes e de informalidade, sobretudo em relação às mulheres, exige do poder público municipal a construção de canais de empregabilidade, que passam pelo reconhecimento dos diplomas e do potencial profissional destes imigrantes. No atual contexto migratório, em que a Nova Lei de Migrações (Lei 13445/2017) supera impeditivos importantes do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980, substituída pela Lei anteriormente citada), o município deve buscar inserir os migrantes em conselhos municipais instâncias consultivas, tal como já acontece na cidade de São Paulo, além de definir uma política municipal para migrantes que deverá optar entre capacitar a rede de assistência social para atender imigrantes ou, então, criar serviços de referência a essa população. Antecede a isso o atendimento de demandas urgentes, como cursos de português, qualificação profissional e encaminhamentos a vagas de trabalho, com mecanismos e documentos capazes de identificar as competências que eles já têm.

Outro desafio importante é o da regularização dos pequenos negócios já existentes, inclusive as tendas das Madam Sara na região do Polvilho. Essa regularização elevaria a um outro patamar de formalização e profissionalismo os empreendimentos étnicos, alargando a própria base de contribuição para o município e conferindo, através de serviços de orientação do Sebrae, bastante atuante na cidade,

benefícios e garantias como seguro-saúde e contribuição previdenciária. Mais que criar estratégias, o município deverá pensá-las com os imigrantes, tendo em vista seus projetos não indicarem, necessariamente, a permanência destes imigrantes na cidade, consolidando Cajamar como local de trânsito mais que de destino.

Ao longo deste capítulo, tangenciamos alguns pontos que, embora pelos objetivos do texto, não foram aprofundados, constituem temas importantes e poderão constituir objeto de pesquisas futuras.

O primeiro destes temas é a relação entre níveis de integração e imigração internacional. Observamos uma correlação positiva entre as duas variáveis, isto é, à medida em que o nível de integração com o município polo da Região Metropolitana de São Paulo diminui, diminui também o número de imigrantes internacionais nestes municípios.

O segundo ponto é uma análise específica das condições de moradia destes imigrantes, bem como sua capacidade de transformação de espaços públicos e construção de territorialidades migrantes, para além do comércio informal. Esse é um fenômeno comum da presença haitiana em outras cidades, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, e a julgar pela concentração do local de residência dos haitianos a que tivemos acesso, deverá ocorrer também em Cajamar.

O terceiro ponto refere-se à natureza das interações socio culturais dos haitianos com a população residente na cidade. Cajamar é um município pequeno que passa, atualmente, por crescimento populacional intenso, o que produz conflitos entre os moradores nascidos na cidade e a população não natural. Tais conflitos são por vezes acirrados por tratar-se de população estrangeira negra e pelo agravamento das condições gerais de pobreza da população residente, numa conjuntura de crise econômica, onde os imigrantes competem com os naturais por recursos escassos, insuficientes ao atendimento dos serviços sociais básicos.

Referências

- BAENINGER, R. (2016). “Migração transnacional: elementos teóricos para o debate”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- BAENINGER, R.(org) (2010). *População e Cidades: Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas, SP, Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’/Unicamp/Brasília, UNFPA.
- BAENINGER, R. (2013). “Notas acerca das migrações internacionais no século 21”. In: BAENINGER, R. (org.). *Por Dentro do Estado de São Paulo*. V. 9: Migração Internacional. Campinas, Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, pp. 9-22.
- Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2019). Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/bancointerativo.html>. Acesso em: junho 2019.
- CANO, W. (2007). *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. São Paulo, Editora da Unesp.
- CASTOR, S. (1978). *Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)*. México, Editora de la UNAM.
- CEPAL (2009). *La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe*. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em: fev 2015.
- COURGEAU, D. (1980). Nuevos Enfoques para Medir la Movilidad Espacial Interna de la Población. *Revista Notas de Población*, n. 50, pp. 55-74.
- COVARRUBIAS, H. M. (2010). Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. *Revista Migración y Desarrollo*, n. 14, primeiro semestre, pp. 59-87.
- DOMENACH, H. (1996). Sobre la “Migratología”. *REMI (Revista Europea de Migrações Internacionais)*, v. XII, pp. 101-118.
- DOMENICONI, J. de O.; BAENINGER, R. (2017). A dinâmica da migração internacional qualificada para o estado de São Paulo no século XXI: os espaços da migração dos “trabalhadores do conhecimento”. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 40.
- DURAND, J. (2014). Haity y la Salida Migratória. *Periódico LaJornada*. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em: fev.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Censo Demográfico de 2010*. Acesso em: julho de 2019.
- MAGALHÃES, L. F. A. (2017). *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- MAGALHÃES, L. F. A., BAENINGER, R. (2016). “Imigração Haitiana no Brasil e remessas para o Haiti”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- MAGALHÃES, L. F. A. (2018). “Migração de Dependência: Considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil”. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Migrações Sul Sul*. Campinas, Nepo-Unicamp, pp. 368-382.
- MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R.; BOGUS, L. M. M. (2018). Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* Brasília, v. 26, n. 52, pp. 75-94.
- MAGALHÃES, L. F. A.; BOGUS, L. M. M. (2018). “Venezuelanos na Macrometrópole Paulista”. In: BAENINGER, R; SILVA, J.C.J. (Org.). *Migrações Venezuelanas*. 1 ed. Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, v. 1, pp. 377-380.
- MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A. (2011). “A política econômica durante o Governo Lula (2003 – 2010): cenários, resultados e perspectivas”. In: DE PAULA, Marilene (org.). “*Nunca Antes na História desse País*”...? *Um balanço das políticas do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora Heinrich Böll.
- MIRANDA, S. C. de; JUNQUEIRA, M. J. da S. (2015). Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP. *Ponto e Vírgula*. PUC-SP, n. 18, segundo semestre, pp. 108-125.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2012). *Níveis de integração dos municípios Brasileiros em RM’s, RIDES e AU’s à dinâmica da Metropolização*. Rio de Janeiro, 108p.
- PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. (2015). *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- PERES, R. (2016). “Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs.). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial.

- PIERRE-CHARLES, Gérard (1990). "Haiti (1930-1975): a crise ininterrupta".
In: CASANOVA, Pablo González (org.). *América Latina: História de meio século*, v. 3. Brasília, Editora UnB, 296p.
- ROLNIK, R.; FRÚGOLI Jr, H. (2001). Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole* n. 6, pp. 43-66, 2º sem.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SAYAD, A. (2000). O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, ano XIII, número especial, janeiro.
- SINCERE – SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS (2019).
- TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. (2000). "A cidade dos anéis: São Paulo".
In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- THOMAZ, O. R. (2010). O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, mar., pp. 23-39.
- VILLEN, P. (2016). "Periféricos na periferia". In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.

Entre o Caribe e a Amazônia: a migração redefinindo imaginários e expectativas

Sidney Antonio da Silva

Introdução

‘Aqui se vive como um felino’, assim expressou Jean, um haitiano de 58 anos, que vive em Manaus, ao se referir ao fato de ter apenas um colchão para dormir. Ele veio para o Brasil em 2018, depois de morar trinta anos na Venezuela, onde deixou a esposa cuidando da casa que possui naquele país. Quando estava lá, regressava ao Haiti de três em três anos. Agora já faz dez que não retorna. Afirmou ter uma filha no Chile, um filho nos EUA e outro no México. Com apenas o ensino fundamental completo, Jean trabalha vendendo picolé nas ruas da cidade. Queixou-se do forte calor, das longas caminhadas e do pouco que consegue ganhar, fator esse que não lhe permite enviar dinheiro à família todos os meses.

Coincidência ou não, Sayad (1998, p. 34) colheu uma frase semelhante à de Jean entre imigrantes argelinos na França, os quais, ao se depararem com a dura realidade que lhes tocava encarar, ou seja, a do exílio (*elghorba*), um deles afirmou: “Não é vida de seres humanos; é uma vida que não se pode amar; a vida dos cães na nossa terra é melhor do que isso...”

Realidades pretéritas ou atuais, o fato é que a reemigração e sucessivas voltas de Jean ao país de origem revelam que já não é mais possível pensar a migração internacional a partir do binômio emigração/imigração proposto por Sayad (1998), já que essa perspectiva supõe um processo mediado por dois Estados nacionais, os quais definem quem pode adentrar os seus territórios e neles permanecerem de forma temporária ou “definitiva”. Porém, como aponta Sayad, mesmo aqueles que já conquistaram a condição de uma “permanência” prolongada são obrigados a renovar várias vezes essa permissão dentro de um determinado período, fato que denota o caráter de provisoriedade da imigração; ou seja, a de ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo” (Sayad, 1998, p. 46). Nessa perspectiva, segundo o mesmo autor, essas representações aparentemente contraditórias fazem parte do próprio mecanismo de reprodução e perpetuação da imigração.

Se, por um lado, a reemigração de Jean rompe com o binômio emigração/imigração, pois a imigração haitiana, da qual ele faz parte, atravessa diferentes Estados-nações, por outro, ela contribui para acentuar ainda mais a condição de provisoriedade desses imigrantes, cuja consequência maior é a precarização das relações de trabalho, já que eles são vistos pelo capital como uma “força de trabalho provisória” e com um mínimo de direitos.

Tomando como exemplo a imigração haitiana em Manaus, a partir de 2010, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o conceito de imigrante proposto por Sayad em sua obra *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*, mostrando a contemporaneidade do seu pensamento, bem como os seus limites. Os dados aqui apresentados foram colhidos em diferentes momentos. Entre 2014 e 2015, através de um projeto de pesquisa realizado pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia/CNPq/Ufam em parceria com o Observatório das Migrações de São Paulo/Unicamp; Observatório das Migrações de Santa Catarina/Udesc e o Observatório das Migrações de Rondônia/UNIR em diferentes cidades brasileiras

(Manaus, São Paulo, Curitiba, Balneário Camboriú e Porto Alegre). Outros dados foram colhidos em Manaus de forma intermitente, entre os anos de 2017 e 2018.

O Brasil no imaginário da imigração haitiana.

Embora a emigração haitiana para o Brasil não possa ser explicada unicamente pela dinâmica do mercado de trabalho à época, ou tão somente pelos efeitos do abalo sísmico de 2010, o qual certamente contribuiu para aprofundar ainda mais a já deteriorada economia haitiana, é preciso considerar que a possibilidade de um emprego acabou estimulando a vinda de milhares de haitianos que viam o Brasil como um país onde “tinha trabalho” e que “trata bem o imigrante”. Além disso, naquele período, outros destinos tradicionais dessa imigração, como os Estados Unidos, encontravam-se fechados.

Representações análogas do país de imigração foram constatadas por Sayad entre os argelinos que emigravam para a França no século passado. A fala de um argelino nos dá uma ideia do que esse país representava para os potenciais emigrantes, que viam a França como a única saída para a situação de pobreza a que estavam sujeitos: “na verdade, ninguém sabe nada (da França). As pessoas falam dela à vontade e a França para todos parece iluminada (...). É assim. A França agrada a todos, ela é bela aos olhos de todos (...). Mas, de verdade, da França, o que você quer que se diga? Ninguém a conhece. Dizem ... dizem que é o “país da felicidade”, e só” (Sayad, 1998, p. 32).

No caso do Brasil, um imaginário positivo sobre o país se deve, em parte, pelo fato de que o Brasil concedeu a esses imigrantes um estatuto jurídico diferenciado, através da concessão do visto humanitário, possibilitando-lhes o acesso a documentos essenciais, como a carteira de trabalho e o cadastro de pessoa física na Receita Federal, CPF. Com esses documentos em mãos, eles estariam em tese “aptos” para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, ao chegar nas fronteiras amazônicas eles se depararam com outra realidade. A demora para a expedição da solicitação de refúgio, única

possibilidade antes da concessão do visto humanitário, resultou num acúmulo de haitianos e de outras nacionalidades em alojamentos precários nas fronteiras norte, primeiro no Amazonas e depois no Acre. (Silva, 2012; Cotinguiba e Cotinguiba, 2016; Mamed e Lima, 2016). Contudo, mesmo naquelas condições sub-humanas de alojamento, pelo menos havia a esperança de um emprego, já que a construção civil e outros setores da economia brasileira demandavam mão de obra naquele momento.

Entretanto, com a diminuição dos empregos a partir de 2014, houve também um arrefecimento nas entradas de haitianos (as), porém, não o fim deste fluxo migratório, que apresentou mudanças no perfil dessa imigração, como, por exemplo, o aumento da entrada de mulheres e a conseqüente diminuição de homens (Fernandes e Faria, 2016, p. 107). As rotas também foram se modificando ao longo de tempo, com novas possibilidades de entrada, como é o caso da rota que se inicia em Santo Domingo por via aérea, passando por Georgetown, capital da República da Guiana, depois por Lethen, cidade próxima da fronteira com o Brasil e depois por Boa Vista (RR) até Manaus. O acesso a essas duas cidades brasileiras é feito de carro e ônibus.

Outros trazem seus familiares através dos processos de reunificação familiar, ou reemigram de outros países fronteiriços, como é o caso da Venezuela. O que se viu, por um lado, foi um processo de realocação desta “força de trabalho” dentro do próprio Brasil e, por outro, uma re-emigração para outros países, entre eles o Chile e uma tentativa de entrada nos Estados Unidos da América.

Apesar da “crise” econômica que afetou a geração de empregos, o Brasil continuou sendo para alguns deles um lugar de oportunidades, em comparação com o Haiti, como afirmou Pierre. “No Haiti você luta e morre na luta”. Já para outros, o Brasil seria mais um lugar de passagem enquanto não surgem outras possibilidades de reemigração para tradicionais destinos da emigração haitiana, entre eles os EUA e o Canadá. O fato de poder contar com o apoio de uma rede de assistência da sociedade civil, particularmente da Pastoral do Migrante,

presente em várias cidades brasileiras (Silva, 2017), e também poder acessar políticas públicas, ainda que de forma limitada, como o acesso à saúde, à educação gratuita, a programas governamentais, como o Bolsa Família, certamente contribuiu para fazer do Brasil uma “opção” provisória ou com possibilidades de se prolongar a estadia por um tempo maior.

No entanto, representações iniciais e expectativas sobre o Brasil, construídas ainda no país de origem ou de passagem, vão sendo redefinidas ao longo do tempo de permanência dos haitianos no país por diferentes fatores. Um deles é via inserção no mercado de trabalho. Como afirma Sayad (1998), o imigrante não escolhe o trabalho que quer realizar, mas é direcionado para um “mercado de trabalho para imigrantes”. Isso fica explícito no tipo de empregos ofertados, à época, aos haitianos que chegavam ao Brasil e, particularmente, em Manaus, como era o caso do setor da construção civil, de serviços, comércio, entre outros. Foi o que aconteceu com Any, de trinta e cinco anos, formada em enfermagem na República Dominicana teve que aceitar um trabalho de promoção de vendas num supermercado. Segundo ela, muitos confundem o Brasil com os Estados Unidos da América: “Foi aterrador, você tem que se adaptar, enfrentar qualquer coisa”

Já no Sul do país, o setor que incorporou e continua admitindo mão de obra haitiana é a indústria de alimentos, como é o caso de frigoríficos de Santa Catarina, onde a relação capital e trabalho é marcada por contradições (Magalhães, 2016). No Oeste do Paraná, Bortoloto (2019) apontou que há um mercado de trabalho reservado aos haitianos (as), ou seja, em frigoríficos, fechando-lhes outras formas de inserção no mercado de trabalho local, mesmo que apresentem a qualificação exigida para preencherem outras vagas disponíveis. Isso denota que o “mercado de trabalho para imigrante”, além de não valorizar o capital humano deles, tem também uma nítida clivagem racial e cultural, pois no caso dos haitianos (as), eles são negros e falam o creole e/ou o francês. Em alguns casos, falar outros idiomas além do creole pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, como no caso do setor de hotelaria. Porém, em geral o que se vê é

um “desvio de função” ou uma “inconsistência de status” (Cavalcanti, 2015, p 40), quando o trabalhador não exerce a função relativa à sua qualificação de formação, fato que corrobora a ideia defendida por Sayad em relação à imigração argelina na França, onde a qualificação não é, via de regra, o fator determinante de sua inserção, já que ele é um “trabalhador temporário”.

No caso brasileiro, é preciso ter presente a memória histórica da migração forçada de africanos para o Brasil, a partir do século XVI, e o lugar social que lhes foi atribuído no sistema escravista, bem como a seus descendentes após a abolição da escravidão. Por essa razão, ainda é comum encontrar pessoas que veem o negro como “burro de carga” ou como uma “raça” inferior. Com a chegada dos haitianos, esse imaginário escravocrata veio à tona e pode ser constatado na forma como empregadores tratavam e continuam tratando os haitianos no mercado de trabalho. O número crescente de denúncias de exploração dessa mão de obra comprova essa realidade tão arcaica quanto moderna. Numa reportagem do Repórter Brasil sobre os haitianos em São Paulo, um dos coordenadores da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), Fedo Bacourt, faz referência às inúmeras violações de direitos trabalhistas no setor da construção civil e não hesitou em dizer que “alguns brasileiros tratam os haitianos como escravos”.¹

Com o crescente desemprego, em Manaus, a saída tem sido a venda de sorvete pelas ruas da cidade. Nesse caso, eles compram a unidade por 50 centavos e vendem por 1 real. Há uma cooperativa responsável pela fabricação dos sorvetes na forma de picolé, a qual é gerida por eles mesmos e foi formada com o apoio da Pastoral do Migrante que cede o espaço e comprou os equipamentos com a ajuda de diferentes instituições. Vale notar que eles percorrem não somente as ruas centrais da cidade, mas também bairros mais distantes em busca de clientes. Isso implica em longas caminhadas sob um sol escaldante, particularmente no “verão” amazônico que vai de junho a novembro, quando sensação térmica pode atingir 40 graus.

1 Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2016/01>; acesso em: 18 abr 2019.

Outra forma de geração de renda é o empreendedorismo. Há pequenos comércios, como salões de beleza e bares no Bairro São Geraldo, zona centro-sul da cidade. No centro histórico de Manaus, próximo ao Mercado central da cidade, há uma pequena rua onde haitianos (as) vendem produtos hortifrutí todos os dias em pequenas bancas. O local já é conhecido como a “feira dos haitianos”.

Para muitos deles, a rua é o único espaço que restou para tentar alguma “tática” de sobrevivência. Nesse sentido, a rua pode ser um espaço de “liberdade” como sinalizou Jean ao afirmar que, diferentemente da Venezuela, onde vivia, em Manaus é possível vender algo na rua. Entretanto, a rua pode ser também um espaço marcado pela liminaridade, um lugar do não reconhecimento da diferença, de direitos básicos e, às vezes, palco da violência e da xenofobia. Nesse caso, os exemplos se multiplicam pelo Brasil, seja em relação aos haitianos, ou envolvendo imigrantes, particularmente, pobres e negros.

A rua explicita também aquilo que está escondido ou não se quer mostrar, ou seja, os limites ou a ausência de políticas públicas voltadas para imigrantes em situação de vulnerabilidade social. Com a chegada de venezuelanos na Região Norte do Brasil, indígenas ou não, a presença deles nas ruas e praças das cidades tem incomodado autoridades e moradores locais, pois, mulheres e crianças, ou famílias inteiras ficam próximas a supermercados ou a cruzamento de avenidas de grande circulação de pessoas com cartazes que já se padronizaram, pois todos dizem a mesma coisa: “sou venezuelano (a) preciso de uma ajuda ou de um trabalho”. Tal presença suscita comparações simplistas entre a imigração haitiana e a venezuelana, pois, segundo o senso comum, ao contrário dos primeiros que vieram para trabalhar, esses últimos ficam pedindo nas ruas.

As representações que são construídas sobre imigrantes de uma determinada nacionalidade ou etnia podem contribuir para a estigmatização dos mesmos, pois como já apontou Sayad (1998), no contexto da imigração argelina na França, cria-se uma ideia generalizada de que eles são “parasitas”, isto é, não querem trabalhar e representam um alto custo social para o Estado. Tais discursos revelam, na

verdade, visões nacionalistas e discriminatórias em relação a estrangeiros que não se enquadram na classificação defendida por Estados nacionais que priorizam imigrantes a partir das clivagens de nacionalidade, condição social, gênero e religião. Isso fica evidente no tratamento dispensado aos sírios, haitianos e agora aos venezuelanos. Enquanto aos primeiros foi-lhes oferecido um estatuto diferenciado, através do visto humanitário, que em tese implica numa possível permanência no país, aos últimos foi-lhes concedido a possibilidade de um visto provisório de dois anos, que pode ser renovado, desde que o imigrante “não apresente registros criminais no Brasil, e comprove meios de subsistência” (Portaria n. 09, março de 2018). Esse último requisito revela a condição do imigrante é possível permanecer, desde que trabalhe.

O retorno e seus múltiplos significados no contexto migratório

Para Sayad, o retorno ao país ou lugar de origem em algum momento da trajetória do imigrante seria um elemento constitutivo da sua própria condição de emigrado, pois, no lugar de onde ele partiu um dia, há uma ausência não preenchida e, ao mesmo tempo, uma cobrança e expectativa daqueles que lá ficaram na sua possível volta de forma vitoriosa (Sayad, 2000). Nesse sentido, o emigrado assume uma “dívida moral” de retribuir àqueles que contribuíram um dia para a sua partida, financiando os gastos da viagem e os primeiros meses de estadia no país de imigração. Essa “dívida” que também significa “dívida”, a qual deverá ser paga de alguma forma, em geral, em dinheiro, através das remessas mensais ou ocasionais, ou ainda através de presentes que são levados nos seus retornos ocasionais ao Haiti. O valor dessas remessas pode variar. De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia entre 2014 e 2015, o valor médio constatado foi de até R\$ 500, 00 reais. Entretanto, um considerável percentual já não conseguia enviar

nada, em razão do crescente desemprego, situação que só piorou, como é o caso de Jean que não consegue enviar dinheiro para a sua esposa na Venezuela.

Para uma economia fragilizada como a haitiana, seja por crises políticas, seja pelo intervencionismo do capital internacional, ou ainda pelas catástrofes climáticas, a questão das remessas tem um peso significativo para esse país, já que os emigrados enviaram para o Haiti em 2007 mais de uma bilhão de dólares, valor esse que representa 24% do produto interno bruto do Haiti.

Segundo Handerson, (2015), as remessas são denominadas pelos que ficaram no Haiti de “diáspora”. Nesse sentido, a palavra “diáspora” ganha novos sentidos, sendo utilizada para qualificar moedas, como é caso do dólar americano e do euro, as quais são denominados de *lajan diáspora* (moedas diáspora), ou ainda para designar compatriotas residentes no exterior, mas que voltam ocasionalmente para o Haiti para visitar seus familiares e levar algum bem material (Handerson, 2015, p. 53).

Mesmo que a questão do retorno definitivo não esteja presente no contexto da “diáspora haitiana”, como sugere o autor supracitado, o retorno ao Haiti é uma possibilidade no horizonte de longo prazo, como afirmou Joseph em Manaus. Para ele a volta seria possível, mas somente depois de ter conseguido o sucesso econômico no Brasil. Vivendo há sete anos no país, segundo ele, poderia ter sido melhor com a sua qualificação: “me esforcei, pensando que iria ganhar mais com o estudo”. Ele se formou em engenharia mecânica numa faculdade particular, mas trabalha numa fábrica de bebidas em serviços gerais. Tem uma pequena empresa de remessas de dinheiro e já conseguiu comprar um carro novo. Entre seus projetos futuros estão o possível ingresso na política brasileira e poder votar nas eleições. Contudo, esse é um direito negado aos estrangeiros residentes no Brasil e sua concessão depende de uma emenda à Constituição. Do contrário, o único caminho possível é a naturalização. Nesse caso, ele perderia também o direito de votar e ser votado no Haiti, já que esse país não reconhece a dupla nacionalidade.

Para Mary, que chegou em 2011, a sua permanência no Brasil está condicionada à filha que nasceu em Manaus. Porém, a família dela no Haiti depende de suas remessas, que, segundo ela, não consegue enviar todo mês. Ressaltou que pretende revalidar o seu diploma de enfermeira, ou iniciar um novo curso, em vista de uma melhor inserção no mercado de trabalho local.

Já para Bernard, desempregado, seus planos são de permanência no Brasil, pelo menos, por enquanto. Manifestou o desejo de ir a Curitiba em busca de trabalho ou para o Canadá, um empreendimento, porém, de alto custo, de cujos recursos afirmou ainda não dispor.

Para outros, o retorno definitivo está descartado, uma vez que eles pretendem trazer o restante da família e investir na própria profissionalização, pois segundo eles, essa seria a única forma de melhorar as chances de inserção no mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, conquistar algum sucesso econômico e ascensão social.

Se, para a primeira geração, o retorno permanece em tese, como uma possibilidade no horizonte, embora seja postergado continuamente, seja por interesses econômicos, ou por razões de laços afetivos, que são construídos no país de imigração, via casamentos interculturais, já para a segunda geração a situação pode ser diferente e marcada por conflitos. Isso se deve aos preconceitos que lhes são atribuídos pela sociedade local, pois no caso dos haitianos, pelo fato de serem pobres e negros, isso pode contribuir para a construção de barreiras no processo de inserção deles na cidade. Tais barreiras podem afetar a segunda geração, que cria mecanismos de defesa, como a negação das origens culturais de seus pais. Tal fato pode ser observado entre filhos de haitianos que frequentam escolas de nível básico em Manaus, onde são identificados como “haitianos”, embora muitos deles já tenham nascido no Brasil.

Dessa forma, um possível retorno de sucessivas gerações de filhos de haitianos ao Haiti, seja na condição de turistas ou de residentes, depende em grande parte da melhora desse país no ranking mundial do desenvolvimento humano (IDH), em torno de 0,456. Contudo, essa realidade poderia ser distinta para um país que já foi considerado no “Pérola das Antilhas”, em razão da sua significativa

produção açucareira. Porém, isso só foi possível graças ao regime escravista imposto pelo colonizador, o qual foi derrotado em 1804 pela revolução haitiana, que fez do Haiti a primeira nação independente da América Latina, motivo de orgulho para os haitianos.

Integrar ou inserir: dilemas de ontem e de hoje nos estudos migratórios

Pensar a questão da inserção de imigrantes num novo contexto não é uma tarefa simples e tampouco nova. Seyferth (1997) já colocara a questão da assimilação dos imigrantes no Brasil como uma “questão nacional”, através de uma política autoritária formulada pelo Estado Novo, regime imposto pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1930. Na percepção desse governo, “a Campanha de Nacionalização”, segundo a referida autora, visava “o caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria “alienígena” — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade” (Seyferth, 1997, p. 95).

Apesar dos avanços na legislação que rege a questão da imigração na atualidade, a desconfiança e discriminação em relação a certos grupos de imigrantes, presentes no velho e anacrônico Estatuto do Estrangeiro de 1980, o qual vigorou até 2017, parecem não ser uma questão do passado.

A realidade das migrações mudou e já não é mais possível pensar a migração internacional a partir do binômio emigração/imigração, como se fosse um processo linear que tem uma origem e um destino determinados, a partir também de uma temporalidade delimitada. Num contexto de múltiplas possibilidades de circulação e reemigrações, envolvendo vários países e sucessivos retornos, como parte das estratégias de reprodução socioeconômica e cultural de imigrantes, tornou-se complicado pensar a imigração a partir da ideia de

integração, que pressupõe um processo linear de assimilação de valores e regras da nova sociedade, como condição para que o imigrante possa exercer as diferentes dimensões da cidadania.

Contudo, a condição de “transnacionalidade” (Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 1995), vivenciada pelos imigrantes, questiona o tradicional conceito de cidadania, originalmente vinculado a um Estado-nação que concede direitos aos que a ele aderem. Nesse sentido, a cidadania é uma concessão de um Estado-nação aos seus cidadãos e negada a quem a ele não está vinculado, seja pelo regime jurídico do “jus solis” ou do “jus sanguinis”, ou por ambos. Cria-se, portanto, a dicotomia entre nacionais e estrangeiros, como forma de inclusão e exclusão de quem não se enquadra nos critérios de admissão ou não apresenta a documentação exigida para ser admitido. O perigo maior desta visão positivista de cidadania é a criminalização daqueles que estariam cometendo uma “ilegalidade” ao transporem fronteiras nacionais sem a devida autorização para fazê-lo.

Num contexto migratório, marcado cada vez mais pela provisoriidade e precariedade das relações de trabalho, ensejadas pela dinâmica da reprodução ampliada do capital, cabe perguntar quais dimensões da cidadania seria possível garantir aos imigrantes, já que a cidadania plena nas suas dimensões social, cultural e política, pensada no contexto do fordismo, é um sonho cada vez mais distante, inclusive, para os próprios nacionais. Por essa razão, optamos pela ideia de “inclusão diferencial”, proposta por Mezzadra (2015), a qual tenta romper com a tradicional figura diádica “cidadão/trabalhador”, instrumento de exclusão de imigrantes no contexto analisado pelo autor, ou seja, o europeu. Nessa perspectiva, o mesmo autor propõe “des-enfatizar” o foco na cidadania, característico de muitos estudos contemporâneos sobre a migração, com o objetivo de abrir um espaço conceitual para testar a combinação de diferentes ângulos de perspectiva com o intuito de elucidar as questões em jogo e as tensões subjetivas que marcam hoje a experiência migratória” (Mezzadra, 2015, p. 27).

No caso dos haitianos, o fato de estarem documentados no Brasil os colocaria numa situação melhor em relação à garantia de

direitos trabalhistas, afastando-os do risco do trabalho análogo à escravidão. Contudo, com a flexibilização das leis trabalhistas no país, o cenário que se vislumbra não é nada alentador para os imigrantes em geral, pois a própria condição de “estrangeiridade” os torna ainda mais distantes da ideia de que eles “têm direito a ter direitos”.

Do ponto de vista cultural, a inserção deles no novo contexto parece ser um processo lento e marcado por uma certa “resistência” à nova cultura, que pode estar relacionada a preconceitos que lhes são atribuídos pelo contexto local. O limitado domínio da língua portuguesa pode ser um fator que restringe o contato desses imigrantes com a sociedade local e acabe também direcionando-os para atividades laborais que não exigem o contato direto com o público. Na verdade, este é um subterfúgio criado pelo mercado de trabalho, como já apontou Bortoloto (2019), para limitar a inserção deles em atividades laborais que são reservadas aos “nativos”. Contudo, o fato de parte deles dominar outros idiomas como o inglês, o francês e o espanhol, pode abrir-lhes também oportunidades em setores laborais que exigem este tipo de qualificação.

Vale lembrar, contudo, que a língua de origem, o creole, falada por todos, mesmo com diferenças regionais, é um marcador da identidade cultural, étnica e nacional para os haitianos, pois o creole, juntamente com o Vodou, imprimiu um caráter particular ao processo de independência da França e ao nascimento da nação haitiana, no início do século XIX (Hurbon, 1987).

No contexto migratório de Manaus, vale ressaltar o papel de igrejas que oferecem cultos em creole ou em francês para os haitianos. A presença dessas igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas, contribui também para uma concentração maior de haitianos nos bairros onde estas instituições religiosas estão localizadas. Um exemplo disso é o bairro São Jorge, zona centro-sul da cidade, onde há uma igreja para haitianos da denominação Metodista Wesleyana.

Já a Igreja Católica, situada no bairro São Geraldo, onde há um ramo da Pastoral do Migrante na cidade, concentra uma diversidade de serviços disponíveis para os imigrantes em geral, entre eles a

cooperativa de sorvete, uma creche para filhos de imigrantes, aulas de português, cursos profissionalizantes, orientação jurídica e uma agência de remessas de dinheiro, gerida por um haitiano que aloca um espaço da referida Pastoral. Embora a maioria dos haitianos não se identifique como católicos, o espaço da Pastoral tornou-se uma referência para muitos deles na cidade, em razão dos diferentes serviços prestados por esta Instituição aos imigrantes, independentemente de sua confissão religiosa.

Num contexto marcado pela diversidade cultural, qual seria então o conceito capaz de dar conta da complexidade das relações interculturais sem cairmos nas armadilhas da já superada proposta assimilacionista? Surgida no âmbito da Escola de Chicago, essa teoria implica num processo de integração de grupos minoritários numa cultura abrangente, nesse caso a do país receptor. Contudo, como havia dúvidas entre os próprios propositores dessa teoria sobre a possibilidade de mensurar a comprovação desse processo na vida cotidiana dos imigrantes, outros conceitos foram propostos à época, como o de “marginalidade cultural”, esse discutido por Emilio Willems no âmbito da imigração alemã no Sul do Brasil (Seyferth, 2007, p. 32).

Com a perda do poder explicativo da teoria da assimilação e da sua versão antropológica, a da aculturação, uma nova teoria tomou o seu lugar, a da identidade. Proposta por Fredrich Barth no final dos anos sessenta e divulgada no Brasil inicialmente por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a teoria da etnicidade possibilitou novas leituras do fenômeno da imigração no Brasil, focando a mobilização de grupos minoritários de imigrantes que buscam o reconhecimento de suas diferenças culturais e, ao mesmo tempo, possibilidades de participação política mediante o associativismo. O problema, como aponta Hannerz (1997), está quando se foca a atenção na cultura como um único marcador de grupos. Nesse caso, a identidade cultural se transforma num instrumento de exclusão social por parte das majorias dominantes.

Nos embates da denominada “política de identidade”, surgem outros conceitos, entre eles o do “multiculturalismo”, que supõe o respeito à diversidade cultural e identidades específicas, porém, quando

adotado como política cultural pode, por um lado, propor uma pre-tensa convivência “harmoniosa” entre diferentes culturas e, por outro, não criar canais de diálogo entre elas, como se fossem imutáveis, favorecendo a formação do “gueto” e, conseqüentemente, o reforço de estigmas (Silva, 2018, p. 474). Um exemplo disso são os conhecidos bairros de negros, de latinos, de judeus, entre outros, no contexto norte americano.

Já o conceito do transnacionalismo implica em projetos culturais e políticas de Estado para manter a nacionalidade de seus cidadãos no exterior, como é o caso da possibilidade de o imigrante poder participar da vida política do seu país através do voto. Entretanto, essa política visa, sobretudo, a manutenção do envio de remessas de seus emigrados, fundamental para dinamizar a economia de muitos países, entre eles o Haiti.

Já no Brasil o direito ao voto não é extensivo aos imigrantes, limitando, desta forma, a participação deles no âmbito político, pois, a Constituição Brasileira lhes veta o direito de votar e o de serem votados. A única possibilidade de organização permitida pelo superado Estatuto do Estrangeiro era a formação de associações com fins culturais. Com a nova lei de imigração, Lei 13.445/2017, outras possibilidades lhes foram disponibilizadas, como é o caso de poder associar-se a partidos políticos e a sindicatos.

Porém, é sabido que a participação política tem vários níveis e, no caso dos haitianos em Manaus, a emergência de associações organizadas por eles é um sinal de que querem criar canais de diálogo como o contexto local, em vista da ampliação da sua participação na vida da cidade, bem como na busca de soluções para os problemas enfrentados pela comunidade haitiana. Contudo, essas organizações enfrentam dificuldades para se estruturar, seja por questões econômicas ou pela falta de estrutura, seja pela baixa adesão de compatriotas. Seja como for, o fato é que eles querem ser sujeitos da ação social e não meros objetos dela, já que são detentores não somente de um “capital econômico”, mas também de um “capital social”, que ultrapassa fronteiras geopolíticas e culturais.

Conclusões

O fenômeno migratório pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, ou seja, de forma interdisciplinar ou até mesmo multidisciplinar. Como um “fato social total”, envolve a sociedade como um todo, numa perspectiva diacrônica e sincrônica (Sayad, 1998, p. 16). O desafio, no entanto, permanece no que tange ao alcance de uma possível totalidade, pressuposta na ideia do fato social total, já que a migração envolve diferentes sociedades, Estados nacionais, indivíduos e gerações. Análises focadas a partir da perspectiva do Estado-nação como detentor dos processos sociais apresentam, portanto, limites, já que na atualidade imigrantes circulam por vários espaços nacionais, fazendo das migrações uma questão mais ampla do que uma “questão nacional”, devendo ser objeto de discussão e de tomada de decisões em instâncias mais amplas.

À parte as questões teórico-metodológicas presentes no trabalho de Sayad, sua contribuição versa, principalmente, sobre a valorização da subjetividade do imigrante, a qual não pode ser vista de forma separada de questões macroestruturais. Nessa perspectiva, o foco da sua análise é o dilema vivenciado pelos imigrantes que lidam com uma “dupla ausência”, a saber, na sociedade de onde se partiu um dia, a qual espera sua volta vitoriosa e na sociedade de “permanência” ou de passagem, onde não é reconhecido como “cidadão” e, às vezes, nem mesmo como humano, mas tão somente como máquina de produzir riquezas.

O conceito de imigrante proposto pelo referido autor, como “trabalhador temporário”, continua sendo válido para pensar as contradições presentes nos processos de admissão e inserção de imigrantes na atualidade, os quais são vistos por políticas migratórias restritivas como um “problema social”, pois, de acordo com esta visão, sobrecarregam os já limitados serviços públicos oferecidos aos nacionais. Contudo, do ponto de vista da agência dos imigrantes, a não integração à sociedade de recepção ou passagem é também um direito e uma possibilidade a ser considerada.

Considerando as diferentes facetas da migração na atualidade, num contexto de múltiplos mecanismos de controle e de exclusão social, a partir das clivagens de raça e gênero, o conceito de “inserção diferencial”, proposto por Mezzadra (2015), parece jogar uma luz na busca de um novo enfoque conceitual sobre a discussão da inserção de imigrantes que não se enquadram nas já conhecidas categorizações impostas por Estados nacionais, as quais acabam por limitar o exercício de diferentes facetas da cidadania. Contudo, não se trata de abandonar o conceito de cidadania, pois de alguma forma ele continua embasando reivindicações de imigrantes por direitos em diferentes contextos. Afinal, em situações de acentuada vulnerabilidade social, é melhor alguma forma de inserção cidadã do que nenhuma. Nesse sentido, a busca por novos aportes conceituais depende, em primeiro lugar, de ouvir os interessados, os imigrantes, o segundo é decorrência desse, pois, ouvir o “outro” já é um bom começo para relativizarmos e desconstruirmos nossos “preconceitos” e abrir-nos para as múltiplas trocas que o fenômeno da migração enseja.

Referências

- BORTOLOTO, C., C. (2019). *Migração e Trabalho na contemporaneidade: os haitianos no Oeste do Paraná*. Tese de doutoramento. Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.
- CAVALCANTI, L. (2015). Imigração e Mercado de Trabalho: características e tendências. *Cadernos OBMIGRA*, v. 1, n. 2, pp. 35-47.
- COTINGUIBA, M., L. P.; COTMGUIBA, G. C. (2016). “Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiá, Paco editorial, pp. 173-205.
- FERNANDES, D.; FARIAS, A., V. (2016). “A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiá, Paco editorial, pp. 95- 111.
- GLICK-SCHILLER, N. L.; BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. (1995). From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, jan, v. 68, n. 1, pp. 48-63.

- HANNERZ, Ulf. (1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n.1, abril.
- HANDERSON, J. (2015). Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*. v. 21 n. 43 Porto Alegre, jan./junho, pp. 51-78.
- HURBON, L. (1987). *O Deus da resistência negra: o vodu haitiano*. Tradução Valdecy Tenório. Luiz Roberto Benedetti (org.). São Paulo, Paulinas,
- MAGALHÃES, L., F. A. (2016). “Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: contradições da inserção laboral”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco editorial, pp. 505-524.
- MAMED, L.; LIMA, E. O. (2016). “Movimentos de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público d imigrantes no Acre”. In: BAENINGER, R. et al. (orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco editorial, pp. 113-171.
- MEZZADRA, S. (2015). Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. *REMHU*, Rev. Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 23, n. 44 Brasília, jan./june, pp. 11-30.
- OLIVEIRA, R. C. (1976). *Identidade, etnia, e estrutura social*. São Paulo, Pioneira.
- SAYAD, A. (1998). *A Imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- SAYAD, A. (2000). O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, ano XIII, número especial, janeiro.
- SEYFERTH, G. (1997). A Assimilação dos imigrantes como questão nacional. *MANA*, v. 3, n. 1, pp. 95-131.
- SEYFERTH, G. (2007). Os estudos de imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, G., et al. (orgs). *Mundos em Movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria, Ed UFSM, pp. 15-44.
- SILVA, S. A. (2012). “Aqui começa o Brasil: haitianos na Triplíce Fronteira e Manaus”. In: SILVA, S. A. (org). *Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo, Hucitec/Fapeam, pp. 300-322.
- SILVA, S. A. (2017). Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *REBEP*, v. 34, n. 1, pp. 99-117.
- SILVA, S. A. (2018). Hatians in Manaus: challenges of the socialcultural process of inclusion. *The Palgrave Handbook of Urban Ethnografy*. Switzerland, pp. 465-477.

Outras leituras sobre o país de exílio e a terra natal: uma interpretação de narrativas decasséguis entre o Brasil e o Japão a partir de Abdelmalek Sayad

Sidnei Marco Dornelas

“Para ver el dolor, tenemos que estar en él”

Juan José Saer

Introdução

No prefácio do livro *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*¹, Bourdieu mostra como em Sayad o sociólogo age como um “escrivão público”. Dessa forma, não só apresenta a maneira pela qual Sayad se aproxima dos migrantes, mas também encontra uma imagem para sugerir o tipo de metodologia que ele emprega para construir sua proposta de entendimento sociológico da condição social do migrante. É a partir desse olhar sociológico particular que ele investiga o que seria *Elghorba*, a experiência do exílio vivida pelos migrantes, como um traço inerente de sua condição social.

1 Para os fins de elaboração deste texto, estamos utilizando a versão original do texto de Sayad, *L'immigration ou les paradoxes de l'alterité*, de 1991, pois não temos em mãos a tradução brasileira de 1998. Por isso, permiti-me traduzir alguns trechos de textos aqui empregados, a partir da versão original. Peço desculpas por esse inconveniente.

Nesta exposição, é nossa intenção restituir as características dessa metodologia particular de fazer sociologia, ao mesmo tempo em que retomamos como é percebida e entendida pelos migrantes a sua condição de deslocamento, tendo como referência alguns traços da vivência da *Elghorba*. Nosso objetivo é, a partir desse enfoque, abordar a realidade migratória brasileira, aparentemente distante daquela testemunhada por Sayad, tal como expressada por dois relatos de imigrantes decasségus publicados em dois números da *Travessia – revista do migrante*. Pretendemos, assim, examinar a atualidade da metodologia empregada por Sayad, bem como dos traços do que poderia ser (ou não) a experiência da *Elghorba* em outra realidade social, e em que tudo isso contribui para o entendimento mais amplo da condição social dos migrantes.

O relato do migrante como “janela” para a realidade social das migrações

Sayad expõe no texto *Elghorba: le mécanisme de reproduction de l’émigration* (Sayad, 1991, pp. 23-48), publicado pela primeira vez em 1975, um exemplo instigante de sua metodologia de trabalho sociológico, que, em outros lugares, se convencionou chamar de “entrevista não diretiva”. Em geral, na descrição dessa metodologia de investigação sociológica, em condições ideais, se exigiria do pesquisador um posicionamento totalmente neutro, ou seja, como alguém que quer coletar informações depuradas, tais quais elas são transmitidas por aquele que é entrevistado. Ora, tal situação se revela impossível, uma vez que ela supõe a abstração dos traços físicos, da língua, de um determinado vocabulário e da história e cultura, que entrevistador e entrevistado carregam inevitavelmente consigo. Tal interação ideal entre entrevistador e entrevistado suporia também uma total disponibilidade do entrevistado em “entregar” as informações sobre sua vida pessoal, representações e atitudes, o que seria também uma abstração diante das condições reais em que se dá qualquer entrevista.

Essas observações lembram, portanto, que toda entrevista, enquanto interação social, carrega consigo todos os fatores de violência, negociação e cumplicidade, próprios a todas as relações humanas.²

Considerando esses pressupostos, vemos como Sayad, para coletar a narrativa dos migrantes argelinos na França e captar as informações e o seu entendimento sobre sua condição social, propõe um espaço de acolhida e escuta. Isso foi em parte possível por Sayad apresentar as características de um compatriota e conterrâneo, também imigrante na França, e, portanto, predisposto a ser sensível à condição de vida do entrevistado. E foi assim, por sua atitude de empatia, de ouvinte com certa intimidade com a bagagem cultural do entrevistado, que proporcionou as condições para estabelecer a relação de confiança necessária para a livre expressão de sua fala. Na aproximação ao migrante, com suas “negociações” e “idas e vindas”, pôde criar uma interação que permitiu abrir uma “janela” frente à realidade social do migrante, e desvendar suas máscaras e ilusões, seja por parte do entrevistador como do entrevistado, que impediam a sua completa compreensão. Em Sayad, nessa relação, ao se desenrolar o cerne do “fazer” da pesquisa, se enseja o momento único em que a realidade social se deixa revelar. A interação entre entrevistador-entrevistado então se apresenta como a “brecha” pela qual a condição social do migrante se revela, para ambos, por meio de sua fala. Assim, Sayad entende que o seu lugar de sociólogo no processo de produção da pesquisa não é o de atenuar, “por meio de notas linguísticas ou etnográficas, ou comentários esclarecedores”, a contundência e opacidade do discurso do migrante (Sayad, 1991, p. 25).

Em outros termos, busca restituir a palavra original ao migrante, e, a partir dela, reconstruir o seu entendimento genuíno de sua condição migratória, ou seja, como sociólogo procura se “apropriar da teoria da emigração que o próprio informante produz com seus próprios meios, e fazer dela uma contribuição para a ciência sociológica” (Sayad, 1991, p. 25). Eis como vê sua “missão” de sociólogo. Em outro

2 Utilizamos neste primeiro capítulo alguns elementos já trabalhados em Dornelas (1998).

texto desse livro, ele explicita melhor sua metodologia ao analisar uma longa entrevista com um velho imigrante argelino, operário sem qualificação numa fábrica de automóveis (Sayad, 1991, pp. 109-144). Por meio da criação dessa relação de confiança, o imigrante entrevistado não só sentiu-se livre para manifestar as contradições e perplexidades de sua condição de migrante, revelando uma visão de mundo extremamente angustiante e conflituosa, mas também, num grande esforço de lucidez, pôde expor a compreensão de sua própria condição social. Ao longo da interação, em sua narrativa ele se permitiu encontrar um caminho seguro para exprimir a sua palavra, dando-lhe o “seu” sentido – aquele que experimentou na relação com a realidade social em que estava inserido, dentro de uma trajetória histórica única. Em outros termos, a entrevista se prestou não apenas como um instrumento de coleta de informações, mas, sobretudo, ao restituir a palavra ao migrante, como um meio que lhe permitiu exprimir a sua própria elaboração do sentido de seu universo social.

É assim que Sayad nos explica que, da autoanálise, dolorosa e angustiada, o migrante pode fazer surgir uma socioanálise da realidade social em que vive, feita por ele mesmo. Por um lado, a autoanálise permitiria recuperar, de outra maneira, o sentido de sua existência. Por outro, nesse sentido, podemos entender como a autoanálise pode se transformar numa socioanálise, na medida em que os fatos sociais que fazem o conteúdo das existências particulares, e que surgem na cena pública, podem ser analisados a partir desse ponto de vista particular. Com efeito, nessa perspectiva, a memória individual se apresenta como um ponto de vista particular da memória coletiva. É na medida em que cada relato particular se soma ao de outros, que pode contribuir para esclarecer a construção, recorrentemente retomada, da memória coletiva e do entendimento de todos sobre seu universo social. Assim, narrar como vive a sua própria condição significa devolver ao social os fatos, interpretados, que marcaram a sua existência, deste indivíduo que hoje memoriza e exprime sua narrativa. É outra forma de se afirmar como parte integrante desse social, ao mesmo tempo em que se diferencia dele.

Assim, no texto de 1975, ao longo da narrativa do jovem migrante argelino transcrita por Sayad, vai se construindo a formulação de um entendimento único sobre o significado da condição social do migrante, expresso sob o termo *elghorba*. Esse jovem, por sua trajetória de vida, deslocado em relação a seus pares desde o seio familiar, experimentou com uma consciência aguçada todos os elementos que, em seu vilarejo natal, constituíam ao mesmo tempo fatores de causa e consequência da realidade da migração argelina na França. Foi capaz de vivenciar em sua experiência pessoal e exprimir, por meio de sua narrativa, todo o universo de desagregação do campesinato argelino, sob a influência da colonização francesa, e como a migração para a França surgiria como uma saída dessa situação. Ao repassar, em seus poucos anos de vida, uma trajetória de valorização como jovem camponês, conforme a cultura tradicional, pôde exprimir tanto o significado de seus valores como sua obsolescência. Em seguida, e mesmo em decorrência desse itinerário, passou também a experimentar o apelo à migração com toda sua força, e a ilusão (co-ilusão) que a acompanha e condiciona. Ao viajar para a França, para ir ao encontro de seu tio, e entrar nos ambientes em que viviam seus conterrâneos, fez a experiência do que significa a condição do migrante: a tristeza, a solidão, a segregação, a obscuridade, o exílio (*elghorba*), enfim, o que é viver como migrante no estrangeiro.

Elghorba é uma palavra empregada na cultura campesina berbere, que exprime o universo cultural em que foi formado esse jovem migrante, e que, numa concepção bipolar, como a “luz” que se opõe às “trevas”, expõe o modo tradicional como se via a terra estrangeira, o lugar de exílio, o distanciamento da família e da comunidade na qual se nasceu e à qual se pertence (Sayad, 1991, pp. 46-47). Dessa forma, pode-se dizer que a *elghorba* se opõe às experiências que tradicionalmente se associam à lembrança da “terra natal”. O jovem migrante descobre a *elghorba* pela sua própria experiência, nos seus termos, como a grande verdade da condição de vida dos migrantes, e que todos os seus pares ocultam, presos como estão às mentiras e “ilusões” mantidas por cada um, e entretidas por todos (co-ilusão).

A partir dessa fala, Sayad extrai e expõe sociologicamente os mecanismos que reproduzem o constante fluxo de migrantes argelinos para a França, retroalimentando uma condição forjada desde os tempos da colonização. Trata-se de um movimento sustentado pelo “auto-engano” mutuamente entretido pelos próprios migrantes, e oculto pelos condicionamentos sociais de sua cultura de origem. Para usar os seus termos, a “*elghorba*” traduz o que é realmente a França para os imigrantes: “nessa nossa França só existem trevas” (...*dans notre France à nous, il n’y a que des ténèbres*, p. 38).

Ao acompanhar como se exprimem, a partir do relato do migrante, os mecanismos de reprodução da migração, e como se constitui a condição social do migrante, percebemos alguns referenciais instigantes para ajudar entender como essa mesma condição se reproduz em contextos sociais distintos da relação entre França e Argélia. Tanto o caminho metodológico de Sayad, como os elementos coletados em suas entrevistas com migrantes argelinos na França, podem contribuir para o entendimento da condição social do migrante também no Brasil. Em particular, acreditamos que podem ajudar a elucidar como essa mesma condição social pode se desenvolver, se reproduzir e adquirir outros ingredientes, conforme nos deparamos com outras formações histórico-culturais e com outros fluxos migratórios, que são suscitados na contingência da relação entre outros países, como entre o Brasil e o Japão. Nossa intenção, então, é passar a experimentar a contribuição de Sayad para poder compreender melhor como os migrantes decasségus vivenciam e exprimem sua condição social.

Narrativas de migrantes decasségus entre a terra natal e o país de exílio

As entrevistas com migrantes foram ao longo da trajetória da *Travessia – revista do migrante* uma maneira, seja de restituir a palavra àqueles que vivenciam concretamente os processos sociais que produzem a migração, seja de fazer emergir elementos advindos dos próprios migrantes com possibilidade de suscitar uma contribuição teórica

sobre a migração, do ponto de vista dos próprios migrantes. Esse compromisso com os migrantes, de confiança em sua capacidade de compreensão de sua realidade e de desenvolver seu protagonismo em suas organizações sociais, sempre pautou a atuação do Centro de Estudos Migratórios, e encontrou em Sayad um interlocutor de primeiro escol. Nesse sentido, para os fins desse capítulo, nos permitimos identificar duas entrevistas com imigrantes decasséguis, de gerações diferentes, publicadas com um espaço de doze anos, que descrevem situações de vida distintas, e que trazem elementos que podem ajudar a entender sua condição “emigrante-imigrante”, duplamente condicionado, entre a terra de origem e o país de migração. Ademais, ajudam a perceber como eles também fazem um esforço, ao longo da entrevista, para elaborar e exprimir como veem a “verdade” da migração.

A primeira entrevista foi publicada em 1995, num número dedicado ao tema do “retorno”, e trouxe a narrativa de Nagoya³, um nissei de mais de quarenta anos que exercia a profissão de administrador de empresas no momento em que se candidatou a trabalhar em uma empresa de autopeças no Japão. Estando fora das características mais comuns dos migrantes decasséguis, seja pela sua idade como pelo seu fenótipo (apesar de descendente direto de japoneses, não se parece com um deles), partiu para a experiência migratória, motivado por questões econômicas, como a maioria dos migrantes, mas também pela memória de seu pai, migrante japonês vindo ao Brasil na década de 1920. Nos cerca de seis meses de sua experiência, vivenciou com uma consciência extremamente aguçada o sistema de trabalho *just in time*, flexibilizado, da indústria japonesa, resumido nos três termos *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e *Kitsui* (pesado) (Ocada, 2016). Na autoanálise de sua experiência, não só reformulou o sentido da sua trajetória pessoal e social, como também faz uma leitura do universo social que reproduz a condição social de todos os migrantes decasséguis.

3 Para os fins deste capítulo usaremos nomes fictícios para os entrevistados.

A segunda entrevista foi publicada em 2007, abrindo um dossiê sobre as crianças e adolescentes que vivenciavam a realidade da migração. Liliam é uma jovem de 22 anos que foi ao Japão com sua família, por decisão de seu pai. Contrariada por migrar contra sua vontade, obrigada por ele a perder os seus referenciais de sua cidade de origem, Londrina, é sempre em relação ao projeto do pai que ela descreve como foi sua experiência na sociedade japonesa. Centrada em sua trajetória em escolas japonesas, também Liliam foge do padrão mais comum dos jovens que nasceram ou foram criados por seus pais decasséguis, no Japão. Por isso, talvez, ela pode reformular de maneira original seu ponto de vista sobre a condição de vida dos migrantes decasséguis, ao mesmo tempo em que constrói o seu próprio projeto de vida, de formação profissional, a partir de sua experiência migratória. Nesse sentido, traz uma maneira própria de perceber o que seria a “terra natal” ou o país de migração, assim como sua experiência de exílio. Ambas as entrevistas podem ajudar a repensar, num contexto de extrema diversidade migratória, como se vive atualmente a condição social do migrante, emigrante-imigrante, no deslocamento entre diversas origens e destinos.

A partir desse referencial empírico, nossa intenção é destacar alguns temas sobre os quais se articulam ambas as entrevistas, e que acreditamos que estejam em linha de continuidade com a contribuição de Sayad. Desenvolvemos este trabalho em torno de três temas recorrentes: a figura do pai; a bipolaridade entre o país de exílio e a terra natal; e a busca para encontrar-se com a própria verdade. Partindo sempre da entrevista analisada por Sayad, em 1975, retomamos o que as duas entrevistas aportam para ajudar a repensar a condição social do migrante.

a) A figura do pai

O jovem entrevistado por Sayad inicia seu relato afirmando que ele é o “filho de uma viúva”. (p. 25) Como Sayad observa logo de início, essa expressão é uma forma como tradicionalmente,

de modo depreciativo, no meio campesino berbere, se designa alguém dependendo da mãe, e que careceria das qualificações de virilidade, capacidade e honradez. Esse é um traço de uma moral tipicamente camponesa, patriarcal, em que todos os qualificativos positivos passam pela posse e manejo da terra, e é na família, por meio dos homens, que essa hierarquia de valores foi sempre reafirmada. Ora, atingida pela ação colonizadora da França, e pela migração, essa sociedade tradicional vivia então uma progressiva decadência, quando de sua formação como adolescente. A ausência da figura do “pai” desde sua infância, o qual era visto como referência de autoridade dos valores tradicionais, ofereceu para ele, paradoxalmente, as condições para que pudesse se afirmar como homem, em confrontação e atitude de “permanente desafio” à essa estruturação de valores. Todas suas vivências no interior dessa sociedade foram moldando um olhar crítico sobre si mesmo e sobre a sociedade em que se criou. Analisando sua própria trajetória, se servindo das categorias de pensamento que disponibilizava essa cultura tradicional, ao mesmo tempo em que reavaliava a degradação dos valores de sua “terra natal”, pôde também experimentar e observar por si mesmo, em posicionamento crítico, os condicionamentos que o levaram a também investir na migração para a França, o “país de exílio”, e descobrir por si mesmo a verdade da condição do migrante: a *elghorba*.

No caso de ambos os relatos dos migrantes decasséguiis, a figura do pai é uma presença marcante em todo o seu desenrolar. Nagoya, um homem maduro, que possui já uma trajetória profissional, como outros nisseis de classe média viu uma oportunidade de aumentar seus rendimentos num tempo de trabalho na terra natal de seu pai. Porém, outra motivação mais íntima o acompanhou o tempo todo. Queria conhecer a terra idealizada por seu pai e comprovar o “segredo” que ele compartilhou com seus filhos, e que permitiu que se adaptasse e formasse família no país de imigração. O “segredo” do imigrante, que permitiu perseverar em seu objetivo enquanto suportava seu “exílio”, era o de que “*esse corpo, fabricado por Deus, ele se acostuma a qualquer trabalho*”. (Silva e Cutti, 1995, p. 28) Esse “segredo”

será um parâmetro constante, a orientar as expectativas em sua imigração, como se buscasse comprovar em seu próprio corpo a verdade legada por seu pai. Dessa forma, Nagoya sintetiza toda a bagagem cultural, o princípio moral, de origem japonesa, que acompanhou seu pai, e que foi transmitido a seus filhos. A figura do pai, de fato, para os imigrantes japoneses e seus descendentes, agrega em si uma série de obrigações morais, de fidelidade familiar, que mantêm a família unida e forma o caráter de cada um na terra estrangeira.

O segredo do pai, que Nagoya incorporou para si e levou consigo para o Japão, paradoxalmente serviu de instância crítica para a leitura de sua própria experiência migratória. Com efeito, o relato de Nagoya é rico em detalhes sobre sua inserção no sistema *just in time*, revelando detalhes cotidianos do controle da produção, do ritmo intenso e da rotina estafante de trabalho a que os decasséguis eram submetidos. No relato de seu cotidiano, encontramos muitos traços que lembram a disciplina imposta nas chamadas “instituições totais”, pois todos os momentos do cotidiano estavam condicionados à realização das tarefas na fábrica. (cf. Goffman, 1974). Entretanto, o seu corpo reagiu, e Nagoya descreve como seu organismo foi aos poucos se revoltando diante dessa condição de vida, numa confrontação íntima e intensa com os ditames morais legados pela memória do pai. Revela isso ao descrever um sonho, no qual o “segredo” de seu pai é reformulado:

O sonho de meu pai, eu mal conheci meu pai, e um dia eu sonhei com ele. Aí falei pra ele: ‘Oh! Você falou pra gente que o corpo acostuma a tudo, mas não falou da cabeça! E numa crise dessas, eu que nem lembrava mais bem a imagem de meu pai, ele apareceu pra mim meio nervoso, dizendo: ‘Meu filho, eu saí daqui e estava bem, deixei todo o dinheiro do mundo pra constituir minha família e deixar vocês livres disto e você volta para cá (*choro*) por causa de dinheiro!.. (p. 33)

Dessa forma, percebemos que, se por um lado, a memória da experiência paterna, permanentemente retomada, é empregada como

um guia na terra de imigração, por outro, é pelo questionamento do legado dessa mesma memória, que toda uma tradição de cultura migrante, recebida em meio familiar, vem a ser reformulada, colocando a partir de então a sua experiência pessoal como novo parâmetro para repensar o sentido de sua condição de migrante. Em seu sonho, por meio da figura de seu pai, Nagoya, seu filho, é levado a formular uma nova consciência e perceber que a antiga terra natal de seu pai se tornou para ele um país de exílio, e descobrir que o país de exílio de seu pai era na verdade a sua terra natal.

Na entrevista com a jovem Liliam, o seu pai é também uma figura presente ao longo de todo o seu relato, e instância crítica para pensar sua própria condição. Experimentou a migração inicialmente como perda, ao ver seu pai partir para o Japão e deixar sua família. E posteriormente, por uma decisão dele, também ela por sua vez se viu obrigada a ir para o Japão, vivenciando, contrariada, a sua própria migração. Por decisão de seu pai, diferentemente da maioria dos filhos de decasséguiis, foi matriculada numa escola japonesa, o que a levou a experimentar de maneira mais crua sua inserção na sociedade japonesa, e acabou lhe proporcionando um olhar crítico sobre sua própria condição de decasségui. Assim, por meio de frequentes embates com seu pai, nas muitas dificuldades vividas com sua família na migração, soube se adaptar ao cotidiano num país de exílio, e ir formulando o seu próprio projeto de vida. Mesmo vivendo sua revolta de adolescente, ou justamente porque nunca se conformou totalmente ao ambiente em que se encontrava, é que ela pode fazer da “necessidade uma virtude”, e assumir em novos termos a sua condição, incorporando a moralidade de trabalho de seu pai no enfrentamento de constantes desafios no ambiente escolar japonês. Seu sucesso nessa trajetória foi compartilhado na família como um sucesso de seu próprio pai, de alguma maneira justificando sua ausência da terra natal, e todo sacrifício familiar no país de migração: “*e quando eu passei, foi a primeira vez na vida que eu vi meu pai chorando, eu fiquei mais feliz por ele do que por mim*” (p. 7).

Entretanto, ao longo da entrevista, relembando o cotidiano de seu pai, também percebe como, contraditoriamente, assumindo uma disciplina familiar de imigrantes descendentes de japoneses no Japão, agora sua família vive às margens da sociedade japonesa, como imigrantes brasileiros, numa “provisoriedade permanente”, a espera de uma oportunidade de voltar, de maneira digna de sua experiência, para o Brasil. Ela, por sua vez, mesmo em seu retorno ao Brasil, tem na figura do pai uma parâmetro constante para se guiar no cotidiano: *“eu tenho um objetivo de estar aqui ... o carinho que eu deveria dar para meu pai e minha mãe, eu tento dar para minha avó e para meu avô. Esse é meu papel”*.

b) Entre o país de exílio e a terra natal

O relato do jovem imigrante argelino entrevistado por Sayad traz a impressão de alguém em estado de “suspensão”, entre uma terra natal da qual ainda se sente parte e que forma seu universo cultural de referência, mas que parece esvaziada de sentido, e um país de exílio cujo contato, desde o primeiro momento, lhe causou tristeza da maneira mais crua, mas no qual ainda persiste em viver e trabalhar. Foi nesse cotidiano sombrio que Sayad recolheu sua narrativa. É nessa França feita de sombras que ele ainda reside, e de onde, diante de um interlocutor sensível, faz o seu discurso de acusação e desafio, sobre a verdade da vida nesse país, em que os migrantes se gastam no trabalho e vivem segregados e marginalizados. Também é ali que relembra seu meio de origem, sua família, os valores em que foi formado, e que descreve como sua presença na terra natal foi se esvaziando de sentido, na medida mesma em que os valores que sustentavam seu cotidiano também foram se esvaziando. Essa terra natal, que ainda é o referencial a partir do qual procura entender sua história de vida, é um lugar onde paradoxalmente se tornou impossível permanecer. É assim, seduzido e envolvido pela “co-ilusão” da migração, entretida por ele e por toda a coletividade à qual pertence, que ele se declara sobre sua condição social, como emigrante-imigrante.

É nessa condição de liminaridade, numa “provisoriamente permanente”, nesse “entre-dois” que se manifesta a “brecha” que revela os mecanismos sociais de reprodução da migração e o que significa viver como migrante. Dessa forma, em sua fala expressa como vive em suspenso, como um “ausente presente” em sua terra natal, esvaziada de sentido, mas em que a memória de seu lugar ali continua sinalizada, e também como um “presente ausente”, vivendo em espaços segregados do país de exílio, invisibilizado, com sua cultura oculta e sua memória fragmentada, num cotidiano marcado pela tristeza e pela solidão.

Nos dois relatos de imigrantes decasséguis, essa suspensão em princípio parece não existir, porque ambos tiveram a oportunidade de escolher e decidir por uma saída da situação de deslocamento e polarização entre o país de exílio e a terra natal. Nagoya, como mencionado anteriormente, faz uma descrição detalhada de seu cotidiano de operário no Japão, mostrando minúcias do que seria sua *elghorba*, ao mesmo tempo em que reconstrói uma memória idealizada de sua vida familiar no Brasil, sua terra natal. Interessante observar que em sua entrevista, ao lembrar o período anterior de sua migração, ele declarava como idealizava o Japão, recorrendo à memória de seu pai. No início de sua entrevista, lembrou da saudade de seu pai e de como este a expressava diante de seus filhos, por meio de canções tristes “que fazia toda família chorar”. Não está dito, mas como outros brasileiros, é possível que tivesse uma imagem depreciativa do Brasil, e em meio às constantes crises econômicas e o atrativo da diferença de câmbio entre os dois países, se sentiu motivado a assumir um projeto idealizado de migração.

Na experiência de Nagoya, nada delinea melhor o significado de sua *elghorba* do que a descrição de sua rotina diária, e os detalhes de seus efeitos em seu corpo, repercutindo em sua própria experiência da “saudade”. Com o termo “saudade” se faz referência a todo um conjunto de reações orgânicas, produzidas pelo enorme *stress* ocasionado pelo trabalho, pelas condições de alojamento, alimentação e lazer, e a percepção do isolamento e deslocamento em que se encontrava. Durante esse período, a vivência de momentos extremos

de solidão, cansaço, tristeza, desorientação, além de sofrer um cotidiano de permanente controle, e, portanto, de falta de privacidade, ele pode experimentar, em seu próprio corpo, o significado do que seria a “saudade”:

...quando tem tempo para pensar, a saudade bate em tudo, de todas as formas, de todo jeito e a gente começa a comparar a vida que tem lá com a vida daqui, que são valores, a diferença de valores (...) Recordações! Saudade dos filhos! E o entorpecimento da coisa, quando bate a saudade, você acaba cheirando a tua mala, você acaba lembrando do Brasil e aquilo começa a te abater de forma muito forte. (...) E essa saudade é tão forte, de tudo o que existe aqui, que a gente acaba ficando num estado, em tamanha depressão, que começa a afetar o batimento cardíaco, pressão, crise de choro, queda de potássio e tudo. Eu acabei parando, por volta de sessenta dias pela primeira vez no médico. Fui praticamente arrastado, porque comecei a ter pesadelos... (p. 32)

Essa profunda crise, ressentida em seu próprio corpo, lhe permitiu perceber como a terra natal sonhada por seu pai tinha se tornado de fato para ele o seu país de exílio. Tal crise só foi superada pela decisão de retornar ao Brasil, sua verdadeira terra natal. A partir dessa decisão, descreve como isso lhe permitiu ter uma visão mais realista do Japão, o país globalizado do pós-guerra, que seu pai não conheceu. Mas também lhe deu a possibilidade de liberar sua imaginação, passando a idealizar a sua vida no Brasil, sua convivência com a família que deixou, e que esperava reencontrar em seu retorno. E, contudo, depois que tudo terminou, no momento da entrevista, em sua parte final, ao mesmo tempo em que insiste muito nessa idealização, paradoxalmente, demonstra como a experiência da liminaridade da condição de emigrante-imigrante, a “saudade” e seu sentimento dividido, as marcas de sua *elghorba* ainda permanecem muito vivas:

O Japão, todas as árvores, tudo é igual: as ruas são iguais, as avenidas são iguais, casas são iguais!... É tudo assim uma sequência de coisas iguais. Quando floresce a cerejeira, uma vez por ano,

e cerejeira tem no Japão inteirinho, então floresce tudo igual! E aqui, eu morria de saudade de ver as quaresmeiras (*choro*), flores de outra cor sem ser aquela mesma. A primeira vez que a gente vê é uma maravilha, mas chega um ponto de juntar com a saudade e aquilo lá é até triste. (p. 36)

Lilium, por sua vez, declara que não idealiza nem o Brasil e nem o Japão: “*eu acredito que o melhor país é onde está a tua família*” (DORNELAS, 2007, p. 8). Assim ela conciliava a percepção que tinha do Japão, lugar de seu exílio, de sacrifício e abnegação, mas também de sua superação, e onde ainda se encontravam seu pai, sua mãe e suas irmãs – com a sua situação atual no Brasil, no momento da entrevista, em que fazia faculdade em Londrina e vivia com seus avós. É interessante como, nessa maneira própria de se posicionar entre o Brasil e o Japão, em sua fala praticamente (ou aparentemente) não existe referência à experiência da “saudade”. Conciliava com seus avós, a obrigação de respeitar e zelar por seu pai, ao mesmo tempo em que estando e cuidando de seus avós, reconciliava a obrigação de seu pai para com seu próprio pai (avô), residente em Londrina. Na verdade, desse ponto de vista, nessa posição de distanciamento, pode apreciar melhor a situação de “provisoriedade permanente” em que se encontrava seu pai no Japão. Ele desejava voltar, mas não podia, preso como estava ao seu projeto migratório, que não chegava a se concluir. Angustiado por não poder cuidar de seus pais que estão no Brasil (os avós com quem Lilium vive), e assim se reconciliar com a moral familiar japonesa na qual foi criado, vivia em suspenso, num cotidiano feito de “sobras”:

“Ele trabalha em fábrica. Trabalha há treze anos na mesma fábrica. Eu não vejo meu pai feliz, realmente, e é isso que me dá força para estudar, trabalhar e tentar uma vida aqui. Apesar de o Brasil ser difícil, é aqui que o meu pai e minha mãe querem ficar (*choro*).
(...)”

“Eles vivem desse jeito, de doação de coisas que os colegas que voltam ao Brasil deixam. Porque não tem nada bonito, são copos diversos, pratos diversos, talheres diversos, não tem uma coleção. (...) Porque o que ele ganha, não sobra, então ele acha que comprar essas coisas e deixar a casa bonitinha não tem razão de ser, porque ali não é a casa dele, ele quer voltar”. (p. 9)

De alguma maneira, a suspensão vivida pelo seu pai, a incompletude de seu projeto migratório, sua própria *elghorba*, é assumida e continuada diferentemente pela própria Liliam, agora vivenciada em sua experiência de migrante, reproduzida em sua vinda ao Brasil. Pois também Liliam foi levada a redefinir, a partir de sua experiência na escola japonesa, seu próprio projeto de vida como outro projeto migratório. Também aqui ela buscou a sua “saída”, firmou sua decisão e seu próprio projeto de vida. E só pôde fazer isso ao assumir conscientemente seu lugar de estrangeira, de migrante, no Japão, e aproveitar o máximo do aparelho educacional do Japão, do que sua cultura e língua lhe proporcionaram. Dessa forma, soube aproveitar as oportunidades que a “provisoriedade” no Japão lhe oferecia, se empenhando com a mesma moral de sacrifício e trabalho intenso transmitida por seu pai, nissei trabalhando no Japão. Desde esse horizonte, forjou seu próprio projeto de migração, dessa vez para o Brasil, assumindo à sua maneira o sonho de retorno de seu pai e os deveres de fidelidade familiar, que ele se encontrava incapaz de assumir.

c) *Encontrar-se com a própria verdade*

Em todos os relatos percebemos que, para além de uma verdade racional, adquirida por um distanciamento de seu objeto de análise, a autoanálise dos migrantes é carregada do *pathos* que caracteriza o modo como é vivida a migração. É do interior do padecimento que se extrai as imagens e as palavras que melhor podem exprimir a vivência dessa condição, que por sua vez ajudam a perceber e entender os condicionamentos sociais que contribuem para reproduzi-la. Nesse sentido é que podemos observar em todas as entrevistas um esforço que

move toda a pessoa, mobilizando seu próprio corpo, a fim de exprimir de forma consciente a verdade pessoal daquilo que foi vivido. É nessa “brecha”, na luz que provém dessa abertura à verdade descoberta pelo migrante, que podemos discernir o que configura realmente a sua condição social. À luz da verdade encontrada por cada migrante é que se poderiam então propor os traços de uma teoria que ajudaria a explicar a condição social de todos os migrantes.

A partir dos referenciais culturais de sua terra natal, o imigrante argelino entrevistado por Sayad, em tom de desafio e interpelação, declara a grande verdade da migração para a França, que ele descobriu com os seus próprios olhos: a *elghorba*. Envolto nos símbolos e na estruturação de sua cultura de origem, a descoberta dessa verdade adquire um tom trágico, como alguém que se depara com o inexorável, do qual parece não conseguir escapar. De fato, como observa Sayad, ele continua vivendo num quarto dividido com outros migrantes, úmido, em que os cheiros se misturam, ressentindo a suor, numa atmosfera fechada. Em sua lembrança, foi justamente a ocasião de sua chegada à França que lhe ficou marcada, quando encontrou seus conterrâneos num quarto como esse, e que lhe fez perceber a verdade deles, que é também a sua própria verdade: “*que tristeza! Que infelicidade em seus olhares, em sua voz...*” (p. 36-37). Talvez essa inexorabilidade explique por que sua narrativa termine num discurso de acusação a um personagem desconhecido, em que um imigrante como ele, no retorno ao povoado natal, espalharia a “mentira” de sua condição, ao exibir sua arrogância e seu dinheiro mal ganho. É se posicionando do lado dos que ficaram, e daqueles que partiram enganados, que ele descortina a mentira dos que voltaram. Vivendo nessa suspensão, entre a terra de origem e o país de exílio, em nome dos princípios tradicionais de honra, faz aquilo que convém e que lhe resta como emigrante-imigrante: “*agora que eu vi, juro que não enganarei mais ninguém*” (p. 40) Como salienta Sayad, a partir desse discurso sem concessões, é todo o processo de reprodução da migração que é revisto pela consciência do próprio migrante, ao fazer uma crítica da verdade social vivida por todos a partir do itinerário da descoberta de

sua própria verdade. No entanto, paradoxalmente, apesar de se perceber preso a essa condição, pode-se dizer que a enunciação dessa verdade, e de seu compromisso com ela, é também a afirmação de sua liberdade, como para declarar diante de todos, convertendo a “necessidade em virtude”, que ele é mais do que sua condição de trabalhador migrante, e, pelo reconhecimento de sua condição, poder assim se reconciliar com seus próprios princípios tradicionais de honra.

Também o relato de Nagoya é a narrativa da descoberta de sua própria verdade, de libertação dos ditames morais herdados pela educação paterna, e que se viram defasados diante da nova realidade social do Japão. É também a descoberta íntima dos condicionamentos que oprimem a consciência do migrante, que o acompanham em seu cotidiano, numa rotina de sacrifício muitas vezes impossível de suportar. Nesse sentido é que Nagoya recolhe e expõe os constrangimentos que levam todo migrante a suportar o insuportável, e se exprimem no sentimento de “culpa” que o acompanha, a sombra de uma vergonha que lhe é impossível admitir. Retornar fracassado, na verdade, é a indizível ameaça que paira sobre a consciência de qualquer emigrante-imigrante, suspenso entre a terra natal e o país de exílio. Foi assim que, no pior momento de sua crise no Japão, em que a depressão começava a apresentar sinais visíveis em seu corpo, ameaçando o seu rendimento no trabalho, um desconhecido, designado como um “amigo japonês”, lhe ofereceu um entorpecente disfarçado de refrigerante. Era uma última tentativa de sustentá-lo na rotina de trabalho e mantê-lo na fábrica. A descrição detalhada dos efeitos dessa droga, da euforia à prostração, levou-o a uma consciência profunda sobre os constrangimentos de sua condição:

...o campo da visão se limitando apenas a um pouquinho de centímetros à frente da gente, a vista também encurta bastante, o senso de responsabilidade de ter que vencer, não poder fracassar, não deixar a família em maus lençóis, de contrair dívidas, de fracassar ... é uma série de coisas que a própria natureza da gente e a própria educação deu, e o preparo durante a viagem – o fracasso,

o fracasso! Se você voltar, Deus me livre! Nem pensar nisso. Você fracassando, e outro tá muito bem lá no Japão, então aquelas histórias... você acaba tentando se esforçar o máximo. (p. 34)

A constatação da prostração do corpo, após o uso desse narcótico, e a descoberta de que adquiriu uma doença no trabalho, foram os fatos que pesaram para que decidisse pelo seu retorno. Esse episódio – com a tomada de consciência sobre os limites de seu corpo, o ambiente opressivo que o condicionava, a defasagem dos ditames morais legados por seu pai – constituiu o desenlace final que lhe permitiu se libertar da “culpa” que o atormentava, como a de qualquer outro imigrante. Também aqui, fazendo da “necessidade uma virtude”, Nagoya encontra no diagnóstico da doença a motivação para encontrar uma liberdade e autoridade não esperadas frente aos muitos condicionamentos que o levaram a assumir seu projeto migratório, e ganhar a capacidade de julgar esse mesmo projeto. Dessa forma, tomada a decisão, houve uma completa reformulação de seu projeto de vida, que se prolongou também numa nova avaliação do “segredo” de seu pai, e numa visão crítica sobre a atual sociedade japonesa: *“Sacrificar um povo a caminho do desenvolvimento descontrolado, sacrificando os valores, não vale a pena! E eu tenho certeza que o próprio japonês, hoje, acha que isso não vale a pena”* (p. 36).

Em seu relato, Liliam, estando no Brasil, afirma como o seu retorno e engajamento no seu novo projeto de vida lhe permitiu rever sua experiência, e tomar consciência sobre sua condição e a de seu pai, bem como de todos os migrantes decasségus. Lembrou como na última viagem que fez ao Japão, tendo seu projeto de retorno ao Brasil já sido encaminhado, pode encontrar seu pai excessivamente preocupado com o seu ganho escasso e as contas a pagar, e sentiu-se então na liberdade de poder questioná-lo sobre sua vida de migrante: *“pai, não é isso que a gente quer, dinheiro ... eu tenho condições de trabalhar e ganhar dinheiro, eu não quero dinheiro, eu quero um pai!”* (p. 9). O distanciamento de seu pai, ao assumir o seu próprio projeto de migração, permitiu interpelá-lo, confrontar seus valores, e falar

com ele de igual para igual. Entre o Brasil e o Japão, se sentindo de alguma maneira como integrante dos dois países (“*eu tenho duas culturas dentro de mim*”), encontrou-se em condições de poder exprimir aquilo que seria a sua verdade, a maneira como encara sua nova realidade, numa experiência de liberdade, algo como se sentir “cidadão do mundo”. No final da entrevista, Liliam parece assumir todo um ideário da mentalidade cosmopolita característico dessa época da globalização, que se traduz numa vivência cotidiana imaginada e partilhada em diversos locais, por meio das várias redes sociais, sem se apegar propriamente a nenhum deles. Aspira a essa liberdade prometida por um mercado global, sem fronteiras, acessível a pessoas capazes de transitar por várias culturas.

Por isso, em outro trecho, vemos como Liliam pôde exprimir aquilo que seria uma consciência nova que adquiriu sobre si mesma: “*eu não me sinto imigrante.*” Afirmação surpreendente por parte de alguém que tem toda sua vida marcada pela migração. No entanto, é assim, paradoxalmente, que revela como deseja se afastar daquilo em que consiste a condição social do migrante, e que marcou a sua convivência familiar e sua experiência como adolescente no Japão: a de alguém deslocado pela busca de trabalho e que vive em função do trabalho, no sonho de alcançar a liberdade prometida pelo ganho financeiro, encontrando aí a única legitimidade a justificar sua ausência da terra natal. Liliam, então, busca se projetar em outro horizonte: “*falo duas línguas, hoje só vejo esse lado positivo, tenho vários amigos lá, e por falar outra língua fluente, aqui no Brasil, para mim é mais fácil arrumar um emprego.*”

Enfim, ela quer se guiar por outros valores:

o negócio não é economizar, mas saber onde você está (...) eu não quero dinheiro para mim, ficar enchendo o olho dos outros. Eu quero dinheiro pra viver bem, ter uma vida razoável, ter condições para cuidar do meu pai e da minha mãe. (p. 10)

E, no entanto, contraditoriamente, percebemos como o seu futuro permanece em aberto. Mesmo vislumbrando a novidade do

cosmopolitismo de sua geração, vivencia em latência a condição de liminaridade herdada por seus pais. Nas contingências de seu trabalho temporário, sua faculdade, seus sonhos de se tornar professora ou ter uma escola, a atenção dada aos seus avós, muitos constrangimentos e opções podem se colocar. Talvez novas migrações, para outros destinos, sem um referencial claro do que seja sua terra natal, ou do que poderia via a ser outro país de exílio.

Inverter o olhar: por uma sociologia a partir do migrante

O procedimento metodológico de Sayad se enquadra numa proposta mais ampla de enfoque do trabalho sociológico de investigação e análise. É o próprio lugar das ciências do social que é repensado, sua função social, suas opções éticas e compromissos políticos que estão em questão. Na verdade, junto com outros sociólogos que trabalhavam em seu tempo o tema da migração, ele propunha a necessidade de “inverter o olhar” sobre a questão do migrante, para restituir sua palavra em toda a sua complexidade e relevância. Trata-se de considerar o emigrante-imigrante parte completa da sociedade em que se encontra, considerando sua condição de bipolaridade, de “provisoriamente permanente”, na brecha entre sua terra natal e o país que o recebe. O trabalho sociológico, ao se articular em torno do imaginário do migrante, de suas formas de expressão, permite um olhar alternativo, com outro enfoque interpretativo, de toda a contribuição que as ciências do social podem aportar para a compreensão ampla da migração (Oriol, Sayad e Vieille, 1985, pp. 7 e 18).

Dessa forma, aqui retomando algumas narrativas dos migrantes decasséguis, à luz das chaves de leitura legadas por Sayad, podemos perceber que cada um deles oferece um olhar e uma perspectiva única, irreduzível, sobre a trajetória social da migração entre Japão e Brasil, passando por ao menos três gerações. Trata-se de uma trajetória coletiva que se desdobra em diferentes momentos da reprodução do capital nesses dois países, que encontraram na migração de

sua população um fator fundamental, a qual permitiu responder às necessidades das distintas etapas de seu desenvolvimento. As narrativas dos migrantes oferecem uma leitura pessoal sobre o modo de sua inserção nesse processo social. Um trabalho de investigação sociológica, a partir do migrante, ao restituir a palavra deles próprios, ao confiar em suas informações e em sua capacidade de julgamento sobre a realidade social vivida, permite conjugar alternativamente a totalidade dos fatores que compõem a complexidade de sua formação pessoal e social. Talvez por esse caminho possamos entender melhor a proposta de Sayad de compreensão da migração como “fato social total” (Sayad, 1991, pp. 14-16).

No caso específico dos dois relatos de decasséguis, podemos observar como a significação atribuída à terra de origem e ao país de exílio pode passar por variações, conforme a trajetória social de cada um e o contexto específico em que se encontra. Particularmente no momento atual, em que se depara com uma crescente circularidade dos fluxos migratórios, com uma enorme ampliação e variação dos deslocamentos, a mistura e hibridez das motivações de cada migrante, com os múltiplos condicionamentos da globalização, e a precarização das condições de vida – nesse novo contexto único, também as significações sobre a terra de origem e o país de exílio tendem a se embaralhar. O fenômeno da diáspora das redes familiares de migrantes, a simultaneidade da vivência cotidiana oportunizada pelas redes sociais digitais, a crescente facilidade de deslocamento, tudo contribui para que tenhamos um mundo de migrantes diferente daquele vivido por Sayad. Contudo, sua proposta de sociologia a partir da escuta do migrante ganha uma nova relevância, pois só a partir do olhar e consciência do migrante se poderá ter uma abordagem pertinente sobre o que realmente significa sua condição social nessas novas realidades.

Assim, sob esse enfoque é que talvez possamos considerar a atualidade e pertinência da análise da *elghorba* para os novos contextos da migração. Para além do contexto próprio em que foi cunhada, pela narrativa de um jovem migrante argelino na França dos anos 1970, e a postura analítica de Sayad, essa experiência de dilaceramento que

remete ao exílio, à obscuridade da vida dos migrantes, à liminaridade da situação de deslocamento em que se encontram, ao sentimento de culpa pela ausência em relação ao seu grupo de origem, à saudade, entre outros, essa experiência de contornos os mais diversos atravessa a vida de pessoas de diferentes culturas e formação sócio-histórica. A possibilidade de poder narrar em seus próprios termos a sua experiência da *elghorba* traz aos migrantes a oportunidade de revelar à luz de toda a sociedade o que seria realmente a sua condição de vida, por eles mesmos. Operação reveladora das entranhas dos processos sociais, no que possuem de mais doloroso e mais íntimo, por meio dela a sociologia pode dar uma contribuição inestimável à humanização dessa mesma sociedade.

Enfim, dessa forma, uma sociologia das migrações, feita a partir de uma postura de “escrivão público”, também pode ensinar muito àqueles que se empenham em trabalhar junto aos migrantes, e que acreditam em seu protagonismo social e político. A atitude de escuta e de empatia, como base de interação com o migrante, a fim de que ele possa se apropriar de sua própria verdade, e tomar consciência de seu lugar social, deve também caracterizar a atuação de todos os agentes de mediação. Falando a partir de nossos contatos com a Pastoral do Migrante, podemos afirmar que essa postura é fundamental, pois quando o agente atua como facilitador e intérprete, contribui para a inserção e integração do migrante, por ele mesmo, na sociedade em que se encontra. O agente de pastoral, nesse sentido, é, sobretudo, um agente de mediações, para que o migrante possa restituir sua palavra, apropriar-se da significação de sua condição social, descobrir e assumir seu protagonismo sociopolítico, e tomar o caminho que melhor possa integrá-lo como pessoa nessa sociedade em permanente deslocamento.

Referências

- DORNELAS, S. M. (1998). Agenciamento da memória e construção de identidades: o discurso dos imigrantes portugueses engajados nas comunidades católicas da região Parisiense. In: XTH INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE. *Anais...* Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, v. 3, pp. 1705-1714.
- DORNELAS, S. M (2007). Tenho duas culturas dentro de mim. *Travessia – revista do Migrante*, São Paulo, ano XX, n. 59, pp. 05-10, set-dez.
- GOFFMAN, E. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- OCADA, F. K. (2016). “Nos subterrâneos do modelo japonês – os 3Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado)”. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Disponível em: www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/972/937. Acesso em: 9 jul 2018.
- ORIOU, M.; SAYAD, A.; VIEILLE, P. (1985). Inverser le regard sur l’émigration-immigration. *Peuples Méditerranéens*, n.31-32, abr-set, pp. 5-21.
- SAYAD, A. (1991). *L’immigration ou les paradoxes de l’alterité*. Bruxelles, De Boeck-Wesmael (trad. Brasileira: *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998).
- SILVA, S. A. da; CUTTI, D. (1995). Eu morria de saudade de ver as quaresmeiras. *Travessia – revista do Migrante*. São Paulo, ano VIII, n. 22, pp. 28-36, maio-ago.

Reflexões sobre a Evolução da Proteção dos Migrantes Ambientais: o colonialismo acabou?

Lilian Yamamoto

Introdução

Abdelmalek Sayad nasceu na Argélia, em 1933, e cresceu quando o colonialismo era celebrado tanto na metrópole e pela comunidade colonizadora europeia na Argélia. Ele também viveu na França, convivendo com a comunidade argelina, tornando a um dos objetos de estudo sobre migrações. Uma de suas grandes obras, *The Suffering of the Immigrant* (2004), menciona um fenômeno por ele chamado de “dupla ausência.” Esta reflete a sensação que os imigrantes sentem tanto nos seus países de origem quanto nos seus países de residência: o do não pertencimento. A vida do imigrante no país de residência refletiria na sua incompleta integração local, na intensa convivência com a comunidade que compartilha sua cultura e costumes. Esses imigrantes tampouco sentem que são cidadãos de seus países de origem. A vida no exterior os transformou de tal maneira que já não podem se sentir intocados pela cultura estrangeira.

O fenômeno identificado por Sayad denomina o sentimento do imigrante com relação à sua condição de vida, a ausência de seu país de origem e do país de residência. A dupla ausência a que se refere neste texto, por sua vez, reflete a falta de uma denominação para o migrante ambiental. Ele não é refugiado e tampouco pode ser

igualado ao migrante econômico. Não são refugiados porque não sofrem uma perseguição individualizada por parte de seus países, mas também não devem ser considerados migrantes econômicos porque saem de seus lares também por fatores ambientais.

A condição do migrante ambiental, que estaria se deslocando doméstica ou internacionalmente para outros países, não poderia ser confundida com a de um migrante econômico, apesar de a diferença entre as duas categorias subsistir apenas no início de suas permanências na sua nova morada. O motivo de deslocamento é diferente, mas somente o trabalho serve como salvo conduto deles, sendo sua permanência atrelada à situação econômica do país de acolhida (Sayad, 1998).

Sayad pesquisou a imigração dos colonizados argelinos para a França, sendo também parte dessa imigração. A colonização, nos séculos XIX e XX, implica na transferência de riquezas e de trabalhadores para a metrópole e reestruturação das atividades produtivas da colônia sob a forma de empresas existentes nos mercados nacionais e internacionais. A colonização, no âmbito do direito internacional, remonta à dominação territorial de países europeus em várias regiões do mundo a partir do século XV. A maior parte do mundo não europeu foi colonizado sob o princípio de direito internacional conhecido como a doutrina, da descoberta. Por meio desta doutrina autorizou-se que os países europeus e cristãos explorassem as terras, plantando suas bandeiras em terras e populações indígenas (Miller, 2011).

Um dos exemplos emblemáticos da relação colonial e migração ambiental é a exploração de fosfato na ilha Banaba (uma pequena ilha na Micronésia), na década de 1940, e o deslocamento forçado total de sua população indígena. Atualmente, há outros exemplos de migração ambiental na região do Pacífico, causados por outras razões ambientais. Essas ilhas estão perdendo seu território devido à elevação do nível do mar e à morte de corais em suas costas, como será explicado neste texto. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a estrutura colonial, no direito internacional, ainda influencia a inércia da proteção dos migrantes ambientais na forma de um tratado internacional.

Migrantes Ambientais

Em 2017, cerca de 18,8 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres naturais ao passo que 11, 8 milhões de pessoas foram deslocadas por conflitos armados (IDMC, 2018). Apesar do grande número de deslocamentos por desastres, os migrantes ambientais não gozam de proteção de um tratado internacional como os refugiados.

O conceito de refugiado foi estabelecido pela Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado (1951): são indivíduos “que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas...” (art. 1º) fogem de seus países de origem. O fator ambiental não é perseguição. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), os migrantes ambientais são indivíduos que são obrigados a deixar suas casas ou escolhem fazê-lo por mudanças repentinas ou progressivas no meio ambiente que afetam, de maneira adversa, as suas condições de vida. Esse movimento pode ser temporário ou permanente, podendo ocorrer doméstica ou internacionalmente (OIM, 2009). Esse conceito não é juridicamente vinculante porque não se encontra em uma norma específica.

Contudo, ao que se deve a resistência dos países à criação de um tratado internacional para a proteção dos migrantes ambientais uma vez que a maior parte dos deslocamentos é por desastres?

Interesses da comunidade internacional

Apesar de o movimento de direitos humanos ser uma continuação da missão civilizatória eurocentrista, vista até mesmo como um ataque a culturas não europeias, foi uma atrocidade europeia que foi o gatilho para a evolução dos direitos humanos (Mutua, 2001). A criação da Convenção do Estatuto para os Refugiados (1951) ocorreu para a proteção dos indivíduos europeus que fugiam do regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por motivos raciais. O conceito de refugiado abrange pessoas que fugiram por

abusos de direitos civis e políticos, ou seja, indivíduos que sofrem perseguição por motivos de raça, religião, opinião política ou por pertencerem a determinado grupo social, apesar de também incluir violações cometidas pela ex-União Soviética. Em 1967, com a chegada do Protocolo para o Estatuto para os Refugiados, refugiados poderiam ser pessoas de países não europeus.

O final da Guerra Fria acompanhou um grande aumento de conflitos internos, gerando um fluxo de indivíduos que fugiam de seus países de origem e os países europeus já procuravam restringir a proteção da Convenção para o Estatuto dos Refugiados. Desde então, houve um crescimento de retóricas racistas e xenofóbicas que passaram a contribuir para o surgimento de um ambiente propício para a ascensão de movimentos que defendem a exclusão de grupos minoritários na Europa. Somando-se a isso, a combinação da grande onda migratória com o aumento do desemprego, queda do nível de vida, pobreza e preocupação com relação ao futuro são fatores que contribuem para que jovens desempregados participem de movimentos de extrema direita. Como resultado do crescimento desses movimentos, em alguns países, eles ganharam caráter oficial por terem sido eleitos democraticamente. Os governos, dessa maneira, passam a adotar discursos xenófobos, acompanhados de políticas migratórias que refletem esses discursos. A restrição migratória é vista em países como os Estados Unidos, Áustria e Hungria.

Assim, esses países tentam restringir a entrada de estrangeiros, independente da razão pela qual eles entram. Assim, parece não haver um ambiente político favorável para o surgimento de mais uma categoria migratória que implique no aumento de responsabilidades por parte dos governos nacionais.

Ademais, a criação de uma categoria específica para migrantes ambientais não é uma unanimidade entre os pesquisadores. Para Mayer (2016), a escolha pela proteção de migrantes ambientais seria arbitrária. A arbitrariedade advém da ausência de motivação clara para privilegiar migrantes ambientais em detrimento de outras categorias de migrantes que necessitam de proteção. O mesmo autor

defende que seria mais adequado demandar a proteção de todos os migrantes, incluindo também os migrantes de crise e deslocados internos (Mayer, 2016). Nos países sul-americanos, muitas vezes não se faz diferença entre migrantes legais ou ilegais para o gozo de serviços públicos, como o acesso à saúde e à educação. Dessa maneira, o desafio seria a implementação do direito dos migrantes, e não a sua limitação. Ainda que as leis nacionais garantam direitos a todos eles, a falta de recursos impede que todos os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, desfrutem deles.

Há ainda uma forte tendência, de pesquisadores de direito internacional a apontar a criação de tratados como solução para desafios da comunidade internacional. Solução que não leva em consideração a tendência ao aumento de acordos *soft law*. O *soft law* não é juridicamente vinculante e é adotado com maior facilidade pelos países porque não cria obrigatoriedade e ônus imediato para os países que o adotam. Os países podem incorporá-lo de maneira juridicamente vinculante em suas normas domésticas de forma paulatina. Um dos maiores exemplos de um instrumento de *soft law* é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1948), cujo conteúdo foi incorporado em tratados internacionais, constituições e outras normas domésticas.

A metáfora de direitos humanos de Mutua (2001) chama a atenção para o papel de cada sujeito no sistema internacional dos direitos humanos e serve para demonstrar como a proteção dos migrantes ambientais subverteria o papel dos países desenvolvidos. Mutua criou uma metáfora que divide os três maiores atores no sistema de direitos humanos em selvagens, vítimas e salvadores. Os Estados são selvagens quando cometem violações de direitos humanos e desrespeitam os tratados internacionais de direitos humanos, principalmente relacionados aos direitos civis e políticos contra pessoas que estão sob sua jurisdição. As vítimas são os indivíduos que sofrem as violações de seus governos e que apesar de acionarem o Judiciário de seus países, não recebem um atendimento adequado. Os salvadores são as organizações internacionais e outras organizações não governamentais

que têm suas sedes em metrópoles de países desenvolvidos. Grande parte do trabalho dessas organizações é apontar violações de direitos humanos que ocorrem em países em desenvolvimento, tanto por oficiais dos governos, devido à ausência de remédios legais ou ineficiência do país em questão.

Um tratado que protegesse os migrantes ambientais subverteria a metáfora de Mutua. O sistema internacional de direitos humanos almeja implementar valores cristãos de países desenvolvidos ocidentais em países em desenvolvimento. A aplicação da Convenção sobre o Estatuto do Refugiado (1951) resulta no reconhecimento de que o governo do seu país de origem, em geral, com uma democracia frágil, ameaça os direitos humanos desses indivíduos.

O sistema de proteção internacional de direitos humanos é composto por instrumentos que requerem a investigação e punição dos violadores, ou seja, dos países selvagens que violam esses tratados. E no caso da migração ambiental transfronteiriça, quem pode ser apontado como vilão? A migração ambiental é causada por desastres, mudança climática. O aumento da frequência de desastres é previsto como um dos efeitos da mudança climática, mas quem seria responsável por isso? Os países desenvolvidos figuram como maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo (Friedrich, Ge, Pickens, 2017). Além disso, mudanças no clima global ainda têm sido tradicionalmente atribuídas ao trabalho de deuses ou da natureza, e há indivíduos que não acreditam que a mudança climática seja causada por atividades humanas (Tuffani, 2017). Assim, os países desenvolvidos teriam seu papel de salvadores subvertido para o de vilões no sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Hierarquia de proteção no direito internacional: resquícios coloniais e o caso dos migrantes ambientais

O direito internacional originou-se na Europa, demarcando a divisão entre nações civilizadas e não civilizadas e consiste numa série

de doutrinas e princípios que foram desenvolvidos na Europa e que surgiram da história e experiência dessa região, posteriormente aplicados a outras regiões do mundo. Dessa forma, o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, no seu artigo 38, estabelece como fonte de direito internacional os princípios reconhecidos pelas nações civilizadas. O conceito de soberania, que estipula que todos os soberanos são iguais e que os estados soberanos têm soberania sobre o seu território, surgiu do Tratado de Vestfália em 1648 (Anghie, 2006). Os estados não europeus, contudo, não eram assim considerados e sofreram ocupações das potências europeias.

A migração ambiental também tem suas discussões no âmbito de direito internacional concentradas, em países europeus, Estados Unidos e Austrália. Tendo ciência da dificuldade em criar um tratado internacional, trabalha-se com iniciativas que estimulem a proteção regional ou doméstica de migrantes ambientais. A Conferência Humanitária Mundial (2016) foi um marco para as discussões sobre migrações ambientais com o lançamento da Plataforma para o Deslocamento por Desastres (PDD), um foro de diálogo entre atores para o desenvolvimento de políticas e troca de informações. A Plataforma aposta no trabalho de colaboração com organismos regionais, representantes da sociedade civil organizada e da Academia (Resama, 2016). A PDD é financiada pela Alemanha, Suíça e França e exerce um papel importante na disseminação do tema de migração ambiental em nível regional, elaborando investigação de dados sobre migração ambiental, promovendo políticas públicas e normas sobre o tema, e identificando boas práticas que possam ser ampliadas para vários países. A coordenação de estudos requer colaborações locais, mas a decisão sobre prioridades, financiamento de estudos e organização de eventos fica a critério da organização europeia. Os estudos sobre migração ambiental são realizados pela Plataforma, mas também por organizações internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) que demonstram

predileção por universidades europeias para liderá-los. Ao menos, há fóruns regionais que permitem que governos regionais também tenham voz ativa na promoção de políticas públicas e normas.

A hierarquia de proteção de categorias migratórias em instrumentos internacionais reflete interesses europeus. Como mencionado, a Convenção para o Estatuto do Refugiado fora criada para lidar com a perseguição de indivíduos europeus atingidos por seus governos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Determinar o status migratório por causas de deslocamento ao invés de priorizar a proteção de acordo com as necessidades dos indivíduos tem sido a forma que a comunidade internacional tem oferecido proteção a migrantes de todo mundo.

Dessa maneira, migrantes econômicos, ainda que vulneráveis em seus países de destino, recebem pouca atenção da sociedade internacional, algo visível pelo baixo número de ratificações da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) que obteve 54 ratificações,¹ sendo que a maior parte dos estados desenvolvidos não a ratificaram. Por sua vez, a Convenção para o Estatuto do Refugiado (1951) obteve 146 ratificações.²

A migração ambiental dos indígenas

A vida indígena guarda uma relação estreita com a terra em regiões e ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas. As populações indígenas mantêm uma relação especial com suas terras ancestrais e sua migração pode comprometer a sobrevivência de sua cultura e modo de vida.

Um dos primeiros textos sobre direito internacional, “A respeito dos Indígenas descobertos recentemente”, é de autoria de Francisco de

1 Vide: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?chapter=4&lang=en&mtdsg_no=IV-13&src=IND

2 Vide: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetailsII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-2&chapter=5&Temp=mtdsg2&clang=_en

Vitoria e trata da relação colonizador e indígena durante o processo de colonização espanhola das Américas. O autor defende que todos, até os indígenas, são governados pelo direito natural, mas que caberia aos espanhóis governá-los como guardiões porque se tratava de povos não civilizados (Anghie, 2006). Comparando com essa época, o direito internacional atual não poderia ser mais revolucionário para as populações indígenas. As normas de direitos dos indígenas foram criadas em três formas: 1) interpretação do direito internacional existente de maneira favorável às aspirações das populações indígenas; 2) promulgação de instrumentos internacionais com enfoque específico nos indígenas; 3) litigância bem sucedida perante as cortes. Como resultado desse processo, os indígenas gozam de uma série de direitos, dando-lhe status único no direito internacional (Harvard Law Review, 2016).

Apesar da melhoria do status indígena na esfera do direito internacional, com o avanço do sistema internacional de direitos humanos, os representantes indígenas ainda pouco participam de fóruns internacionais que discutem migrações ambientais, apesar de serem profundamente afetados pelos desastres e mudanças climáticas.

A Plataforma de Deslocamento por Desastres, por exemplo, conta com uma estrutura que inclui um comitê consultivo, com 62 membros internacionais. Apesar do grande número de colaboradores, apenas o Alaska Institute for Justice (AIJ) lida predominantemente com a migração ambiental indígena. Assim, há dúvidas sobre a possibilidade de a temática indígena ganhar espaço nesse fórum. A pauta principal do AIJ é o desenvolvimento de governança para a realocação como estratégia de redução de risco de desastres.

Retorno impossível? O caso dos Pequenos Estados Insulares

Os Pequenos Estados Insulares (PEIs) que serão os mais atingidos, como Tuvalu, Kiribati, Maldivas e as Ilhas Marshall, são constituídos por atóis, ilhas formadas por recifes de coral, com uma forma

que rodeia uma lagoa profunda (Yamamoto e Esteban, 2014). Essas ilhas têm um maior elemento estressor uma vez que seus territórios são ameaçados pela elevação do nível do mar e a morte de corais. Os atóis são pequenos, o que aumenta a pressão por seus recursos limitados, têm altos custos de administração pública e infraestrutura e são geograficamente isolados, o que os tornam muito vulneráveis a eventos extremos (UN Sustainable Development Knowledge Platform, 1994). Os pontos mais altos dessas ilhas estão apenas a poucos metros do nível do mar e, se ocorre uma erosão costeira aprofundada como resultado da degradação dos recifes de corais e elevação do nível do mar, seus habitantes não poderiam se mudar para áreas mais altas e poderiam ser forçados a se realocar em outras ilhas ou continentes (Yamamoto e Esteban, 2014). Isso tornaria impossível o retorno, presente na maioria dos projetos migratórios (Sayad, 2000).

Não é a primeira vez que as populações das ilhas do Pacífico sofrem deslocamentos por fatores ambientais. A mineração de fosfato pela administração colonial britânica, deslocou toda população da ilha de Banaba para Rabi, na década de 1940, uma ilha que pertenceu à República de Fiji e agora pertence à Kiribati (Yamamoto e Esteban, 2014). Entre 1901 e 1979, do total de 595 hectares da ilha, 60 hectares de fosfato foram extraídos. A extração de fosfato destruiu o meio ambiente da ilha. O fosfato foi exportado para a Austrália e Nova Zelândia.

No caso da elevação do nível do mar e mudança climática, enquanto a ilha de Kiribati comprou Naviavia no Fiji para realocar sua população, Tuvalu está discutindo opções de realocação, incluindo a ilha de Kioa em Fiji. Fiji, por sua vez, tem discutido a possibilidade de receber migrantes ambientais de Tuvalu e Kiribati (Leckie, 2014). Contudo, a Nova Zelândia e Austrália poderiam fornecer opções melhores para realocação uma vez que esses países poderiam promover uma melhor integração (Wyett, 2014). Apesar dessas discussões, tanto a Austrália quanto a Nova Zelândia ainda não desenvolveram políticas de recepção desses migrantes ambientais.

Conclusão

Os migrantes ambientais não são classificados como migrantes econômicos e tampouco como refugiados, o que lhes deixa vulneráveis pela ausência de proteção específica ao seu caso.

O colonialismo influenciou movimentos populacionais no Pacífico, motivados pela exploração de recursos naturais dos colonizadores na década de 1940, mas o deslocamento ambiental atual nessa região é causado por fatores múltiplos, como a elevação do nível do mar, morte de corais além da questão econômica.

Apesar do fim do colonialismo, os seus efeitos ainda persistem na sociedade internacional uma vez que são os países desenvolvidos que dominam as discussões em fóruns internacionais e que aprovam tratados internacionais. Dessa forma, os países desenvolvidos determinam as categorias migratórias merecedoras de proteção legal internacional.

Referências

- ANGHIE, A. (2006). The evolution of international law: colonial and postcolonial realities. *Third World Quarterly*, v. 27, n. 5, pp. 739-753. Disponível em: <https://collections.lib.utah.edu/dl_files/fb/5e/fb5ecb0217f1089ce9d-43ca244de1c422bb752cb.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- FRIEDRICH, J.; GE, M.; PICKENS, A. (2017). This interactive chart explains world's top 10 emitters, and how they've changed. World Resources Institute, 11 april. Disponível em: <<https://www.wri.org/blog/2017/04/interactive-chart-explains-worlds-top-10-emitters-and-how-theyve-changed>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- HARVARD LAW REVIEW (2016). The double life of international law: indigenous peoples and extractive industries. *Harvard Law Review*, v. 129, pp. 1755-1778. Disponível em: <<http://harvardlawreview.org/wp-content/uploads/2016/04/1755-1778-Online.pdf>>. Acesso em: 5 abr.2019.
- IDMC (2018). Global report on internal displacement, Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2018/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- LECKIE, S. (2014). *Land solutions for climate displacement*. Nova York, Routledge.

- MAYER, B. (2016). The Arbitrary Project of Protecting Environmental Migrants. In: McLEMAN, R.; SCHADE, J.; FAIST, T. (eds). *Environmental migration and social inequality*. Heidelberg, Springer, pp. 189-202.
- MILLER, R. J. (2011). The International Law of Colonialism: a comparative analysis. *Lewis & Clark Law School Research Paper Series Paper number 2011-23*.
- MUTUA, M. (2001). Savages, victims and saviours. A metaphor of human rights. *Harvard International Law Journal*, v. 42, n. 1, pp. 201-245.
- OIM (2009). Migration, environment and climate change: assessing the evidence, Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/migration_and_environment.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2019.
- RESAMA (2016). *Migración, medio ambiente y cambio climático: agenda 2030-buenas prácticas y desafíos para la región suramericana*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311765043_Migracion_medio_ambiente_y_cambio_climatico_agenda_2030>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- SAYAD, A. (1998). *A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SAYAD, A. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, número especial.
- TUFFANI, M. (2018). Negacionismo do clima e também do desenvolvimento sustentável. *Direto da Ciência*, 6 ago. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2017/08/06/negacionismo-do-clima-e-tambem-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- UN Sustainable Development Knowledge Platform (1994). Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States. Disponível em: <http://islands.unep.ch/dsidspoa.htm>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- WYETT, K. (2014). Escaping a rise tide: sea level rise and migration in Kiribati, *Asia & Pacific Policy Studies*, v.1, n. 1, pp. 171-185.
- YAMAMOTO, L.; ESTEBAN, M. (2014). *Atoll Island States and International Law-climate change displacement and sovereignty*. Springer, New York.

Afrânio Garcia Jr

Mestre de conferências da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pesquisador do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique de Paris (CESSP). Atualmente é professor-visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Amín Pérez

Professor do departamento de Sociologia na Université du Québec à Montréal, Canadá. Pesquisador vinculado ao Institute for Advanced Studies (IAS) e membro do Comitê Científico do Fundo de Arquivos Pierre Bourdieu, França. Realizou estágio de pós-doutorado pela Emory University, EUA, e École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França.

Beatriz Patrícia de Lima Level

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras – UFRR. Graduada no curso bacharelado em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia, na Universidade Federal de Roraima. Participa do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre as Fronteiras (Geifron).

Camila Escudero

Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), com período de pesquisa na University of Illinois - Chicago (UIC), no Latin American and Latin Studies Program. Atualmente, é docente-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no projeto Mapa das OSCs.

Dulce Baptista

Professora assistente e diretora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Ciências Sociais, também, pela PUC-SP.

Eduardo Domenech

Professor da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Córdoba, pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), lotado no Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (Ciecs). Diretor do Programa de Investigación Migración y Movilidades en Perspectiva Crítica (Ciecs e CEA-FCS-UNC). Estágio de pós-doutorado pelo King's College London, Inglaterra. Doutor em Sociologia pela Universidade de Salamanca, Espanha.

Gisele Maria Almeida Ribeiro

Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Pesquisadora vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Gustavo Dias

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT – UFMG/Unimontes) e do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (Unimontes). É pesquisador do Odisseia - Núcleo de Pesquisa Abdelmalek Sayad. Atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em Sociologia pela Goldsmiths College/University of London.

João Carlos Jarochinski da Silva

Professor adjunto e coordenador, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), do curso de Relações Internacionais e vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras. Estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com ênfase em Relações Internacionais, e período sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (Igot-UL).

José Carlos Alves Pereira

Pesquisador do Centro de Estudos Migratórios (CEM) e editor-chefe da *Revista Travessia*. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

José Renato Campos de Araújo (*in memoriam*)

Foi professor-doutor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Foi pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), pesquisador-associado do Núcleo de Estudos de População (Nepo-Unicamp) e, ainda, do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (Each/SP). Realizou seu doutorado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Jurani Oliveira Clementino

Professor no curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (Cesrei) e na Faculdade Maurício de Nassau – Campina Grande. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Lilian Yamamoto

Membro do corpo docente do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP). Membro da Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais (Resama). Tem estágio de pós-doutorado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa (USP). Doutora em Direito Internacional pela Universidade de Kanagawa, Japão.

Lucia Bógus

Professora titular do departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora sênior do CNPq e coordenadora do INCT - Observatório das Metrôpoles de São Paulo. Doutora em Arquitetura, área de estruturas ambientais urbanas, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Luís Felipe Aires Magalhães

Coordenador adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles (PUC-SP). Bolsista de pós-doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/PNPD). Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Maria Aparecida Moraes Silva

Livre-docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-FCLAr). É pesquisadora Nível 1A do CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura e capitalismo, agricultura e modernização, exploração do trabalho modernização agrícola, trabalhadores rurais e migrantes e assentamentos rurais, relações de gênero e raça/etnia. Doutora em Sociologie Du Développement Iedes pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne).

María del Carmen Villarreal Villamar

Bolsista de pós-doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisadora do Grisul/Unirio e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem). Estágio de pós-doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madrid (UCM).

Maria do Rosário Rolfsen Salles

Compõe o corpo docente e de orientadores da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, junto ao Mestrado em Hospitalidade. Estágio de pós-doutorado em Sociologia Urbana pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e no Centre de Sociologie Européenne (CES). Além disso, estagiou no Centre de Sociologie Urbaine sob a orientação de Paul Rendu e, também, no Centro Studi Emigrazione, em Roma. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-FCLAr).

Marilda Aparecida de Menezes

Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC; professora colaboradora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); pesquisadora do CNPq, nível 1C. Professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande. Estágio de pós-doutorado em Agrarian Studies Programme da Yale University e no Programa de Pós-graduação de Antropologia da Unicamp. Doutora pela University of Manchester.

Maura Vêras

Professora titular de Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos (Nepur-PUC-SP) e bolsista produtividade do CNPq. Estágio de pós-doutorado pelo Institut d'Études Politiques, de Paris. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP.

Mohammed ElHajji

Professor associado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Integrante dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) e em Psicologia Social (EICOS), ambos da UFRJ. Professor e coordenador local do Consórcio Mitra/Master Erasmus Mundus em Migrações Transnacionais. Membro associado do Grupo de Pesquisa em Comunicação Internacional e Intercultural (Geracii) da Université du Québec à Montréal (Uqam). Realizou estágio de pós-doutorado pela Unisinos (Mídia e Migrações). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Fórum de Migrações e do Simpósio de Pesquisa sobre Migrações.

Patrícia Villen

É pesquisadora do Odisseia - Núcleo de Pesquisa Abdelmalek Sayad e do Karl Polanyi Research Center for Global Social Studies de Budapeste. Estágio de pós-doutorado no departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Sociologia pela Unicamp.

Sidnei Marco Dornelas

Diretor do Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (Cemla), Argentina. Mestre em Sociologia pelo Institut d'Etudes Economique Sociales do Institut Catholique de Paris, França.

Sidney Antonio da Silva

Professor associado III do departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Coordena o grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (Gema), o qual integra a rede de pesquisa do Instituto Brasil Plural: Migrações no Brasil contemporâneo: fluxos, processos sociais e gênero. Estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP).

